

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza
Instituto de Geociências
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Sonho realizado ou princípio das desilusões?
Organização espacial e qualidade de vida no assentamento
rural Zumbi dos Palmares/RJ

Isabela Castro de Paula

Rio de Janeiro
2005

TES
0274

Sonho realizado ou princípio das desilusões?
Organização espacial e qualidade de vida no assentamento
rural Zumbi dos Palmares/RJ

Isabela Castro de Paula

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia
da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria de Souza Mello Bicalho

Rio de Janeiro
2005

Programa de Pós-Graduação em Geografia	
Divisão Efetivação Geral	
N.º Registro	Data
PGG: 12191 22/02/2006	
Assinatura: D. autor	

US:657109
B:657109J1

Ficha Catalográfica:

PAULA, Isabela Castro de.
Sonho realizado ou princípio das desilusões? Organização espacial e qualidade de vida no assentamento rural Zumbi dos Palmares/RJ. Isabela Castro de Paula. UFRJ/PPGG, 2005. 205 p., 1 vol., il.
(Dissertação) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, PPGG, 2005. Orientadora: Ana Maria de Souza Mello Bicalho.
1. Geografia Agrária 2. Habitat Rural 3. Assentamento Norte Fluminense 4. Qualidade de vida. 5. Dissertação (Mestrado) – UFRJ/PPGG
I. Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFRJ II. Título

Sonho realizado ou princípio das desilusões?
Organização espacial e qualidade de vida no assentamento
rural Zumbi dos Palmares/RJ

Isabela Castro de Paula

Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Aprovada por:

Profa. Ana Maria de Souza Mello Bicalho
(Orientadora)

(Doutora, PPGG/UFRJ)

Prof. Roberto Lobato Corrêa

(Doutor, PPGG/UFRJ)

Prof. Jacob Binsztok

(Doutor, PPGG/UFF)

Prof. Scott William Hoefle

(Doutor, PPGG/UFRJ)

Rio de Janeiro
2005

Dedicatória

*Aos assentados de Zumbi dos Palmares,
com quem compartilho a esperança
em dias melhores.*

Assentamento

*Quando eu morrer, que me enterrem na beira do chapadão
- contente com minha terra
Cansado de tanta guerra
Crescido do coração
(apud Guimarães Rosa)*

*Zanza daqui
Zanza pra acolá
Fim de feira, periferia afora
A cidade não mora mais em mim
Francisco, Serafim
Vamos embora*

*Ver o capim
Ver o baobá
Vamos ver a campina quando flora
A piracema, rios contravim
Binho, Bel, Bia Quim
Vamos embora*

*Quando eu morrer
Cansado de guerra
Morro de bem
Com a minha terra:
Cana, caqui
Inhame, abóbora
Onde só o vento se semeava outrora
Amplidão, nação, sertão sem fim
Ó Manuel, Miguilim
Vamos embora*

Chico Buarque de Holanda

AGRADECIMENTOS

Uma dissertação é, necessariamente, resultado de um trabalho coletivo. Apesar do ato solitário de elaborá-la, muitas são as pessoas que de alguma forma contribuem para a sua realização. Assim, nessas breves páginas gostaria de agradecer a essas pessoas que foram muito importantes para a concretização da presente pesquisa.

À minha orientadora, professora Ana Maria de Souza Mello Bicalho, minha iniciadora no pensar científico e também a interlocutora mais presente e constante das minhas dúvidas e reflexões. Por ter acreditado desde o princípio neste trabalho, pela paciência com que ouviu minhas questões e as direcionou, sempre com um olhar crítico, quando eu não conseguia encontrar o caminho. Enfim, por ter sido a pessoa que como intelectual mais contribuiu para meu amadurecimento acadêmico. A ela o meu sincero e carinhoso agradecimento.

Ao professor Roberto Lobato Corrêa com quem tive o privilégio de conviver durante o curso de mestrado e de debater parte dos rumos teóricos tomados por essa dissertação, pela atenção e preocupação a mim voltadas no percurso desses dois últimos anos e por toda a sua generosidade intelectual, minha admiração e amizade.

Ao professor Scott William Hoefle, influência sempre presente no meu desenvolvimento intelectual, desde quando era aluna da iniciação científica, um agradecimento muito particular pelas proveitosas sugestões e por ter me acenado nos momentos certos com novas perspectivas as quais certamente auxiliaram na construção deste trabalho. A ele minha gratidão e amizade.

Gostaria de direcionar também meu agradecimento ao professor Marcos Pedlowiski da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e seus bolsistas e mestrandos por todo o apoio e atenção que me foram dispensados nos períodos em que estive na cidade de Campos dos Goytacazes, fornecendo-me não somente alguns dados que foram utilizados neste trabalho mas também informações importantes a respeito do assentamento Zumbi dos Palmares através de nossas longas conversas.

Ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Rio de Janeiro, que colaborou fornecendo-me as plantas do assentamento em formato digital, fundamentais para a confecção dos mapas.

Um especial agradecimento ao querido amigo Otto Faber, geógrafo, que com muita boa vontade e dedicação, ofereceu com competência um precioso auxílio na elaboração de todos os mapas que compõem essa dissertação.

Aos futuros geógrafos, Ana Carla Barbosa, Carolina Americano e Robert Batista que tanto ajudaram na cansativa tarefa de aplicação dos questionários durante o trabalho de campo. E à amiga Regina Cohen Barros, geógrafa, pela preocupação e apoio que me dedicou ao longo da pesquisa. A vocês, muito obrigada.

Não poderia também deixar de lembrar de José Maria e Roberta, professores do CEFET – Campos que propiciaram nossa estadia na cidade no período de realização do trabalho de campo no assentamento.

Agradeço ainda o carinho e apoio de que fui cercada por minha família e por meus amigos e amigas mais queridos. Especialmente aos meus pais maravilhosos, Wilson e Virgínia, e minha irmã Lillian, pela dedicação e apoio sempre, tornando-se personagens essenciais para a minha formação como geógrafa.

Ao meu querido primo e amigo Cláudio Castro, futuro mestre, incentivador de minha carreira acadêmica e ouvinte paciente de minhas lamentações durante o processo de elaboração da dissertação, todo o meu carinho e gratidão.

Ao Thiago, meu amor maior, que me mostra a cada dia o verdadeiro significado do companheirismo, por sua presença atenciosa em todos os momentos. Pela paciência com minhas dúvidas, pelo seu carinho, compreensão e por ter sido meu alívio quando o cansaço e as angústias tornavam-se pesadas demais. A ele, todo o meu amor.

Finalmente quero registrar minha gratidão ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ, na figura de seus coordenadores, que deram todo o apoio necessário ao desenvolvimento deste trabalho. E à CAPES, pelo apoio financeiro que me dispensou através da bolsa de mestrado permitindo minha dedicação integral a esta pesquisa.

RESUMO

Os assentamentos rurais constituem parte fundamental do processo de reforma agrária no Brasil e a implementação dos mesmos vem se mostrando com uma importância cada vez maior frente à existência de um grande contingente de trabalhadores sem-terra. Desta forma, consideramos a relevância de estudos que procurem analisar a forma como esses projetos de assentamento estão sendo desenvolvidos, de maneira que garantam o acesso à infra-estrutura social, de produção e de serviços da população assentada para que esta possa permanecer no campo.

Buscando trazer uma abordagem geográfica para um tema bastante comum nos debates das demais ciências sociais, porém pouco presente na geografia, o presente estudo tem como objetivo principal a análise da organização espacial interna de um assentamento rural e suas possíveis relações com a qualidade de vida dos assentados.

O assentamento selecionado como objeto de estudo chama-se Zumbi dos Palmares e está situado no município de Campos dos Goytacazes, na região Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro. Constituído de cinco núcleos, foram selecionados três deles para a realização de um estudo comparativo, uma vez que encontramos em tais núcleos organizações espaciais diferentes que podem ser refletidas em aspectos da qualidade de vida dos assentados de cada núcleo.

A argumentação teórica do estudo está apoiada principalmente nos conceitos de organização espacial e habitat rural que foram fundamentais para o desenvolvimento de nossas reflexões contidas no encaminhamento da análise prática. Acrescido a ela foram também abordadas as bases conceituais da reforma agrária e sua contextualização no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro a fim de que pudéssemos compreender a dinâmica de um processo maior da qual nosso objeto de estudo faz parte, e assim posicioná-lo.

A análise da qualidade de vida está calcada em seis variáveis (saúde, educação, transporte, lazer, renda e moradia) e quando relacionada com a organização espacial mostrou variações em cada núcleo e de acordo com as variáveis, de maneira que na avaliação da maior parte das mesmas a organização do espaço expressou grande importância.

ABSTRACT

Rural settlements constitute a fundamental part of the land reform process in Brazil and their implementation becomes even more important if we consider the existence of a great amount of landless rural workers. Thus, we consider relevant those studies that analyze how settlement projects are being developed and if they can provide to the settled population access to basic social services and production assistance, so that they can stay in their land.

With this study we intend to bring a geographical approach to the subject, which can be commonly found among the debates promoted by social sciences. Geography, though, has been a little negligent about dealing with the theme. Thus, the objective of the present study is to analyze the internal spatial organization of a rural settlement and its possible relations with the quality of life of the settled people.

The settlement that we chose to be the object of our study is called "Zumbi dos Palmares" and it is located in the city of "Campos dos Goytacazes", in the northern region of Rio de Janeiro state. So that we could execute a comparative study, we selected three of the five nucleus that compose the settlement. This comparison is possible because these three nucleus present different spatial organizations, which can be reflected in some ways in the quality of life of the population of each nucleus.

The theoretical discussion of our study is based upon the concepts of spatial organization and rural habitat, which were fundamental to the development of our analysis. We also investigated the conceptual basis of land reform and its contextualization in Brazil and in the state of Rio de Janeiro, in order to comprehend the dynamics of a bigger process in which the object of our study is inserted and, thus, situate this object.

The analysis of the quality of life is supported by six variables (health, education, transportation, leisure, revenue and habitation) and when we relate them to spatial organization we can observe variations in each nucleus and according to each variable in such a manner that the great importance of spatial organization becomes evident.

ÍNDICE DE MAPAS

	P.
Mapa 1 – Localização do Assentamento Zumbi dos Palmares	15
Mapa 2 - Assentamento Zumbi dos Palmares	21
Mapa 3 – Distribuição dos lotes entrevistados em Zumbi 1	50
Mapa 4 – Distribuição dos lotes entrevistados em Campelo	51
Mapa 5 – Distribuição dos lotes entrevistados em Cajueiro	52
Mapa 6 – Distribuição espacial dos conflitos de terra no estado do Rio de Janeiro – 1950 à 1960	88
Mapa 7 - Distribuição espacial dos conflitos de terra no estado do Rio de Janeiro – 1961 à 1970	88
Mapa 8 – Distribuição espacial dos conflitos de terra no estado do Rio de Janeiro – 1971 à 1980	90
Mapa 9 – Distribuição espacial dos conflitos de terra no estado do Rio de Janeiro – 1981 à 1990	90
Mapa 10 - Distribuição espacial dos assentamentos e acampamentos no estado do Rio de Janeiro	93
Mapa 11 – Acesso à orientação técnica em Zumbi 1	108
Mapa 12 – Acesso à orientação técnica em Campelo	109
Mapa 13 – Acesso à orientação técnica em Cajueiro	110
Mapa 14 – Acesso ao atendimento médico – Zumbi 1	152
Mapa 15 – Acesso ao atendimento médico – Campelo	153
Mapa 16– Acesso ao atendimento médico – Cajueiro	154
Mapa 17 – Acesso à escola do primeiro segmento do ensino fundamental – Zumbi 1	163
Mapa 18 – Acesso à escola do primeiro segmento do ensino fundamental – Campelo	164
Mapa 19 – Acesso à escola do primeiro segmento do ensino fundamental – Cajueiro	165
Mapa 20 – Acesso às escolas do segundo segmento do ensino fundamental e ensino médio – Zumbi 1	167
Mapa 21 – Acesso às escolas do segundo segmento do ensino fundamental e ensino médio – Campelo	168
Mapa 22 – Acesso às escolas do segundo segmento do ensino fundamental e ensino médio – Cajueiro	169
Mapa 23 – Meios de locomoção em Zumbi 1	172
Mapa 24 -Meios de locomoção em Campelo	174
Mapa 25- Meios de locomoção em Cajueiro	175
Mapa 26 – Condições das estradas em Zumbi 1	178
Mapa 27 – Condições das estradas em Campelo	179
Mapa 28 – Condições das estradas em Cajueiro	180
Mapa 29 – Renda total mensal familiar em Zumbi 1	189
Mapa 30 – Renda total mensal familiar em Campelo	190
Mapa 31 – Renda total mensal familiar em Cajueiro	191

ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS

	p.
Foto 1: Habitat disperso em Zumbi 1: casa localizada no interior do lote de produção	121
Foto 2: Forma concentrada do habitat em Campelo	122
Foto 3: Antiga vila de operários da Usina São João, atualmente habitada pelas famílias assentadas em Campelo	123
Foto 4: Novas construções, agrovila de Campelo	124
Foto 5: Antiga vila de operários da Usina São João, hoje habitada por assentados em Cajueiro	125
Foto 6: Novas construções, agrovila de Cajueiro	126
Foto 7 – Campo de futebol: antiga forma, velha função	130
Foto 8: Igreja católica: antiga forma, velha função	130
Foto 9: Antiga forma, nova função: antigo laboratório de pesquisa da usina e atual sede da associação e produtores rurais de Zumbi 1	132
Foto 10: Fachada do antigo casarão de mantimentos da Usina São João e futura sede da cooperativa de Campelo	133
Foto 11: Espaço interno do antigo casarão de mantimentos da Usina São João: necessidade de reformas	134
Foto 12: Antiga casa do encarregado da Usina São João, hoje sede da associação de produtores de Cajueiro	135
Foto 13: Nova forma: galpão construído pelo INCRA em todos os núcleos – funções diferentes das que foram previstas	137
Foto 14: Nova forma: posto de saúde em Campelo	138
Foto 15: Nova forma: igreja evangélica em Campelo	138
Foto 16: Casa padrão no núcleo Campelo	140
Foto 17: Alteração na forma nova: casa modificada (ampliada) em Campelo	141
Foto 18: Alteração na forma antiga: ampliação de casa onde estavam instaladas bombas da Usina São João, hoje moradia de família assentada	142
Foto 19: Alteração na forma antiga: ex-casa de operário da Usina São João, atualmente escola municipal de Cajueiro	143
Foto 20: Antiga forma pouco alterada: igreja evangélica em Cajueiro, em fevereiro de 2003.	144
Foto 21: Antiga forma já bastante alterada: igreja evangélica em Cajueiro, julho de 2005.	144
Foto 22: Estrada vicinal em Zumbi 1	181
Foto 23: Galpão em Cajueiro: local de encontros e realizações de festividades pela comunidade do núcleo	184

ÍNDICE DE FIGURAS

	p.
Figura 1 – Evolução da população residente segundo a localização urbana/rural no município de Campos dos Goytacazes – 1970/1996	13
Figura 2 – Aspectos de qualidade de vida mais importantes para a família em Zumbi 1, Campelo e Cajueiro segundo a porcentagem de entrevistados	62
Figura 3 – Proporção entre a Ocorrência dos conflitos e a criação de Assentamentos no estado do Rio de Janeiro de 1950 à 1990	92
Figura 4 – Distribuição percentual dos assentados segundo a origem por núcleo	101
Figura 5 – Distribuição percentual da origem dos assentados de acordo com as regiões por núcleo	102
Figura 6 – Distribuição percentual da experiência anterior ao assentamento na agricultura por núcleo	103
Figura 7 – Distribuição percentual da participação dos assentados na participação nas associações e cooperativa por núcleo	104
Figura 8 – Distribuição percentual do acesso à assistência técnica por núcleo	106
Figura 9 – Formas de comercialização da produção de aipim segundo a porcentagem de produtores por núcleo	116
Figura 10 – Formas de comercialização da produção de banana segundo a porcentagem de produtores em Zumbi 1	117
Figura 11 – Esquema padrão da organização interna dos lotes de produção no núcleo Zumbi 1	146
Figura 12 – Esquema padrão da organização interna dos lotes de produção no núcleo Campelo	147
Figura 13 – Esquema padrão da organização interna dos lotes de produção no núcleo Cajueiro.	148
Figura 14 – Distribuição percentual de assentados analfabetos, segundo o gênero por núcleo	156
Figura 15 – Distribuição percentual dos assentados com o primeiro segmento do ensino fundamental – completo ou incompleto, segundo o gênero por núcleo	158
Figura 16 – Distribuição percentual dos assentados com o segundo segmento do ensino fundamental – completo ou incompleto, segundo o gênero por núcleo	159
Figura 17 – Distribuição percentual dos assentados com o ensino médio – completo ou incompleto, segundo o gênero por núcleo	160
Figura 18: Distribuição percentual dos assentados segundo as atividades de lazer realizadas por núcleo	182
Figura 19 – Distribuição percentual de famílias assentadas segundo a produção comercializada por salários mínimos por núcleo	185
Figura 20 - Distribuição percentual de famílias assentadas segundo a renda familiar mensal por salários mínimos por núcleo	186

	p.
Figura 21 – Aspecto das paredes segundo a porcentagem de moradias por núcleo	192
Figura 22 – Aspecto dos pisos segundo a porcentagem de moradias por núcleo	193
Figura 23 – Aspecto dos telhados segundo a porcentagem de moradias por núcleo	194
Figura 24 – Fornecimento de água em Zumbi 1	194
Figura 25 – Fornecimento de água em Campelo	195
Figura 26 – Fornecimento de água em Cajueiro	195
Figura 27 - Distribuição percentual da posse de eletrodomésticos por núcleo	196

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Empregados temporários por trimestres entre agosto de 1995 e julho de 1996	P. 12
Tabela 2 – Evolução da população residente na região Norte Fluminense	12
Tabela 3 – Pessoas naturais do município que sempre residiram no município, por situação de domicílio e situação de residência no município	14
Tabela 4 – Ano de criação, área (ha) e número de famílias dos assentamentos segundo municípios da região Norte Fluminense	16
Tabela 5 – Características dos núcleos que constituem o assentamento rural Zumbi dos Palmares	23
Tabela 6 – Número de famílias assentadas no Brasil durante o governo militar	74
Tabela 7 – Número de famílias assentadas no Brasil nos governos posteriores ao militar	76
Tabela 8 – Ano de criação, área (ha) e número de famílias dos assentamentos no estado do Rio de Janeiro	94/ 95
Tabela 9 – Atividades agropecuárias segundo a porcentagem de produtores por núcleo	114
Tabela 10 – Produtos agropecuários comercializados segundo a porcentagem de produtores por núcleo	115
Tabela 11 – Vantagens e desvantagens da forma dispersa do habitat	126
Tabela 12 – Vantagens e desvantagens da forma concentrada do habitat (Agrovila)	127
Tabela 13 – Síntese da qualificação das variáveis de qualidade de vida	197

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p. 1
CAPÍTULO I – A Importância dos Estudos de Assentamentos na Região Norte Fluminense e Razões para a Seleção do Assentamento Rural Zumbi dos Palmares	8
1.1 – A Importância dos Estudos de Assentamentos Rurais na Região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro a partir de sua Situação Social no Campo	8
1.2 – A Seleção do Assentamento Rural Zumbi dos Palmares	17
1.2.1 – <i>O Procedimento de Seleção do Assentamento Rural Zumbi dos Palmares</i>	17
1.2.2 – <i>A Seleção dos Núcleos do Assentamento Zumbi dos Palmares</i>	19
→ CAPÍTULO II – A Organização do Espaço como Concepção Teórica para o Estudo dos Assentamentos Rurais	25
2.1 – O Habitat Rural: Elemento Fundamental para a Compreensão da Organização de um Espaço Rural	25
2.2 – O Papel da Organização Espacial e sua Relevância para o Estudo de um Espaço Rural	33
CAPÍTULO III - Os Rumos Trilhados na Realização da Pesquisa: Procedimentos Operacionais, a Condução do Habitat Rural à Organização Espacial e o Tratamento da Qualidade de Vida	45
3.1 – Procedimentos de Realização da Pesquisa	45
→ 3.2 – A Análise do Habitat Rural em Relação à Organização Espacial	53
3.2.1 – <i>Procedimentos de Caracterização do Habitat</i>	56
3.3 – Qualidade de Vida: do Conceito às Variáveis de Avaliação	57
3.3.1 – <i>Os Critérios Avaliativos da Qualidade de Vida</i>	59
CAPÍTULO IV - A Reforma Agrária Brasileira: Implementação e Desenvolvimento dos Assentamentos Rurais	68
4.1 – Concepções sobre a Reforma Agrária e seu Contexto no Brasil	68
4.2 – Os Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil	79
4.3 – A Criação de Assentamentos Rurais no Estado do Rio de Janeiro como Resultado dos Processos de Conflitos por Terra	87
CAPÍTULO V - O Assentamento Rural Zumbi dos Palmares: Constituição e Condições Presentes	97
5.1 – Sobre o Assentamento Rural Zumbi dos Palmares	97
5.2 – Organização Social em Zumbi 1, Campelo e Cajueiro	101
5.3 – Condições Naturais para a Produção	111
5.4 – A Variedade da Produção Agrícola e as Formas de Comercialização em Zumbi 1, Campelo Cajueiro	113

	P.
CAPÍTULO VI - A Organização do Espaço no Assentamento Rural Zumbi dos Palmares e a Qualidade de Vida dos Assentados	120
6.1- Habitat Rural em Zumbi 1, Campelo e Cajueiro	120
6.1.1- <i>As formas do Habitat: Aspectos de Dispersão e Concentração</i>	120
→ 6.1.2 – <i>Velhas Formas: Novas e Velhas Funções</i>	128
6.1.2.1 – <i>Antigas Formas para Velhas Funções</i>	128
6.1.2.2 – <i>Refuncionalização das Antigas Formas</i>	131
6.1.2.3 – <i>O Surgimento das Novas Formas com a Criação do Assentamento</i>	136
6.1.2.4 – <i>As Mudanças nas Formas para Atingir Objetivos de Qualidade de Vida</i>	139
→ 6.1.3 – <i>A Organização Interna dos Lotes</i>	145
→ 6.2 – <i>Qualidade de Vida e Organização Espacial</i>	149
→ 6.2.1 – <i>Qualidade de Vida Segundo as Variáveis de Característica Coletiva</i>	150
→ 6.2.2 – <i>Qualidade de Vida Segundo as Variáveis de Característica Individual</i>	185
→ CONSIDERAÇÕES FINAIS	199
Sonho Realizado ou Princípio das Desilusões?	

INTRODUÇÃO

A contribuição geográfica para o estudo dos assentamentos rurais tem se mostrado pouco presente nos debates científicos atuais que tratam a respeito dos temas relacionados à reforma agrária, que por outro lado são encontrados constantemente nos debates das demais ciências sociais. O presente estudo pretende lançar um olhar geográfico para a temática dos assentamentos rurais, hoje considerados de grande importância para o processo de reforma agrária no país. Isso será feito através da busca pela compreensão da lógica da organização espacial interna de um assentamento rural e das relações que podemos estabelecer entre tal organização do espaço e a qualidade de vida dos assentados rurais.

O assentamento rural que será o objeto do presente estudo chama-se Zumbi dos Palmares e está localizado na região Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro. Esta região há algumas décadas vem apresentando, em sua área rural, um processo de pauperização, possuindo pequenos produtores descapitalizados e um elevado contingente de trabalhadores sem-terra constituídos principalmente por trabalhadores temporários. Conta ainda com uma população de ex-trabalhadores rurais, hoje residentes nas cidades próximas, que formam uma massa de população desempregada e sub-empregada e que estão sendo re-inseridas no campo. Por esse e outros motivos relacionados à estrutura agrária da região, consideramos a relevância da escolha da mesma para um estudo de assentamentos, os quais se forem bem-sucedidos, tornam-se de grande importância para atender a todos esses trabalhadores.

Dentro da região Norte Fluminense fez-se necessário um refinamento do recorte espacial no sentido da seleção do assentamento a ser estudado. O assentamento Zumbi dos Palmares, maior assentamento do estado do Rio de Janeiro, situado nos municípios de Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana foi selecionado para o estudo por estar dividido espacialmente em cinco núcleos, permitindo um estudo comparativo entre os seus núcleos, que apresentam não somente gestões diferenciadas, mas também organizações espaciais internas diferentes. No entanto, é importante ressaltar que dentre os cinco núcleos do assentamento foram escolhidos três – conhecidos com Zumbi 1, Campelo e Cajueiro - em função, principalmente, das características específicas de cada um deles, as quais veremos ao longo do primeiro capítulo do presente estudo, que se mostraram propícias à realização de um estudo comparativo.

A escolha de Zumbi dos Palmares e mais especificamente de três dos seus núcleos como objetos concretos de nosso estudo e palco onde estarão presentes os elementos de nossa análise é parte que compõe a estrutura de construção da problemática, que tem seu início a partir de reflexões a respeito do contexto de reforma agrária e o seu desencadeamento dado essencialmente pela constituição dos assentamentos em várias regiões do país.

Essa implementação de assentamentos rurais no Brasil, como parte integrante do processo de reforma agrária, vem se mostrando já há algum tempo extremamente importante frente à existência de um grande contingente de trabalhadores rurais que por razões diversas encontram-se desprovidos de seu meio de produção - a terra - ou em condições de trabalho marginalizadas, e que por esse motivo lutam para obter uma parcela de terra a fim de que possam produzir e garantir uma boa qualidade de vida. Nesse sentido, os assentamentos tornam-se responsáveis por cumprir importantes funções: viabilizar a obtenção da terra e melhorar o nível de vida desta população que vive da agricultura, inserindo-os ou re-inserindo-os e fixando-os no espaço rural.

Na maioria das vezes resultante de pressões - constituídas principalmente pelas ocupações de terra - de movimentos sociais ou de sindicatos de trabalhadores, os assentamentos rurais são possibilitados através da concessão da posse da terra aos trabalhadores rurais por parte do governo federal ou estadual, que regulariza e legaliza esta posse. Segundo NEVES (1997), os órgãos do governo devem ser os responsáveis pelas primeiras atividades que consistem a ocupação efetiva da terra: a demarcação do perímetro, o levantamento de cercas, a abertura de caminhos internos, o provisionamento de água e saneamento, a habilitação de recursos - qualificação física e química da terra para viabilizar o processo produtivo, a avaliação das potencialidades de vazão e capacidade de armazenamento d'água e o planejamento de obras de infraestrutura.

Uma vez instalado, no entanto, o assentamento irá representar para os produtores rurais não só um novo espaço onde passam a vislumbrar novas perspectivas, mas também o surgimento de novos problemas. Isso significa que atualmente as políticas de realização dos assentamentos rurais muitas vezes limitam suas atuações à desapropriação da terra e concessão desta aos agricultores, sem se preocupar em garantir condições básicas necessárias à instalação e ao processo de constituição efetiva dos assentamentos no que diz

respeito ao acesso à infra-estrutura, serviços, apoio à produção e comercialização, dentre outras.

Como ressalta ALENTEJANO (2002), a criação de assentamentos não é acompanhada de medidas que garantam às famílias condições efetivas de produção, comercialização, e melhoria das condições de vida, uma vez que as obras de infra-estrutura – produtiva e social – necessárias não são realizadas na maior parte dos assentamentos criados.

Surge daí a questão que compõe o título da presente dissertação: sonho realizado ou princípio das desilusões? A conquista de uma terra própria onde possam viver e trabalhar é para muitos a realização de um sonho, mas este pode se tornar uma desilusão caso as condições de vida no dia a dia do assentamento sejam ruins ou até mesmo precárias, sem acesso aos serviços básicos como saúde e educação e os demais serviços de infra-estrutura social e de produção.

Pautados nesta realidade, na qual os assentamentos rurais existentes no Brasil estão inseridos, pensamos na contribuição que poderíamos oferecer como geógrafos para a compreensão deste complexo processo, considerando que os estudos voltados para os assentamentos rurais no Brasil estão concentrados na sua maioria em outras áreas do conhecimento, interessando principalmente à sociólogos e economistas.

Como já visto, no momento imediatamente posterior à sua instalação e durante o processo de sua constituição, os assentamentos possuem diversas dificuldades a enfrentar, que vão desde aspectos ligados à produção até a infra-estrutura com que podem contar.

Os responsáveis pela organização dos assentamentos, dessa forma, sejam eles movimentos sociais ou sindicatos de trabalhadores, juntamente com os assentados e demais entidades - governamentais e não-governamentais - tornam-se atores fundamentais para o bom desenvolvimento do projeto. Além de atuarem desde o momento inicial, quando da escolha do local do assentamento, são esses atores em conjunto que irão direcionar a organização do espaço interno do assentamento, no que se refere aos espaços sociais e de produção - de uso coletivo e individual, dos meios de comercialização e de inserção no mercado, da criação de cooperativas e associações, da conquista e manutenção de infra-estrutura, dentre outras coisas.

Até 1985, decisões básicas da organização de um assentamento eram tomadas pelo Estado, representado pelo Instituto Nacional de Colonização e

Reforma Agrária -INCRA. Após esse ano, tais decisões foram passadas para os próprios assentados, que não precisam somente lutar pela terra, mas após a constituição do assentamento devem definir a própria forma de organização (exploração individual ou coletiva); agrovilas ou habitações dispersas; uma ou várias associações; cooperativa ou não (MEDEIROS, LEITE e HEREDIA, 2004). Tais circunstâncias confirmam a importância da gestão dos assentamentos juntamente com os assentados para a organização que o mesmo irá assumir.

Sabemos, no entanto, que existem diferentes matrizes de organização espacial que estão relacionadas aos propósitos dos movimentos sociais, dos sindicatos rurais ou mesmo das associações de produtores responsáveis pela organização dos assentamentos as quais apresentarão concepções diferenciadas de gestão, atuações diferentes e relacionar-se-ão de diferentes formas com a população assentada.

Além disso, o grau de organização dos assentados será fundamental para a conquista de determinados objetivos. De acordo com MEDEIROS, LEITE e HEREDIA (2004) certamente o Estado é o responsável pela concessão de créditos e de infra-estrutura, porém o grau de organização dos assentados muito pode contribuir para que estes aspectos sejam conquistados.

Partindo dessa condição empírica e concordando com a concepção de GOMES (1997) segundo a qual a organização espacial é o que permite que determinadas práticas sociais se produzam, podemos questionar como diferentes ordens¹ espaciais no interior dos assentamentos podem influenciar a qualidade de vida dos assentados e conseqüentemente o futuro do assentamento.

A análise da disposição e da organização dos objetos num determinado espaço pode contribuir muito para a explicação de fenômenos que ali estão ocorrendo ou que já ocorreram e essa nos parece ser a parte que cabe à geografia analisar. É essa a contribuição que pretendemos oferecer no estudo dos assentamentos rurais. No entanto, é válido lembrar que somente a organização do espaço não é suficiente para explicar todos os fenômenos, sendo necessária a consideração de outros fatores a fim de que não se estabeleça uma relação uni-causal, além do estabelecimento de diálogos com outras ciências.

¹ A expressão "ordem espacial" aqui empregada está sendo entendida com o mesmo sentido de "organização espacial".

Ainda segundo GOMES (1997), existe uma “escrita” na distribuição dos objetos no espaço, sendo o arranjo físico dos objetos sobre o espaço uma linguagem, que comunica, revela, organiza sentidos, estrutura ações e muda segundo os contextos. Para nós o que é interessante refere-se a uma reflexão das diferentes ordens espaciais dentro dos assentamentos e os seus sentidos e, ainda, quais as relações que poderíamos estabelecer entre essas ordens e a qualidade de vida dos assentados.

Cabe ressaltar também a importância que possui um estudo geográfico na escala de um assentamento, cuja análise nos permite enormes possibilidades, no sentido em que poderemos investigar a qualidade de vida dos assentados focalizando a atuação local na organização desse espaço. Esta relevância se torna maior quando levamos em consideração a contribuição da geografia no estudo da organização espacial na escala local, uma vez que este tipo de abordagem se revela praticamente inexistente nos trabalhos sobre assentamentos rurais no Brasil, o que pode ser acrescido ao fato de que grande parte dos trabalhos geográficos realizados nos assentamentos rurais seguem uma forte influência da sociologia, pouco se preocupando com a organização espacial.

Nosso foco será a organização do espaço no interior do assentamento Zumbi dos Palmares, fazendo uma comparação entre os núcleos Zumbi 1, Campelo e Cajueiro, porém essa estará sendo vista em relação à qualidade de vida dos assentados, ou seja, poderemos perceber de que maneira diferentes organizações espaciais podem influenciar a qualidade de vida desses assentados. Sendo assim, constitui-se no principal objetivo deste estudo a análise e o entendimento de como diferentes lógicas de organização espacial no interior dos núcleos Zumbi 1, Campelo e Cajueiro do assentamento Zumbi dos Palmares influenciam a qualidade de vida dos assentados rurais e de como essas condições interferem na própria organização espacial do assentamento, percebendo em que medida os assentados alteram esta organização espacial para atingir seus objetivos sociais e econômicos.

As motivações que levaram à seleção do assentamento Zumbi dos Palmares para o presente estudo estão presentes em maiores detalhes no capítulo um, assim como as que nos fizeram considerar a importância de se desenvolver estudos de assentamentos rurais na região Norte Fluminense, a qual será vista no contexto de sua estrutura agrária que tem como foco as

condições dos trabalhadores e seus movimentos em busca de uma melhor qualidade de vida.

Seguindo a seleção do assentamento e dos núcleos a serem estudados, o capítulo dois dedica-se ao tratamento das abordagens teóricas que constituem a base desse estudo, discutindo dois conceitos fundamentais: o de organização espacial e o de habitat rural, procurando apresentar a organização espacial como concepção teórica para o estudo dos assentamentos rurais e tendo no habitat uma manifestação da organização espacial, sendo assim um elemento essencial para a compreensão da organização de um espaço rural.

Para que nossas concepções teóricas possam tomar o rumo desejado a fim de alcançarmos os objetivos ao qual nos propomos, foi de fundamental importância a criação de um capítulo em que pudéssemos expor os caminhos traçados para a realização da pesquisa. Desta forma, no capítulo três abordamos de que maneira desenvolvemos o presente estudo, conduzindo a teoria à prática. Neste capítulo poderemos compreender como será realizada a análise do habitat rural no assentamento Zumbi dos Palmares para que chegássemos ao entendimento da organização desse espaço, além de apresentarmos os meios pelos quais chegamos aos indicadores de qualidade de vida dos assentados. Estes últimos por sua vez foram possíveis através de uma pequena revisão bibliográfica a respeito do que entendemos por qualidade de vida e de que maneira ela pode ser trabalhada no contexto de um assentamento rural.

Considerando a constituição dos assentamentos rurais como parte de um processo maior – o de reforma agrária – e, portanto de enorme relevância para que o presente estudo tenha uma posição dentro deste processo maior, no capítulo quatro iniciamos nossa análise, procurando trazer alguns apontamentos sobre o conceito de reforma agrária além de uma contextualização da mesma no Brasil. Também veremos como se dá o processo de constituição dos assentamentos rurais e a maneira como estão se desenvolvendo, focalizando nossos olhares na criação dos assentamentos no estado do Rio de Janeiro, relacionando-os aos processos de conflitos por terra.

Parte componente do conjunto de assentamentos de reforma agrária existentes no Rio de Janeiro e objeto de nosso estudo, passaremos no capítulo cinco a abordagem do assentamento rural Zumbi dos Palmares, iluminando desde o seu processo de constituição até a sua situação atual e apontando de que maneira ele está inserido no contexto agrário da região Norte Fluminense.

Todos estes aspectos serão de fundamental importância para a análise que aí se inicia da dinâmica interna dos núcleos Zumbi 1, Campelo e Cajueiro, no que diz respeito à qualidade de vida da população assentada e suas relações com a organização espacial interna, que será desencadeada com o sexto e último capítulo.

Para este último guardamos a discussão dos diferentes tipos de habitat rural encontrados nos três núcleos do assentamento Zumbi dos Palmares, procurando voltar nossas reflexões para o estabelecimento de possíveis relações entre esses habitats e os elementos considerados importantes para a qualidade de vida dos assentados. Veremos também de que maneira os assentados modificam as formas e a organização do espaço a fim de atingir objetivos que levem a uma maior satisfação em sua qualidade de vida. Buscaremos na realização dessas tarefas, sempre que possível trazer nossas principais abordagens teóricas ao encontro das análises práticas que construiremos no assentamento Zumbi dos Palmares.

CAPÍTULO I

A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS NA REGIÃO NORTE FLUMINENSE E RAZÕES PARA A SELEÇÃO DO ASSENTAMENTO RURAL ZUMBI DOS PALMARES

O presente capítulo traz consigo a tarefa de dar início às primeiras abordagens no que diz respeito ao estudo da organização espacial do assentamento rural Zumbi dos Palmares e suas relações com a qualidade de vida da população assentada. A seleção da região assim como do objeto de estudo encontram-se em primeiro plano nesta tarefa uma vez que constituem o escopo da construção de nossa problemática, ou seja, a justificativa de nossa escolha pela região Norte Fluminense e pelo assentamento Zumbi dos Palmares é elemento fundamental para que possamos compreender o desencadeamento dos capítulos que virão.

Veremos a partir de algumas considerações a respeito da estrutura agrária da região Norte Fluminense a importância da realização de estudos de assentamentos rurais nessa região e, dentro desse contexto, como e porque o assentamento Zumbi dos Palmares recebeu o foco de nossos olhares, tornando-se o objeto do presente estudo.

1.1 - A Importância dos Estudos de Assentamentos Rurais na Região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro a partir de sua Situação Social no Campo

Os estudos de assentamentos no estado do Rio de Janeiro tomam dimensões diferenciadas de estados que não possuem índices tão altos de concentração urbana. Neste caso, uma primeira preocupação está relacionada à importância de se encontrar meios que permitam a permanência dos trabalhadores rurais em seu ambiente de trabalho, diminuindo a migração rural-urbana e conseqüentemente o "inchaço" de população que atinge as cidades causando enormes problemas urbanos.

Na contramão, grande parte dessa população também pode estar retornando ao campo justamente devido à precariedade das condições em que estão vivendo nas periferias urbanas e da falta de empregos. Esta situação é recorrentemente encontrada na região Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro, o que nos levou a questionar a relevância dos estudos sobre os assentamentos rurais nessa região, uma vez que atendem a uma demanda de população excluída não só do campo, mas também das cidades e que com os assentamentos tem a possibilidade de retornar ao campo.

Uma outra situação bastante presente na região Norte Fluminense, principalmente no município de Campos dos Goytacazes e que tornou-se o principal motivo pelo qual optamos focalizar o estudo nessa região e mais especificamente nesse município são as condições de empregos temporários em que vivem grande parte dos trabalhadores da região. Vejamos brevemente o desencadeamento deste processo.

Durante décadas a região Norte Fluminense manteve-se como grande produtora de cana-de-açúcar, constituída por uma estrutura com o predomínio de grandes proprietários, mas envolvendo também pequenos e médios produtores, sendo ainda responsável pelo emprego de milhares de trabalhadores nas usinas de açúcar.

Na região de Campos dos Goytacazes especificamente, segundo GUANZIROLI (1999), coordenador do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA)², associada à concentração de terras da atividade açucareira nas mãos de grandes proprietários, a falta de diversificação e nível tecnológico por parte desses levou à perda de mercado para o estado de São Paulo, ainda na década de 1970. Porém, em 1975 a criação do Programa Proálcool³ amenizou por algum tempo esse processo:

“Em Campos a década de 1970 é caracterizada pela generalização do trabalho tipo bóia-fria, intensificaram-se as demissões nas fazendas e aumentou o uso do trabalho infantil nas lavouras. Verifica-se o êxodo maciço dos trabalhadores rurais para a cidade, ampliando ainda mais o já crescente processo de favelização da área urbana campista. Contudo, na década de 1970, as usinas em geral são impulsionadas pelo Proálcool a um novo surto de

² Trata-se do Plano de Desenvolvimento do Assentamento Zumbi dos Palmares (PDA), elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO). O PDA tinha como principal objetivo o de estabelecer um diagnóstico das condições gerais do assentamento para uma definição das necessidades e metas a serem atingidas pelo assentamento, bem como das estratégias para o alcance das mesmas.

³ Programa criado pelo governo federal em 1975, que tinha por objetivo o aumento da produção de safras agroenergéticas e da capacidade industrial de transformação, visando a obtenção de álcool para substituir o petróleo e seus derivados, em especial a gasolina, o que estimulou o aumento da produção de cana-de-açúcar e da capacidade industrial de transformação em álcool.

desenvolvimento com ampliação da área cultivada e a instalação de ou aumento do parque industrial destinado a produzir álcool anidro e hidratado” (LEWIN, 2005: 79).

Com o Programa Proálcool e os estímulos derivados deste – garantia de mercado para o produto, condições favoráveis de prazo e juros subsidiados e créditos para a instalação de destilarias e implantação de lavouras - grande parte dos usineiros ampliou a capacidade de moagem de suas usinas e a produção de álcool na região Norte Fluminense (LEWIN, 2005). Mesmo assim, inúmeros outros fatores fizeram com que o programa não conseguisse sustentar o frágil pilar em que se encontrava a economia canavieira.

Então em fins da década de 1980, a região iniciou um processo de decadência de sua economia agrícola, no qual a substituição da produção da cana-de-açúcar pela pecuária extensiva de baixa produtividade se deu principalmente pelo declínio da produção da cana-de-açúcar relacionada aos baixos índices de produtividade.

A partir dos anos de 1990, com o término do Programa Proálcool e os drásticos cortes dos subsídios ao setor canavieiro, ocorreu a falência de 21 das 24 usinas existentes no município de Campos dos Goytacazes. Segundo NEVES (1997) a desativação das usinas se deveu ao endividamento crônico dos usineiros e de sua dependência em relação aos subsídios governamentais, afirmando ainda que a falência de certas usinas propiciou então a implementação do processo de expropriação das mesmas por parte do Estado.

Tais fatos acarretaram para a população rural, que já se encontrava há muito empobrecida, uma situação ainda mais grave. A maior parte desta população, antes empregada nas fazendas e nas usinas, passou a constituir um grande número de trabalhadores desempregados, em sua maioria desprovidos de qualquer tipo de renda e que não possuíam mais perspectivas para a sobrevivência no campo.

Esses trabalhadores muitas vezes encontram-se na condição de temporários ou volantes, que segundo a definição do Censo Demográfico do IBGE são “pessoas sem trabalho fixo, que prestam serviço em um ou mais estabelecimentos agropecuários ou de extração vegetal, remuneradas por tarefa, dia ou hora, que oferecem seus serviços diretamente ao responsável pelo

estabelecimento, dele recebendo o pagamento, ou quando contratada ou arregimentada por intermediário, de quem recebem o pagamento". Nessa condição de volante, percebemos um número alarmante de trabalhadores na região Norte Fluminense.

Na tabela 1 podemos verificar o alto número de trabalhadores temporários existentes na região por trimestres durante os anos de 1995 e 1996. Percebe-se que na região Norte Fluminense encontram-se uma média de 35% de todos os trabalhadores temporários existentes no estado do Rio de Janeiro no período compreendido entre os meses de agosto de 1995 e julho de 1996, sendo o trimestre de agosto, setembro e outubro o que apresenta uma maior demanda de trabalhadores, muito provavelmente por ser a época da colheita. O município de Campos dos Goytacazes apresenta uma média de 34% dos trabalhadores temporários no total dos existentes na região Norte Fluminense no mesmo período.

Nos quatro trimestres considerados, a região Norte Fluminense foi a que apresentou a maior quantidade de trabalhadores em condição de temporários em relação às demais mesoregiões, tendo o município de Campos dos Goytacazes destacado-se de forma que no trimestre agosto-outubro sua porcentagem de trabalhadores temporários é maior que a das mesoregiões Baixadas, Metropolitana e Noroeste Fluminense, e chegando muito próximo à mesoregião Centro Fluminense.

Tabela 1 – Empregados temporários por trimestres entre agosto de 1995 e julho de 1996

Mesoregião/Município	Pessoal Temporário por Trimestre							
	1995/1996							
	1º Trimestre Agosto/ Setembro e Outubro		2º Trimestre Novembro/ Dezembro e Janeiro		3º Trimestre Fevereiro/ Março e Abril		4º Trimestre Maio/ Junho e Julho	
Norte Fluminense	15088	40%	12438	34,9%	12368	34,7%	12105	30,9%
Município de Campos dos Goytacazes	6668	17,7%	3098	8,7%	4137	11,6%	4052	10,2%
Baixadas	2170	5,7%	2022	5,7%	1637	4,6%	2309	5,8%
Centro Fluminense	7010	18,6%	7376	20,7%	7795	21,9%	8149	20,7%
Metropolitana do Rio de Janeiro	4635	12,3%	4684	13,1%	4282	12%	5019	12,6
Noroeste Fluminense	6080	16,1%	6568	18,4%	6906	19,4%	8623	22%
Sul Fluminense	2774	7,3%	2544	7,2%	2662	7,4%	3221	8,1%
Total do Estado do Rio de Janeiro	37757	-	35632	-	35650	-	39156	-

Fonte dos Dados: Censo Agropecuário do IBGE Rio de Janeiro - 1995/1996.

Tal situação de marginalização e pobreza no campo tem levado a outro problema já anteriormente citado: a ocorrência de uma intensa migração do campo para a cidade. A análise dos dados dos Censos Demográficos do IBGE respectivos aos anos de 1980, 1991 e 2000, que podem ser verificados na tabela 2, nos conduz a afirmar que na região Norte Fluminense houve um contínuo aumento da população urbana em detrimento da população rural, que contrariamente teve seus índices sumariamente diminuídos.

Tabela 2 – Evolução da população residente na região Norte Fluminense

Região Norte Fluminense	1980		1991		2000	
População Urbana	422 740	57,4%	435 745	78,7%	566 784	87,6%
População Rural	314 090	42,6%	117 712	21,3%	80 275	12,4%
Total da População	736 830	-	553 457	-	647 059	-

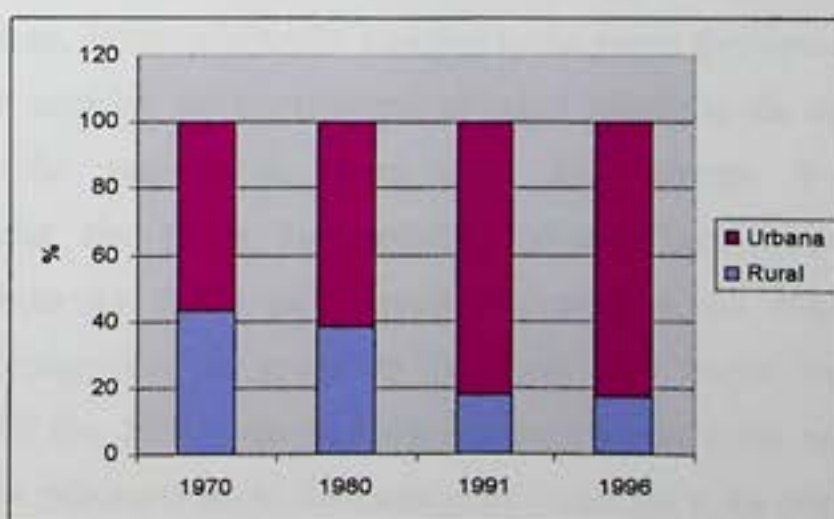
Fonte dos Dados: Censos Demográficos do IBGE Rio de Janeiro - 1980, 1991 e 2000.

A população rural diminuiu progressivamente, de 1980 a 1991, 62,5%, e, de 1991 a 2000, 31,8%. Num período de 20 anos houve um decréscimo de 74,4% da população rural na região Norte Fluminense. Ao mesmo tempo a população urbana teve aumentos de 3,1% e 30,1% em cada uma das décadas, o que aponta para o fato de que boa parte da população que saiu do campo, principalmente na década de 1980 a 1991, não foi para as áreas urbanas da região Norte Fluminense, mas para outras regiões ou até mesmo outros estados. Tais fatos podem ser confirmados pela observação dos totais da população que demonstram que a população da região diminuiu entre 1980 e 1991, tendo um novo acréscimo entre 1991 e 2000.

Ainda assim, percebemos pelas porcentagens em relação aos totais da população na região Norte Fluminense que houve um aumento da população urbana concomitantemente à diminuição da população rural. Desse contingente que dirigiu-se para as cidades, o município de Campos dos Goytacazes não consegue absorver ao menos a metade, deixando grande parte da população em condições de emprego e de vida precárias.

No município de Campos dos Goytacazes segundo o Censo Demográfico do IBGE, a cidade de Campos apresentou entre 1970 e 1996 um forte processo de urbanização, tendo a população residente urbana passado de 55,1% em 1970 para 85,6% em 1996, sendo que o grande incremento na taxa de urbanização se deu no período de 1980 à 1991 (LEWIN, 2005). Neste momento, enquanto a população urbana aumentou gradativamente, a população rural diminuiu conforme podemos visualizar na figura 1.

Figura 1 – Evolução da população residente segundo a localização urbana/rural no município de Campos dos Goytacazes – 1970/1996



Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1970, 1980 e 1991 e Contagem da População 1996. (Reproduzido de LEWIN, 2005: 94).

Confrontando essa situação com os dados também do Censo Demográfico do IBGE relativos à migração (tabela 3), onde 10% da população urbana já residiram no campo, enquanto apenas 2,5% da população rural já residiram na cidade, comprova-se um intenso processo de migração rural-urbana.

Tabela 3 – Pessoas naturais do município que sempre residiram no município, por situação de domicílio e situação de residência no município

Região Norte Fluminense	População Urbana	População Rural
Já residiram na área urbana	-	2.863
Já residiram na área rural	40.265	-
Sempre residiram em área urbana	395 480	-
Sempre residiram em área rural	-	114 849
Total da População	435 745	117 712

Fonte dos Dados: Censo Demográfico do IBGE Rio de Janeiro – Migração – 1991

Sabemos que essa migração do campo para a cidade foi intensa, principalmente nas décadas de 1980 e 1990. Porém, há alguns anos, com a criação de assentamentos rurais na região, principalmente a partir da década de 1990, abriu-se a possibilidade de retorno dos trabalhadores da cidade para o campo, tornando-se uma realidade já bastante presente na região. Referimo-nos à existência de um grande número de ex-trabalhadores rurais que já vivem há algum tempo nas periferias urbanas da região, a maioria em favelas, mas que devido à situação de pobreza que estão vivenciando cada vez mais intensamente, vêm buscando o retorno ao campo como alternativa para uma melhor condição de vida. São esses trabalhadores, juntamente com os trabalhadores temporários e com os pequenos produtores rurais descapitalizados, que provavelmente estão constituindo a massa de trabalhadores que buscam os assentamentos rurais na região Norte Fluminense, vislumbrando nesses uma nova perspectiva de vida.

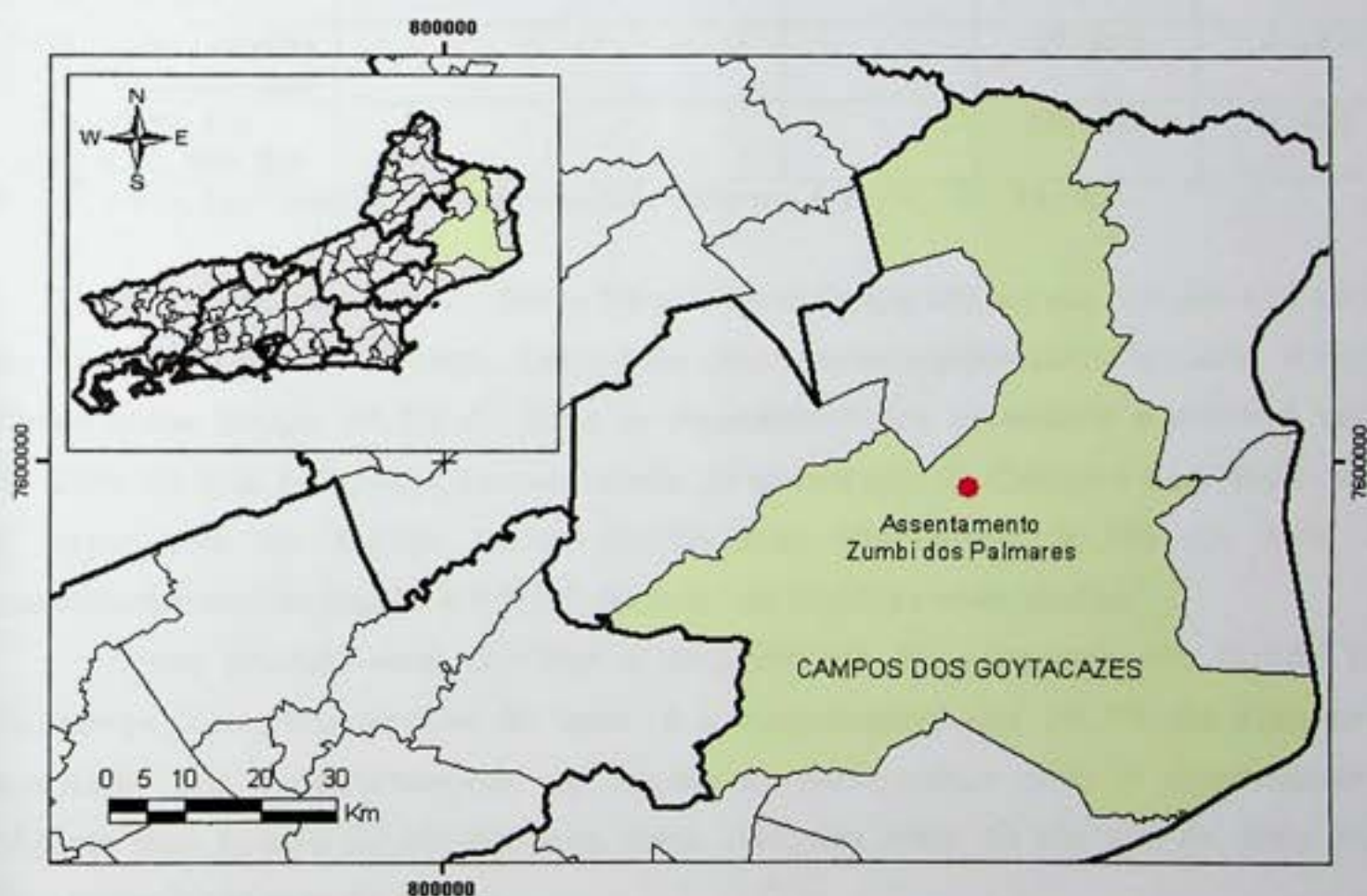
Outro fator que auxilia no entendimento dos motivos da existência de um grande contingente de população sem-terra no campo é o caráter de concentração fundiária da terra na região Norte Fluminense, o que está diretamente relacionado às duas principais economias da região, a cana-de-açúcar e a pecuária, exigentes de grandes extensões de terra. Segundo o Censo Agropecuário do IBGE de 1995, as propriedades rurais com menos de 10 ha representam 60,3% do número total de estabelecimentos e as com mais de 1000 ha representam 0,5% do total. Porém, as propriedades rurais com menos de 10

ha ocupam 4,9% da área total do município, enquanto as propriedades com mais de 1000 ha se estendem por 18,5%.

Foi então a partir dessa série de fatores relatados que selecionamos o município de Campos dos Goytacazes para realizarmos nossa pesquisa, reafirmando que a possibilidade de projetos de assentamentos que apresentem um bom desenvolvimento nessa região é de grande importância para atender a uma população pauperizada, com condições instáveis de empregos.

Localizado neste município (mapa 1), o assentamento Zumbi dos Palmares foi o escolhido para o papel de objeto de nosso estudo, e apresenta grande importância no contexto da região Norte Fluminense e do município de Campos dos Goytacazes.

Mapa 1 – Localização do Assentamento Zumbi dos Palmares



Base Cartográfica: IBGE

Organização: Isabela C. de Paula e Otto A. Faber

O assentamento Zumbi dos Palmares é o maior assentamento em área da região com 8 005 ha e 507 famílias assentadas, estando próximo nesses termos apenas do assentamento Macaé, localizado na mesma região, que possui 6 103 ha de área e conta com 572 famílias (tabela 4). Juntos, os dois assentamentos absorvem metade da população assentada na região Norte Fluminense.

Tabela 4 – Ano de criação, área (ha) e número de famílias dos Assentamentos segundo municípios da região Norte Fluminense

Localização/ Mesorregião, Município	Assentamento	Ano de Criação	Área (ha)	Número de Famílias
Norte Fluminense				
Campos dos Goytacazes	Novo Horizonte	1987	4 335	300
	Zumbi dos Palmares	1997	8 005	507
	Che Guevara	2000	1 119	74
	Antonio de Farias	2001	1 221	93
	Ilha Grande	2001	822	58
Macaé	Imbuuro	1987	1 214	141
	Bem-Dizia	1999	1 465	54
	Macaé	1967	6 103	572
Conceição de Macabu	Capelinha	1997	1 416	110
	Fazenda São Domigos	2000	768	130
São Francisco de Itabapoana	Tipity	1991	900	148
Total da região Norte Fluminense	-	-	27 368	2 187
TOTAL DO ESTADO DO RJ	-	-	117 298	8 828

Fonte dos Dados: Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/RJ

Os assentamentos no Norte Fluminense destacam-se em relação aos totais do estado do Rio de Janeiro. Dentre as cinco mesoregiões consideradas, a Norte Fluminense ocupa 23,3% da área de assentamentos no estado e absorve cerca de 25% de toda a população assentada. O município de Campos dos Goytacazes é expressivo na região Norte Fluminense abarcando 56,6% da área de assentamentos na região e 47,1% do total de famílias assentadas.

Nesse sentido está também a importância do assentamento Zumbi dos Palmares, que, em termos de área, é o responsável por 29,3% da área total ocupada por assentamentos na região e, juntamente com o assentamento Macaé, que possui 22,3% da área total, ocupam mais da metade da área total dos assentamentos da região.

Partindo do contexto da estrutura agrária e das condições de trabalho em que se encontram os trabalhadores na região Norte Fluminense, e considerando o destaque de sua posição assim como do município de Campos dos Goytacazes e do assentamento Zumbi dos Palmares no que diz respeito à abrangência tanto em área quanto em número de famílias de seus assentamentos rurais frente ao estado do Rio de Janeiro, passamos nesse momento aos procedimentos que detalham e justificam a seleção do Zumbi dos Palmares.

1.2- A Seleção do Assentamento Rural Zumbi dos Palmares

Quando pensamos na organização do espaço em um assentamento rural e suas relações com a qualidade de vida dos assentados, percebemos que um estudo comparativo da organização espacial de dois assentamentos rurais seria de grande valia para a compreensão de tais questões, uma vez que possibilitaria a análise de como organizações espaciais diferentes, concebidas por gestões diferentes, podem trazer resultados também diferentes.

Nossa primeira proposta de trabalho constituiu-se em realizar uma comparação de dois assentamentos, os quais deveriam apresentar características semelhantes tais como data em que foram criados, históricos, números de famílias, características naturais, tipos de assistência técnica recebida e infra-estruturas existentes, de forma a serem passíveis de uma comparação, mas que se diferenciasssem quanto ao tipo de gestão a qual estivessem submetidos. Esta gestão estaria diretamente relacionada a um movimento social específico: Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra - MST, Movimento de Luta pela Terra - MLT - e outros ou a um sindicato de trabalhadores rurais, expressando na organização do assentamento suas práticas e ideologias sociais.

Os dois assentamentos seriam comparados com o objetivo de investigar e compreender as inter-relações entre as diferentes organizações espaciais e a qualidade de vida da população alocada em cada um deles. Porém, ao realizarmos os procedimentos de seleção dos assentamentos, novos elementos surgiram e nos mostraram uma nova direção, levando-nos a selecionar somente um assentamento como objeto de estudo conforme veremos a seguir.

1.2.1 - O Procedimento de Seleção do Assentamento Rural Zumbi dos Palmares

Baseado em dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Rio de Janeiro (INCRA-RJ) e bibliografia sobre a região de estudo, foi feita uma caracterização geral dos assentamentos existentes na região Norte Fluminense visando a uma seleção prévia de possíveis assentamentos a serem estudados e comparados, ou seja, os que possuíam

características gerais semelhantes. Nessa fase vários assentamentos foram eliminados por não apresentarem as características necessárias para o estudo.

Os assentamentos Macaé, Imburo, Novo Horizonte e Tipity foram os primeiros a serem descartados, pois suas datas de criação (1967, 1987, 1987 e 1991 respectivamente) correspondem a um momento anterior à entrada do Movimento Sem Terra na região Norte Fluminense, o que só ocorreu em 1997. Além disso, tanto o assentamento Macaé quanto o Tipity não seriam possíveis de serem comparados já que nenhum outro assentamento foi criado nestes anos e nem em anos próximos. O mesmo ocorreu com o assentamento Bem-Dizia, criado em 1999. Já os assentamentos Che Guevara, Antônio de Farias e Ilha Grande foram desconsiderados por serem muito recentes (criados em 2000, 2001 e 2001 respectivamente), o que dificultaria uma análise do desenvolvimento do assentamento e dos resultados já obtidos.

Os assentamentos de Capelinha e de Zumbi dos Palmares foram os únicos considerados para um possível estudo comparativo por possuírem a mesma data de criação e a atuação do MST, porém não possuem o mesmo número de famílias, e, além disso, uma outra dificuldade surgida foi quanto à localização desses assentamentos em áreas com características naturais bastante diferenciadas, sendo que Capelinha encontra-se em área montanhosa enquanto Zumbi dos Palmares está localizado em uma área de baixada.

Como alternativa, modificamos a proposta da comparação de dois assentamentos para uma análise comparativa interna a um mesmo assentamento, o que seria possível de ser realizado no assentamento Zumbi dos Palmares. Esta possibilidade se mostrou por diversos fatores, porém o principal deles refere-se ao fato de que este assentamento encontra-se dividido em cinco núcleos, cada um deles com aproximadamente o mesmo número de famílias, possuindo gestões diferenciadas e à primeira vista apresentando organizações espaciais também diferentes, possibilitando um estudo da organização do espaço através da comparação de seus núcleos. Essa escolha contempla todos os critérios descritos anteriormente relativos à exigência de determinadas características semelhantes (data de criação, histórico, número de famílias, características naturais, tipo de assistência técnica recebida e infra-estrutura existente), o que contribuiu definitivamente para nossa decisão pelo assentamento Zumbi dos Palmares.

Tal assentamento se mostra um interessante exemplo devido à possibilidade de se analisar a qualidade de vida de produtores que se encontram num mesmo assentamento, mas que, estão sob a influência de diferentes tipos de gestão de acordo com o núcleo em que estão instalados e que por sua vez, apresentam organizações espaciais internas diferentes.

Para confirmar a escolha previamente feita através dos dados secundários e informações obtidas no INCRA-RJ, foi realizado um trabalho de campo no assentamento Zumbi dos Palmares em fevereiro de 2004. Neste campo, além de um reconhecimento geral do assentamento núcleo a núcleo, foram feitas entrevistas com os presidentes das associações de produtores de todos os núcleos nas quais procurou-se obter características gerais tais como: número de famílias do núcleo, histórico, organização do núcleo após a instalação do assentamento, aspectos da produção, infra-estrutura existente, maiores problemas existentes e como se apresenta, de forma geral, a participação/influência do MST, do INCRA e de outros atores.

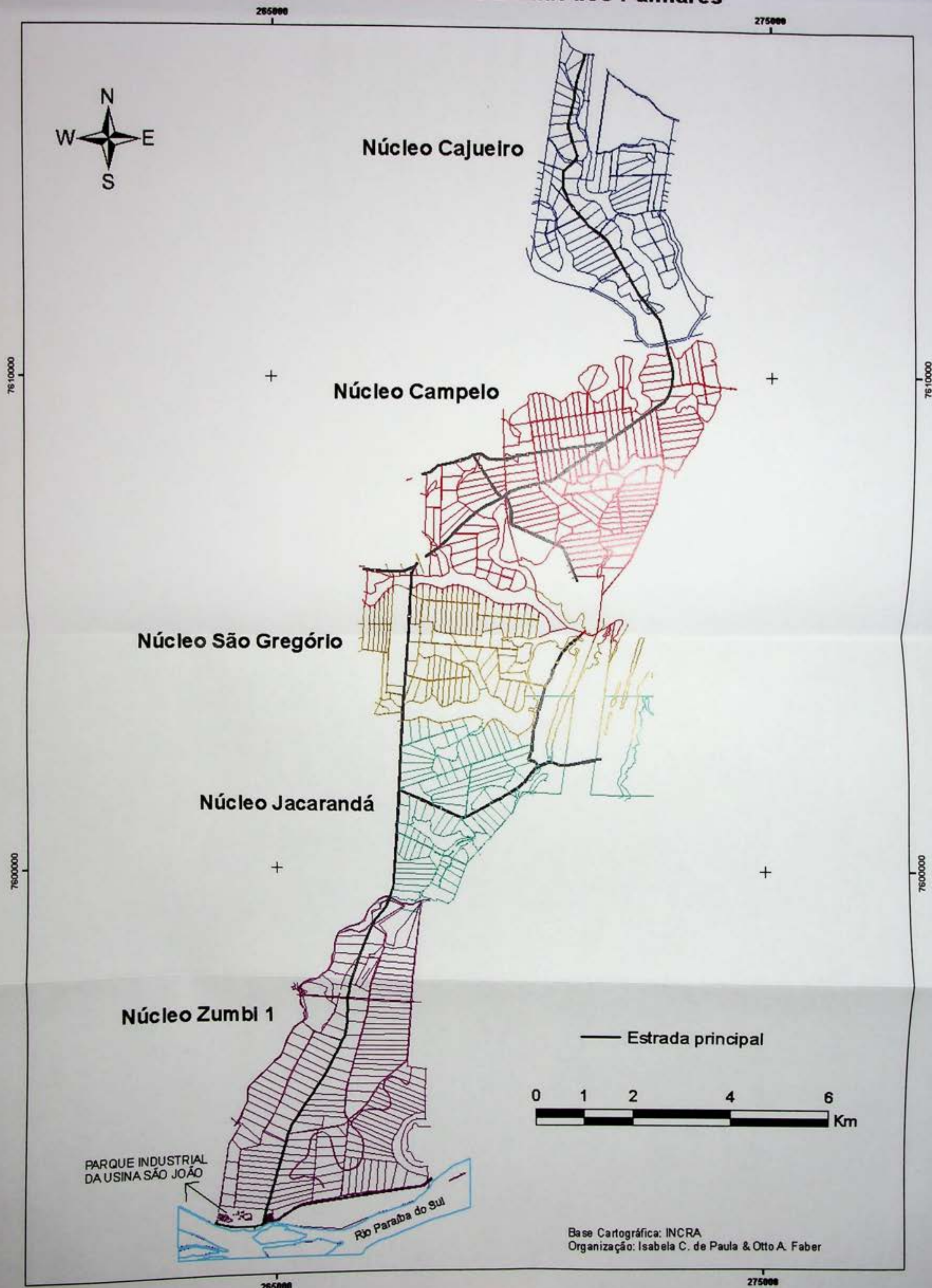
Com as observações e os dados deste trabalho de campo, os quais ratificaram nossas premissas, confirmou-se a escolha do assentamento Zumbi dos Palmares. Porém, pelo grau de dificuldade de trabalharmos os cinco núcleos, envolvendo aproximadamente 507 famílias, e por outras razões a serem vistas, mostrou-se necessário uma outra seleção: a dos núcleos que seriam comparados.

1.2.2 – A Seleção dos Núcleos do Assentamento Rural Zumbi dos Palmares

O espaço interno do assentamento está dividido em cinco núcleos, conforme podemos visualizar no mapa 2 e apresenta, resumidamente, as seguintes características: os núcleos um – Zumbi 1, dois - Jacarandá, três – São Gregório e quatro – Campelo - estão situados no município de Campos dos Goytacazes e o núcleo cinco – Cajueiro - está localizado no município de São Francisco de Itabapoana. Todos os núcleos possuem uma associação de produtores registrada, no entanto, essas associações somente foram criadas por serem um requisito obrigatório exigido pelo INCRA para a obtenção dos primeiros créditos. Por esse motivo, nos núcleos dois e três, após a obtenção de tais créditos, a qual se deu nos dois primeiros anos do assentamento, as

associações enfraqueceram-se no que refere-se à organização e no estabelecimento de meios que possam trazer conquistas para o assentamento. Nos núcleos um, quatro e cinco as associações permanecem com uma relativa força, e isso, reafirmamos, foi um dos principais motivos pelos quais estes núcleos foram selecionados para o estudo. Tratam-se de núcleos que possuem gestões atuantes, mesmo que diferentes, o que não foi observado estar ocorrendo com os núcleos dois e três.

Mapa 2 - Assentamento Zumbi dos Palmares



O núcleo um, chamado de Zumbi 1, tem uma associação cujos poderes de decisão estão centralizados na figura de uma só pessoa, do sexo feminino, a qual é a presidente da associação e que possui uma imensa capacidade de liderança, conquistando a confiança dos demais assentados residentes nesse núcleo. Entretanto, a influência e atuação do Movimento Sem-Terra (MST) é praticamente nula, somente alguns assentados possuem simpatia pelo movimento e a presidente da associação, líder do núcleo, possui uma posição contrária ao movimento e impede qualquer aproximação de militantes do MST (tabela 5).

No núcleo quatro, chamado Campelo, além da associação estão sendo criadas duas cooperativas. Uma delas bem mais antiga tenta se estabelecer desde o princípio da constituição do assentamento, momento em que, sob a orientação do MST, foi criado um estatuto para o seu funcionamento. Atualmente, outras entidades estão atuando para que a cooperativa possa funcionar, como a Comissão Pastoral da Terra e a Universidade Estadual do Norte Fluminense. A outra cooperativa que está sendo montada é mais recente e encontra-se em fase muito inicial de formação e agregação de pretendentes a cooperados. Esse núcleo é o que apresenta a maior diversidade em termos de grupos organizados possuindo uma associação e dois projetos de cooperativa, fazendo com que os assentados se dividam entre as três organizações (tabela 5).

Por último, no núcleo cinco de nome Cajueiro, existe uma associação bastante forte na qual a presidente é militante do MST e os demais assentados residentes neste núcleo, a princípio, parecem ter uma boa relação com o movimento, o que pode ser explicado pela também boa relação que têm com a presidente da associação (tabela 5).

Tabela 5 – Características dos núcleos que constituem o assentamento rural Zumbi dos Palmares

Núcleo	Localização/ Município	Ano da Ocupação	Número de Famílias	Associação de Produtores	Coopera- tiva	Relação com o MST
I - Zumbi 1	Campos dos Goytacazes	1997	150	Sim/ Forte	Não	Sem vínculos
II – Jacarandá	Campos dos Goytacazes	1997	72	Sim/ Fraca	Não	Sem vínculos
III - São Gregório	Campos dos Goytacazes	1997	68	Sim/ Fraca	Não	Sem vínculos
IV – Campelo	Campos dos Goytacazes	1997	146	Sim/ Forte	Sim	Possui vínculos
V – Cajueiro	São Francisco de Itabapoana	1997	71	Sim/ Forte	Não	Possui vínculos

Fonte dos Dados: Entrevistas realizadas pela autora em trabalho de campo, fevereiro/2004

Nessa breve apresentação das diferentes gestões existentes em cada núcleo pudemos observar que os núcleos Zumbi 1 (núcleo 1), Campelo (núcleo 4) e Cajueiro (núcleo 5) apresentam características que permitem um estudo comparativo e que são compatíveis com os objetivos de nosso estudo.

Baseando nossa escolha em todos os dados até então obtidos, principalmente na observação do espaço feita no primeiro trabalho de campo que nos revelou uma nítida diferença de organização espacial entre os três núcleos e nas entrevistas com os presidentes das associações de produtores dos mesmos, que nos levaram a conclusões preliminares de que tais núcleos são os que apresentam gestões diferenciadas entre si, selecionamos então os três núcleos acima citados – Zumbi 1, Campelo e Cajueiro - para realizarmos nossa pesquisa.

Em primeiro lugar, os três possuem associações atuantes de alguma forma, porém diferentes entre si, o que é de fundamental importância para um trabalho que pretende realizar um estudo comparativo da organização do espaço. Em segundo lugar, as relações com o MST nos três núcleos se mostram de intensidades bem diferentes: no Zumbi 1 esta relação praticamente não existe, no Campelo os assentados estão divididos em dois lados diferentes, o dos que aceitam a participação do MST nas questões do assentamento e o dos que não aceitam essa relação, e no Cajueiro as relações com o MST aparecem bem estreitas. Um terceiro ponto seria a posição de Cajueiro, que por estar situado

em outro município certamente irá apresentar características particulares, sendo, portanto, de extrema importância que esteja incluído em nosso estudo.

Um estudo comparativo desses três núcleos nos abre possibilidades de investigação das organizações de seus espaços internos, já que apresentam não somente diferenças no que se refere aos responsáveis por suas gestões, mas também nas relações com o movimento social que lhes deu origem (MST) e na própria organização espacial interna.

Ao selecionarmos os núcleos e apontarmos as principais características pelas quais foram escolhidos, voltamos nossas reflexões para o encaminhamento de nossa problemática para a qual buscaremos um desenvolvimento e algumas conclusões, frente aos objetivos propostos.

Nossa principal preocupação é procurar entender de que maneira diferentes lógicas de organização espacial intra-assentamento, oriundas de diferentes tipos de gestão, podem influenciar a qualidade de vida dos assentados e em que medida os assentados alteram esta organização espacial para atingir seus objetivos sociais e econômicos. Essa questão pode ser desdobrada para que seja mais facilmente trabalhada em duas outras: primeiramente na compreensão das relações possíveis de serem estabelecidas entre as diferentes organizações dos espaços internos do assentamento e a qualidade de vida encontradas em cada núcleo; e a outra, de que formas a organização espacial decorre das relações dos assentados com as gestões internas de cada núcleo e como ocorreram mudanças na organização inicial a partir das demandas dos assentados.

Tais questões mencionadas nortearão as reflexões que serão desenvolvidas no presente estudo, desde nossas abordagens teóricas – tema do próximo capítulo – até a análise final da organização espacial interna dos três núcleos selecionados do assentamento rural Zumbi dos Palmares e de suas relações com a qualidade de vida dos produtores assentados.

No presente capítulo pretendemos expor considerações a respeito do papel desempenhado pela organização espacial, que constitui a concepção teórica que balizará o presente estudo e servirá como instrumento para as análises que serão realizadas no assentamento rural Zumbi dos Palmares. A apreciação da organização espacial para qualquer estudo geográfico, sabemos, é essencial. Aqui, observaremos os modos através dos quais ela poderá nos auxiliar na compreensão da qualidade de vida dos assentados.

Considerado por nós como uma manifestação da organização espacial o habitat rural constitui-se em um elemento fundamental na organização de um espaço agrário. E dessa maneira, seu estudo fornecerá o apoio necessário para a compreensão da organização espacial do assentamento Zumbi dos Palmares e da qualidade de vida dos assentados que nele vivem. Uma revisão do habitat rural será realizada através das acepções de seu conceito, das classificações e de suas principais abordagens na geografia.

2.1 – O Habitat Rural: Elemento Fundamental para a Compreensão da Organização de um Espaço Rural

Como elemento de auxílio para a explicação da organização de um espaço rural, o habitat coloca-se num patamar de enorme importância como poderemos ver ao longo de nossa exposição. Apesar de o estudo do habitat parecer ter sido esquecido pela geografia, ele pode ser de grande utilidade para o entendimento de um espaço rural, assim como o é para o nosso estudo.

O estudo do habitat rural, alvo de grande interesse por parte dos geógrafos nas décadas de 1940 e 1950, sofreu um grande declínio a partir da década de 1960, motivado muito em parte pelo surgimento da chamada geografia quantitativa, e continua deixado de lado pelos geógrafos até os dias atuais, salvo raras exceções.

No Brasil, os debates realizados no ano de 1958 no encontro da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) demonstravam bem esse interesse voltado para uma preocupação a respeito do rumo dos estudos sobre o habitat rural no Brasil. A tentativa era de construir avanços no estudo do habitat procurando formular modelos e classificações que fossem mais adequados ao país, uma vez que os modelos vigentes se mantinham sempre presos aos padrões europeus de classificação.

ALMEIDA (1995) em artigo sobre o tratamento do habitat (rural e urbano) no Brasil ressalta que o abandono dos estudos relativos ao habitat se deu provavelmente em função de dois motivos principais: o fortalecimento dos estudos urbanos e o forte enfoque econômico de que foram conduzidos grande parte dos trabalhos geográficos após a década de 1960. No entanto, independente dos motivos, assim como Almeida, pensamos que constitui uma grande perda para os estudos geográficos a escassez de estudos sobre o habitat que presenciamos hoje.

Nossa intenção aqui não se restringe somente em utilizar o estudo do habitat para a compreensão de uma organização espacial, mas também de modestamente resgatá-lo a fim de sublinhar a importância da compreensão do habitat rural para os estudos da geografia agrária. Assim como GRABOIS (1993) acreditamos que na retomada dos estudos do habitat rural é fundamental que esta seja em bases mais sólidas, significando uma efetiva releitura dos clássicos. Focalizaremos então a definição do conceito de habitat rural e suas classificações, e a sua relevância para o entendimento da organização do espaço no assentamento rural Zumbi dos Palmares.

De maneira geral podemos dizer que o conceito de habitat refere-se ao modo de ocupação, ou seja, do tipo de povoamento ao qual foi submetida uma determinada área. A definição do conceito em nosso estudo estará apoiado nas concepções oferecidas por dois grandes autores que trataram o tema: SORRE (1952) e GEORGE (1956). A utilização de tais definições justifica-se pelo fato de serem semelhantes, porém complementares entre si.

SORRE (1952) em sua obra clássica de 1952 – “*Les Fondements de la Géographie Humaine – L’habitat*” relaciona o gênero de vida com o habitat rural e o habitat urbano, definindo o habitat rural como: “le mode d’occupation du sol en vue de l’exploitation agricole”⁴ (SORRE, 1952: 91), sendo um sinal concreto e símbolo da ocupação permanente do solo pelos homens.

Tal definição se torna completa no pensamento de SORRE (1952) quando o autor ressalta que o habitat compreende não somente os fatos relativos à habitação em si, como também todo o arranjo do estabelecimento rural.

GEORGE (1956) nos forneceu expressiva contribuição em seu livro “*La Campagne*”, obra clássica em que o autor faz um panorama das principais formas de organização do espaço agrícola no mundo, na qual encontra-se

⁴“O modo de ocupação do solo em vista da exploração agrícola” (traduzido pela autora).

também uma tipologia dos habitats rurais e uma análise dos tipos de aldeias que podem ser encontradas.

“On appelle *habitat* le mode de répartition des lieux habités à l'intérieur d'une région donnée (...) L'habitat rural apparaît alors comme le mode de répartition et de résidence des populations vivant à la campagne et, pour l'immense majorité des cas, de la campagne”⁵ (GEORGE, 1956: 84-85).

Não podemos deixar de destacar a concepção de habitat rural de DEMANGEON (1952), também um dos grandes autores que trataram o tema, tendo tido sua obra baseada especialmente na descrição das formas do habitat e no estabelecimento de índices de dispersão, levando em conta principalmente os fatores físicos e técnicos que interferem nos sistemas agrícolas para classificar o habitat:

“(...) la définition de l'habitat rural ne saurait être pure question de statistique, nombre de maisons ou nombre d'habitants; elle implique surtout que l'on analyse les rapports entre tout habitat et son terroir agricole; on ne doit pas dissocier ces deux termes (...)”⁶ (DEMANGEON, 1952: 202).

Para princípio de nossas reflexões, entendemos o habitat então como um elemento que engloba a forma de distribuição das casas, das construções, dos campos de cultivo e de todos os elementos do estabelecimento rural, sendo sua origem relacionada a diversos fatores que vão desde aspectos da estrutura fundiária, da estrutura agrária e do modo de vida de uma determinada região, sendo assim um elemento fundamental para a compreensão da organização de um espaço rural.

⁵ “Habitat é o modo de repartição dos lugares habitados no interior de uma dada região (...) O habitat rural aparece como o modo de repartição e de residência das populações que vivem no campo e para a imensa maioria dos casos, do campo” (traduzido pela autora).

⁶ “(...) a definição de habitat rural não deve ser pura questão de estatística, número de casas ou número de habitantes; ela implica sobretudo que se analise as relações entre todo o habitat e sua terra agrícola; não se deve dissociar esses dois termos (...)” (traduzido pela autora).

Tanto Sorre e George quanto Demangeon - geógrafos franceses seguidores de Vidal de La Blache - conforme veremos, possuem enormes semelhanças em suas idéias, e exerceram grande influência sobre os geógrafos no Brasil. Esses por sua vez, demonstraram-se preocupados em estudar os tipos de habitat existentes no território brasileiro e a sua importância para a explicação dos processos de colonização e povoamento.

Dentre os trabalhos que podemos considerar como clássicos realizados no Brasil estão os de WAIBEL (1949) - "Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil" - onde dedica parte do artigo ao estudo do habitat rural, e MONBEIG (1950) - "Pionniers et Planteurs de São Paulo" - que enfoca dentre outros temas o habitat rural e o habitat urbano. Há ainda que destacarmos os trabalhos de Orlando Valverde, Manuel Correia de Andrade e Nilo Bernardes, geógrafos que dedicaram boa parte de seus estudos ao habitat rural focalizando-se principalmente na descrição dos habitats em regiões específicas do Brasil.

Como nossa intenção aqui não é a de traçar um histórico dos trabalhos realizados sobre o habitat no Brasil, voltemos nesse momento para a relevância do estudo do habitat e de suas classificações, num esforço de posteriormente chegarmos à compreensão de como este representa uma manifestação da organização do espaço.

Alguns autores como MELO (1958) destacaram essa importância do estudo dos habitats:

- "Sobretudo os estabelecimentos humanos do mundo rural, à frente as células elementares do povoamento, que são as habitações, formam através de sua distribuição espacial, variados tipos de redes ou de tecituras ou simplesmente de arrumações e arranjos, cada um deles exprimindo fatos de estrutura e de organização de natureza agrária, econômica e social derivados das relações do homem com a terra ou da utilização da terra pelo homem" (MELO, 1958: 222).

O habitat é, assim, um dos elementos que compõem a organização de um espaço rural, sendo certamente de grande valia para a compreensão da dinâmica desse espaço. No entanto, para que possamos perceber de que maneira o estudo

do habitat rural pode contribuir para o entendimento de uma determinada organização espacial, é necessário que conheçamos as classificações e descrições dos tipos de habitat e como foram tratados pelos autores que se dedicaram ao tema.

O habitat rural pode ser classificado basicamente em três tipos principais: habitat *agrupado*, habitat *disperso* e habitat *intercalar* ou *misto*, apresentando variações a partir dessas classificações e de acordo com as concepções de cada autor. Trataremos aqui somente os principais tipos e os que podem de alguma maneira colaborar para a compreensão dos habitats encontrados no assentamento rural Zumbi dos Palmares.

O habitat rural *agrupado* consiste como o próprio nome já revela na concentração das habitações de uma determinada área, localizando-se próximas umas às outras, em função de fatores que variam de acordo com cada caso. Os fatores que podem exercer influência tanto no agrupamento quanto na dispersão do habitat rural foram muito bem explicitados por Demangeon e George, onde mais uma vez podemos perceber similaridades no pensamento desses dois autores.

Segundo DEMAGEON (1942) é fundamental que consideremos primeiramente a influência dos regimes agrários sobre o habitat rural. O autor distinguiu três grandes grupos de influência: as condições naturais, as condições sociais e a economia agrícola. E dentro desses três grupos, destacou os principais fatores que os compõem, como a abundância ou a rarefação de água, as necessidades de defesa, as tradições étnicas e a destinação das terras exploradas.

De maneira semelhante, GEORGE (1956) sublinhou como influenciadores na formação do habitat os fatores naturais em geral, como proximidade de rios, topografia, fatores históricos, fatores sociais e econômicos, relações de poder, condições de produção e exploração, maior comodidade para a exploração do espaço agrícola, tipo de cultura além de funções defensivas, contra ameaças de animais e criminosos.

O habitat rural *disperso* caracteriza-se por um certo afastamento das habitações em relação umas às outras e pode ser classificado em diversas categorias de acordo com o tipo de dispersão.

No Brasil, um número expressivo de autores estudou os tipos de dispersão existentes do povoamento rural. Segundo KELLER (1958), o habitat *disperso* é

resultante muitas vezes do povoamento espontâneo. Tem uma disposição irregular e pode ser classificado em habitat *disperso linear* e habitat *disperso coagular*. O *linear* é caracterizado pelas terras dispostas em bandas paralelas e as casas construídas na frente dos lotes e é semelhante ao chamado por SMITH (1946) *apud* KELLER (1958) de "village em linha", um tipo de povoamento que geralmente ocorre na ocupação extensiva e nos planos de colonização. Já para MULLER (1958) a dispersão *linear* caracteriza-se pelas casas apresentando-se afastadas uma das outras, mas conservando relativo alinhamento acompanhando o traçado de estradas ou de rios.

O habitat *disperso coagular* compõe-se quando o habitat embora apresente casas isoladas, essas se encontram suficientemente próximas para criarem uma mancha de maior densidade dentro da dispersão predominante, sendo considerada como forma de transição para a aglomeração. MULLER (1958) acrescenta ainda mais um tipo de dispersão, a dispersão *absoluta*, quando as casas estão disseminadas no terreno sem qualquer ordem e afastadas uma das outras por grandes distâncias.

BERNARDES (1958) ressalta sobre o habitat *disperso*, que este é resultante do povoamento espontâneo, sendo que o *disperso linear* apresenta sua origem relacionada às formas espontânea e planejada, esta última demonstrando o papel principal das vias de comunicação e do relevo na disposição do habitat.

Seguindo a mesma linha de MULLER (1958), a dispersão ordenada é admitida segundo BERNARDES (1958) quando é nítida a disposição das casas seguindo um fator - de ordem física ou cultural - de maior atração como, por exemplo, estradas, fundos de vales, beiras de rio, limites de zonas alagáveis, dentre outros. No entanto, o grau de ordenação assim como o comportamento espacial do elemento ordenador pode ser variável, dividindo-se em dois sub-tipos: *dispersão ordenada linear* e *dispersão ordenada coagular* na qual, mesmo não existindo, necessariamente, um alinhamento, a aglutinação das moradias em determinadas áreas revela, contudo, a presença de um fator de ordenação no conjunto.

Uma outra forma de habitat que reúne as duas classificações (*disperso* e *concentrado*) nos é apresentada por DEMANGEON (1942): o habitat *intercalar*, que é uma forma mista, ou seja, quando certas áreas de dispersão revelam pontos de concentração que podem ser assimilados pelo menos em sua

fisionomia. Chamaremos então o habitat de *misto* quando tivermos uma área cuja extensão apresentaria os dois tipos de habitat.

Para PERPILLOU (1953) *apud* KELLER (1958) as aglomerações surgem nas áreas do habitat disperso como formações secundárias e respondem à necessidade de criar quadros e centros nas regiões de dispersão, pois quando a dispersão é total surge um problema que o autor considera muito comum, o de que toda comunidade humana necessita, por mais dispersa que seja, de um centro de gravidade.

Das diferentes formas em que revela-se, percebemos que o habitat rural possui em sua essência elementos fundamentais que compõem a organização do espaço rural. E é por esse motivo, que ele torna-se extremamente relevante para nosso estudo.

Já citado anteriormente, gostaríamos de dedicar mais algumas linhas ao estudo de GRABOIS (1993), recente e importante trabalho sobre o habitat no Brasil. Assim como nós, o autor faz uma tentativa de resgate do tema dando-o uma nova luz. Esse resgate assume uma perspectiva marxista, de maneira que associa as transformações das formas de habitat nas Terras da Transição Agreste/Mata de Pernambuco – especialmente aquele ligado à pequena produção - ao desenvolvimento das forças produtivas, à evolução das relações sociais de produção e do modo de produção.

O autor dá ênfase ao habitat em sua evolução, revelando que a organização espacial é também uma redefinição do habitat. Baseado principalmente nas idéias de Sorre, o autor assume que as transformações da economia e da sociedade supõem todo um processo de desenvolvimento das forças produtivas e da evolução das relações sociais de produção, provocando reordenações espaciais que se manifestam também no habitat, alternando formas de dispersão e concentração.

A idéia que sustentamos de que o habitat é uma manifestação da organização espacial também está presente em GRABOIS (1993), mas de uma maneira diferenciada. O autor procura dar um enfoque no habitat, tratando a organização espacial apenas como resultado de uma estrutura externa, no caso a economia.

Em nosso estudo, conforme veremos detalhadamente na segunda parte do capítulo, concedemos à organização espacial um estatuto mais ativo, no sentido de constituir um elemento capaz de influenciar a organização social, não sendo

considerado somente como um resultado da organização social. Essa concepção é o que tentaremos trazer de novo para o estudo do habitat. Expliquemo-nos.

Os autores clássicos franceses que aqui tratamos – Demangeon, Sorre e George – assim como os geógrafos brasileiros – Bernardes, Monbeig, Melo, Keller – constituem parte da chamada geografia clássica, o que é ressaltado dentre outros motivos pela semelhança entre suas obras, marcadas por um forte caráter descritivo e particularista. Todos esses autores sempre associaram o habitat rural à paisagem, sendo este um elemento fundamental para a sua descrição. Em nosso trabalho, a associação de habitat rural se faz à organização espacial, e não à paisagem.

Na geografia clássica o conceito de espaço não representava, como hoje, um conceito-chave para a ciência geográfica. No entanto, podemos reconhecer em conceitos como paisagem, região e lugar presentes nas obras da geografia clássica alguns elementos que podem ser reinterpretados diante de conceitos hoje resignificados. Por exemplo, a idéia de que a sociedade molda o espaço que ocupa é comum entre as concepções da relação entre sociedade e ambiente da geografia clássica e da organização espacial da geografia contemporânea. A diferença é que nesta última o espaço não é somente continente mas contingência para a própria organização social.

Sabemos que a paisagem era vista como sendo um resultado da interação das sociedades com seu sítio, bem como marcas do passado, formas que resistiram ao tempo, como podemos perceber em um trecho da obra de DEMANGEON (1942):

“La connaissance de l’habitat, de ses formes et de leur répartition appartient bien à la géographie, comme celle de tous les faits de surface qui composent la figure de la Terre. Cette agglomération ou cet éparpillement des maisons rurales sont des traits universels qui révèlent presque partout l’empreinte de l’humanité; en eux mêmes, par le fait de leur existence ils constituent des éléments du paysage,

etcela suffirait à justifier qu' on entreprenne leur description"⁷ (DEMANGEON, 1942: 202 e 203).

O que se percebe nos geógrafos clássicos é uma tentativa de descrever a organização dos objetos de maneira funcional, dando ao estudo do habitat um tratamento extremamente descritivo, da relação singular de cada sociedade com seu ambiente – como, por exemplo, da descrição dos habitats em várias regiões do mundo, o que provavelmente também contribuiu muito para o esgotamento dos estudos relacionados ao habitat.

O resgate do habitat rural aqui não pretende tomar um rumo puramente descritivo ou classificatório. Essencialmente, o habitat será tratado como uma manifestação da organização espacial, e conseqüentemente, de que maneira ele está influenciando a qualidade de vida dos assentados. Para isso, precisamos nos aprofundar no papel da organização espacial para os estudos geográficos e para o nosso estudo em especial.

2.2 – O Papel da Organização Espacial e sua Relevância para o Estudo de um Espaço Rural

Base epistemológica da ciência geográfica hoje, a organização do espaço constitui o pilar de sustentação de nossa concepção teórica. O papel da organização espacial fundamenta e confere o caráter essencial dos estudos geográficos oferecendo-nos o apoio imprescindível para o desenvolvimento desse estudo.

Dentre os autores mais importantes que se dedicaram ao estudo da organização espacial podemos destacar: SÁNCHEZ (1981, 1991), MASSEY (1984) e LEFEBVRE (1974) e mais recentemente SANTOS (1985, 1996), CORRÊA (1990) e GOMES (1997, 2002). Com exceção deste último, os demais autores inclinaram suas preocupações a fim de compreender a organização do espaço no modelo capitalista de produção, o que torna suas análises, realizadas em sua maioria em escala de processos macroeconômicos, um tanto distantes de nossos

⁷ "O conhecimento do habitat, de suas formas e de sua repartição cabe bem à geografia, como aquele de todos os fatos de superfície que compõem a figura da Terra. Essa aglomeração ou dispersão das casas rurais são traços universais que revelam quase por toda a parte a marca da humanidade; em si mesmos, pelo fato de sua existência eles constituem elementos da paisagem, e isso bastaria para justificar que se empreenda sua descrição" (traduzido pela autora).

objetivos, porém não suas concepções. A organização espacial interna de um assentamento rural encontra-se numa microescala de análise, mas, embora a escala difira das trabalhadas por tais autores, as visões apresentadas podem perfeitamente auxiliar-nos em nosso estudo se considerarmos, certos de que devemos tomar os devidos cuidados, que são teorias desenvolvidas para o entendimento do espaço geográfico e dos processos que nele se desenvolvem.

Os trabalhos de SÁNCHEZ (1991), SANTOS (1985,1996), CORRÊA (1990) e GOMES (1997, 2002) serão, no entanto privilegiados uma vez que as contribuições fornecidas por tais autores são as que mais se aproximam no sentido de auxiliar o desenvolvimento de nossas reflexões a respeito da organização espacial do assentamento rural Zumbi dos Palmares. Reflexões a respeito do espaço geográfico estão presentes na obra de todos esses autores, e é o ponto de partida para a apreensão da organização espacial assim como dos processos sociais e físicos que constituem essa organização.

Dedicado aos estudos da geografia econômica e da geografia política, SÁNCHEZ (1991) vê o espaço como sendo formado por um conjunto articulado de elementos interativos que a partir da estrutura social dominante podem adotar diversas formas. Daí a formação de um espaço social, ou seja, o espaço resultante da ação humana, que o transforma para atingir diferentes fins:

“Podemos considerar el espacio social como el espacio geográfico transformado que resulta de la actuación del hombre y de la sociedad sobre el medio físico, al incidir en él y al manipular sus leyes naturales propias. Por ello, el espacio social en um território concreto cambiará com el tiempo, según sean los procesos históricos a que se haya visto sometido y la estructura social que em cada momento estuviese asentada em él”⁸ (SÁNCHEZ, 1991: 65).

Assim, é o homem que atribui valor ao espaço exercendo sobre ele um processo de produção do espaço social, sendo o espaço não somente um suporte

⁸ “Podemos considerar o espaço social como o espaço geográfico transformado que resulta da atuação do homem e da sociedade sobre o meio físico, ao incidir sobre ele e ao manipular suas leis naturais próprias. Por isso, o espaço social em um território concreto mudará com o tempo, segundo sejam os processos históricos a que tenha sido submetido e a estrutura social que em cada momento estiver assentada nele” (traduzido pela autora).

para a ocorrência das relações sociais, mas também o meio de produção. Para SÁNCHEZ (1991) a sociedade como articulação espaço-temporal de indivíduos, precisa atuar sobre o espaço físico para adequá-lo aos seus fins, desempenhando um papel ativo nas formas que esse espaço assumirá.

Não obstante a sociedade ter um papel fundamental nas formas que constituem o espaço geográfico, este não representa meramente o reflexo da sociedade. Uma discussão presente nas obras de Santos e Gomes dá conta de desmistificar tal modo de pensar. Segundo SANTOS (1979) o espaço é sim uma das estruturas da sociedade e a organização do espaço é também uma forma, “um resultado objetivo de uma multiplicidade de variáveis atuando através da história, sendo sua inércia dinâmica” (SANTOS, 1979: 30). Isso quer dizer que as formas são ativas, pois elas obrigam as outras estruturas sociais a modificar-se, procurando uma adaptação, sempre que não possam modificá-la.

GOMES (2002) ressalta seguindo a mesma linha de pensamento que o espaço não sendo reflexo da sociedade é ao mesmo tempo o lugar onde as práticas sociais ocorrem, a condição para tal e o quadro que as delimita e lhes dá um sentido. Desta forma, para ambos autores, a organização espacial orienta as práticas sociais:

“O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem tamanha imposição sobre o homem, nenhum está tão presente no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem esses pontos são igualmente elementos que condicionam a atividade dos homens e comandam a prática social” (SANTOS, 1979: 18).

“Chamamos atenção para o fato de que este arranjo físico das coisas é o que vai permitir que determinadas ações se produzam, ou seja, as práticas sociais são dependentes de uma certa distribuição ou “arrumação” das coisas (...) Para que determinadas ações se produzam, é necessário que um certo arranjo físico-espacial seja concomitantemente produzido” (GOMES, 1997:36 e 37).

Nessa perspectiva confirmamos a relevância da organização espacial para a explicação dos processos que ocorrem no espaço, de maneira que a disposição das formas e a relação entre elas conduzem as atuações que serão desempenhadas pelo homem. Pretendemos então, compreender através da organização espacial do assentamento Zumbi dos Palmares como apresentam-se a qualidade de vida da população assentada.

No auxílio dessa tarefa pensamos que será de enorme valia a contribuição de GOMES (2002). Debruçado nos estudos geopolíticos urbanos e valorizando a análise de processos em microescala, o autor trouxe novas proposições e um novo modo de concebermos a organização espacial levando em consideração aspectos até então não muito valorizados pelos geógrafos, porém que podem ser de grande importância para a compreensão da organização espacial como, por exemplo: as fachadas das casas, a distribuição de seus cômodos, os arruamentos, etc, e também os valores associados a essas formas e ainda “as imagens que veiculam, as atividades aparentemente banais que aí se veiculam e as relações que podemos estabelecer entre esses objetos espaciais e as condições que criam para certas dinâmicas que neles se desenvolvem” (GOMES, 2002: 291).

Sendo o espaço visto como uma complexa composição de formas, aspectos, combinações, atividades e contextos, GOMES (2002) observa ainda que a análise espacial deve levar em conta a interação permanente entre as formas e os comportamentos e práticas sociais, que nos levarão ao desvendamento dos sentidos e dos significados da organização espacial:

“Os sentidos e significações da organização do espaço são sempre tributáveis de um universo relacional: da relação entre as coisas espacialmente distribuídas, da relação entre essas coisas e as práticas que aí tem lugar, dos lugares com as coisas, e assim sucessivamente” (GOMES, 2002: 290).

Nesse sentido, a proposição de GOMES (2002) é para nós por demais válida uma vez que revela novas possibilidades de análise da organização espacial, neste caso ocorrida numa escala dificilmente utilizada pelos estudos geográficos. O autor nos mostra como as formas espaciais em seus pequenos

detalhes e suas relações com as atuações dos homens podem contribuir para a explicação da organização de um determinado espaço.

Podemos dizer que a organização do espaço dentro de um assentamento rural é tomada desses detalhes. A forma de distribuição das casas, dos espaços de produção, dos centros comunitários – de encontros e de lazer e da infraestrutura em geral – postos de saúde, escola, serviços, etc – tem muito a oferecer para a compreensão das práticas que ocorrem no assentamento, e no nosso caso, das condições de vida em que se encontram os assentados.

Dessa forma, assumimos nossa partilha de visões com os autores que aqui estamos tratando e concluimos que o espaço é constituído pela sua configuração física mais as dinâmicas e práticas que nele ocorrem, e que a organização espacial estará sempre relacionada à estrutura da sociedade.

Nossa abordagem teórica também encontra embasamento na perspectiva de CORRÊA (1990) que ressalta que o estudo da sociedade pela geografia se faz através de sua organização espacial, ou seja, é através dela que a geografia deve apreender o seu objeto, a sociedade, ao mesmo tempo em que esta – a organização espacial – é fenômeno da sociedade, uma materialidade social, é também um objeto.

Assim, semelhante ao pensamento de Sánchez, para CORRÊA (1990) a organização espacial representa a expressão material do homem, refletindo as características do grupo que a criou. Além de ser resultado de um processo de produção e um meio de vida no presente, é também palco de reprodução da sociedade, constituindo-se numa condição para o futuro. Pressupõe-se então que a organização do espaço num assentamento rural é uma produção do grupo que nele habita da mesma forma que se constitui como uma condição para as ações que nele ocorrem. Consideramos então, que organizações espaciais diferentes trarão resultados diferentes no que diz respeito à qualidade de vida dos assentados, constituindo uma das premissas a partir das quais este estudo será desenvolvido.

A partir das concepções até agora vislumbradas gostaríamos de esclarecer alguns pontos que compõem as orientações, ainda teóricas, que deverão fazer parte do caminho que será traçado por esse estudo.

Um primeiro ponto importante a ser considerado trazido por SANTOS (1985) e CORRÊA (1990) refere-se ao fato de que a organização espacial também

é um reflexo do passado, ou seja, é caracterizada por formas herdadas que permaneceram no presente:

“As formas herdadas do passado tiveram uma gênese vinculada a outros propósitos e permanecem no presente porque puderam ser adaptadas às necessidades atuais, que não mudaram substancialmente ao longo do tempo (...) Elas apresentam uma funcionalidade efetiva em termos econômicos ou um valor simbólico que justifica a sua permanência” (CORRÊA, 1990, p.71).

Para o entendimento dos processos que contribuíram para a formação da atual organização espacial do assentamento rural Zumbi dos Palmares, é preciso que reflitamos sobre as formas do passado da área do assentamento em estudo, que apresenta hoje uma paisagem fortemente marcada por um passado relacionado a uma antiga área de usina de cana-de-açúcar.

Algumas formas herdadas desse passado canavieiro podem ser observadas como, por exemplo, casas, agrovilas, uma escola e até mesmo um pequeno vilarejo, onde habitavam operários da Usina São João, a qual após sua falência deu origem ao assentamento. De acordo com as características das edificações, esses prédios passaram a casas habitadas pelos assentados ou tornaram-se locais para a realização de cultos religiosos e sedes de associações. Isso demonstra a permanência de formas e em alguns casos com mudança de funções.

Para estabelecermos qualquer correspondência entre forma e função existentes na organização espacial do assentamento teremos que analisar o processo histórico do lugar e da estrutura do assentamento, fato este que nos é lembrado por CORRÊA (1990).

“Na análise da organização espacial deve-se ter o cuidado de não se iludir pela semelhança das formas espaciais. Formas semelhantes podem ser oriundas de processos distintos e realizarem funções diferentes” (CORRÊA, 1990, p.79).

Além disso, é importante ressaltar que não somente a percepção do aspecto físico das casas e prédios é suficiente para a compreensão das formas, que também devem ser observadas, dentre outras maneiras, através da distribuição espacial das habitações e das áreas de cultivo, ou seja, do habitat rural em si.

O estudo do espaço geográfico a partir da idéia de forma-conteúdo trazida por SANTOS (1985) é de grande contribuição uma vez que o espaço foi assim chamado por este autor por conter frações do social, ou seja, a atuação do homem sobre as formas é o que lhes dá sentido, conteúdo, valor. E isso é feito de acordo com os interesses dos homens em cada momento. Como a cada evento a forma se recria recebendo novos significados, a forma não pode ser considerada só como forma, nem apenas como conteúdo. Visão semelhante a essa encontramos em CORRÊA (1990), que considera as formas e a organização espacial como um resultado do trabalho de produção da sociedade no espaço. Para SANTOS (1996) a idéia de forma-conteúdo une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social.

Desta maneira, sempre que a sociedade sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos assumem novas funções. Esta visão está baseada na teoria da existência de um todo social e um conseqüente movimento deste, onde a totalidade da mutação cria sempre uma nova organização espacial.

A partir desses pressupostos teóricos, SANTOS (1985) estabelece as categorias de análise que devem ser utilizadas para a apreensão da organização espacial e de sua evolução. Estas só se tornam possíveis mediante a acurada interpretação do processo dialético entre formas, estrutura e funções através do tempo. Para o autor, tais categorias representam o verdadeiro movimento da totalidade, o que permitirá fragmentá-la para em seguida reconstruí-la.

Tratada por SANTOS (1985) como o aspecto visível de uma coisa, um arranjo ordenado de objetos, um padrão, podendo ser, por exemplo, uma casa, uma igreja, um bairro, uma vila industrial, dentre outras, a *forma* é uma das categorias concebidas para a apreensão do espaço geográfico em sua totalidade juntamente com a função, a estrutura e o processo. A *função* se caracteriza pela tarefa ou atividade desempenhada por uma forma, como morar, fazer compras, etc. A *estrutura* corresponde à inter-relação de todas as partes de um todo, o modo de organização ou construção e o *processo*, pode ser definido como uma

ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo e mudança (SANTOS, 1985).

Tais categorias constituem um segundo ponto para o qual requereremos atenção. Elas são de grande valia para nosso estudo no assentamento rural de Zumbi dos Palmares, uma vez que a utilização concomitante dessas categorias visa à compreensão de uma organização espacial, pois:

“Quando se estuda a organização espacial, estes conceitos são necessários para explicar como o espaço social está estruturado, como os homens organizam sua sociedade no espaço e como a concepção e o uso que o homem faz do espaço sofrem mudanças. A acumulação do tempo histórico permite-nos compreender a atual organização espacial” (SANTOS, 1985, p.53).

A utilização das quatro categorias (forma, função, estrutura e processo) conjuntamente é uma regra na qual o autor faz questão de sublinhar. Para ele, a verdadeira análise de uma organização espacial somente será obtida através da utilização das quatro categorias ao mesmo tempo, pois a parcial utilização dessas, ou seja, um estudo que apenas trabalhe com uma, duas ou três delas poderá ser extremamente enganoso.

A durabilidade das formas que constituem a organização espacial segundo SANTOS (1985) é importante para o seu futuro grau de flexibilização, de maneira que há de se ter atenção nas formas construídas no passado e de como foram ou são flexibilizadas na organização estabelecida pelos assentados, assim como no processo de surgimento de novas formas.

Assim, não podemos nos deixar iludir pela simples aparência das formas. SANTOS (1985) nos alerta que a consideração da forma e da função nos permitiria apenas uma mera descrição, como se a sociedade fosse estática. Da mesma maneira que a função só existirá graças à estrutura, que a ditará. Daí, uma importante questão para nosso estudo é verificar como esta organização esteve em sua forma inicial e em que medida os assentados e os outros atores a alteraram com o objetivo de atingir melhorias para o assentamento.

De acordo com SÁNCHEZ (1991), a sociedade modifica a organização espacial de acordo com os seus interesses. É o que ocorre na organização espacial do assentamento Zumbi dos Palmares, onde em cada núcleo a organização do espaço se dará em função dos objetivos de cada grupo de assentados que nele habitam.

“(...) todo grupo humano asentado sobre um território adopta una estructura social. Hemos establecido como hipótesis que cada estructura social necesitará una forma coherente de articulación social del espacio, y destinará sus esfuerzos a conseguirlo, subordinando y modificando el espacio geográfico de partida a sus intereses, enfrentándose com las limitaciones o condicionantes que en si mismo ofrezca”⁹ (SÁNCHEZ, 1991: 75).

O terceiro ponto de grande importância no trajeto de nossa pesquisa que gostaríamos de salientar refere-se à diferença entre a organização espacial e a paisagem. Apoiaremos-nos aqui na visão de SANTOS (1985) que definiu a organização espacial como a soma da paisagem com os processos sociais, e a paisagem como o conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos na sua continuidade visível.

“Paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto das formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. E o espaço são essas formas mais a vida que as anima” (SANTOS, 1996, p.103).

⁹ “(...) todo grupo humano asentado sobre um território adota uma estrutura social. Temos estabelecido como hipótese que cada estrutura social necesitará de uma forma coerente de articulação social do espaço, e destinará seus esforços a consegui-lo, subordinando e modificando o espaço geográfico de partida a seus interesses, enfrentando-se com as limitações ou condicionantes que em si mesmo ofereçam” (traduzido pela autora).

Essa concepção, no entanto, nem sempre é compartilhada por outros autores. Mesmo reafirmando que concordamos com a visão de Santos a respeito das diferenças entre a paisagem e a organização espacial, faz-se importante que notemos também como essas foram tratadas por autores que se dedicaram aos estudos da geografia agrária. Apesar de não possuírem a mesma visão de Santos a respeito de paisagem e organização espacial, algumas de suas concepções podem ser extremamente úteis para o nosso estudo.

Na geografia agrária clássica, por exemplo, a paisagem e a organização espacial são consideradas de forma muito próxima e até mesmo complementares. Waibel e Faucher, importantes representantes da geografia agrária clássica, dedicaram algumas de suas obras para o entendimento da paisagem e da organização do espaço agrário.

Para FAUCHER (1953)¹⁰, a geografia agrária constitui-se pelas condições de vida dos produtores, pelas características e transformações da paisagem rural, possuindo o papel de "describe las formas de los médios y de la actividad agrícola" (FAUCHER, 1953, p.12). Tanto para Faucher como para Waibel o estudo da paisagem é parte fundamental do objeto da geografia agrária. Em FAUCHER (1953), a paisagem representava uma síntese dos aspectos humanos com os recursos naturais, ou seja, o gênero de vida fruto das relações do homem com seu sistema agrícola, suas tradições e cultura, que estariam incluídos na paisagem, sendo de fundamental importância para a compreensão dessa. Por consequência o autor afirma :

"La Geografia agraria se establece, pues, sobre un conjunto de datos cuya inteligencia no puede ser alcanzada más que desde el interior, por el contacto directo y en cierto modo íntimo con la vida y la mentalidad campesina. Depende con frecuencia tanto de la psicología como de la observación de los hechos materiales"¹¹ (FAUCHER, 1953, p.21).

¹⁰ Livro publicado originalmente em francês e traduzido para o espanhol por Rafael Martínez.

¹¹ "A geografia agrária se estabelece, pois, sobre um conjunto de dados cuja inteligência não pode ser alcançada mais que de seu interior, pelo contato direto e de certo modo íntimo com a vida e a mentalidade camponesa. Depende freqüentemente tanto da psicologia como da observação dos feitos materiais" (traduzido pela autora).

Além disso, para este autor, através do estudo da evolução dos sistemas agrícolas poder-se-á compreender e explicar o gênero de vida de determinada população rural e conseqüentemente, interpretar a paisagem agrícola: "Sólo es posible explicar los paisajes rurales por el análisis de los sistemas agrícolas y de su evolución" (FAUCHER, 1953, p.17). Esta visão parece-nos de certa forma semelhante à de Santos, quando se trata de um estudo não só das formas e funções, mas da estrutura e do processo.

Demonstrando-se mais sistemático, WAIBEL (1979)¹² não nos fala de um procedimento único na geografia agrária, voltado à paisagem e ao gênero de vida, mas ao contrário, admite a separação da geografia agrária em ecológica, estatística e fisionômica. Esta última é a abordagem que focaliza os estudos da paisagem. No entanto, ela também é vista como uma paisagem econômica, que seria constituída por determinados aspectos:

"O aspecto de uma paisagem de cultura por enxada é inteiramente diferente daquele de uma região de cultura por arado, como também em última análise, a paisagem do sistema de três campos é diferente daquela de rotação de culturas. Além disso, é muito importante a finalidade da produção, pois é diferente quando se trabalha apenas para o próprio consumo ou para os mercados externos, se os produtos são levados ao mercado *in natura*, semiprocessados ou inteiramente beneficiados etc. Também os caminhos, edifícios de moradia, instalações de beneficiamento, que se destinam a fins agrícolas, são elementos característicos de uma paisagem econômica" (WAIBEL, 1979:34).

Os estudos de Faucher e Waibel demonstram uma grande preocupação em estudar o espaço agrário pela sua organização e pelos seus modos de vida constituintes. Isso nos aproxima desses autores e de certa forma pode trazer para este estudo contribuições para o entendimento da organização do espaço do assentamento rural Zumbi dos Palmares. Mesmo apresentando uma visão diferenciada da que estamos concebendo para a paisagem, as reflexões dos autores voltadas para o estudo da mesma, permitem que possamos empregar

¹² Livro publicado originalmente em 1958 e traduzido nesta edição por Walter A. Egler.

alguns de seus elementos para compreender a organização espacial interna do assentamento.

A maneira como tais concepções – não somente de Faucher e Waibel, mas também as demais vistas ao longo do presente capítulo – serão aplicadas pelo presente estudo consistem o próximo capítulo, onde constituem-se matérias-primas responsáveis por fornecer as bases que sustentarão a metodologia concebida para o desenvolvimento desse estudo.

CAPÍTULO II

OS RITMOS TRIENIAIS NA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

CAPÍTULO III

OS RUMOS TRILHADOS NA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

No encaminhamento de nosso estudo, a realização de algumas etapas é fundamental para que possamos conduzir as concepções teóricas abordadas à análise prática que elaboraremos a respeito da organização espacial do assentamento Zumbi dos Palmares e sua relação com a qualidade de vida da população assentada.

No presente capítulo voltaremos nossa atenção para os principais caminhos percorridos no desenvolvimento da pesquisa, iniciando pelos procedimentos operacionais que possibilitaram a construção da pesquisa, passando pelo modo como procuraremos observar a relação do habitat rural com a organização espacial e finalmente estabelecendo alguns pontos de vista relativos ao conceito de qualidade de vida, destacando de que maneira essa será avaliada a partir da construção de variáveis, as quais serão relacionadas posteriormente com a organização espacial.

3.1 – Procedimentos de Realização da Pesquisa

Toda pesquisa, para que seja realizada, traz a necessidade do estabelecimento de determinadas estratégias que serão responsáveis pelo encaminhamento dos questionamentos levantados pelo estudo, ou seja, representarão o caminho que nos levará a encontrar as hipóteses e possíveis respostas para nossas questões.

Apresentaremos a partir de agora através da consideração de algumas etapas os procedimentos operacionais desenvolvidos ao longo da pesquisa.

1ª ETAPA: LEVANTAMENTOS DE DADOS E ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA

A primeira etapa da pesquisa, dividida em duas fases, correspondeu a um extenso levantamento bibliográfico a respeito dos temas principais constituintes da dissertação e a um levantamento e análise de dados secundários dos assentamentos rurais do estado do Rio de Janeiro, e mais especificamente do assentamento rural Zumbi dos Palmares.

1ª Fase: Análise Bibliográfica

- Levantamento bibliográfico aprofundado sobre: assentamentos rurais e reforma agrária no Brasil e no estado do Rio de Janeiro, focalizando a região Norte Fluminense.

- Levantamento Bibliográfico relativo aos conceitos de espaço, organização espacial e habitat rural que deram base à dissertação;
- Levantamento de pesquisas (monografias, dissertações, teses e bancos de dados) sobre assentamentos rurais no Brasil, e sobre o assentamento rural Zumbi dos Palmares, principalmente em instituições universitárias no estado do Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ, especificamente no CPDA);

2ª Fase: Levantamento e Análise de Dados Secundários

- Levantamento de dados secundários relativos a assentamentos no estado do Rio de Janeiro, com foco na região Norte Fluminense no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e no Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro;
- Levantamento de dados secundários respectivos ao assentamento rural Zumbi dos Palmares através da utilização do Banco de dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;
- Levantamento de dados sociais e econômicos da região Norte Fluminense nos Censos Demográficos, Censos Agropecuários do IBGE para o Estado do Rio de Janeiro; e levantamento de dados respectivos a conflitos de terra no Rio de Janeiro no Atlas Fundiário do Estado do Rio de Janeiro da Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos (SEAF);

2ª ETAPA: TRABALHO DE CAMPO DE RECONHECIMENTO E CARACTERIZAÇÃO GERAL DO ASSENTAMENTO

Nesta etapa foi realizado um trabalho de campo ao município de Campos dos Goytacazes que se desenvolveu em duas fases: visita ao assentamento rural Zumbi dos Palmares e ao Grupo de Estudos sobre Pobreza Rural, Movimentos Sociais e Meio Ambiente sediado no Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) cujos pesquisadores desenvolvem trabalhos no assentamento Zumbi dos Palmares.

1ª Fase: Reconhecimento do Assentamento Rural Zumbi dos Palmares

Após a análise bibliográfica e dos dados secundários a respeito dos assentamentos rurais existentes no estado do Rio de Janeiro, foi feita uma seleção prévia do assentamento Zumbi dos Palmares, a qual necessitava ainda

de uma confirmação. Foi realizado então um reconhecimento do assentamento com o objetivo de avaliar se os elementos considerados relevantes para a seleção feita previamente estaria de acordo com a realidade encontrada, para que pudéssemos confirmar a escolha.

Para a consecução desses objetivos, foram realizadas entrevistas com os presidentes das associações de produtores dos cinco núcleos do assentamento. Tais entrevistas, cujo roteiro encontra-se em anexo, abordaram os seguintes aspectos:

- data de criação do assentamento
- número de famílias no núcleo
- história do núcleo
- organização após a instalação do assentamento
- aspectos da produção
- aspectos da infra-estrutura social e de serviços
- órgãos e entidades que atuam no núcleo
- maiores problemas do assentamento

Além das entrevistas, como parte componente fundamental do reconhecimento do assentamento também foram observados aspectos relacionados à organização espacial interna do assentamento, procurando verificar as diferenças entre os núcleos. A partir da realização de todo esse reconhecimento – incluindo entrevistas e observações - confirmou-se a escolha do assentamento Zumbi dos Palmares e decidiu-se pelo estudo comparativo de três de seus núcleos, o que já vimos detalhadamente no primeiro capítulo do presente estudo.

2ª Fase: Visita ao Grupo de Estudos sobre Pobreza Rural, Movimentos Sociais e Meio Ambiente da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)

Coordenado pelo professor Dr. Marcos Pedlowiski, esse grupo realiza há alguns anos estudos no assentamento rural Zumbi dos Palmares. Nesta visita além de conversas informais a respeito do assentamento com o grupo de pesquisa, foi obtido o Plano de Desenvolvimento do Assentamento rural Zumbi dos Palmares (PDA) feito pelo INCRA com objetivo de estabelecer um diagnóstico do assentamento.

3ª ETAPA: TRABALHO DE CAMPO PARA LEVANTAMENTO DE DADOS PRIMÁRIOS

Constando de três fases, esta etapa visou ao levantamento de dados primários do assentamento Zumbi dos Palmares, tendo a primeira fase consistido na obtenção de dados primários de trabalhos de campo realizados durante o ano de 2003 pelo grupo de pesquisa da UENF e que nos foram gentilmente cedidos; a segunda fase em uma visita ao campus avançado da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) em Campos dos Goytacazes; e a terceira na realização de um trabalho de campo específico de nossa pesquisa no assentamento com entrevistas e aplicação de questionários junto a produtores rurais assentados e lideranças locais.

1ª Fase: Dados Primários Oriundos de Pesquisas do Grupo de Estudos sobre Pobreza Rural, Movimentos Sociais e Meio Ambiente da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)

Em atividade de levantamento de informações de interesse realizadas na cidade de Campos dos Goytacazes foram obtidos dados primários do assentamento rural Zumbi dos Palmares junto ao Grupo de Estudos sobre Pobreza Rural, Movimentos Sociais e Meio Ambiente da Universidade Estadual do Norte Fluminense, com pesquisas, inclusive, associadas a dissertações de mestrado sobre o assentamento.

Esta fase foi considerada de grande relevância uma vez que era significativa a quantidade de dados primários sobre o assentamento Zumbi dos Palmares cedidos pelo grupo de pesquisa da UENF. Segue abaixo a relação dos dados que nos foram fornecidos em nível dos lotes entrevistados - sendo 20 em Zumbi 1, 22 em Campelo e 6 em Cajueiro - cada um deles constando a data da entrevista, o nome e o núcleo do assentado.

- composição da família por número de pessoas
- atividade exercida antes do assentamento
- experiência anterior em agricultura ou pecuária
- tipo de crédito recebido no assentamento
- financiamento recebido e órgão que concedeu
- organismos que prestaram assistência técnica e apoio ao lote
- participação em grupo organizado dentro do assentamento
- forma de comercialização da produção

- grau de escolaridade do entrevistado e dos membros da família
- renda mensal de fonte agrícola
- renda mensal de fonte não-agrícola
- renda total mensal da família
- posse de bens materiais antes e depois do assentamento
- percepção da vida hoje

É importante ressaltar que utilizamos no tratamento dos dados, nos casos em que coincidentemente houve concomitância entre os lotes entrevistados em nosso trabalho de campo e os lotes entrevistados pelo grupo de pesquisa LEEA/UENF, as informações dos nossos questionários, eliminando os dados deste grupo de pesquisa. Tal decisão foi tomada tendo em vista o fato de nossos questionários estarem mais voltados aos nossos objetivos e contemplarem melhor as questões a que se propõe o presente estudo.

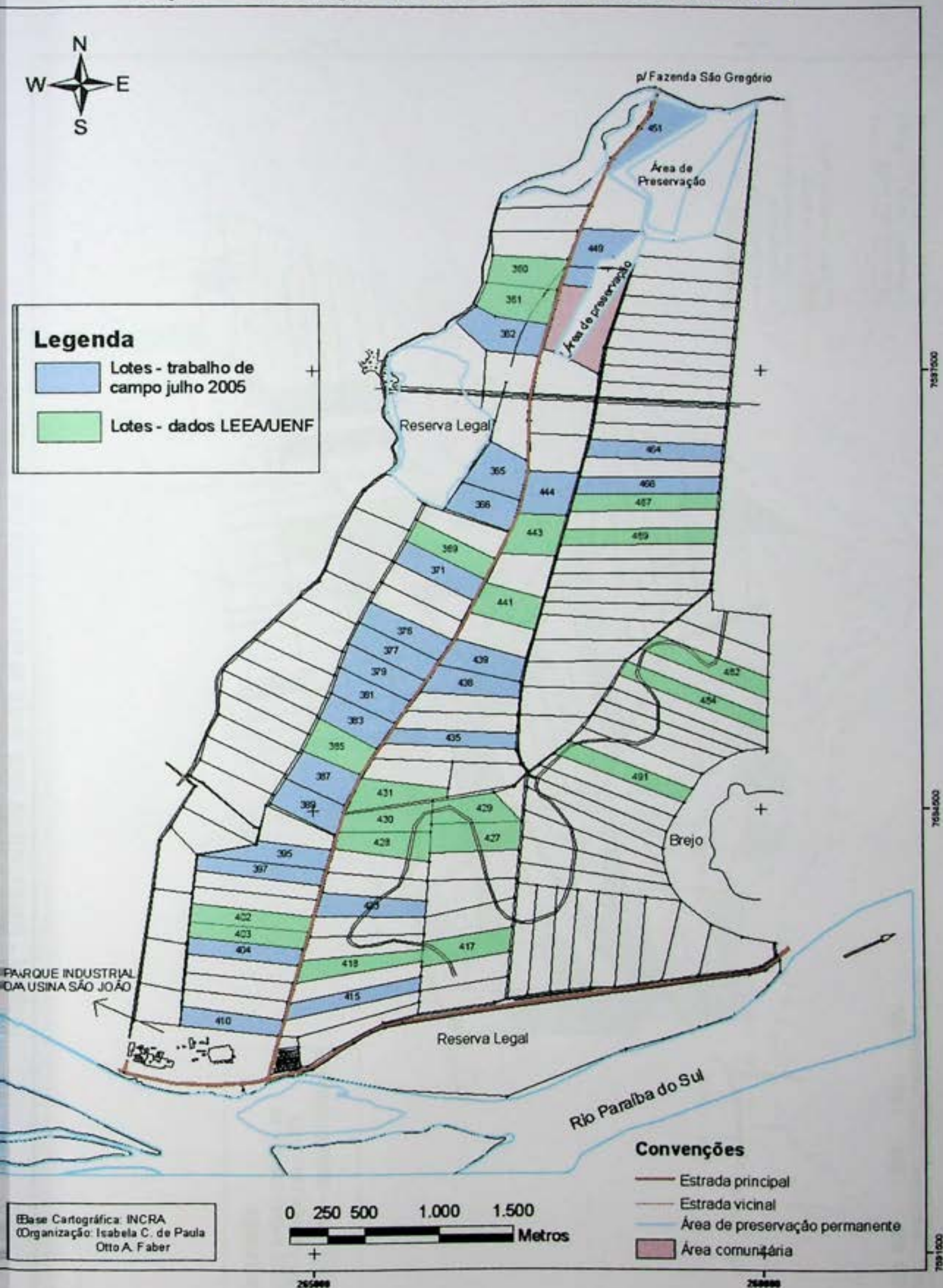
A maior parte dos dados fornecidos foram trabalhados na análise dos três núcleos estudados, principalmente na formulação dos gráficos. Porém, com exceção dos dados relativos à renda total mensal da família utilizados na confecção de três mapas, o restante dos dados não enquadraram-se na análise específica das variáveis de qualidade de vida.

2ª Fase: Trabalho de Campo no Assentamento Rural Zumbi dos Palmares

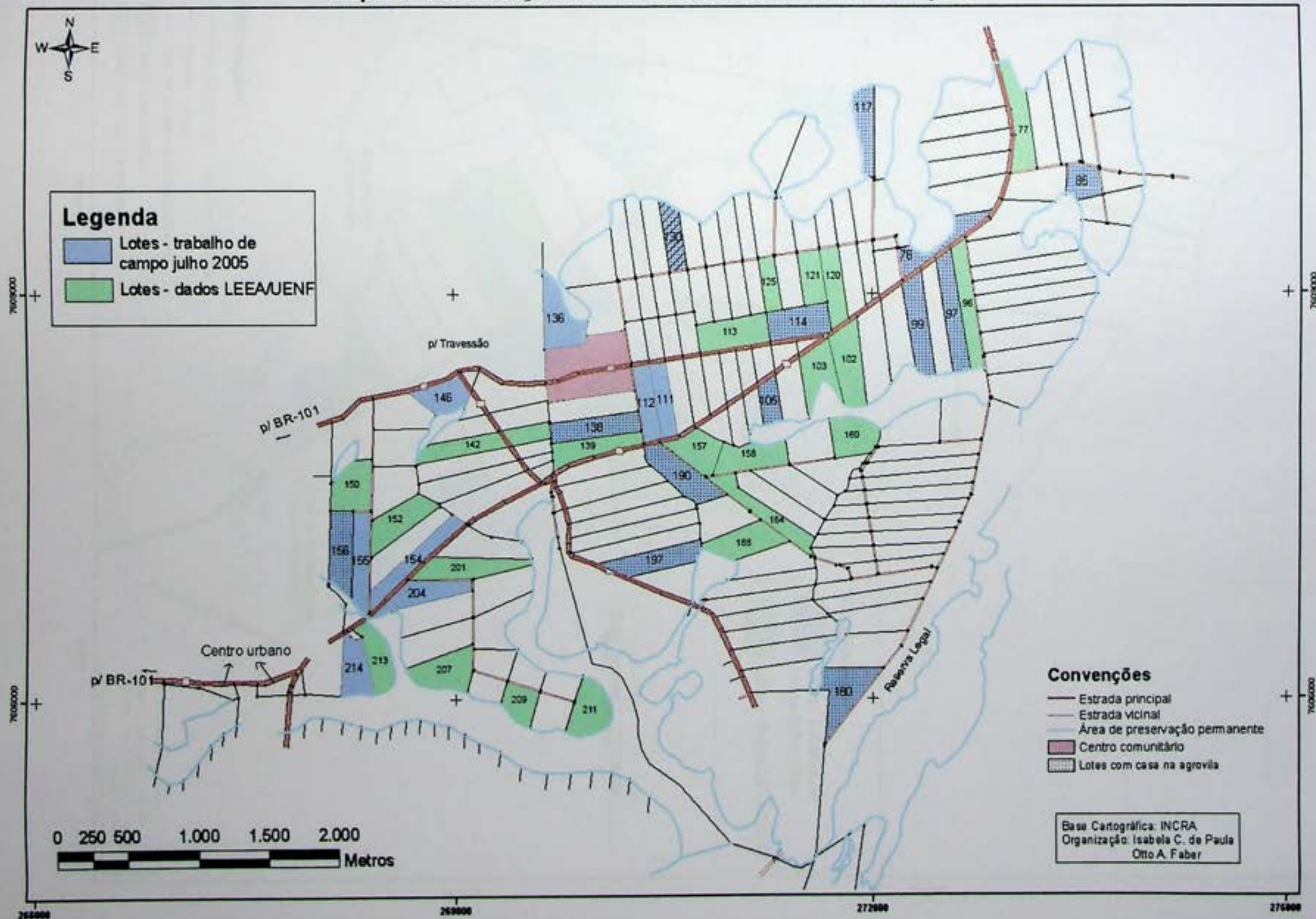
Nesta fase foi realizado pela autora, um grupo de três alunos bolsistas de iniciação científica do Laboratório de Gestão do Território (LAGET) da UFRJ e um mestrando do PPGG/UFRJ, um trabalho de campo no assentamento Zumbi dos Palmares em julho de 2005 onde foram aplicados um total de 71 questionários – em anexo - distribuídos proporcionalmente ao número de famílias pelos núcleos Zumbi 1, Campelo e Cajueiro.

No núcleo Zumbi 1 que conta com 150 famílias foram aplicados 26 questionários, no núcleo Campelo que possui 146 famílias foram aplicados 25 questionários e em Cajueiro com 71 famílias obtivemos um total de 20 questionários. Os lotes entrevistados neste trabalho de campo juntamente como os lotes do trabalho de campo do grupo de pesquisa LEEA/UENF compõem a nossa amostra perfazendo um total de 119 lotes distribuídos pelos três núcleos, 46 questionários em Zumbi 1, 47 em Campelo e 26 em Cajueiro. A distribuição espacial de nossa amostra total, incluindo todos os lotes onde foram aplicados os questionários, pode se vista nos mapas dos núcleos a seguir, mapas 3,4 e 5.

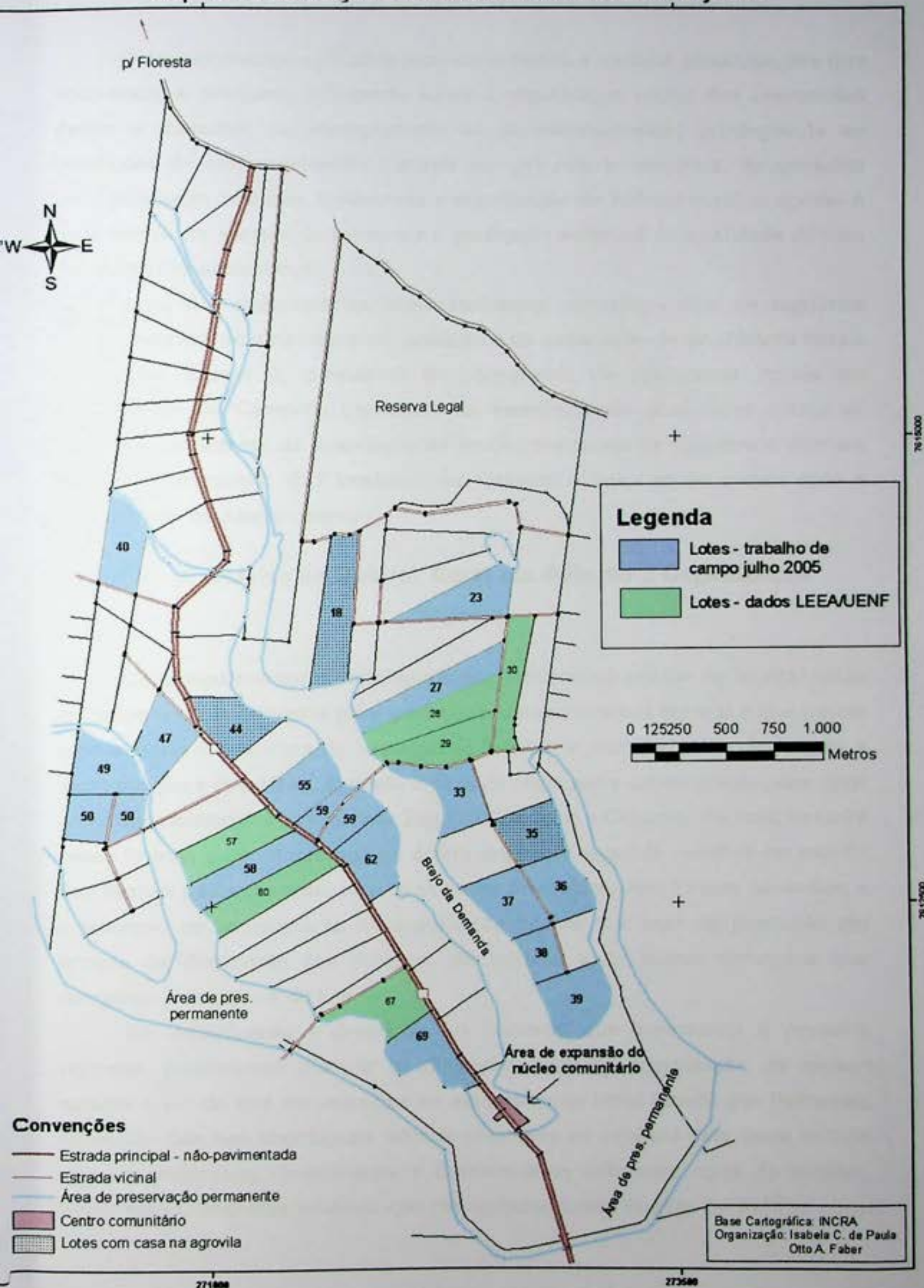
Mapa 3 - Distribuição dos lotes entrevistados em Zumbi 1



Mapa 4 - Distribuição dos lotes entrevistados em Campelo



Mapa 5 - Distribuição dos lotes entrevistados em Cajueiro



Os questionários aplicados estavam voltados a atender preocupações que nortearam a pesquisa, indagando sobre a organização inicial dos assentados desde o momento do acampamento ao do assentamento, privilegiando as condições de desenvolvimento e atuais em que este se encontra. As questões incluídas eram relativas à estrutura e organização do habitat rural, o acesso à infra-estrutura social e de serviços e à percepção subjetiva da qualidade de vida por parte dos assentados.

Além dos questionários foram realizadas entrevistas com os seguintes atores internos do assentamento: presidente da associação de produtores rurais do núcleo Zumbi 1, presidente da cooperativa de produtores rurais em implantação de Campelo, presidente da associação de produtores rurais de Campelo, presidente da associação de produtores rurais de Cajueiro e diretora da Escola Municipal MST localizada em Cajueiro e única escola criada após a constituição do assentamento.

3.2 - A Análise do Habitat Rural em Relação à Organização Espacial

Os procedimentos metodológicos com referência à análise do habitat estão calcados em três vertentes principais que possuem relações entre si e que juntas representam a estrutura de formação do habitat: a primeira está relacionada à identificação e descrição, segundo fatores de dispersão e concentração, dos tipos de habitat existentes nos núcleos Zumbi 1, Campelo e Cajueiro, e a relação entre essas formas e os fatores que as deram origem; a segunda consiste no estudo das formas passadas e atuais e do processo de evolução das formas passadas; e a terceira, na consideração da organização interna dos lotes de produção em termos da disposição das culturas, da moradia e de outros elementos que compõem a estrutura do lote.

Na identificação e descrição dos habitats, que constituem a primeira vertente, procuramos discutir os diferentes tipos de organização do espaço agrário à luz do que encontramos no assentamento rural Zumbi dos Palmares, baseando-nos nas abordagens teóricas presentes no capítulo dois deste estudo que denominaram, classificaram e discutiram os diferentes tipos de habitat. Nesta etapa, podemos adiantar que comandarão nossa análise do habitat rural

no assentamento Zumbi dos Palmares, os fatores de dispersão e de concentração.

Em relação à segunda vertente, GEORGE (1978) propõe como um processo de análise para a pesquisa do habitat a análise das correlações entre o habitat rural e as formas passadas e atuais de utilização do solo, considerando que a implantação do habitat possa ter sofrido pelo menos originalmente a influência de dados alheios às técnicas agrícolas.

Idéia semelhante apresenta KELLER (1958), segundo a qual o estudo do habitat deve procurar como se apresentam os problemas numa área limitada, como se explicam as formas atuais em função da evolução, em função das criações recentes e das relíquias não evoluídas do passado.

Apoiando-nos nessas duas visões, podemos dizer que a análise das formas atuais e das formas passadas do habitat e de sua evolução nos possibilita uma visão mais ampla, não somente dos processos pelos quais essas formas passaram, mas também um melhor entendimento dos motivos pelos quais elas se apresentam de uma tal maneira atualmente. Sem dúvida, esse é um passo importante para a compreensão da estrutura do habitat, porém não é suficiente para que obtenhamos uma análise completa. Em se tratando de uma manifestação da organização espacial, devemos considerar ainda as funções que essas formas exerceram e exercem, o processo pelo qual passaram e a estrutura da qual fazem parte.

Essa mesma vertente também está relacionada às possibilidades de modificações que o habitat rural pode sofrer ao longo do tempo de acordo com a estrutura de cada sociedade. Em nosso caso, podemos destacar a relação que TABUTEAU (1958) faz entre o habitat rural e a qualidade de vida da população que vive no campo, de grande valor para o presente estudo, que objetiva investigar as relações entre a organização espacial e a qualidade de vida dos assentados. Conforme já havíamos antes ressaltado, os assentados podem modificar a organização espacial do assentamento de acordo com as suas necessidades e com a finalidade de melhorar as próprias condições em que vivem:

“A adaptação ao meio rural não é um fenômeno apenas do sistema de cultura, mas também, do habitat rural. Ora, existe um interesse dos indivíduos

em geral para a melhoria do tipo de construção onde exerce sua atividade e onde se desenvolve a sua vida. Pode ser desejada uma melhor distribuição das casas e das fazendas, suscitadas por múltiplos desejos de melhoria material e de instrução, de vizinhança mais cômoda no desenrolar da vida social e religiosa, de higiene, de nutrição melhor, mais completa e abundante, além de cuidados para uma melhor organização do trabalho agrícola e economia de esforços e de deslocamentos. Pode-se legitimamente considerar esses desejos, pessoais ou coletivos, como verdadeiros elementos propulsores, no caminho do progresso; grande número deles está diretamente ligado à casa e suas características geográficas. Nesse sentido, a geografia do "habitat" pode tomar um sentido construtivo, saindo da abstração e da retórica para superar soluções evolutivas" (TABUTEAU, 1958:181).

O trecho acima demonstra bem a importância do habitat rural para as condições de vida da população que vive no campo, de maneira que essa população pode organizar e modificar a estrutura do habitat de uma região a fim de atender a objetivos de qualidade de vida. Esta relação é o que procuraremos observar em nossa análise nos núcleos do assentamento Zumbi dos Palmares.

Assim, as características do habitat rural podem variar com o tempo e com as necessidades da sociedade que vive em cada momento do tempo. O habitat reflete o tipo de ocupação do solo atual de cada área, criando novos padrões e modificando os antigos, sendo a sucessão de ciclos econômicos um dos fatores que traz essas modificações. Para SANTOS (1996) isso poderia ser chamado de mudança de formas e de funções, que variam de acordo com os valores atribuídos aos objetos por cada sociedade.

A terceira vertente consistiu em analisar, nos casos das casas que não encontravam-se nas agrovilas, a estrutura do lote de produção e de moradia em termos da organização espacial dos componentes internos do estabelecimento, procurando compreender se existe uma lógica na distribuição dos elementos por esse espaço. Assim, além de auxiliar-nos no entendimento da organização

interna dos lotes em termos dos cultivos, das criações e dos próprios componentes da casa, a estrutura de organização interna do lote como uma das formas do habitat rural completa nossa análise do mesmo.

A partir da análise do habitat calcada nessas três vertentes, procuraremos compreender de que maneira os fatores analisados estão contribuindo para a constituição da fisionomia do habitat rural e conseqüentemente da organização espacial do assentamento Zumbi dos Palmares, que por sua vez será relacionada com a qualidade de vida da população assentada.

É fundamental que ressaltemos que não somente os fatores correspondentes às três vertentes analisadas influenciam a forma do habitat, mas essa também influenciará as relações que irão se estabelecer a partir da constituição do habitat. Isso se explica uma vez que, sendo por nós considerado como uma das manifestações da organização espacial, o habitat adquire um estatuto ativo, sendo também condição para as práticas e relações que ocorrerão sobre ele.

3.2.1 – Procedimentos de Caracterização do Habitat

Considerando as três vertentes tratadas que direcionarão nosso olhar para o habitat rural como manifestação da organização espacial, utilizamo-nos de alguns procedimentos práticos para construirmos a análise do habitat rural do assentamento Zumbi dos Palmares.

O primeiro consistiu na interpretação de mapas da área do assentamento fornecidos pelo INCRA- RJ, os quais permitiram uma avaliação da estrutura dos lotes e sua distribuição espacial, assim como a localização das áreas dos centros comunitários de cada núcleo – onde também estão localizadas as agrovilas, nos casos dos núcleos Campelo e Cajueiro – das estradas principais e vicinais e das áreas de preservação permanente existentes no assentamento. Todos esses elementos interpretados através dos mapas que se encontram distribuídos ao longo da presente dissertação possibilitaram uma análise geral da estrutura dos habitats existentes nos três núcleos estudados, quando pudemos constatar principalmente características de dispersão e de concentração desses habitats.

Outro procedimento utilizado para a construção da análise do habitat foi a observação de campo, que privilegiou a observação das formas passadas e atuais presentes no assentamento, procurando identificar possíveis alterações nessas formas pelos assentados. Essa observação de campo foi complementada

com entrevistas aos presidentes das associações de cada núcleo – conhecedores da história do assentamento – e a alguns assentados que eram antigos trabalhadores da usina e que pela experiência que tinham na área puderam fornecer informações referentes ao período anterior à implantação do assentamento. Através dessas entrevistas foi possível analisarmos as mudanças e permanências nas formas do assentamento e nas funções por elas exercidas assim como o surgimento de novas formas com a criação do assentamento.

O terceiro e último procedimento refere-se à aplicação dos questionários aos assentados contendo questões relativas à estrutura do habitat. Tais questionários estavam voltados ao aprofundamento de questões relativas ao habitat que não puderam ser vistas em detalhes tanto nos mapas quanto nas observações em campo principalmente por dizerem respeito à organização de cada assentado. Procuramos apreender, através das questões formuladas nos questionários, as vantagens e desvantagens dos diferentes tipos de habitat rural encontrados, a organização interna dos lotes de produção e as alterações realizadas nas habitações em si com objetivos de melhorar as condições de conforto.

3.3 – Qualidade de Vida: Do Conceito às Variáveis de Avaliação

Para que possamos analisar a qualidade de vida da população assentada no assentamento rural Zumbi dos Palmares e estabelecer as relações desta com a organização espacial do assentamento faz-se necessário traçar alguns apontamentos a respeito do que entendemos por qualidade de vida. Isso será feito através de uma breve revisão bibliográfica que fornecerá a base para o nosso posicionamento em relação ao tema, tendo em vista, evidentemente, que nossas posições estarão em concordância com os objetivos do presente estudo, assim como com as particularidades da população assentada.

Definir qualidade de vida não é uma tarefa simples, pois se trata de um conceito amplamente debatido por diversos autores e que pode ser adequado de diferentes formas dependendo do objetivo que se pretenda.

O conceito de qualidade de vida engloba diversos aspectos, que se interligam, e que vão desde as questões mais materiais, ligadas à satisfação das necessidades humanas básicas como, por exemplo, as condições de habitação, de abastecimento de água, do sistema de saúde, ou seja, aspectos de natureza

essencialmente física e infra-estrutural até questões não-materiais como a segurança, a participação cívica. Envolve aspectos objetivos e aspectos subjetivos, estes últimos relacionados com a percepção individual da qualidade de vida e do bem estar dos indivíduos; e também, aspectos mais individuais até aspectos mais coletivos. As componentes individuais estariam diretamente relacionadas com a condição econômica, a condição pessoal e familiar dos indivíduos e as relações pessoais, e as componentes coletivas mais relacionadas com os serviços básicos e os serviços públicos.

Dentro desse contexto e ressaltando que não cabe a este estudo uma extensa revisão bibliográfica sobre o tema, pretendemos destacar a contribuição de alguns autores que trataram o conceito de qualidade de vida e que possam contribuir para a compreensão da mesma no assentamento Zumbi dos Palmares.

ALLARDT (1981) *apud* MARTINS e SANTOS (2002) propõe uma distinção na análise da qualidade de vida entre as chamadas condições de vida objetivas e subjetivas. O autor analisa a qualidade de vida com base em quatro aspectos: um primeiro, que se denomina *nível de vida*, que tem a ver com as necessidades do tipo material, as necessidades humanas básicas. Um segundo, chamado explicitamente de *qualidade de vida*, ligado às condições de vida não materiais, ou seja, aspectos mais relacionados com o indivíduo propriamente dito, a sua relação com a sociedade, com a família, etc. O terceiro nível, chamado de *satisfação*, relativo à percepção subjetiva das condições de vida. E por último, um aspecto que ele designa por *felicidade*, que deriva da percepção subjetiva da qualidade de vida. .

NUVOLATI (1998) *apud* MARTINS e SANTOS (2002) propõe uma análise da qualidade de vida baseada em cinco grandes domínios, fazendo o cruzamento da dicotomia individual/coletivo com a dicotomia do material/não-material. O primeiro seria ligado aos aspectos *materiais coletivos*, vistos em termos de disponibilidade de serviços e de bens, compreendendo, portanto os aspectos relativos, por exemplo, à saúde, à assistência social, à instrução obrigatória, ao comércio existente nas cidades. O segundo domínio, a que o autor chama de aspectos *materiais individuais*, diz respeito à condição pessoal e familiar dos indivíduos: a questão do rendimento e da riqueza de cada um, a questão da mobilidade sobre o território, ou seja, aspectos que mantendo o seu caráter material dizem mais respeito aos indivíduos isoladamente. O terceiro domínio

dos chamados aspectos *não materiais coletivos* tem a ver com, por exemplo, serviços de recreação, serviços de ocupação do tempo livre, desportos. No quarto domínio de análise considerado, nos aspectos *não materiais individuais*, cabem todas as questões relacionadas com as relações privadas interpessoais, as relações com a família, as relações com os amigos, a participação dos cidadãos, o acesso à informação. O quinto domínio refere-se ao *contexto geral*, relacionado com as particularidades da paisagem e do clima e as características do patrimônio histórico e arquitetônico do espaço objeto de análise.

Baseando-nos nas concepções desses dois autores, iniciamos nossas reflexões no sentido de pensar nas variáveis de qualidade de vida que trataremos no estudo do assentamento rural Zumbi dos Palmares. No entanto, uma questão ainda se faz essencial: as necessidades dos indivíduos estão intimamente relacionadas com o contexto social, político e cultural em que vivem e por isso elas podem variar ao longo do tempo e de acordo com o espaço. Desta forma, a consideração de determinados aspectos como importantes para a qualidade de vida pode ser diferente de acordo com o modo de vida de cada população.

Segundo GUERRERO e ACOSTA-HOYOS (1983), para a análise da qualidade de vida faz-se necessário que a avaliação seja realizada de acordo com a realidade sócio-econômica na qual cada população está inserida.

Neste sentido, no presente estudo, a análise do conceito de qualidade de vida se deterá no objetivo de servir como base para o estabelecimento de variáveis que serão utilizadas especificamente para o assentamento rural Zumbi dos Palmares. Levaremos em conta as características específicas do assentamento e da população assentada, procurando adequar o tratamento das variáveis à realidade das condições de vida dos trabalhadores assentados, conforme veremos no próximo sub-item deste capítulo.

3.3.1 – Os Critérios Avaliativos da Qualidade de Vida

As relações que poderemos estabelecer entre a organização espacial dos núcleos do assentamento rural Zumbi dos Palmares e a qualidade de vida dos assentados, ao nosso, ver serão possibilitadas por uma mensuração de aspectos que indiquem a situação em que se encontram as condições de vida do grupo assentado e por avaliações qualitativas dessas mesmas condições, dependendo do caso de cada variável.

Três foram as bases que tomamos para o estabelecimento das variáveis de qualidade de vida que serão analisadas no assentamento Zumbi dos Palmares, sendo a primeira delas relativa às concepções teóricas que acabamos de discutir; a segunda, tem por referência os Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Condições de Vida (ICV), formulados em parceria pela Fundação João Pinheiro (FJP) e pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA); e a terceira, a percepção subjetiva da qualidade de vida pelos assentados.

A primeira vertente, forneceu-nos as bases conceituais em termos das condições de vida objetivas e subjetivas, e também em termos individuais e coletivos que pensamos dever estar incluídos no tratamento da qualidade de vida seja qual for a população envolvida.

Em relação à segunda vertente, os Índices de Desenvolvimento Humano – IDH – e Condições de Vida – ICV exerceram influência sobre o presente estudo uma vez que são índices oficiais utilizados para o tratamento da qualidade de vida no Brasil e apresentam em suas concepções e metodologias importantes parâmetros a serem considerados. Vejamos brevemente.

Até o surgimento do conceito de Desenvolvimento Humano, o indicador utilizado para se medir o desenvolvimento de uma cidade, região ou nação costumava ser a medida de PIB (Produto Interno Bruto) per capita. Para superar essa limitação e garantir uma medida mais completa foi criado em 1990 o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, que procura espelhar, além da renda, mais duas características desejadas e esperadas do desenvolvimento humano: a longevidade de uma população (expressa pela sua esperança de vida ao nascer) e o grau de maturidade educacional (que é avaliado pela taxa de alfabetização de adultos e pela taxa combinada de matrícula nos três níveis de ensino).

Elaborado no mesmo contexto deste estudo foi o ICV, Índice de Condições de Vida que são calculados ao nível de municípios e construídos através de metodologia básica idêntica à utilizada na construção do IDH, porém, incorpora um conjunto maior de indicadores de desempenho sócio-econômico, de modo a captar, da forma mais abrangente possível, o processo de desenvolvimento social. Basicamente, isso é feito pela ampliação do leque de indicadores que compõem as dimensões *Renda, Educação e Longevidade* e pela introdução de duas dimensões adicionais retratando a situação da *Infância* e da *Habitação*.

Relacionando esses indicadores com as concepções abordadas para o conceito de qualidade de vida, podemos dizer que os indicadores *Educação*,

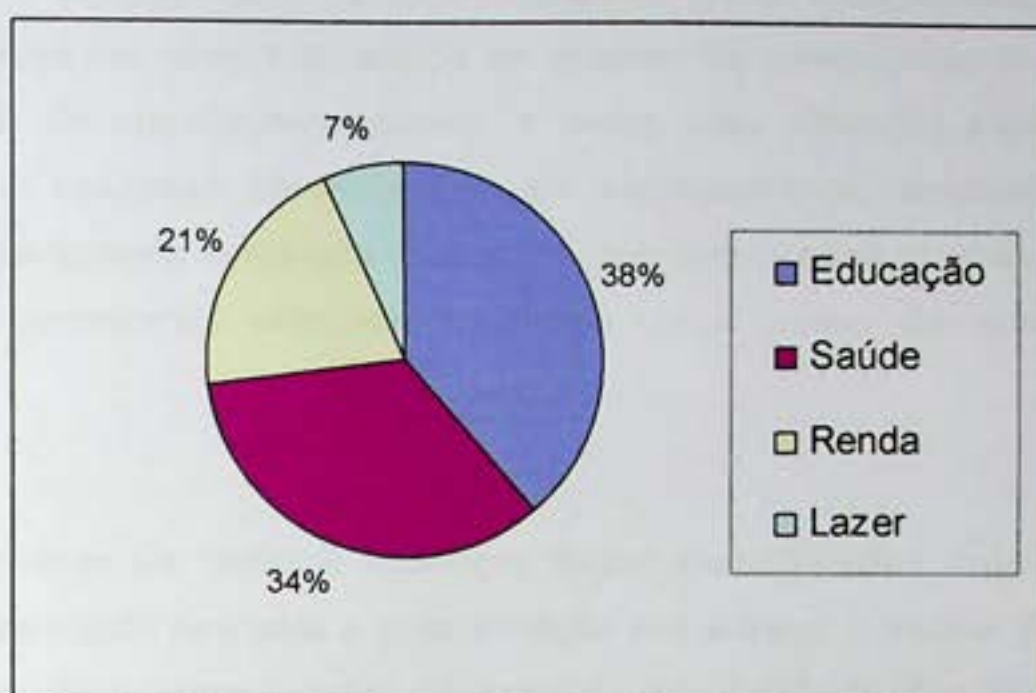
Longevidade, Infância e Habitação, por exemplo, podem ser enquadrados nos chamados *aspectos objetivos* da qualidade de vida, de natureza física e estrutural, que são a satisfação das necessidades humanas básicas como as condições de habitação, abastecimento de água, ou ainda , como ressaltou NUVOLATI em 1998, incluídos nos *aspectos materiais coletivos* referentes à disponibilidade de serviços e bens públicos como saúde, assistência social e instrução obrigatória. Já o indicador *Renda* está diretamente relacionado aos chamados *componentes individuais* ou *materiais individuais* definidos pela condição pessoal, econômica e familiar dos indivíduos que é a questão do rendimento e da riqueza.

Finalmente a terceira vertente considerada para o estabelecimento das variáveis no assentamento Zumbi dos Palmares foi a percepção individual da qualidade de vida por parte da população assentada. Esta está relacionada ao nível *satisfação* delimitado por ALLARDT e, para nós é de extrema importância, já que concordando com ARAÚJO (2000) devemos questionar se os indicadores adotados como sinais de melhoria da qualidade de vida pela sociedade de consumo, seriam os mesmos para uma família ou comunidade rural, com uma história e uma cultura diferenciada.

Segundo esse mesmo autor, não há dúvida de que boas condições de estrada, energia elétrica, água tratada, geladeira, carro, etc, aumentam o conforto, mas alguns valores de vida, por exemplo, para um povo indígena, para uma comunidade de pescadores, podem não estar considerados dentre os indicadores convencionais da sociedade moderna. A qualidade de vida pode estar expresso em valores culturais, de costumes, da satisfação das necessidades humanas, muito, inerentes e próprias de cada comunidade/povo.

Consideramos assim, que é essencial, juntamente com as duas vertentes anteriormente consideradas, a apreensão e a utilização, no estabelecimento das variáveis de qualidade de vida do assentamento Zumbi dos Palmares, da percepção dos assentados, ou seja, do que eles consideram como mais importante para o seu bem-estar e de suas famílias. Apresentamos então abaixo, na figura 2, os aspectos considerados mais importantes para a qualidade de vida de acordo com os assentados.

Figura 2 – Aspectos de qualidade de vida mais importantes para a família em Zumbi 1, Campelo e Cajueiro segundo a porcentagem de entrevistados



Fonte dos Dados: Trabalho de Campo, julho de 2005

O gráfico mostra que a educação (pensada principalmente em relação aos filhos) e a saúde são os aspectos considerados mais importantes pelos assentados para a qualidade de vida de seus familiares. Em 3º lugar, com 21% está a renda, que na concepção dos assentados é fundamental para realizar investimentos e aumentar a produção, para melhorar as condições de moradia e para a aquisição de bens de consumo.

A partir das três vertentes apresentadas, estabelecemos nossas variáveis para a análise da qualidade de vida no assentamento Zumbi dos Palmares, as quais encontram-se a seguir descritas da maneira pela qual serão analisadas, considerando primeiramente as variáveis de característica coletiva e posteriormente as de característica individual.

Variáveis de característica coletiva:

1) Saúde

A variável *saúde* está relacionada à localização e ao acesso por parte dos assentados de cada núcleo a um posto médico ou hospital, tendo sido considerado se este acesso se dá em postos de saúde localizados dentro ou fora do assentamento, e no segundo caso, se este se dá em localidades próximas ou mais afastadas do assentamento. Será considerada: como uma situação **boa** se o acesso for mais freqüente em postos de saúde existentes dentro do

assentamento ou em localidades próximas que não necessitem de grandes deslocamentos, e que tais postos tenham um funcionamento diário, incluindo atendimentos de emergência e de especialidades; como uma situação **regular** caso o acesso seja em postos de saúde no interior do assentamento, mas com uma frequência de atendimento menor; e como uma situação **ruim** se esse atendimento for realizado somente fora do assentamento, necessitando um deslocamento de grande distância por parte dos assentados e demandando a existência de transportes coletivos regulares ou a posse de um meio de locomoção.

2) Educação

No tratamento da variável *educação* foram considerados dois pontos de análise: a escolaridade dos pais e a localização e o acesso à escola pelos filhos dos assentados. Será considerado, no caso da escolaridade dos pais, quanto maior o nível de escolaridade, melhor a qualificação, que variará de ótima a péssima da seguinte forma: maior parte dos assentados com ensino médio completo como uma situação **ótima**; maior parte dos assentados com ensino médio incompleto ou com o segundo segmento do ensino fundamental (5ª a 8ª série) completo como uma situação **boa**; maior parte dos assentados com o segundo segmento do ensino fundamental (5ª a 8ª série) incompleto ou com o primeiro segmento do ensino fundamental (1ª a 4ª série) completo como uma situação **regular**; maior parte dos assentados com o primeiro segmento do ensino fundamental (1ª a 4ª série) incompleto como uma situação **ruim**; e maior parte dos assentados analfabetos como uma situação **péssima**.

Será avaliada também a existência e a participação dos assentados em projetos de educação para jovens e adultos, o que poderá contribuir amenizando ou não a qualificação do primeiro ponto desta variável, relacionada aos adultos.

Em relação aos filhos dos assentados em idade escolar será verificado o acesso às escolas. No caso das escolas do primeiro segmento do ensino fundamental (1ª a 4ª série) será considerada uma situação **boa** se esse acesso se der em escolas localizadas no interior do assentamento ou em localidades próximas; e como uma situação **ruim** quando o acesso se der em escolas localizadas a grandes distâncias do assentamento. Além disso, a existência de transportes escolares para os alunos também serão considerados quando

qualificarmos o acesso a escola pelos filhos dos assentados, podendo tornar essa situação **regular**.

Para as escolas de segundo segmento do ensino fundamental e de ensino médio, será considerada como uma situação **boa** caso o acesso se dê em localidades próximas ao assentamento, e como uma situação **regular** se os alunos estiverem freqüentando escolas em locais mais distantes do assentamento. Da mesma maneira a existência de transporte escolar também será avaliada para a qualificação do acesso a estes níveis escolares.

3) Transporte

Face à grande importância dos meios de transporte para a população, esta variável foi acrescentada à nossa análise, pois, em se tratando da qualidade de vida de produtores rurais, será o transporte que permitirá o acesso ao mercado e aos serviços, além de poder expressar em parte a situação financeira do indivíduo e interferir nas relações deste com a sede municipal.

A análise desta variável também será apoiada em três pontos, sendo o primeiro deles o que constituirá a base da análise: a posse de meios de locomoção (individual) por parte dos assentados, o acesso ao único meio de transporte coletivo que serve ao assentamento, o ônibus, e as condições das estradas de acesso aos lotes.

A qualificação será realizada da seguinte maneira: será considerada **boa** a situação que permitir o acesso direto ao transporte coletivo, sem que os assentados precisem caminhar longas distancias ou utilizar-se de outros meios de locomoção (como bicicleta e carroça) para chegarem aos pontos de parada dos ônibus; a situação **ruim** será caracterizada justamente pelo contrário da primeira situação, com os assentados necessitando utilizar-se de outros meios de locomoção para chegarem aos locais de parada dos ônibus.

A avaliação da posse de meios de locomoção individuais (carro ou moto) e das condições das estradas de acesso aos lotes servirá como apoio para a qualificação geral da variável, podendo desta maneira, torná-la **regular** ou contribuir para que permaneça ou seja alterada para **boa** ou **ruim**.

4) Lazer

Segundo a concepção de NUVOLATI (1998) *apud* MARTINS e SANTOS (2002) a variável lazer enquadra-se na categoria dos aspectos *não materiais coletivos* da qualidade de vida, relacionado-se com, por exemplo, serviços de recreação, serviços de ocupação do tempo livre e desportos.

Considerado de extrema importância para o bem-estar social e até mesmo como elemento que propicia o convívio com familiares e com os demais assentados, o *lazer* será tratado através das atividades que foram relacionadas pelos entrevistados como parte do lazer deles próprios e da família.

Será considerada uma situação **boa** caso o lazer esteja envolvendo atividades saudáveis como esportes, e de convívio social como idas à festas comunitárias, atividades realizadas nas igrejas locais, dentre outras; como uma situação **regular** quando as atividades de lazer estiverem sendo praticadas no interior das casas, como assistir televisão e ouvir rádio; e por fim, será considerada uma situação **ruim** quando não forem identificadas atividades de lazer.

Variáveis de característica individual:

5) Renda

Variável de grande importância, a *renda*, como já foi visto anteriormente pode representar o acesso a bens de consumo e de produção, garantindo conforto e segurança financeira para o produtor assentado e sua família.

Em relação a esta variável foram avaliadas a renda mensal de fonte agrícola, ou seja, aquela cuja soma é exclusivamente originada da venda da produção agrícola e a renda mensal total que inclui a renda da produção somada à renda obtida de atividades extras que podem ser praticadas pelos filhos, esposa e outros parentes moradores da casa, ou pelo próprio produtor que pode exercer outras atividades paralelamente às atividades agrícolas. Ambas rendas foram medidas pela quantidade equivalente em salários mínimos.

Em ordem crescente de salários mínimos, quanto menor a renda pior será considerada a situação. Como a renda mensal total máxima encontrada nos três núcleos foi de quatro salários mínimos, qualificamos a avaliação da renda de acordo com as seguintes variações: maior parte dos assentados recebendo de três a quatro salários mínimos como uma situação **ótima**; maior parte ganhando de dois a três salários mínimos como uma situação **boa**; maioria com um e meio

a dois salários mínimos uma situação **regular**; maior parte ganhando de um a um salário mínimo e meio como uma situação **ruim**; a maior parte recebendo menos de um salário mínimo como uma situação **péssima**.

6) Moradia

A partir do que observamos na composição das moradias, trataremos as condições das mesmas a partir de cinco elementos que englobam aspectos da estrutura interna e externa das habitações. Tais elementos constituem-se em: aspectos das paredes, dos pisos e dos telhados; acesso à água encanada; e a posse de eletrodomésticos.

Os aspectos “banheiro”, “luz elétrica” e “número de cômodos”, também contidos como elementos de avaliação da pesquisa, foram desconsiderados, uma vez que todas as casas entrevistadas possuíam banheiros internos e luz elétrica, não havendo então uma diferenciação nesses aspectos. Já em relação ao número de cômodos, este somente poderia ser trabalhado se considerado em relação ao tamanho da família, tornando-se insuficiente ser avaliado por si só.

No elemento aspecto das paredes foram observadas se estas eram pintadas, se eram emboçadas ou encontravam-se somente no tijolo, sendo a primeira considerada como uma situação **boa**, a segunda como **regular** e a terceira como **ruim**.

Na análise da composição dos pisos internos, foi considerada como uma situação **boa** se estes fossem em cerâmica, como uma situação **regular** se estivessem apenas no cimento, e como uma situação **ruim** caso fosse o chão de terra.

Em relação aos aspectos dos telhados, a **boa** situação caracterizava-se pelos mesmos serem constituídos de laje, a situação **regular** caso possuísem algum tipo de forro, e a situação **ruim** no caso de não haver laje nem forro, somente telhas vãs.

Por último, no aspecto “eletrodomésticos” foi observada a posse ou não de quatro tipos de eletrodomésticos considerados como principais para o conforto de uma casa: geladeira, fogão, rádio e televisão. Neste sentido, foi considerado, em cada um dos itens, como uma situação **boa** caso a maior parte dos assentados os possuísem, e como uma situação **ruim** caso a maior parte dos assentados fossem desprovidos dos mesmos.

Na análise final da variável “moradia” serão consideradas as qualificações recebidas pelos núcleos em cada um desses aspectos, que ponderados em conjuntos darão origem a uma única qualificação para cada núcleo também classificada como boa, regular ou ruim.

A partir desses procedimentos práticos e das reflexões teóricas anteriormente apontadas a respeito dos fatores que influenciam a forma assumida pelo habitat rural, poderemos estabelecer as possíveis formas do habitat rural no assentamento Zumbi dos Palmares e como essas formas e as funções por elas exercidas estão relacionadas com a organização espacial. Porém, a análise não estaria completa tendo em vista os nossos objetivos, carecendo ainda do estabelecimento das relações entre a organização do espaço e a qualidade de vida dos assentados. Isso será feito através das avaliações das variáveis de qualidade de vida, neste capítulo estabelecidas, que serão relacionadas à organização espacial de cada núcleo.

No próximo capítulo daremos início a nossa análise partindo do contexto da reforma agrária no Brasil e no estado do Rio de Janeiro, fundamentais para entendermos o complexo processo de criação e constituição dos assentamentos rurais, percebendo como o assentamento Zumbi dos Palmares está inserido neste processo.

CAPÍTULO IV

A REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA: IMPLEMENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

O estudo de um assentamento rural está inserido num contexto muito mais amplo referente à temática da reforma agrária e do que realmente ela representa. Por esse motivo, torna-se importante realizar um esforço de entendimento do significado de uma reforma agrária, e de que maneira ela vem sendo conduzida no Brasil, lançando um olhar um tanto mais minucioso sobre o estado do Rio de Janeiro, onde está localizada nossa área de estudo.

Sabemos que a criação de assentamentos rurais no Brasil corresponde ao primeiro passo no processo de reforma agrária, o que nos leva a refletir a respeito da importância da compreensão de sua conjuntura, assim como também vem sendo o desenvolvimento desses assentamentos. Dessa forma, na segunda parte deste capítulo trataremos sobre os assentamentos de reforma agrária no Brasil, traçando um panorama geral de como estão sendo implantados e se desenvolvendo, cuidando para que na análise do assentamento rural Zumbi dos Palmares não corramos o risco de fazê-la demasiadamente particularista.

Finalmente na terceira parte, com o objetivo de posicionarmos nosso objeto de estudo no contexto do estado do Rio de Janeiro, colocaremos nosso foco sobre o processo de criação dos assentamentos rurais existentes no estado procurando compreender a sua dinâmica espacial, que conforme veremos estará diretamente relacionada a uma série de conflitos ocorridos no campo.

4.1 – Concepções sobre a Reforma Agrária e seu Contexto no Brasil

Diversas podem ser as concepções existentes a respeito do que seja reforma agrária, porém em comum todas ressaltam o caráter de legalidade que deve ser atribuído ao processo de reestruturação que ocorre no campo. A definição mais comum de reforma agrária segundo VEIGA (1997) é aquela que abrange a modificação da estrutura agrária de um país ou região visando uma distribuição mais equilibrada da terra e da renda agrícola, e passa por uma intervenção deliberada do Estado nos alicerces do setor agrícola.

De acordo com MENDRAS (1978) pode-se considerar que uma reforma agrária é realizada quando se produzem mudanças intensas nas relações sociais do campo e que são acompanhadas de uma ruptura do regime jurídico de apropriação da terra. E esta – a reforma agrária – pode responder tanto a uma

necessidade da população que vive no campo quanto a uma exigência do desenvolvimento econômico no princípio da industrialização:

“(...) a reforma agrária é tanto uma modificação do mecanismo de imposto e de controle político quanto uma transformação das relações sociais na aldeia e do modo de apropriação da terra” (MENDRAS, 1978: 150).

O autor considera então que na reforma agrária, como resultado de um estado das forças sociais presentes, ocorre primeiramente uma decisão jurídica e esta mudança do direito cria uma obrigação da reorganização das relações sociais. Semelhante idéia nos é apresentada por LARANJEIRA (1983):

“Reforma agrária é o processo pelo qual o Estado modifica os direitos sobre a propriedade e posse dos bens agrícolas, a partir da transformação fundiária e da reformulação das medidas de assistência em todo o país, com vista a obter maior oferta de gêneros e a eliminar as desigualdades sociais no campo” (LARANJEIRA, 1983: 128).

Podemos dizer que nossa posição em relação à reforma agrária está bem próxima à de Mendras e de Laranjeira, porém tornaria-se mais completa se considerássemos a concepção de RIBEIRO apud PAIVA (1988):

“Reforma agrária é o conjunto de medidas adotadas por um país, com a finalidade de alterar sua estrutura agrária, corrigir suas distorções, elevar o nível de vida do homem rural através de incentivos à produção agrícola, de assistência técnica ao produtor e de criação de condições mercadológicas para o seu produto. Isto, porém, numa visão de curto e médio prazo. A longo prazo, a reforma agrária é entendida como processo histórico que tem por finalidade elevar as condições de vida do trabalhador rural e prevenir

ou corrigir as distorções que surgem no regime de apropriação da terra" (PAIVA, 1988: 8)".

Essa concepção oferece-nos uma riqueza de detalhes para o entendimento do que consiste a realização de uma reforma agrária tanto em relação ao seu conteúdo legal – jurídico – quanto aos seus objetivos específicos, que incluem as dimensões social e econômica. Cabe então ao país reformador a decisão de qual dessas dimensões será priorizada, uma vez que se torna difícil o atendimento concomitante em curto prazo das finalidades planejadas para cada dimensão.

A reforma agrária pode traduzir-se também em diferentes formas, representadas pela redistribuição de terras no caso da existência de grandes latifúndios ou pela reaglutinação de terras nos casos em que se visa à eliminação de minifúndios improdutivos. No Brasil, na grande maioria dos casos os assentamentos são realizados a partir do desmembramento de latifúndios. Tais processos estabelecem a modificação da estrutura fundiária, porém não podem ser considerados como o autêntico processo de reforma agrária.

Entendemos que a reforma agrária constitui-se na transformação da estrutura agrária e não apenas da fundiária, fundamentada em um estatuto jurídico¹³. Essa transformação compreende mudanças não somente no regime de apropriação da terra através da possibilidade de acesso à terra aos trabalhadores rurais, mas também a garantia de condições básicas de infraestrutura, assistência técnica e crédito para que esses trabalhadores possam ser inseridos econômica e socialmente.

Para que essa transformação ocorra é fundamental que se atente para as especificidades da estrutura agrária presente em cada país, as quais possuem características próprias e diferenciam-se umas das outras em diversos aspectos. Muitos estudos propõem que a reforma agrária deva ser realizada baseando-se em tais diferenças, ou seja, de acordo com os padrões de cada estrutura agrária, não existindo uma fórmula pronta, principalmente no caso do Brasil.

Conhecido por ser um dos países com maior concentração de terras e por possuir vastas extensões improdutivas, o Brasil desde sempre teve que lidar com

¹³ Gostaríamos de esclarecer o que consideramos por essas duas estruturas: concordamos com a concepção de estrutura agrária fornecida por BERNARDES (1957) em que esta compreende a própria estrutura fundiária – que diz respeito à terra, tamanho do lote e etc – o regime de exploração da propriedade, as relações de trabalho e o modo de exploração da terra.

essas questões, porém nunca conseguiu resolvê-las efetivamente. A concentração fundiária foi contemplada desde o início da colonização com as sesmarias e os interesses dos portugueses¹⁴, passando pela Lei de Terras de 1850 até o Estatuto da Terra de 1964 nos quais os privilégios de maneira geral sempre beneficiaram os grandes proprietários.

Inicialmente o país foi dividido em Capitanias hereditárias as quais eram exploradas pelos donatários que pagavam impostos à Coroa. Até 1822 as capitanias pertenceram à Coroa portuguesa e posteriormente ao Império brasileiro até 1850. O sistema de capitanias hereditárias era realizado de maneira que os donatários não poderiam vender as terras, mas as poderiam entregar em forma de sesmarias a pessoas que quisessem produzir nelas. Em 1822, após a independência, foi suspensa a concessão de terras de sesmarias, até que uma nova lei fosse elaborada para resolver a questão agrária do novo país.

Em 1850 então, foi estabelecida a Lei de Terras - Lei 601 - decorrente principalmente do prenúncio do fim da escravidão e dos conflitos por terra em diversas regiões do país e que acabou por impedir o direito de posse da terra aos ex-escravos e brasileiros pobres. De acordo com PAIVA (1988) antes da Lei de Terras, ou seja, com as sesmarias, a terra era praticamente livre para a ocupação já que existia a posse, mas não a propriedade da terra. Com a Lei de Terras, obrigou-se o registro de toda a terra junto ao governo, com o objetivo de estabelecer limites exatos para as propriedades e arrecadar capital para implementar a colonização no sul do país, privilegiando, assim, os grandes proprietários no que diz respeito à compra de terras.

Essa herança histórica de concentração fundiária acrescida da intervenção modernizadora do Estado na agricultura que começou a ocorrer a partir dos anos de 1960 de fato contribuiu muito para a acentuação das desigualdades sociais no campo.

No estado do Rio de Janeiro a concentração fundiária também tem suas raízes fincadas desde o início da colonização portuguesa. Segundo LEWIN (2005) outros fatores já a partir do século XX tornaram-se estruturais como a decrescente produtividade de suas terras associada ao fato de sua baixa produção agrícola. Contribuíram para o surgimento desse fenômeno a

¹⁴ Ver Morissawa (2001) onde o autor aborda as relações entre o início da questão da terra no Brasil com a chegada dos portugueses no período colonial.

decadência da cafeicultura no final do século XIX e de produção canavieira no século seguinte além da especulação de terras para a utilização de moradia urbana e de lazer, que associadas ao processo intensivo de industrialização no estado, funcionaram como atrativo para acelerar o êxodo rural, aumentando a periferização das cidades fluminenses.

Em comum, todas as tentativas de reforma agrária realizadas no Brasil possuem o fato de que privilegiaram somente a distribuição de terras e pouco se preocuparam em garantir o acesso a créditos, infra-estrutura e demais condições para que os trabalhadores rurais pudessem permanecer na terra, destacando-se como fundamental o incentivo à agricultura familiar e a sua inserção no mercado produtivo. E esses são os principais fatores que contribuíram para que até hoje, a reforma agrária ainda seja um dos maiores problemas brasileiros conforme veremos a seguir.

Até os anos 60, a reforma agrária era considerada importante pelos governos como condição fundamental para a modernização do país já que a distribuição de terras garantiria o aumento da produção agrícola. Nos dias atuais, a reforma agrária representa uma questão mais complexa e que envolve uma preocupação principal: a justiça social, de forma a atender a uma população pauperizada e que necessita da terra para retirar o seu sustento através do fortalecimento da agricultura familiar, de maneira que esta possa contribuir para o desenvolvimento econômico do país.

A primeira proposta articulada de reforma agrária feita por um governo na história do Brasil foi o Estatuto da Terra - Lei nº 4504 - em 30 de novembro de 1964 pelo governo militar do marechal Castelo Branco. A própria definição de reforma agrária do Estatuto era bastante clara e condizente com o que realmente se pretendia realizar:

“Considera-se reforma agrária o conjunto de medidas que visam a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade” (LARANJEIRA, 1983: 89).

O principal objetivo teórico do Estatuto da Terra era de inserir novos conceitos para designar os diferentes tipos de propriedade da terra no Brasil e instituir o processo de desapropriação, seja de latifúndios ou minifúndios. O

Estatuto foi o responsável pela criação do imposto territorial e pelo estabelecimento da definição de função social da terra¹⁵. Nesse momento também foi criado o IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – órgão que passou a ser responsável por todas as questões referentes à terra no Brasil e que posteriormente seria substituído pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

O Estatuto da Terra estava baseado em duas vertentes: a do desenvolvimento agrícola, através de propostas de modernização da agricultura e a da reforma agrária, com a proposta de redistribuição da propriedade da terra (LEITE et. al, 2004). No entanto, a primeira vertente prevaleceu em detrimento da segunda. Ao invés de promover a distribuição de terras o que ocorreu foi a modernização do latifúndio por meio do crédito rural fortemente subsidiado e abundante que privilegiou os grandes proprietários, que passaram a incorporar as pequenas propriedades aumentando ainda mais a concentração de terras. As desapropriações somente ocorriam nas regiões de maiores conflitos, ou seja, onde se apresentavam as grandes tensões, principalmente localizadas na região Nordeste, levando a reforma agrária do governo militar ao que poderíamos chamar de reforma pontual.

Outra meta do governo militar dizia respeito a um interesse geopolítico, de ocupação das fronteiras que foi materializada através dos projetos de colonização voltados para as áreas de grande “vazio” sendo a principal delas a Amazônia. Além da criação dos projetos de colonização, nos últimos seis anos do governo, a ênfase da ação fundiária concentrou-se também no programa de titulação de terras para os posseiros. Assim, segundo MORISSAWA (2001) poucos aspectos progressistas do Estatuto foram implementados, e este acabou sendo apenas uma forma precária e autoritária de viabilizar uma política econômica conservadora no campo. Os números respectivos aos assentamentos de reforma agrária e dos projetos de colonização podem ser visualizados na tabela 6.

¹⁵ Segundo a Constituição de 1988, artigo 186, a função social da terra é representada pelos seguintes aspectos: o aproveitamento racional e adequado da terra; a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e a preservação do meio ambiente; o cumprimento das leis que regulam as relações trabalhistas; a exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Tabela 6 – Número de famílias assentadas no Brasil durante o governo militar

Governo	Nº de famílias beneficiadas por projetos de colonização	Nº de famílias beneficiadas por projetos de reforma agrária
Militar (1964 – 1984)	77 832	9 327

Fonte dos dados: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA

Podemos verificar que tendo em vista o grande período de governo – vinte anos – o número de famílias beneficiadas foi muito baixo, principalmente se levarmos em consideração que 89% das famílias foram instaladas através de projetos de colonização, ou seja, não em áreas desapropriadas, mas desocupadas, o que levou um grande contingente de população a migrar para regiões de fronteira em busca de terra e não resolveu a questão da distribuição. De acordo com SILVA (1999) as medidas adotadas pelos governos militares para o desenvolvimento da agricultura acarretaram consequências indesejáveis como o aumento da concentração fundiária, do êxodo rural e da concentração de renda, que acabaram afetando os pequenos produtores e empregados rurais.

Com o fim do governo militar e a entrada do governo do novo regime surge uma nova proposta de reforma agrária, o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, previsto no Estatuto da Terra. É somente a partir deste Plano que a questão do assentamento passa a ser destacada, pois anteriormente as ações típicas de reforma agrária como a desapropriação e destinação de terras a trabalhadores rurais sem terra ocorriam de maneira insignificante. De acordo com MEDEIROS (2002) o aumento das pressões no campo e a formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST- nesse período foram fatores que muito contribuíram para a realização do Plano.

A chamada “Nova República” de 1985 fez da reforma agrária uma de suas prioridades, tendo cabido ao INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – através da delegação de José Sarney a responsabilidade de elaborar uma primeira proposta ainda fundamentada no Estatuto da Terra (BERGAMASCO e NORDER, 1996). O PNRA estabeleceu metas de curto, médio e longo prazos em relação à extensão de áreas a serem desapropriadas e ao número de famílias a serem assentadas, propondo o estabelecimento de zonas prioritárias de reforma agrária. O plano foi criado e apresentado também com o

objetivo de ser discutido por todos os setores da sociedade, e possuía metas ambiciosas de assentar um milhão e quatrocentas mil famílias que não foram cumpridas, tendo sido assentadas apenas noventa mil famílias no final do mandato. Mesmo assim, o governo civil desapropriou nos dois primeiros anos de mandato mais terras do que em vinte anos do governo militar.

O insucesso das metas do PNRA segundo MORISSAWA (2001) se deu em consequência de que o presidente José Sarney assinou o Decreto 91.766 - decreto que aprovou o PNRA em 10 de outubro de 1985 - numa versão distinta da que havia sido apresentada pela equipe do INCRA, a qual estava voltada para o beneficiamento de posseiros, parceiros, arrendatários, assalariados rurais e minifundiários. Este fato refletiu a pressão causada pela formação da União Democrática Ruralista - UDR, cujo principal objetivo era impedir a realização de uma reforma agrária simples e fazer retroceder o Estatuto da Terra naqueles aspectos que ameaçavam o latifúndio. Além disso, ainda no governo Sarney, priorizou-se a ocupação de terras públicas e a colonização de áreas de fronteira agrícola ao invés da desapropriação por interesse social.

No governo de Fernando Collor a reforma agrária ficou praticamente paralisada e somente vinte e três mil famílias que já estavam assentadas receberam o título de propriedade de terras, provenientes do estoque deixado pelo governo precedente. A política de Collor para a agricultura caracterizou-se de forma contrária aos interesses dos pequenos proprietários e trabalhadores rurais sem terra já que assim como o governo Sarney deu-se continuidade ao tipo de regularização fundiária implantada durante a ditadura militar, através do direcionamento das políticas de reforma agrária para a região Amazônica e a rejeição da desapropriação por interesse social.

O governo de Itamar Franco retomou os projetos de reforma agrária através da aprovação de um plano emergencial, aprovando a Lei Agrária - Lei 8.629 - através da qual as propriedades rurais no Brasil foram reclassificadas. Essa lei representou ainda a regulamentação das desapropriações de terra para fins da Reforma Agrária. Mesmo assim, as diretrizes do governo de Itamar segundo BERGAMASCO e NORDER (1996) não foram muito diferentes do governo de Fernando Collor, mesmo tendo anunciado a realização de algumas desapropriações.

Finalmente, o governo de Fernando Henrique Cardoso criou um projeto para incrementar a reforma agrária com metas estabelecidas constituindo-se no

governo que mais assentou famílias de toda a história. Na tabela 7 podemos verificar as metas estabelecidas e as alcançadas pelos governos para os assentamentos de reforma agrária.

Tabela 7 – Número de famílias assentadas no Brasil nos governos posteriores ao militar

Governo	Meta	Famílias Assentadas
José Sarney (1985- 1988)	1,4 milhão	90 000
Fernando Collor (1990-1992)	-	-
Itamar Franco (1992-1994)	80 000	12 600
Fernando Henrique (1995-1998)	280 000	125 956
(1998-2002)	-	296 762

Fonte dos dados: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA

Logo no início de seu primeiro mandato, o presidente Fernando Henrique Cardoso decretou a desapropriação de 148 imóveis rurais, porém os obstáculos legislativos, jurídicos e institucionais continuaram semelhantes aos dos governos anteriores, tendo como consequência um grande aumento no número de manifestações e de movimentos sociais e ao mesmo tempo acentuando o pessimismo desses movimentos sociais em relação à implementação da reforma agrária.

Para a constituição da reforma agrária, o governo FHC criou o Ministério da Reforma Agrária a partir do qual foram estabelecidas metas prioritárias de aumento do volume de crédito para os assentados e para a agricultura familiar, através do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária – PROCERA - e do Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF - respectivamente. Além dessas, outras metas foram traçadas, dentre elas a redução de conflitos agrários e a implementação de novos programas de apoio à reforma agrária – como por exemplo, Lumiar, Casulo, Recadastramento Nacional dos Imóveis Rurais, Banco da Terra, entre outros.

Já no segundo mandato, por volta de março de 1999 o governo lançou a chamada Nova Reforma Agrária, a qual anunciava um novo tipo de desenvolvimento rural para o país, em contraste com o padrão de agricultura incentivado pelo próprio governo. Esse novo modelo estava baseado na mudança do sistema de obtenção de terras para fins de reforma agrária, cujo instrumento principal passou a ser o Banco da Terra. O Banco da Terra tinha seu

funcionamento calcado em leilões de terras privadas, em detrimento do mecanismo das desapropriações das terras improdutivas. Assim, para o governo FHC, a reforma agrária passou a ser feita, prioritariamente, via mercado. Segundo FILHO (2001) para sustentar tal proposta, o governo apresentou alguns argumentos, dos quais podem se destacar a força do latifúndio ou dos interesses conservadores ligados à estrutura agrária brasileira, o agravamento dos conflitos no campo e o suposto esgotamento do modelo e ações anteriores de reforma agrária.

Em relação ao número de famílias assentadas no período de oito anos de governo, conforme pudemos observar na tabela 2, o governo de Fernando Henrique Cardoso cumpriu sua meta inicial de assentar duzentos e oitenta mil famílias. Por outro lado ANDRIOLI (2003) mostrou que, apesar de em dois mandatos do governo FHC terem sido assentadas um número bastante considerável de famílias, o baixo investimento em infra-estrutura nos assentamentos contribuiu para aumentar o êxodo rural.

Devemos ressaltar ainda no governo FHC houve uma grande distribuição de títulos de propriedade de terra e criação de novos que deveriam estar acompanhadas de medidas que garantissem condições de sobrevivência digna aos trabalhadores no campo, como incentivos através de créditos e construção de infra-estrutura social. E foram justamente essas medidas que parecem ter sido esquecidas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, o que acarretou uma pobreza ainda maior no campo e o estado de precariedade em que se encontram muitos assentamentos como veremos posteriormente.

Deparamo-nos então com um fator comum que marcou a maior parte dos governos iniciados após 1964, caracterizados por discrepâncias entre o planejamento e a realidade, ou seja, a criação de projetos de reforma agrária apesar de fundamentais para a implantação da mesma não significa necessariamente que a intenção inicial desses projetos será cumprida em conformidade com o que realmente foi estabelecido. Como observamos, existe uma enorme dificuldade por parte dos governos em colocar em prática as ações planejadas e, ainda, de tornar claro os reais objetivos aos quais se quer alcançar¹⁶.

¹⁶ Por esses motivos, LARANJEIRA (1983) considera a reforma agrária brasileira como "simples política agrária reformista" ou como "reforma agrária marginal", que é a contra-reformista.

O atual governo, de Luis Inácio Lula da Silva, criou em dezembro de 2003 o novo Plano de Reforma Agrária assinado pelos ministros do Desenvolvimento Agrário, do Meio Ambiente, e pelo presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Nesse novo Plano está previsto o atendimento das vocações e diversidades de cada região do país, prevendo o respeito às diferenças regionais, às tradições e ao meio ambiente (HACKBART, 2003).

A meta do governo pretende atingir o número de quatrocentas mil famílias assentadas até o final do mandato no ano de 2006. Até o presente momento, os dados do INCRA informam que já foram assentadas sessenta mil famílias. Porém esse número ainda é considerado muito baixo já que esta meta estava sendo prevista para ser realizada até o mês de março de 2004 (ANDRIOLI, 2003).

Em relação aos diversos objetivos visados pela reforma agrária no Brasil, os principais são o de melhorar as condições de vida da população que vive da agricultura, dinamizar a agricultura e promover o desenvolvimento econômico. Como vimos, nenhum governo conseguiu desenvolver efetivamente um projeto de reforma agrária tendo cada um deles apresentado inúmeros problemas relacionados às diferentes etapas inicialmente propostas para a sua realização. A própria criação dos assentamentos é até hoje em sua maioria resultante de pressões por parte de movimentos sociais, e não resultado de uma política de reforma agrária contínua e com prazos e metas estabelecidas. Tal fato é enfatizado por LARANJEIRA (1983):

“Quando o assentamento se desencadeia, é porque deve ter havido a formulação de um plano e, claro, que tendo atentado o mesmo para maior racionalização das tarefas. Afinal, o ato em si de reformar há de pressupor a idéia de melhoria das condições existentes, as quais demandam planejamento adequado” (LARANJEIRA, 1983: 22).

Essa idéia aparece com clareza para os órgãos responsáveis pela implementação da reforma agrária. No modelo preconizado pelo INCRA para assentamentos decorrentes de reforma agrária, são fixadas três condições básicas para a sua efetivação: a oferta de terras ao beneficiário, a oferta de condições para explorar a terra; e o incentivo à organização dos assentados (FERREIRA, 1994).

A redistribuição da terra por si só não pode ser considerada como reforma agrária, mas sim como uma reforma fundiária. Ações complementares à redistribuição da terra são fundamentais para atingir-se metas de melhoria social e econômica. Aspectos como acesso ao crédito e à assistência técnica, organização de cooperativas e/ou associações, estrutura de comercialização direta assim como uma boa estrutura social e de produção devem ser rigorosamente considerados quando se trata de reforma agrária. A implementação de assentamentos rurais somente como medida de redução dos conflitos no campo como ocorre desde as primeiras tentativas de reforma agrária até os dias atuais dificilmente será eficiente sem que haja por trás um projeto que atenda os elementos fundamentais – citados acima – para o desenvolvimento dos assentamentos.

No Brasil em especial, devido à grande extensão de suas terras, as políticas de criação de assentamentos devem estar voltadas para a contemplação da diversidade ambiental, de agrossistemas e de tradições e trajetórias diferenciadas dos trabalhadores rurais. Para a efetivação e conquista dos objetivos pretendidos pela reforma agrária, é necessário que qualquer planejamento seja realizado de acordo com essa heterogeneidade de situações.

Os assentamentos no Brasil formam o componente principal da realização da reforma agrária, e por isso têm sido o objeto de diversos estudos que procuram compreender a sua dinâmica e os processos a ele relacionados de fundamental importância para uma análise dos caminhos que a reforma agrária no país está traçando. É o que veremos nesse momento.

4.2 – Os Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil

Nessa segunda parte pretendemos desenvolver algumas reflexões a respeito do processo de implementação dos assentamentos brasileiros e das condições em que eles estão se constituindo, enfocando brevemente os estudos mais importantes realizados, suas principais características e os programas criados com o objetivo de promover o seu desenvolvimento.

O termo “assentamento”¹⁷ começou a ser utilizado no início da década de 1960 quando a população do meio rural começava a ser expulsa em larga escala

¹⁷ É importante ressaltar que de acordo com MEDEIROS & ESTERCI (1994) as categorias “assentamento” e “assentado” foram formuladas pelo Estado.

para os centros urbanos, na mesma época em que políticas fundiárias foram criadas em resposta às pressões feitas pelos movimentos sociais no campo (BERGAMASCO e NORDER, 1996).

O conceito de assentamento, no entanto, segundo FERREIRA (1994) foi transformado e expandido ao longo do tempo no Brasil, passando a incluir toda a série de medidas complementares necessárias à fixação e transformação dos novos proprietários em verdadeiros – e autônomos – produtores rurais.

O estudo dos assentamentos rurais e sua importância para se pensar a reforma agrária são sublinhados recorrentemente por pesquisadores que se debruçaram sobre esse tema. MEDEIROS e ESTERCI (1994) ressaltam que reflexões a respeito da reforma agrária através das múltiplas dimensões das experiências existentes significam descortinar possibilidades de repensar a questão agrária, não em termos abstratos, mas considerando projetos em andamento, forças concretas em disputa e toda a gama de relações intervenientes no processo.

A literatura existente sobre assentamentos rurais contempla diversos aspectos, tratando principalmente os enfoques econômico, social e o político. Um estudo que abordou o enfoque econômico de forma acentuada foi o da FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (ROMEIRO, et al., 1994), privilegiando variáveis como geração e distribuição de renda nos assentamentos, capitalização, características do processo produtivo, comercialização da produção e etc. Através da análise dessas variáveis em uma amostra de 44 projetos de assentamentos situados em diversas regiões do país, o estudo concluiu que os assentamentos revelaram-se eficazes promotores do desenvolvimento rural e de fixação do homem ao campo. Mesmo com a diversidade de situações encontradas, a renda média gerada foi de 3,7 salários mínimos por família, superior à média de renda passível de ser obtida por qualquer categoria de trabalhadores do campo segundo os autores do relatório.

Muitos estudos sobre a inserção econômica dos assentados, sua renda, condições de vida, integração aos mercados locais têm sido realizado nas análises de assentamentos, os quais, em sua maioria, objetivam comparar o presente dos assentados com seu passado imediato ou mesmo a partir do cálculo da renda buscar condições de comparação da situação dos assentados com a de outras categorias de trabalhadores (LEITE et.al, 2004).

Um outro aspecto recorrentemente tratado pelas pesquisas é o padrão tecnológico dos assentamentos, sempre atrelado com a discussão de financiamentos, estrutura de mercado, entre outros, feita principalmente pelos economistas. Para LEITE (1994), na análise dos economistas muitas vezes está implícito um viés político, já que elas são realizadas de forma a afirmar o sucesso ou o fracasso da política de assentamentos e como consequência as possibilidades de uma política de reforma agrária.

Como já vimos anteriormente, os assentamentos rurais têm despertado também um forte interesse de antropólogos e sociólogos que costumam primar, dentre outros temas, a trajetória dos assentados, a dimensão interna dos assentamentos com ênfase no assentamento como espaço de diferenciação, tensão e disputas como os trabalhos de ZIMMERMAN (1994) e FRANCO (1994). Já os trabalhos de MEDEIROS e ESTERCI (1994), por exemplo, destacaram a importância das mediações e formas de representação que emergem no processo de constituição do assentamento. Além disso, outros temas relacionados às trajetórias dos assentados, às redes de relações que se constituíram antes e durante o processo de mobilização, às diferentes formas de intervenção estatal e ao processo de produção de novas identidades, têm sido constantemente objetos de reflexões dos sociólogos. Podemos dizer que de forma geral há um consenso entre os sociólogos que apontam os assentados rurais como uma categoria social em processo de construção de sua identidade, que apresenta diferentes origens e trajetórias de vida.

Uma contribuição que também não podemos deixar de destacar em termos de importância e por ter sido realizada na mesma região de nosso estudo - o município de Campos dos Goytacazes - é o da socióloga Delma Peçanha Neves. Pesquisadora dos processos de reforma agrária da região há alguns anos, NEVES (1997) desenvolveu em seu trabalho de maior destaque uma análise do processo de mudança da posição social dos trabalhadores rurais assalariados para produtores agrícolas mercantis, inseridos no contexto de aplicação da política de reforma agrária de 1985 - o PNRA. A pesquisa fundamentou-se num estudo de caso, possível pela decretação de falência e desapropriação da área agrícola de uma usina da região açucareira de Campos.

Os estudos de sociólogos e antropólogos, sempre muitos presentes na literatura dos assentamentos rurais, servem-nos como parâmetros para o que pretendemos realizar uma vez que se impõe que tomemos uma postura que

demonstre clareza sobre o papel do geógrafo no estudo dos assentamentos rurais. É fundamental que estabeleçamos qual será o enfoque que privilegiaremos. Este será a organização espacial – no nosso caso a organização interna do assentamento rural Zumbi dos Palmares - que constitui a essência da ciência geográfica, e como essa organização espacial está atuando sobre a qualidade de vida dos assentados.

Para que possamos compreender o processo de criação dos assentamentos, iniciaremos por abordar as condições em que esses podem surgir e posteriormente as formas como estão se desenvolvendo, sublinhando os principais programas que foram criados voltados para a assistência e capacitação dos assentados.

No Brasil, a origem dos assentamentos está relacionada a um grupo de fatores que abrangem situações bastante diferenciadas, as quais se mostram interessantes de serem relacionadas. Segundo LEITE et. al (2004), muitos estudos têm indicado para as situações mais comuns para a criação dos assentamentos: regularizações fundiárias em terras ocupadas por vezes há décadas por “posseiros”; áreas de conflitos gerados pela tentativa de expulsão de trabalhadores que há muito viviam na terra como “rendeiros” ou “agregados”; áreas improdutivas ocupadas por movimentos de luta pela terra – como o MST – ou também por sindicatos de trabalhadores rurais; reservas extrativistas, fruto da resistência de seringueiros em permanecer em terras que exploravam há gerações; usinas falidas, posteriormente desapropriadas.

Tais situações englobam também diferentes tipos de beneficiários como filhos de proprietários, familiares sem-terra, pequenos produtores atingidos por obras públicas, seringueiros, assalariados rurais, populações de periferia urbana. No caso do assentamento rural Zumbi dos Palmares, resultante de um processo de falência de uma usina – a Usina São João - seguida de desapropriação e conforme veremos em maiores detalhes posteriormente, os beneficiários são os ex-empregados da própria usina e trabalhadores urbanos e rurais de regiões próximas.

A partir do estabelecimento dos que serão assentados, as etapas de criação de um assentamento rural proveniente do processo de reforma agrária se desenvolvem basicamente em dois momentos: a desapropriação e a atribuição aos beneficiários, ambas realizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária representando o Estado.

A seleção dos beneficiários pelo INCRA segue um padrão pré-estabelecido que pode variar conforme cada caso. Geralmente os beneficiários diretos são as famílias que se encontram acampadas na área onde será construído o assentamento, e que na maior parte das vezes já encontram-se organizadas pelos próprios movimentos sociais à espera do cadastramento. Essas famílias por sua vez são selecionadas pelos movimentos sociais a partir de critérios relacionados à participação no processo de pressão e luta que originou a desapropriação daquela terra. Em se tratando de terras desapropriadas pela falência de usinas, o processo dá-se de forma diferenciada como é o caso do assentamento rural Zumbi dos Palmares. Aí, além das famílias que participaram das ocupações havia ainda os ex-empregados da Usina São João, que já moravam nas terras e foram privilegiados, tendo sido considerados os beneficiários diretos.

De acordo com o Estatuto jurídico a definição do assentado rural está então relacionada a essas duas instâncias: a homologação do beneficiário pela Superintendência do INCRA e a aprovação pela comunidade rural em questão. Além disso, os que não se enquadram na categoria de assentados podem assumir outras nomeações que os classificam de acordo com a situação em que se encontram em relação ao processo de constituição do assentamento. DAVID, WANIEZ e BRUSTLEIN (1998) em estudo sobre os beneficiários da reforma agrária estabeleceram interessantes categorias de análise as quais são: os *pré-assentados*, formados pelos candidatos registrados e selecionados que esperam a homologação; os *agregados*, que são os residentes na propriedade de um beneficiário sem que se trate do próprio assentado; os *titulados*, que são aqueles que tiveram a oportunidade, ainda rara, de possuir um título definitivo de propriedade concedido pelo INCRA e os *irregulares*, que correspondem às famílias que se encontram nas áreas sem autorização do INCRA.

Logo após a entrada no assentamento recém-criado, os assentados deparam-se de frente com uma nova situação: a de produtores rurais. Mesmo os que já possuíam um passado recente ligado ao trabalho agrícola, percebem-se diante de sua nova condição, a de assentado-produtor rural.

Para que esse novo assentado possa começar a desenvolver suas atividades como produtor é de fundamental importância a disponibilidade dos meios necessários às atividades produtivas – instalações, máquinas, equipamentos, implementos e insumos, e de conhecimento sobre técnicas e

procedimentos empregados, os quais estão incluídos no acesso ao crédito rural e as políticas públicas de assistência técnica. Os principais programas criados pelo governo federal para atender ao crédito para os produtores rurais foram o PROCERA e o PRONAF conforme já vimos anteriormente.

O PROCERA foi criado na segunda metade da década de 80 com o objetivo de financiar as atividades produtivas – custeio e investimento – dos assentamentos rurais, tendo se consolidado especialmente após 1993 no governo de Fernando Henrique Cardoso até 1999 quando foi extinto. Já o PRONAF surgiu em substituição ao PROCERA e existe até hoje, e está voltado para o agricultor familiar, não vinculando o crédito ao produto, mas exigindo, entre outras coisas, que 80% da renda advinha do trabalho na propriedade rural, que sejam contratados no máximo dois empregados e que o tamanho da área seja limitado a quatro módulos fiscais (LEITE et. al, 2004).

A atuação desses programas, no entanto, apresentou-se de forma muito diferenciada em cada região, podendo ter obtido êxito em algumas e em outras não. Segundo o estudo de LEITE et. al (2004) as principais dificuldades apontadas pelos assentados em relação aos programas de crédito foram: atraso na liberação dos recursos, dificuldades postas pelo banco, juros elevados, prazos de pagamentos curtos.

Quanto à assistência técnica, esta somente se consolidou como programa voltado para o atendimento aos assentados em 1997 com a criação no governo de Fernando Henrique Cardoso do Programa LUMIAR, ainda que de forma terceirizada. O projeto era voltado para o apoio à implementação do processo de desenvolvimento sustentável, à produtividade do trabalho, com melhoria do nível social e cultural das famílias beneficiadas. Possuía como objetivo geral viabilizar os assentamentos, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas para o mercado e integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional.

No Rio de Janeiro, a atuação do LUMIAR teve como ponto principal de ação a intervenção direta das equipes junto aos assentamentos rurais selecionados dentro do projeto. O Projeto teve atuação direta no assentamento Zumbi dos Palmares, principalmente nos primeiros anos da instalação do assentamento quando participaram da realização do Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA – embora com participação diferenciada entre os técnicos. Atuaram fundamentalmente no processo de organização de evento

junto aos assentados e entidades de apoio, discussões sobre o desenvolvimento do PDA, bem como na redação do documento final. A equipe do LUMIAR no Zumbi dos Palmares era composta por sete técnicos: dois agrônomos, um zootecnista, uma licenciada em ciências agrícolas, uma economista doméstica e dois técnicos agrícolas (GUANZILROLI, 1999).

Mesmo com a expansão do Programa nos últimos anos da década de 90 e com um razoavelmente bom funcionamento ele foi extinto em meados do ano 2000 e até agora nenhum outro projeto foi criado para substituí-lo. A extinção e a não substituição do Projeto LUMIAR prejudicou muitos assentamentos que contavam com a presença dos técnicos para desenvolverem seus sistemas agrícolas.

Acrescida à questão dos projetos voltados para os assentamentos rurais e também de enorme importância principalmente para o presente estudo estão as formas de organização dos assentados no interior dos assentamentos, no que se refere à produção, comercialização e infra-estrutura em geral.

A maior parte dos assentamentos que seguem a organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra apresentam formas modelares consideradas coletivas, as quais são concebidas pelo movimento em suas diferentes variações. A *coletiva* caracteriza-se pelo espaço físico produtivo de domínio e responsabilidade da coletividade; a *semicoletiva* organiza coletivamente as relações econômicas, sendo individualizado o espaço doméstico e parte do produtivo; a *associação de máquinas* reúne interessados na otimização da capacidade produtiva das famílias e da terra, pela associação de capital, principalmente para aquisição de máquinas e equipamentos; e finalmente a *associação de vizinhança* que reúne o trabalho de famílias para a realização de mutirões na fase de plantio, colheita e em outras ações produtivas (ZIMMERMANN, 1994).

Esta organização que poderíamos considerar como padrão pode, no entanto, apresentar muitas variações no interior dos assentamentos existentes no Brasil, pois ela não é rígida. A diversidade de trajetórias e de tradições dos assentados assim como fatores que dizem respeito às relações entre esses assentados e os dirigentes do MST dentre outros podem gerar formas múltiplas de organizações coletivas, semi-coletivas e até mesmo individuais.

Nos assentamentos que não possuem a organização de base do MST o mais comum é a produção individualizada, com cada produtor morando e

trabalhando no próprio lote. Ainda que as habitações estejam constituídas em forma de agrovilas, a maior parte dos cultivos são realizados em lotes individuais, geralmente localizados a poucos metros da agrovila.

Essa organização estabelecida pelos assentados juntamente com as gestões dos assentamentos, tendo ou não a participação do MST, é de fundamental importância para o nosso estudo, porém ela somente estará focada no assentamento Zumbi dos Palmares, não cabendo aqui o tratamento das variadas formas existentes nos demais assentamentos.

No estado do Rio de Janeiro somente os assentamentos criados após 1990 podem possuir a organização do MST, pois é nessa época que o Movimento passa a atuar no estado, onde as lutas por terra há muito já ocorriam. Por sua vez tanto as pressões por terra por parte de trabalhadores rurais ocorridas antes de 1990 quanto as ocorridas depois, nos quais o MST é participante ativo, deram origem a um grande número de assentamentos existentes hoje no estado – inclusive ao Zumbi dos Palmares – conforme veremos adiante.

4.3 – A Criação de Assentamentos Rurais no Estado do Rio de Janeiro como Resultado dos Processos de Conflitos por Terra

Mesmo não sendo uma região que atraia os focos de atenção para conflitos por terra em relação ao restante do Brasil, o Rio de Janeiro apresenta em seu território um número considerável de assentamentos e um histórico de ocupações relevantes, para o qual atentaremos brevemente. Procuraremos abordar também como o contexto das políticas agrárias voltadas para o âmbito estadual influenciou a criação dos assentamentos e o desenvolvimento dos mesmos.

Assim como a grande maioria dos assentamentos do país, os assentamentos existentes no Rio de Janeiro tiveram suas criações diretamente relacionadas com os conflitos¹⁸ que ocorreram em praticamente todas as regiões do estado, confirmando a concepção de FERNANDES (2000) de que a política de assentamentos representa uma reação direta às ocupações de terra. Só para se ter um exemplo, nos últimos nove anos, dos 14 assentamentos criados em oito

¹⁸Consideramos como conflito as lutas por terra constituídas principalmente pelas resistências, pressões e ocupações por parte de trabalhadores rurais e em muitos casos trabalhadores de origem urbana, organizados ou não por movimentos sociais ou sindicato de trabalhadores.

municípios, 1/3 do total está localizado no município de Campos dos Goytacazes, área prioritária de ação do MST e onde estão os maiores focos de pressão e de ocupações (AGB, 2003).

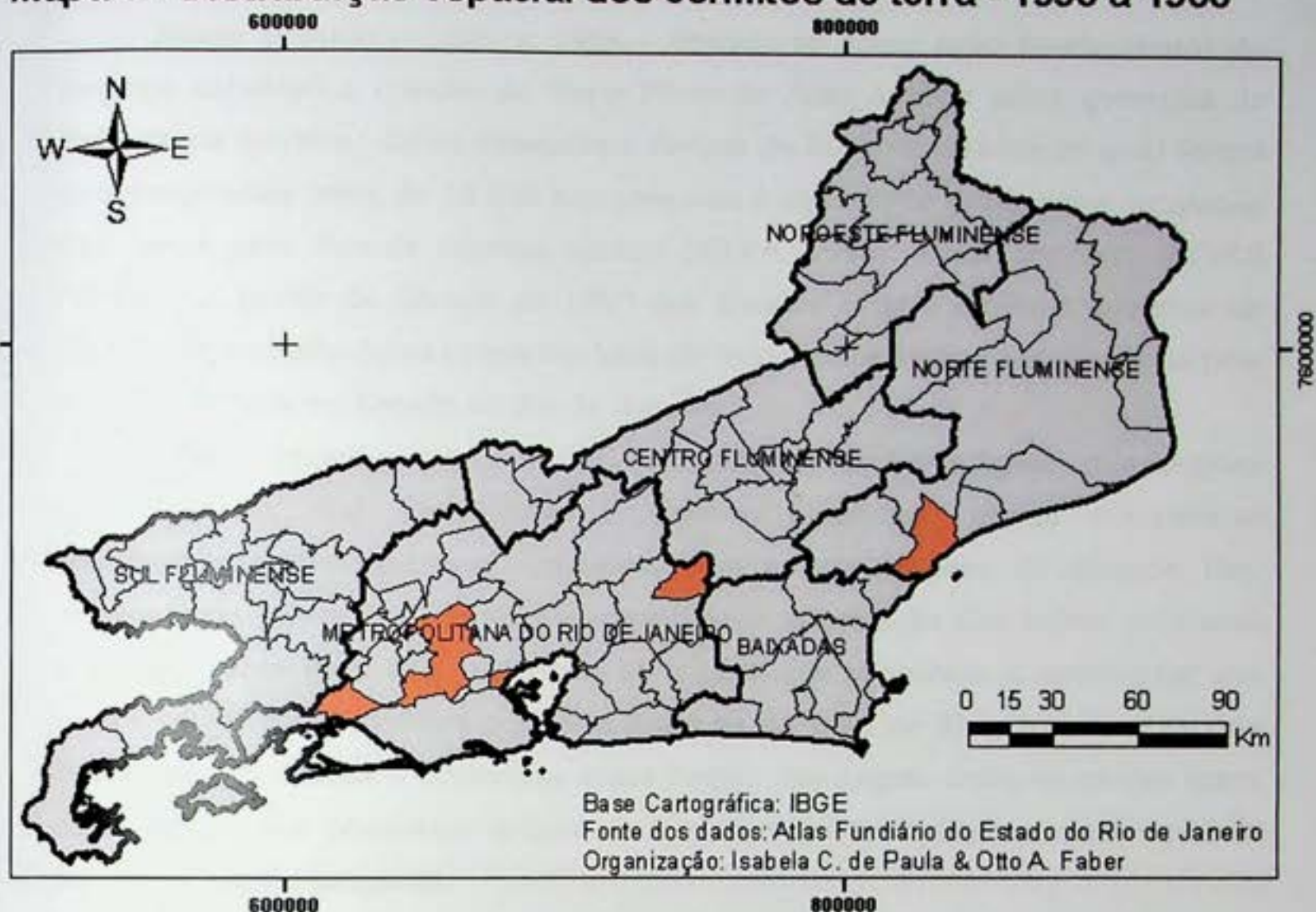
Sabendo então que os assentamentos constituem no Brasil um primeiro momento do processo de reforma agrária e que na maioria dos casos são resultantes de pressões de movimentos sociais, faz-se interessante evidenciar de que maneira esses conflitos foram se configurando espacialmente na criação de assentamentos ao longo dos anos.

De acordo com NOVICKI (1994), a luta pela terra no estado do Rio de Janeiro, entre 1950 e 1982, deu-se em três diferentes conjunturas. A primeira anterior a 1964 de politização da questão agrária quando houve iniciativas do campesinato, principalmente na baixada fluminense; a segunda entre 1964 e 1978 de despolitização autoritária, na qual os trabalhadores rurais ficaram totalmente na defensiva e desenvolveram uma resistência atomizada e a terceira, após 1979, de re-politização quando além da continuidade de antigos conflitos envolvendo trabalhadores rurais representados pelo movimento sindical FETAG – Federação dos Trabalhadores da Agricultura, verificou-se a reocupação de terras por um campesinato “não-típico”, trabalhadores da periferia urbana conforme veremos adiante, e a emergência da Comissão Pastoral da Terra – CPT/RJ e do MST/RJ como mediadores e representantes dos movimentos de luta pela terra, principalmente de ocupação de terras.

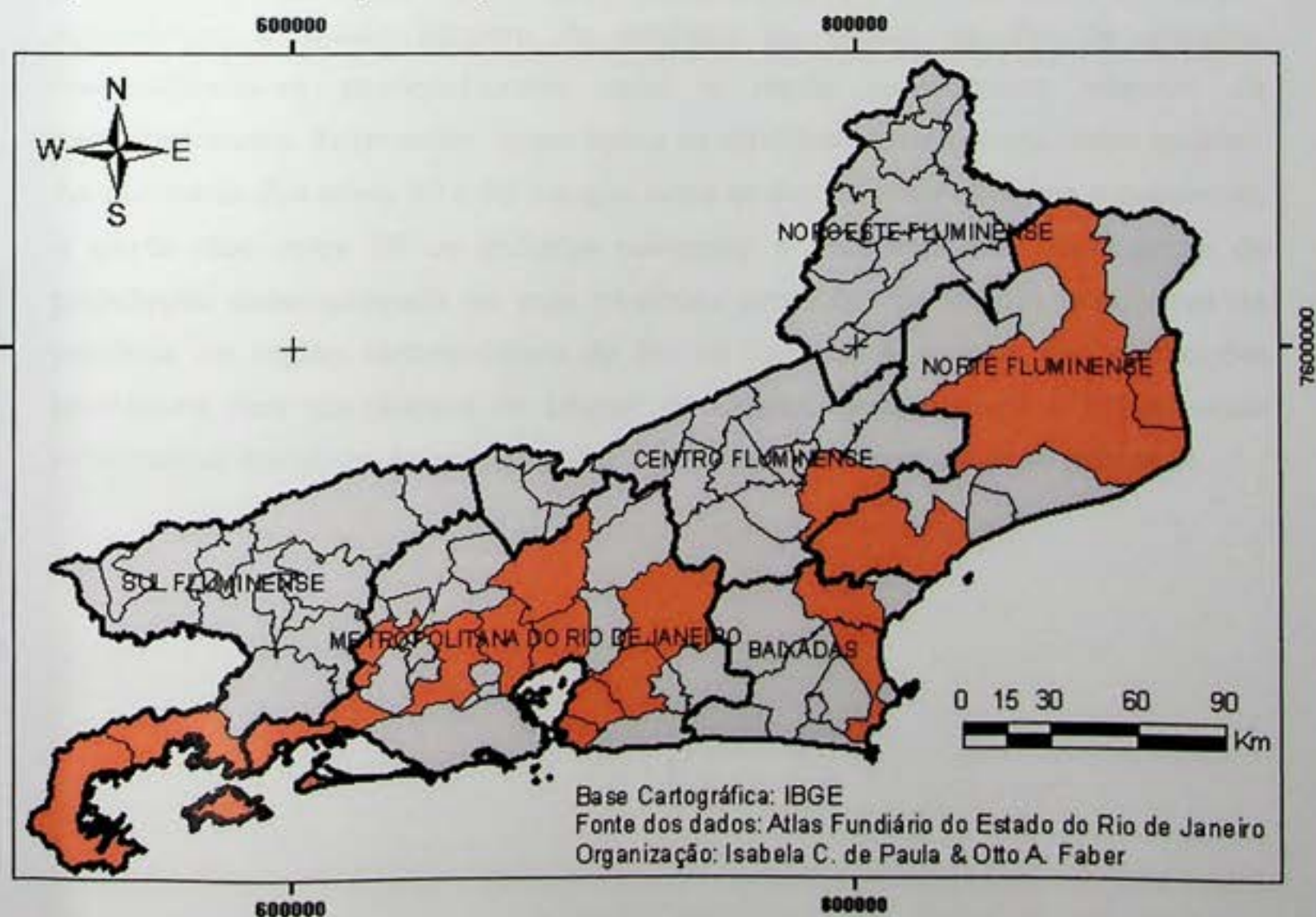
O início dos anos 50 marca um começo na intensificação dos conflitos por terra no estado, principalmente nas regiões da baixada fluminense (parte da região metropolitana), sobretudo nos municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu como podemos observar no mapa 6. Tais conflitos eram protagonizados por lavradores posseiros e grileiros, de maneira que os primeiros estavam sendo despejados das terras que ocupavam e apresentavam bastante resistência.

Já a partir dos anos 60, as ocupações se afirmaram como principal forma de luta dos lavradores fluminenses (SEAF, 1991). Os conflitos ganharam uma maior intensidade passando a ocorrer além da região Metropolitana – que por sua vez tem um crescimento nas ocorrências – nas regiões Norte Fluminense, Sul Fluminense e Centro Fluminense (mapa 7).

Mapa 6 - Distribuição espacial dos conflitos de terra - 1950 a 1960



Mapa 7 - Distribuição espacial dos conflitos de terra - 1961 a 1970

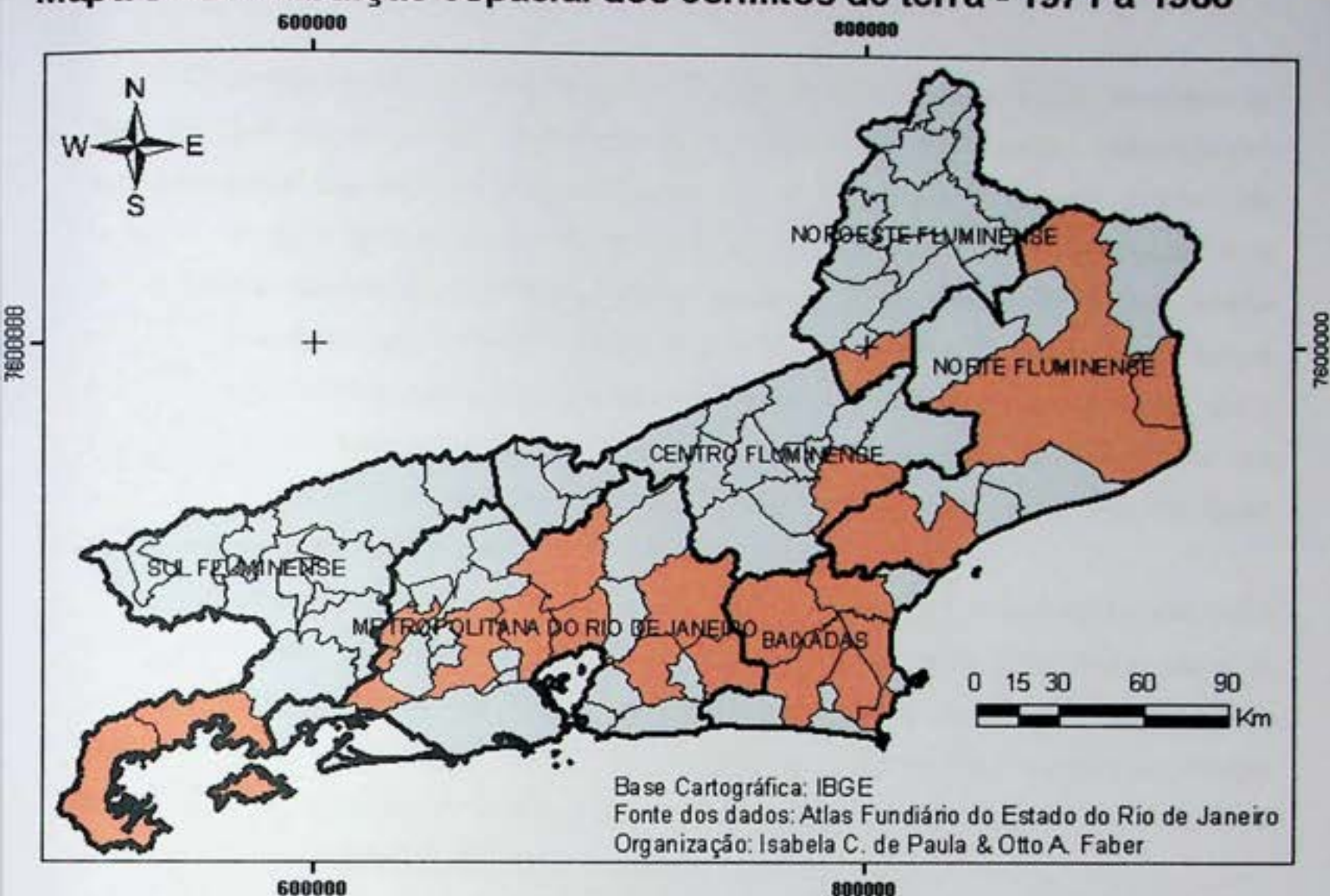


Nesse período – 1959 a 1964 - destaca-se como ação fundamental do governo estadual a criação do Plano Piloto de Ação Agrária pelos governos de Roberto da Silveira/ Celso Pessanha e Badger da Silveira, através do qual foram desapropriados cerca de 18.500 hectares com o objetivo de promover a ocupação das áreas para fins de reforma agrária (SILVA, 1998). Ainda segundo NEVES (1997) é a partir da década de 1960 que tiveram origem diversos projetos de fixação de trabalhadores rurais em lotes de terras pelos órgãos responsáveis pela reforma agrária no Estado do Rio de Janeiro

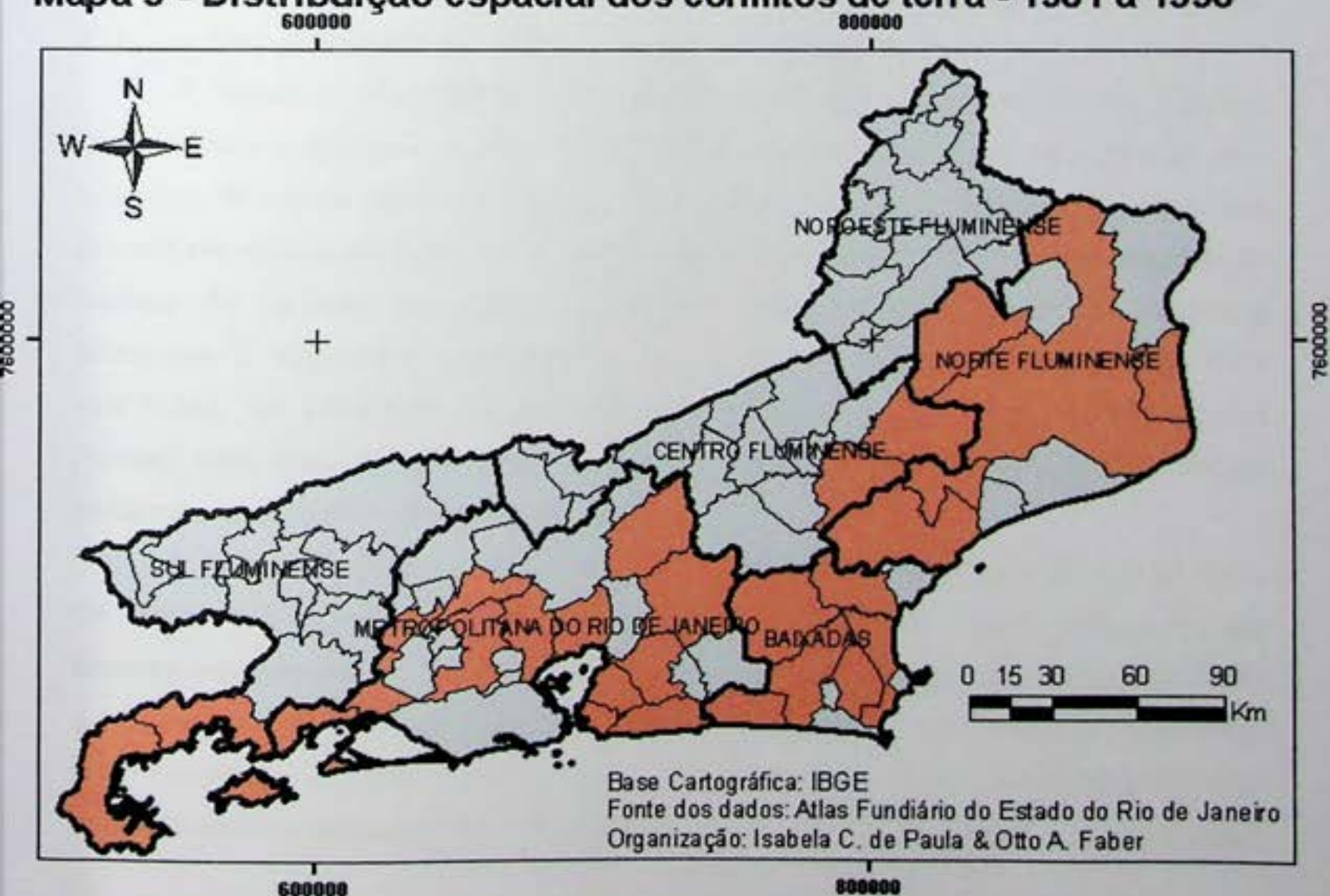
Posteriormente, nos anos 70, os conflitos se consolidam nas regiões metropolitana, Sul Fluminense e Centro-Fluminense, porém mantêm-se relativamente sem grandes aumentos. Com as construções da estrada Rio-Santos e da ponte Rio-Niterói e a conseqüente valorização das terras próximas principalmente para fins turísticos, as regiões que passaram a apresentar um maior número de conflitos por terra eram as da Baía de Ilha Grande e as das Baixadas Litorâneas – conhecida como Região dos Lagos, onde os atores eram constituídos por posseiros, grileiros e empresas interessadas na construção de hotéis na região (mapa 8).

Nos anos 80, uma nova explosão de ocupações ocorre sendo a Baixada Fluminense mais uma vez o foco, configurando então esta região como a que apresentou o maior número de conflitos do estado do Rio de Janeiro, consolidando-se posteriormente como a região com maior número de assentamentos. Entretanto, nessa época os conflitos assumem um outro caráter. Ao contrário dos anos 50 e 60 em que estes se davam entre grileiros e posseiros, a partir dos anos 80 os grileiros passaram a enfrentar um contingente de população desempregada ou com péssimas condições de salário residentes na periferia da região Metropolitana do Rio de Janeiro. A maioria das ocupações aconteceu nos municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Magé, onde atualmente encontra-se grande parte dos assentamentos do estado (mapa 9).

Mapa 8 - Distribuição espacial dos conflitos de terra - 1971 a 1980



Mapa 9 - Distribuição espacial dos conflitos de terra - 1981 a 1990



O problema das terras próximas à região Metropolitana deriva também do fato de que essas terras sofreram uma progressiva valorização especulativa apresentando até mesmo características de transformação da área rural em urbana, o que gerou um número grande de conflitos. A urbanização e a conseqüente valorização e especulação segundo a SEAF (1991) foram processos que se refletiram nas características dos conflitos e de seus atores no campo fluminense. Cabe sublinhar ainda que os mesmos processos – de especulação e valorização – também ocorreram na faixa litorânea do estado – de Cabo Frio até o sul em Paraty – e na região Serrana Fluminense, onde os sítios de lazer tornaram-se o destino de boa parte dos terrenos.

Em meados dos anos 80, o Estado de Rio de Janeiro foi contemplado pelo PNRA da Nova República, tendo sido definido como área prioritária para a realização da reforma agrária. A proposta era através do Plano Regional de Reforma Agrária – PRRA - ampliar a capacidade de consumo da população que se encontrava fora do mercado consumidor e assentar 16 mil famílias entre os anos 1985-89 (MEDEIROS et al, 1999).

Nesses anos e até aproximadamente o início dos anos 90, os conflitos ganham intensidade em todas as regiões, principalmente nas regiões Norte Fluminense, Metropolitana e Baixadas Litorâneas (mapa 9).

É nessa mesma época que o MST aparece no estado do Rio de Janeiro, fazendo sua primeira tentativa de organizar os trabalhadores rurais, porém sem sucesso. Somente nos anos 90 é que o Movimento passa a figurar como um dos principais atores na área rural do Rio de Janeiro principalmente nas regiões de usinas de açúcar no norte fluminense onde estavam ocorrendo diversas falências. É importante ressaltar que a atuação do MST no estado sempre teve que lidar, ao contrário do que estavam habituados, não com trabalhadores rurais, mas com ex-operários de usinas que já estavam residindo em favelas próximas e com ex-trabalhadores urbanos.

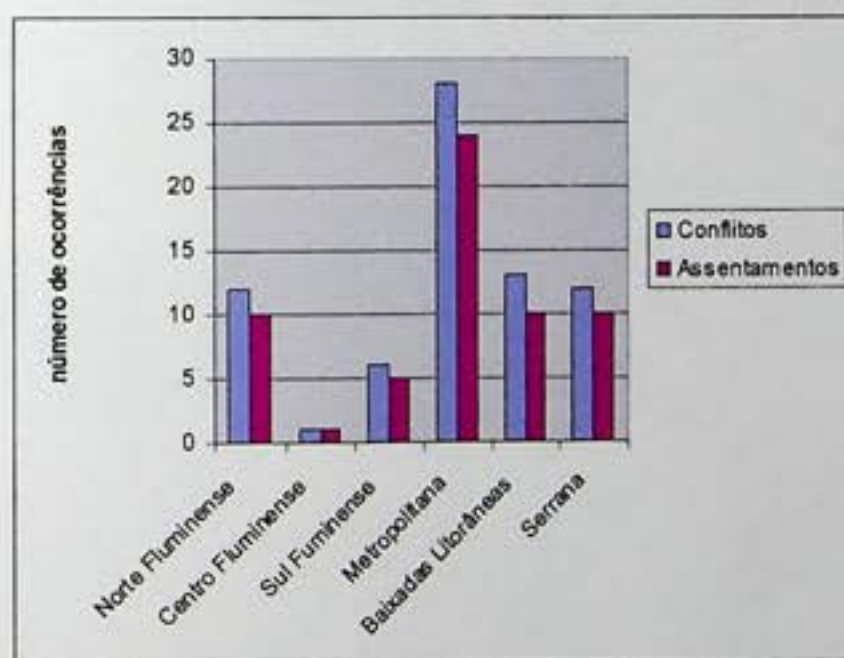
A característica da região Norte Fluminense de ser grande concentradora de terra e de possuir uma massa de trabalhadores, sejam eles urbanos desempregados ou rurais sem terra, levou a uma facilitação de entrada do MST que passa então a participar ativamente das ocupações ocorridas na região. Tal fato confirma-se pelos dados de que dos vinte e cinco acampamentos e assentamentos organizados pelo MST no estado do Rio de Janeiro, quinze estão

localizados na região Norte Fluminense e destes dez no município de Campos dos Goytacazes.

De acordo com ZINGA (2004) a primeira ocupação do MST no município de Campos dos Goytacazes foi a que originaria o assentamento rural Zumbi dos Palmares em abril de 1997. Posteriormente, teriam atuação na constituição dos assentamentos Che Guevara, Antônio de Farias e Ilha Grande, no mesmo município.

A maior parte das ocorrências de conflitos no estado do Rio de Janeiro, conforme já havíamos abordado anteriormente, tem relações próximas com a criação dos assentamentos no estado. Na figura 3, podemos observar de forma clara essas relações. A quantidade de assentamentos criados muito se assemelha com o número de conflitos observados em praticamente todas as regiões do estado.

Figura 3 – Proporção entre a ocorrência dos conflitos e a criação de assentamentos no estado do Rio de Janeiro de 1950 à 1990



Fonte dos Dados: Conflitos - Atlas Fundiário do Estado do Rio de Janeiro Assentamentos - SEAF, 1991.

Atualmente a distribuição espacial dos assentamentos no estado do Rio de Janeiro é resultante desse passado de lutas por terra, por sua vez caracterizadas pelas diversidades tanto em termos das particularidades e da origem dos conflitos quanto das ações governamentais projetadas no espaço agrário. Podemos observar no mapa 10 a concentração de assentamentos na Região Metropolitana onde se destacaram os maiores números de conflitos por terra, seguida das regiões Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas.

Mapa 10 – Distribuição espacial dos assentamentos e acampamentos no estado do Rio de Janeiro



Um levantamento de todos os assentamentos para fins de reforma agrária existentes no estado do Rio de Janeiro, assim como o tempo de existência de cada um deles e o número de população envolvida no processo de assentamento no Estado do Rio de Janeiro, podem ser vistos na tabela 8. Podemos verificar os dados referentes à data de criação, área de abrangência e número de famílias, organizados por mesoregiões e municípios.

A região que conta com o maior número de população envolvida é a Metropolitana do Rio de Janeiro com aproximadamente 5400 famílias, seguida da região Norte Fluminense que possui 2187 famílias assentadas. Os municípios que apresentam os maiores números de famílias assentadas na região Metropolitana são os de Itaguaí, Cachoeiras de Macacu e Duque de Caxias, com 1635, 1444 e 1377 famílias respectivamente. Na região Norte Fluminense os municípios que possuem maior população assentada são os de Campos dos Goytacazes com 1032 famílias e Macaé com 767 famílias.

Tabela 8 – Ano de criação, área (ha) e número de famílias dos assentamentos no estado do Rio de Janeiro

Localização/ Mesoregião, Município	Assentamento	Ano de Criação	Área (ha)	Número de Famílias
Norte Fluminense				
Campos dos Goytacazes	Novo Horizonte	1987	4 335	300
	Zumbi dos Palmares	1997	8 005	507
	Che Guevara	2000	1 119	74
	Antonio de Farias	2001	1 221	93
	Ilha Grande	2001	822	58
Macaé	Imbuuro	1987	1 214	141
	Bem-Dizia	1999	1 465	54
	Macaé	1967	6 103	572
Conceição de Macabu	Capelinha	1997	1 416	110
	Fazenda São Domigos	2000	768	130
São Francisco de Itabapoana	Tipity	1991	900	148
Total da região	-	-	27 368	2 187
Sul Fluminense				
Parati	São Roque	1987	735	38
	Taquari	1995	958	70
	Barra Grande	1995	595	65
Valença	Fazenda da Conquista	-	616	62
Barra Mansa	Fazenda do Salto	1997	886	60
Total da região	-	-	3 790	295
Centro Fluminense				
Trajano de Moraes	Santo Inácio	1987	705	51
Total da região	-	-	705	51

Cont.

Localização/ Mesorregião, Município	Assentamento	Ano de Criação	Área (ha)	Número de Famílias
Baixadas				
Casimiro de Abreu	Visconde	1999	1 284	90
Rio das Ostras	Cantagalo	1987	1 749	110
Silva Jardim	Aldeia Velha	1981	362	40
	Cambucaes	1995	1 588	106
	Sebastião Lan	1999	520	33
Cabo Frio	Campos Novos	1986	3 107	292
	Remanescente Campos Novos	1992	1 828	178
Total da região	-	-	10 438	849
Metropolitana do Rio de Janeiro				
Itaguaí	Santa Alice	-	8 641	528
	Núcleo Colonial Santa Cruz	1968	11 021	1 135
Seropédica	Moura Costa	1989	271	52
	Casas Altas	1993	586	72
Mangaratiba	Batatal	1989	198	24
Cachoeiras de Macacu	São José da Boa Morte	1982	3 903	428
	Santa Fé	1996	4 389	65
	Papucaia	1967	18 531	894
	Gleba Soarinho	1967	939	57
Duque de Caxias	Morro Grande	1989	282	34
	Núcleo Colonial Duque de Caxias	1941	540	47
	Núcleo Colonial São Bento	-	6 548	465
	Núcleo Urbano Parque Capivari	-	9 865	464
	Gleba Cachoeira Bembeca	1979	753	112
	Gleba Piranema	1963	580	130
	3ª Gleba do Capivari	1982	525	71
	Boa Esperança	1986	269	54
Japeri	Pedra Lisa	-	-	-
Magé	Santa Rosa	1987	372	26
	Gleba América Fabril	1973	668	213
	Gleba Conceição do Surui	1974	327	48
Nova Iguaçu	São Bernardino	1991	212	55
	Núcleo Colonial Tinguá	-	2 561	182
Teresópolis	Alpina	1987	1 103	94
Miguel Pereira	Paes Leme	-	-	-
Paracambi	Sabugo	1987	1 386	112
	Fazenda Vitória da União	-	527	84
Total da região	-	-	74 997	5 446
TOTAL DO RIO DE JANEIRO	-	-	117 298	8 828

Fonte dos dados: Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA/RJ

Considerando então as características básicas dos assentamentos rurais do estado do Rio de Janeiro, passaremos no próximo capítulo ao detalhamento das características do assentamento rural Zumbi dos Palmares, que será visto no contexto agrário da Região Norte Fluminense e nas particularidades de seu processo de criação e constituição.

CAPÍTULO V

O ASSENTAMENTO RURAL ZUMBI DOS PALMARES: CONSTITUIÇÃO E CONDIÇÕES PRESENTES

O presente capítulo irá abordar a constituição do assentamento rural Zumbi dos Palmares e a forma como o mesmo insere-se no contexto agrário da região Norte Fluminense. Abordaremos um breve histórico da criação do assentamento e de suas principais características, focalizando os núcleos Zumbi 1, Campelo e Cajueiro, objetos de nosso estudo. Tais aspectos já constituem o início de nossa análise no assentamento Zumbi dos Palmares e serão fundamentais para a compreensão de sua dinâmica interna no que diz respeito à qualidade de vida da população assentada e suas relações com a organização espacial interna, tema do nosso último capítulo, o qual representará o desencadeamento da análise e suas conclusões finais.

5.1- Sobre o Assentamento Rural Zumbi dos Palmares

Seguindo do centro da cidade de Campos dos Goytacazes pela margem esquerda do rio Paraíba do Sul, chegamos às ruínas da antiga Usina São João e logo por detrás dela percebemos a entrada do assentamento rural Zumbi dos Palmares. O que encontraríamos naquela imensidão de terras a se perder de vista? Primeiramente precisaremos entender a sua história.

A criação dos assentamentos na região Norte Fluminense esteve na maior parte das vezes atrelada a processos de desapropriação por falência das grandes usinas de cana-de-açúcar que dominaram a paisagem da região por um longo período de anos. O assentamento rural Zumbi dos Palmares, que está localizado no município de Campos dos Goytacazes constitui um desses exemplos, tendo a sua trajetória de formação vinculada ao processo de falência de uma grande usina de açúcar localizada às margens do rio Paraíba do Sul, a Usina São João.

O assentamento rural Zumbi dos Palmares surge dentro do contexto visto anteriormente da região Norte Fluminense, no ano de 1997, fruto da falência seguida de desapropriação da Usina São João, localizada a aproximadamente oito quilômetros do centro da cidade de Campos dos Goytacazes. Essa usina era composta das fazendas Jacarandá, Guriri, São Gregório, Paraíso, Campelo, Santa Maria, Cajueiro, Bom Jesus, Penha e Santana formando um total de 10, as quais agrupadas deram origem ao assentamento e, devido à sua dimensão de aproximadamente oito mil hectares, o assentamento foi estruturado em cinco núcleos.

Partindo da série de falências que estavam ocorrendo em toda a região e, portando, do conhecimento das condições precárias em que estava funcionando a Usina São João, em meados da década de 1990, muitos trabalhadores se reuniram em torno da área com o objetivo de ocupá-la para que fosse desapropriada para fins de reforma agrária.

Presentes nesse momento do acampamento encontravam-se trabalhadores de origem tanto rural quanto urbana da região e também de variadas cidades e estados, principalmente de São Francisco de Itabapoana, Macaé, Cantagalo, Rio de Janeiro e São Paulo, reunidos pelo Movimento Sem Terra (MST) para encorpar o número de famílias necessárias ao momento da ocupação, momento esse constituído de forte pressão política.

Acrescido ao grupo de famílias ligadas ao MST, quando do cadastramento realizado pelo INCRA das famílias que seriam beneficiadas, segundo GUANZIROLI (1999), foram identificados outros dois grupos de trabalhadores. O primeiro grupo era constituído pelos ex-empregados da usina, aí incluídos os trabalhadores braçais, os funcionários da administração e da unidade industrial, que confusos com o processo de ocupação foram orientados por seus advogados a se unirem aos ocupantes já que seriam os beneficiários diretos de acordo com a legislação. O segundo grupo identificado corresponde aos trabalhadores cadastrados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de São Francisco do Itabapoana para serem beneficiados num projeto de assentamento, visto que parte da área da fazenda encontrava-se nesse município.

Em termos proporcionais, a maior parte dos atuais assentados (46%) chegou na área do acampamento através do recrutamento feito pelo MST nos bairros e comunidades periféricas dos municípios de Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana. Aproximadamente 38% chegaram através do sistema de cadastramento do INCRA, enquanto 7% foram recrutados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco de Itabapoana (ZINGA, 2004).

A ocupação ocorreu no dia 12 de abril de 1997 e teve o apoio de diversas entidades como Sindicatos de Trabalhadores Rurais, a Escola Técnica Federal de Campos dos Goytacazes, a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), a Santa Casa da Misericórdia e a própria Prefeitura Municipal que doaram mantimentos e bens de primeira necessidade aos acampados.

De maio a agosto do mesmo ano, começaram a ocorrer problemas com a posse da terra: alguns arrendatários para os quais os donos das terras das fazendas arrendaram suas terras ampliaram a área plantada na fazenda Campelo, realizando tratos numa tentativa de garantir a posse da terra. Os proprietários da Usina São João reivindicam e conseguem a reintegração de posse pela justiça em Campos dos Goytacazes. O MST recorre desta decisão solicitando efeito suspensivo até que o INCRA se manifestasse. Finalmente em outubro de 1997 o INCRA desapropria as terras e em novembro faz o cadastro das famílias acampadas – além dos ex-funcionários da usina e as famílias já cadastradas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco de Itabapoana (GUANZIROLI, 1999).

Depois de concluído o processo de desapropriação, o cadastramento das famílias e decidida a estrutura física dividida em cinco núcleos, o INCRA iniciou o processo de parcelamento dos lotes no ano de 1999, dois anos depois da ocupação da fazenda. O primeiro núcleo a ser parcelado foi o núcleo Cajueiro, em seguida os núcleos Campelo, São Gregório, Jacarandá e por último o Zumbi 1. Enquanto o parcelamento de cada núcleo era realizado, todas as famílias permaneciam acampadas onde posteriormente localizaria-se o núcleo um – Zumbi 1 - e de onde aos poucos iam locomovendo-se para a moradia definitiva de acordo com o término do parcelamento dos núcleos. A escolha dos locais aonde cada família se instalaria – do núcleo no caso - em definitivo se deu, segundo GUANZIROLI (1999), a partir de uma organização entre os próprios acampados que se reorganizaram de acordo com o reconhecimento de afinidades ou proximidades. Ainda de acordo com LEWIN (2005) a divisão dos assentados por núcleos seguiu a seguinte lógica: durante o período do acampamento, os assentados estavam divididos em 15 grupos e cada qual com um líder – forma encontrada pelo MST para manter a organização interna do acampamento – e no momento de passagem para o assentamento, ou seja, quando as famílias foram para os núcleos, a liderança formada no acampamento escolheu de alguma forma em que área ficaria e quem tinha algum tipo de afinidade com esse líder o seguiu.

Segundo ZINGA (2004), a maior parte da ocupação dos lotes dentro do assentamento Zumbi dos Palmares foi realizada no período entre 1998 e 1999, englobando cerca de 83% das famílias. A partir do ano 2000, o índice de

chegada de famílias nos lotes diminuiu e foi condicionada pela saída de famílias que se predispunham a abandonar o assentamento.

A divisão espacial em núcleos como já dito foi realizada em função da extensão das terras destinadas ao assentamento, composta por um total de dez fazendas. Fisicamente, essa área se estende desde a margem esquerda do rio Paraíba do Sul, a leste da cidade de Campos dos Goytacazes até próximo do distrito de Floresta em São Francisco do Itabapoana.

Os cinco núcleos foram estabelecidos segundo acidentes geográficos existentes, sendo as áreas de brejo os limites entre um núcleo e outro. De Zumbi 1 para Jacarandá (núcleo 2) o limite é dado pelo Brejo Capão dos Porcos e de Jacarandá para São Gregório (núcleo 3) a divisão se dá pelo Brejo Baixo do Ipê. Sabemos que já estamos em Campelo quando passamos pelo Brejo Santa Maria e depois em Cajueiro após a passagem pelo Brejo da Demanda.

O assentamento possui diversos acessos cada qual podendo chegar a um dos núcleos. O acesso principal a partir da cidade de Campos dos Goytacazes é da ponte da Lapa, margeando a estrada à esquerda do rio Paraíba do Sul – sentido rio-abaixo – até a sede da antiga Usina São João, por cinco quilômetros em asfalto e estrada de paralelepípedo. Nesse ponto, entre os prédios da Usina e um núcleo de residências de ex-funcionários, há uma estrada que corta o assentamento no sentido sul-norte. Seguindo-se por ela alcança-se após sete quilômetros, o primeiro núcleo de povoamento do assentamento, o Zumbi 1, local outrora conhecido como Porto dos Bondes. Em sequência, alcança-se dois quilômetros após, o segundo núcleo (Jacarandá), daí a cinco quilômetros o núcleo 3 (São Gregório). Deste até o núcleo 4 (Campelo) são outros dois quilômetros e daí ao núcleo 5 (Cajueiro), outros três quilômetros.

Cada núcleo apresenta algumas características peculiares, que se revelam ora semelhantes e ora diferenciadas, no que diz respeito a quatro aspectos principais: origem dos assentados – a maioria da população proveniente de áreas urbanas, porém com alguma ligação a um passado rural; organização de infraestrutura social, incluídos aí elementos como moradia, escola, posto de saúde, área de lazer; organização da produção e comercialização; a formação das associações e o princípio de constituição do embrião de duas cooperativas existentes no assentamento, ambas localizadas em Campelo.

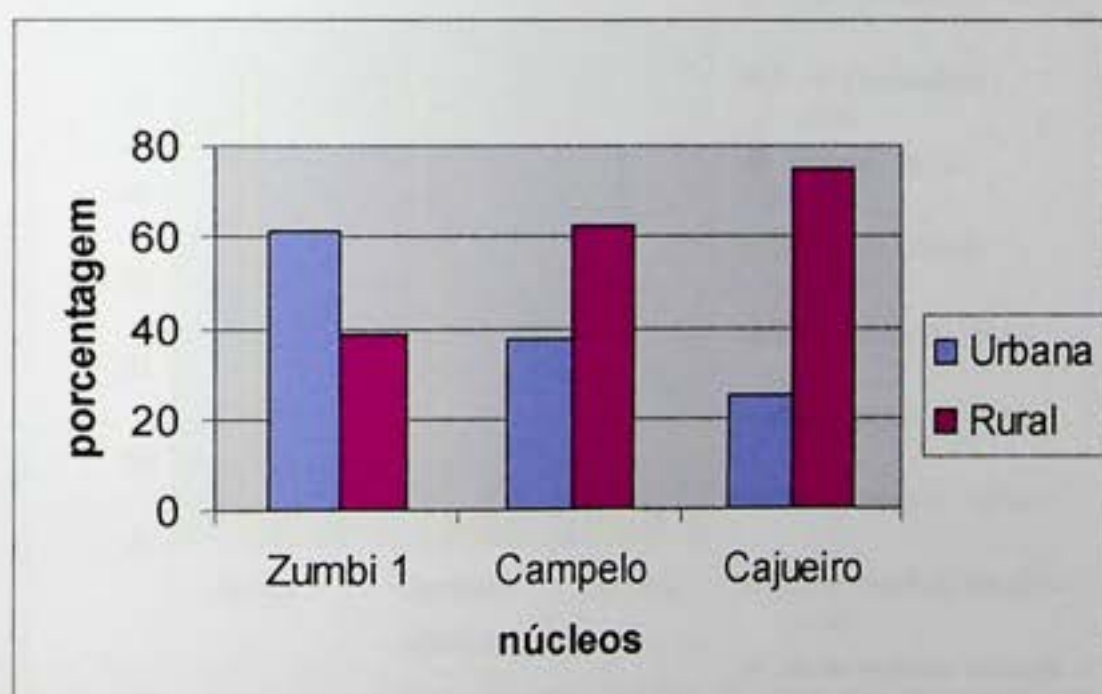
Todos esses elementos relacionados e que fazem parte da organização interna dos núcleos do assentamento são importantes não só para uma

caracterização da população assentada, mas também já apontam para a dinâmica de funcionamento das atividades e da vida no assentamento. A partir desse momento buscaremos então abordá-los considerando em cada um deles (dos elementos), aspectos que possam contribuir para os objetivos de nosso estudo.

5.2 – Organização Social em Zumbi 1, Campelo e Cajueiro

Um elemento essencial para começarmos a pensar a organização dos núcleos estudados refere-se à origem dos assentados. Existem três tipos de origens no assentamento Zumbi dos Palmares: trabalhadores de origem urbana, mas com passagens num passado não muito distante no meio rural, trabalhadores de origem rural e trabalhadores de origem urbana sem passagem pelo meio rural (figura 4).

Figura 4 – Distribuição percentual da origem dos assentados por núcleo



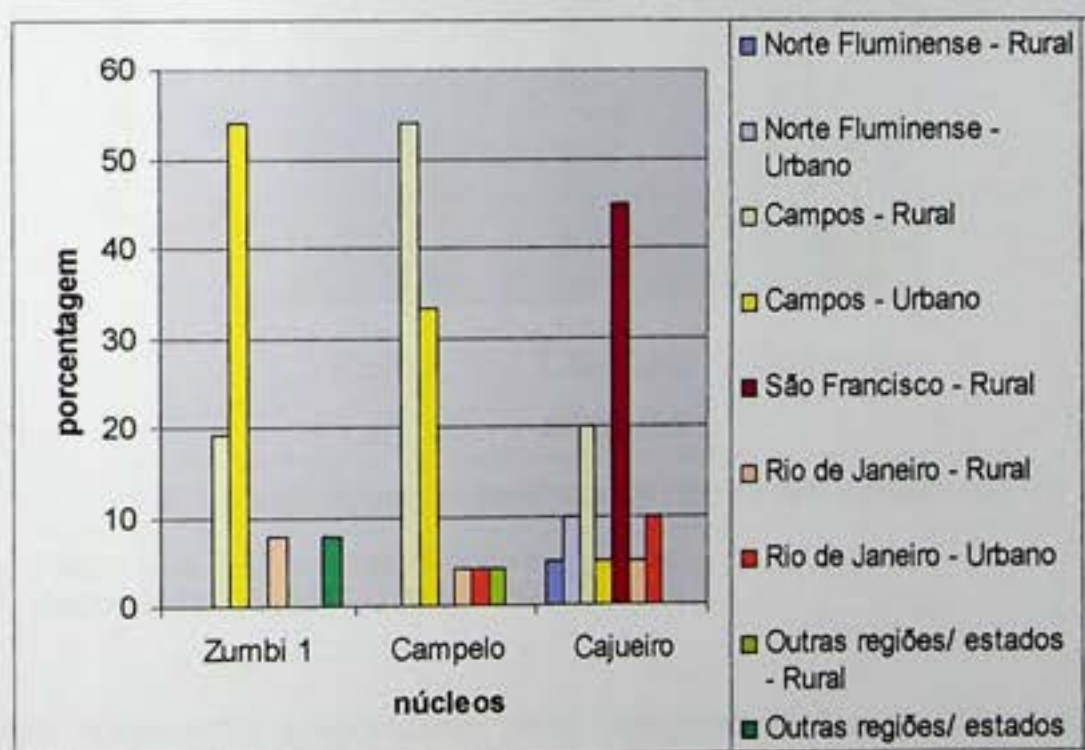
Fonte dos Dados: Trabalho de campo, julho de 2005.

Quando analisamos os dados relacionados à origem dos assentados por núcleo observamos uma significativa diferenciação entre os mesmos. Há uma ordem decrescente de valores – de Zumbi para Campelo e Cajueiro – quando se trata da origem urbana dos assentados, e uma ordem crescente de valores em relação à origem rural. Sendo assim, enquanto o núcleo Zumbi 1 apresenta o maior número de assentados provindos da área urbana, cerca de 60% das

famílias, Campelo possui 38% e Cajueiro apresenta o menor número de assentados com origem urbana, somente 25%. O mesmo ocorre com a quantidade de assentados de origem rural, sendo esta de 38% em Zumbi 1, 62% em Campelo e 75% em Cajueiro.

De acordo com ZINGA (2004) que realizou um estudo sobre as razões das desistências e das permanências no assentamento Zumbi dos Palmares, cerca de 53% dos assentados de origem urbana e peri-urbana são provenientes da região de Campos dos Goytacazes. Na figura 5 essa tendência é confirmada nos núcleos Zumbi 1 e Campelo onde 54% e 33% dos assentados de origem urbana são provenientes de Campos dos Goytacazes respectivamente. Já no núcleo Cajueiro, a maior parte dos assentados de origem urbana vieram de outros municípios da região Norte Fluminense.

Figura 5 – Distribuição percentual da origem dos assentados de acordo com as regiões por núcleo



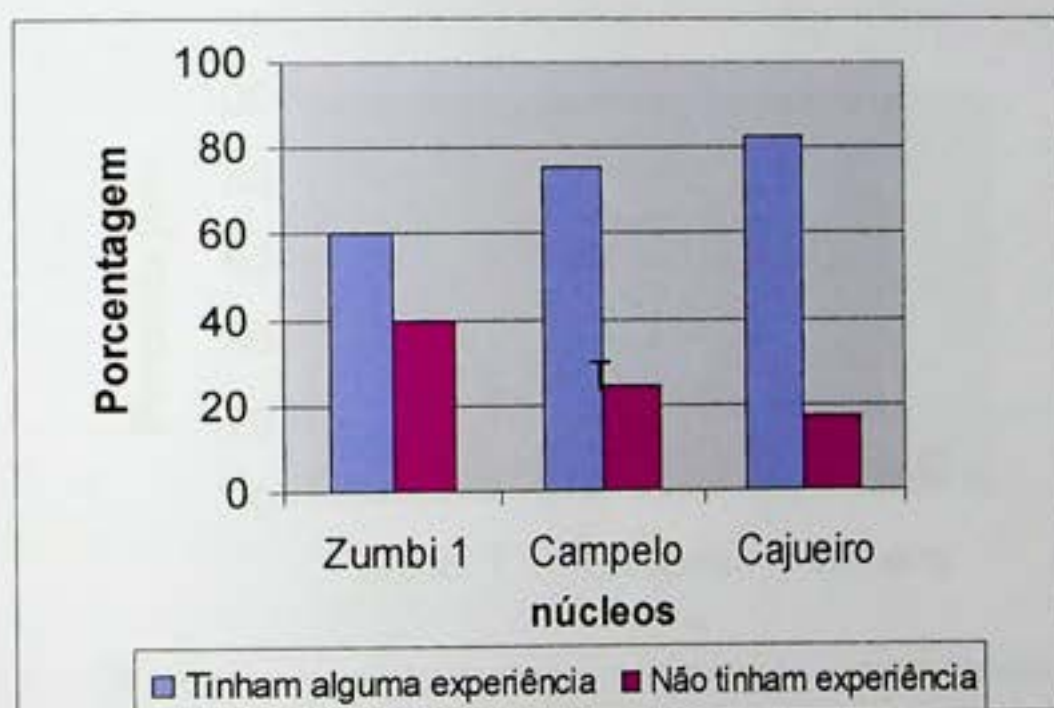
Fonte dos Dados: Trabalho de campo, julho de 2005.

As mesmas relações respectivas às porcentagens de origens urbanas e de origens rurais podem ser feitas quando se trata da experiência anterior ao assentamento em agricultura. O núcleo Zumbi 1 onde os assentados de origem urbana apresentam-se em maior quantidade é também o núcleo que apresenta o menor número de assentados com experiência na agricultura em relação aos outros dois núcleos (figura 6). Observamos também na mesma

figura que em todos os núcleos a maioria dos assentados já possuía alguma experiência na agricultura, tendo destaque o núcleo Cajueiro onde 83% dos entrevistados possuíam experiência.

Muitos assentados que declararam não possuir experiência anterior na agricultura desempenhavam atividades informais no setor do comércio e serviços, e muitos eram ex-empregados de antigas usinas falidas. Em relação a este último, é importante destacar que o núcleo Campelo foi o que apresentou um maior número de assentados – 52% - que declararam exercerem atividades relacionadas à prática da cana-de-açúcar.

Figura 6 – Distribuição percentual da experiência anterior ao assentamento na agricultura por núcleo

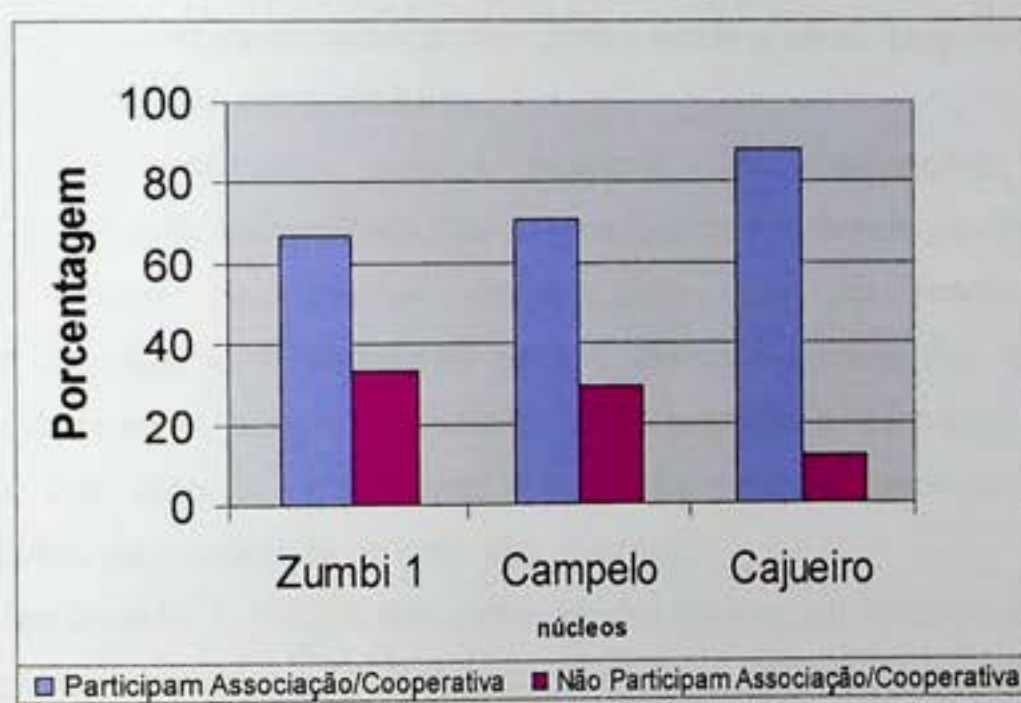


Fonte dos Dados: Trabalho de campo, julho de 2005 e dados LEEA/UENF, 2003.

Outro elemento importante para compreendermos a organização social nos núcleos é a formação das associações e a conseqüente participação dos assentados nesses grupos organizados. Segundo ZINGA (2004) o surgimento das organizações de base dentro do assentamento Zumbi dos Palmares deu-se pelo interesse em obter crédito financeiro oferecido pelo INCRA, uma vez que foi condição imposta pelo INCRA que os assentados tivessem uma representação legal em forma de associação ou cooperativa para que pudessem ter acesso aos primeiros créditos de instalação e produção. Por esse motivo, todos os assentados foram praticamente obrigados a se filiarem às associações.

No Zumbi 1, foi criada uma associação; em Campelo foram criadas uma associação e duas cooperativas, que ainda não estão em funcionamento sendo que uma delas já possui estatuto registrado judicialmente; e em Cajueiro também foi criada uma associação. Mesmo tendo passado o período de recebimento dos primeiros créditos, a maior parte dos assentados ainda pertence a algum grupo organizado dentro do assentamento conforme pode ser visto na figura 7. Podemos observar que em Cajueiro é onde os assentados participam em maior número da associação enquanto em Zumbi 1, uma boa parte dos assentados declarou não ser participante.

Figura 7 – Distribuição percentual da participação dos assentados nas associações e cooperativa por núcleo¹⁹



Fonte dos Dados: Trabalho de campo, julho de 2005 e dados LEEA/UENF, 2003.

Em Campelo os assentados estão divididos entre os que participam da associação, que são os mesmos que estão se organizando para formarem uma das cooperativas em implantação (que chamaremos aqui de cooperativa 1), e os que são filiados à outra cooperativa (cooperativa 2) que encontra-se em fase mais adiantada de constituição conforme veremos mais à frente. Constatou-se que a grande maioria dos assentados pertence à associação – 77% - enquanto somente 23% dos entrevistados são filiados à cooperativa 2.

¹⁹ Corresponde ao assentado freqüentar as reuniões e assembléias realizadas pelas associações e ser pagador das taxas de mensalidade (em torno de R\$ 5) das mesmas.

A cooperativa 1 está em fase inicial de planos, organização e busca de produtores que queiram se filiar, não possuindo ainda estatuto. Já a cooperativa 2, segundo relatos do presidente da mesma, foi planejada pelos assentados associados juntamente com o MST e já possui além de um estatuto jurídico, a filiação de aproximadamente 30 pessoas e a colaboração da Comissão Pastoral da Terra que lhes cede um advogado, porém, na prática ainda não está em funcionamento.

A dificuldade dos assentados de Zumbi dos Palmares em organizar a produção e a comercialização de maneira coletiva já era apontada pela pesquisa realizada no PDA quando foi observada uma tendência de individualização da produção e da comercialização no assentamento. Perguntados sobre aspectos relativos à comercialização, 31,3% dos assentados viam na forma associativa – seja através de cooperativa ou associação – como sendo a ideal, enquanto 45,8% pretendiam realizá-la por conta própria.

Estes fatos confirmam que a formação das associações se deu fundamentalmente pela necessidade dos assentados de receberem os créditos de instalação, os quais beneficiaram praticamente todos os assentados. A concessão de créditos é fundamental para o desenvolvimento das primeiras atividades produtivas e para o investimento em moradia e infra-estrutura do assentamento. Por isso, o recebimento ou não de créditos pelos assentados, reflete-se também na qualidade de vida dos mesmos.

No núcleo Zumbi 1, 92,5% dos entrevistados receberam créditos do INCRA no valor de aproximadamente R\$ 9000,00 referente ao PRONAF e destinados ao financiamento inicial dos projetos produtivos dos produtores assentados. Em Campelo esse número foi de 73% de assentados que receberam os créditos de instalação e em Cajueiro, 100% dos entrevistados relataram ter recebido os créditos do PRONAF.

Segundo GUANZIROLI (1999) antes deste crédito destinado ao custeio da produção, os assentados de todos os núcleos já haviam recebido também do INCRA auxílios referentes à *Alimentação*, no valor de R\$ 400,00 e de *Fomento*, no valor de R\$ 1 025,00. Tais benefícios fazem parte de um conjunto de ações desenvolvidas pelo INCRA que visa o auxílio às famílias assentadas logo após o estabelecimento dos Projetos de Assentamento de reforma agrária no país.

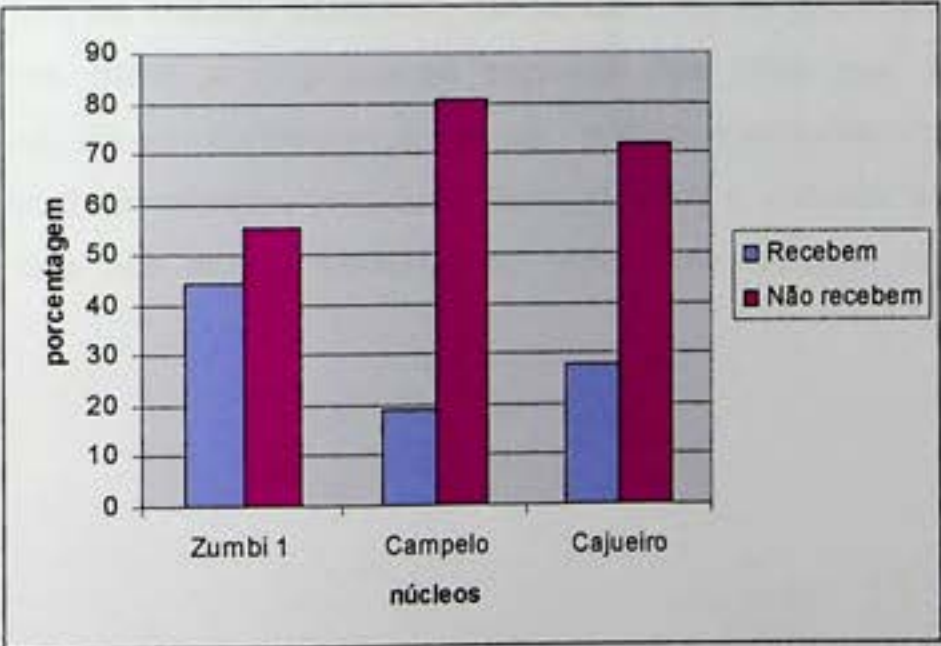
No mesmo patamar de importância dos créditos, principalmente quando se trata dos primeiros incentivos para a produção dos assentados, está a

assistência técnica. Essa assistência é estabelecida e planejada pelo INCRA através do PDA, no entanto, no assentamento Zumbi dos Palmares ela é deficiente e escassa, não atendendo nem a metade dos assentados.

Segundo ZINGA (2004) a falta de assistência técnica se reflete nos rendimentos agrícolas dos assentados gerando problemas como: falta de irrigação; plantio fora de época; solo impróprio para a agricultura, que poderiam ser identificados pela ação de extensionistas. Assim, o desenvolvimento da qualidade de vida poderá ficar prejudicado, uma vez que a produção dos assentados é a garantia de seu sustento e de sua família, além de ser a sua principal fonte de renda.

Na figura 8, podemos analisar que, em relação aos demais, o núcleo Zumbi 1 foi o que mais recebeu assistência técnica desde a implantação do assentamento, mesmo apresentando um número considerável de assentados que relataram não terem recebido nenhum tipo de apoio técnico.

Figura 8 – Distribuição percentual do acesso à assistência técnica por núcleo



Fonte dos Dados: Trabalho de campo, julho de 2005 e dados LEEA/UENF, 2003.

Em Campelo a maior parte dos entrevistados relatou que não recebeu nenhum tipo de assistência técnica, e somente alguns foram beneficiados pelo projeto Lumiar²⁰ do INCRA no início, logo após a instalação do assentamento. Em Cajueiro, o acesso à assistência técnica também foi mínimo, sendo representado como podemos visualizar na figura 8, por auxílios pontuais por parte do Lumiar e da Secretaria da Agricultura de Campos dos Goytacazes.

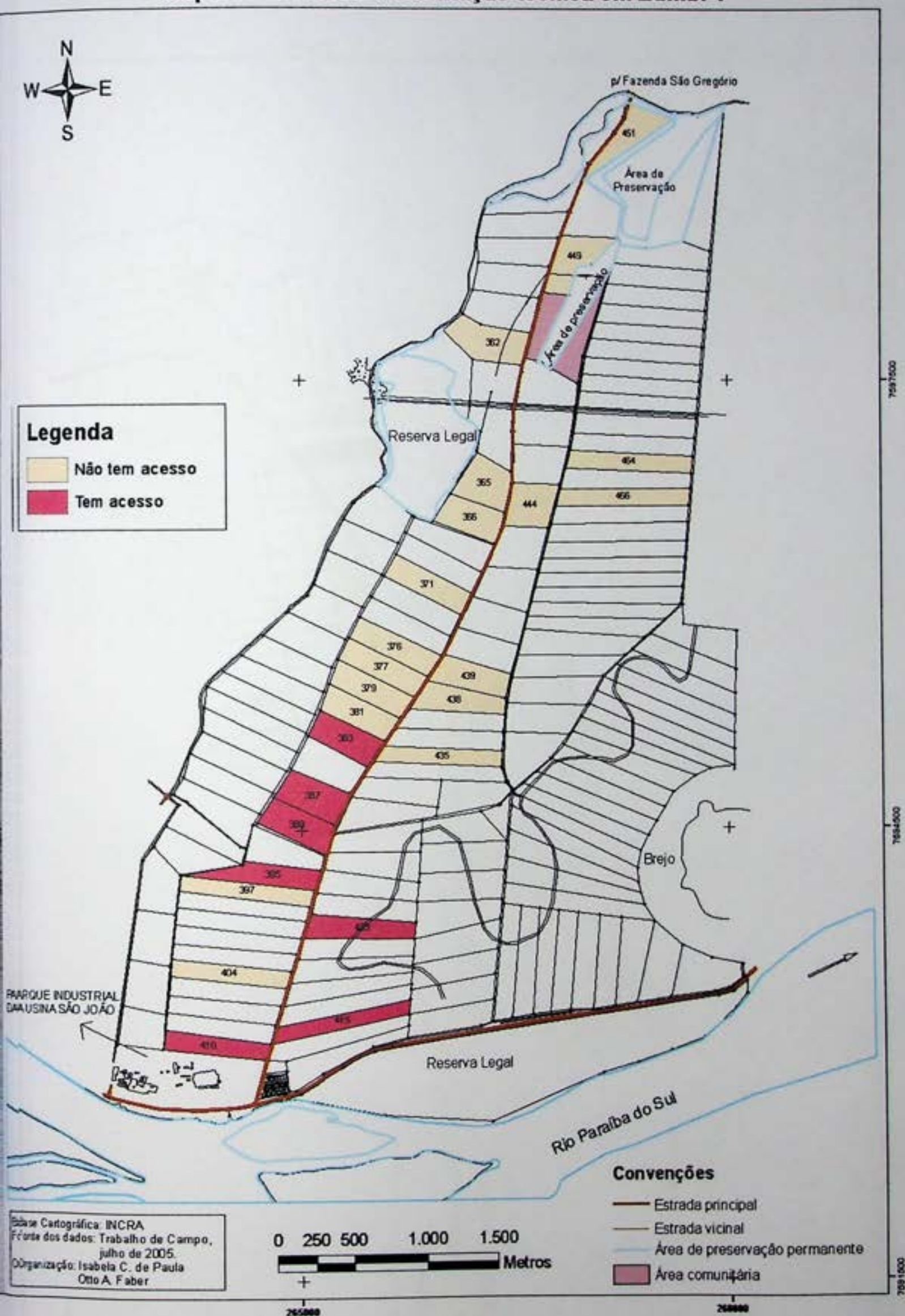
Além do INCRA, que no momento só presta auxílio técnico aos recém-assentados, ou seja, aqueles que estão chegando ao assentamento²¹, os atendimentos de assistência técnica realizados posteriormente à fase inicial do assentamento foram em sua maior parte prestados pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro – EMATER/Rio – sendo responsável por 67% dos atendimentos totais dos três núcleos.

Os mapas 11 e 13 respectivos aos núcleos Zumbi 1 e Cajueiro, apontam para um certo padrão de distribuição espacial dos lotes que recebem assistência técnica. No mapa 11, percebe-se que os lotes que estão mais próximos à estrada de acesso à cidade de Campos dos Goytacazes e que também estão localizados à beira da estrada principal do assentamento são privilegiados em detrimento dos demais. Em relação ao núcleo Campelo – mapa 12 – não foi observado nenhum padrão explicativo para a organização espacial dos lotes que recebem a assistência técnica. Já em Cajueiro – mapa 13 – podemos perceber um privilégio aos lotes de uma determinada área localizada próxima à estrada principal do assentamento, mas um pouco afastada do centro comunitário, onde está a agrovila.

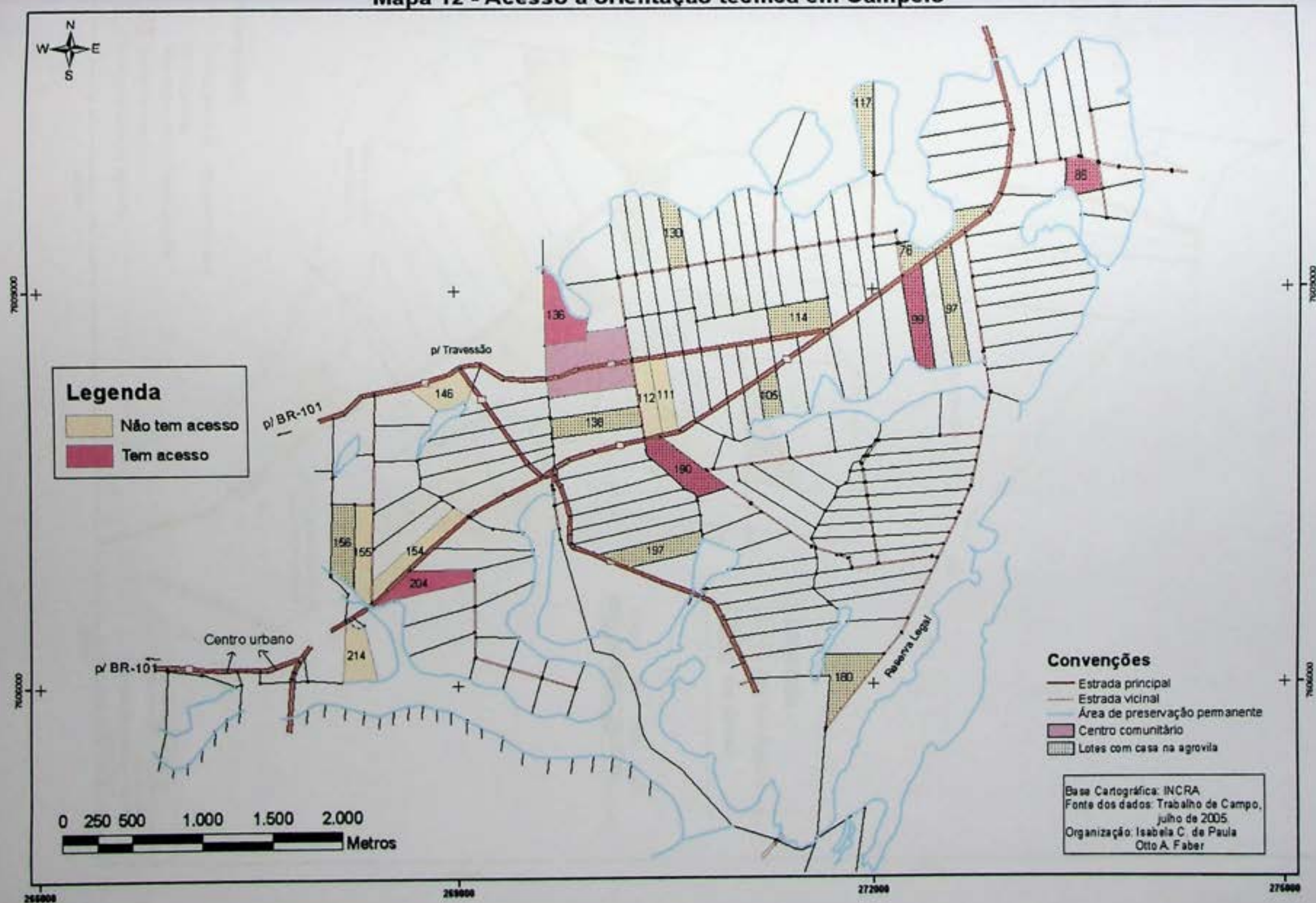
²⁰ O projeto Lumiar, já citado no capítulo anterior, caracterizava-se por um projeto de extensão rural do governo Fernando Henrique Cardoso, voltado para o apoio à implementação do processo de desenvolvimento sustentável, à produtividade do trabalho, com melhoria do nível social e cultural das famílias beneficiadas. O Projeto teve atuação direta no assentamento Zumbi dos Palmares, principalmente nos primeiros anos da instalação do assentamento, contando com a presença de sete técnicos: dois agrônomos, um zootecnista, uma licenciada em ciências agrícolas, uma economista doméstica e dois técnicos agrícolas (GUANZIROLI, 1999).

²¹ Referimo-nos a famílias que, já cadastradas pelo INCRA, são chamadas a ocupar lotes que foram abandonados ou destituídos pelo INCRA por uso indevido pelos primeiros assentados.

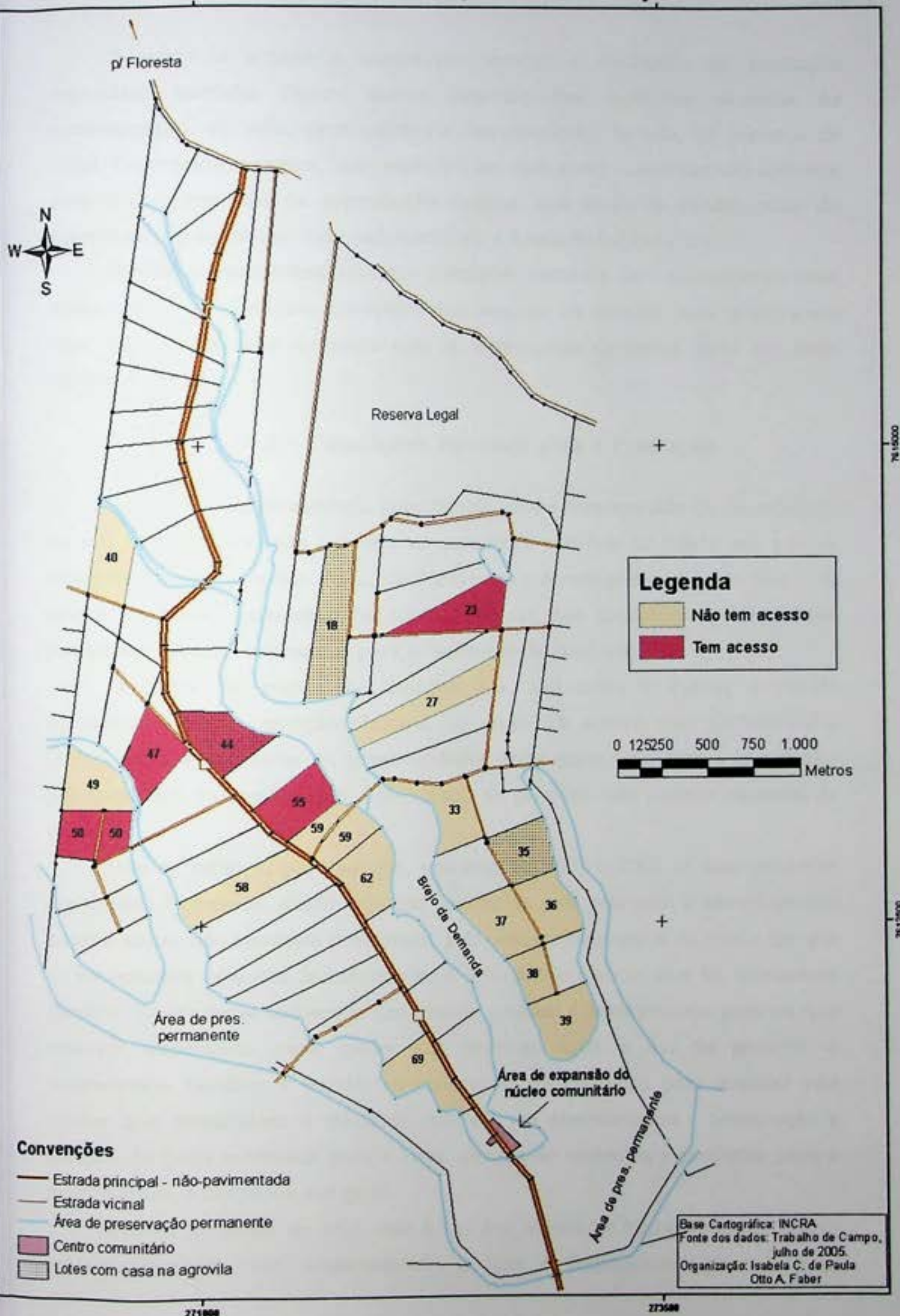
Mapa 11 - Acesso à orientação técnica em Zumbi 1



Mapa 12 - Acesso à orientação técnica em Campo



Mapa 13 - Acesso à orientação técnica em Cajueiro



À parte o acesso à assistência técnica, a realização da produção dependerá também dentre outros aspectos das condições naturais do assentamento, ou seja, principalmente das condições de solo, de relevo e de clima. Da mesma maneira, tais condições naturais serão essenciais não somente para a compreensão da organização espacial das áreas de cultivo, mas do assentamento como um todo, influenciando a forma do habitat rural.

Devido a essa relevância das condições naturais do assentamento para nosso estudo, trataremos a respeito das mesmas no próximo item procurando fazer uma introdução de como elas se apresentam de forma geral em cada núcleo pesquisado.

5.3 – Condições Naturais para a Produção

Componentes de extrema importância para a compreensão da organização de um espaço rural são também as condições naturais da região em que se encontra o assentamento. Aqui privilegiaremos a abordagem do tipo de clima, de solo e de relevo existentes na região uma vez que constituem-se elementos fundamentais condicionantes para a realização da produção.

O clima da região de Campos dos Goytacazes é quente e úmido apresentando uma estação chuvosa no verão. De acordo com GUANZIROLI (1999), deve-se destacar as irregularidades pelas quais vem passando o índice pluviométrico da região, com a ocorrência de períodos com enorme escassez de chuvas.

Isso se refletiu, por exemplo, nos anos de 2001 e 2002 no assentamento Zumbi dos Palmares, tendo sido um período de seca pelo qual o assentamento passou causando enormes problemas, pois ocorreu justamente na época em que os assentados estavam instalando-se e iniciando o plantio, que foi totalmente perdido. Esses fatos causaram um grande prejuízo e desesperança para os que estavam esperando para colher sua primeira safra a fim de garantir a subsistência familiar e vender os excedentes da produção para auxiliar nos custos que demandam o início da vida em um assentamento – construção e compra de bens materiais para a casa, compra de sementes e produtos para o novo plantio, e despesas em geral.

Em se tratando de solo, este é um dos elementos importantes de serem reconhecidos em um assentamento já que é fundamental para o bom

desenvolvimento da produção, para a compreensão dos tipos de produtos cultivados no assentamento e dos investimentos necessários à produção.

Segundo GUANZIROLI (1999), o assentamento Zumbi dos Palmares está dividido em duas áreas distintas que definem os grupos de solo em função do ambiente. A primeira, mais próxima do rio Paraíba do Sul de domínio de depósitos aluvionares recentes, caracteriza-se pelo relevo plano com cotas entre cinco e seis metros, onde ocorrem cambissolos, gleissolos e solos aluviais, de textura argilosa. Nesta porção está localizado o núcleo Zumbi 1.

Na medida em que se segue em direção ao norte, a paisagem modifica-se, contrastando cotas mais elevadas, entre dez e quinze metros, com cotas baixas, de seis metros. Nas cotas mais elevadas, ocorrem solos Podzólicos amarelo, com argila de atividade baixa. Esses são solos de tabuleiro, formados por sedimentos do Grupo Barreiras, sendo suas principais características a fertilidade muito baixa e a coesão em camadas sub-superficiais. Nas depressões intertabuleiros dominam os gleissolos distróficos associados a solos aluviais, com possível influência de sais e sódio.

De acordo com a análise dos mapas de solos da área do assentamento feitas pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA)²², os solos na área em que se encontra os núcleos Campelo e Cajueiro são compostos de textura argilosa e são bem drenados com relevo suave-ondulado.

De modo geral, as condições topográficas da área não limitam a mecanização, entretanto os solos podem apresentar problemas de manejo por excesso de umidade e condições adversas de fertilidade natural, sendo esta última alterada em função das freqüentes queimadas, fertilizações e correções empregadas anteriormente.

Os solos do assentamento fazem parte de duas unidades morfológicas de relevo: próximo às margens do rio Paraíba do Sul em sua planície deltaica, o relevo é plano com poucas variações de altitudes - zero a seis metros - onde se localizam as lagoas, e na face norte, os Tabuleiros, composto por sedimentos terciários sílico-argilosos (GUANZIROLI, 1999).

²² Feitas no ano de 1982, tais mapas de solos fazem parte do acervo do Projeto de Irrigação e Drenagem da cana-de-açúcar na região Norte Fluminense (PROJIR). A área correspondente à área atual do assentamento que engloba cinco cartas foram obtidas no arquivo do campus avançado da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) em Campos dos Goytacazes.

A variação altimétrica, a composição dos solos, assim como a disposição das áreas de brejo e de lagoas existentes no assentamento influenciam as condições dos lotes para a produção. Em Zumbi 1, dois lotes localizados em áreas de cota mais elevada de relevo apresentam, segundo os assentados, terrenos arenosos, com baixa fertilidade. Outros dois lotes localizados próximos à área de brejo, declararam que seus lotes sofrem de constantes alagamentos.

O mesmo ocorre em Campelo, onde foram encontrados quatro lotes em que os assentados apontaram terras empobrecidas, e em um dos lotes próximos a área de lagoa ocorre alagamentos em épocas de chuvas.

Em Cajueiro, o problema é bem diferente. Próximo à agrovila alguns lotes apresentam condições de água salobra, muito provavelmente em função da proximidade com o brejo, sendo este o único problema apontado pelos assentados neste núcleo.

Mesmo com as dificuldades relatadas em relação aos solos e às condições do lote por parte de alguns assentados, os mesmos não comprometem o processo de produção que é bastante variado entre os três núcleos.

5.4 – A Variedade da Produção Agrícola e as Formas de Comercialização em Zumbi 1, Campelo e Cajueiro

Característica comum em Zumbi 1, Campelo e Cajueiro é a diversificação da produção agropecuária, que atende tanto ao consumo familiar e à alimentação dos animais como à comercialização. As diferenças, no entanto, se dão entre os núcleos no sentido de que se destacam em cada um deles determinados tipos de produtos conforme podemos visualizar na tabela 9. A policultura é uma característica comum a todos os núcleos, havendo uma maior atração para os cultivos mais comerciais.

Tabela 9 – Atividades agropecuárias segundo a porcentagem de produtores por núcleo

Porcentagem Núcleos	Menos de 10% dos assentados	De 10 a 20% dos assentados	De 21 a 30% dos assentados	De 31 a 50% dos assentados	Mais de 50% dos assentados
Zumbi 1	cana	milho	cítricos	Banana	aipim
	hortaliças	abóbora		Coco	
	ovos			Leite	
Campelo	banana	coco	abacaxi		cana
	cítricos	feijão	milho		aipim
	ovos	abóbora	leite		
		hortaliças			
Cajueiro	banana	coco	leite		cana
	cítricos	maracujá			abacaxi
	feijão	milho			aipim
	abóbora				
	ovos				
	suínos				

Fonte dos Dados: Trabalho de campo, julho de 2005.

Com importância semelhante nos três núcleos, observa-se o cultivo do aipim, produzido por mais de 50% dos assentados e logo após, com destaque nos núcleos Campelo e Cajueiro está a produção de cana-de-açúcar, também por mais de 50% dos assentados desses núcleos (tabela 9).

Analisando por núcleo, destaques de produções variadas foram encontrados. Os principais cultivos realizados no núcleo Zumbi 1 são os cítricos, produzidos por entre 27% dos assentados, a banana, o coco e o leite, com 46%, 35% e 31% respectivamente dos assentados produzindo; e o aipim, sendo produzido por 51% dos assentados do núcleo. Em Campelo, destacam-se o abacaxi, produzido por 30% dos assentados, o milho, por 25% e o leite, por 27%; e a cana e o aipim, cultivados por mais de 80% e 52% dos assentados respectivamente. No núcleo Cajueiro, somente quatro produtos apresentam grande importância na produção: o leite, produzido por 25% dos assentados, a cana por 65%, o abacaxi por 75% e aipim por 80% (tabela 9).

Os cultivos realizados por um número menos significativo de assentados, como milho em Zumbi 1 e Cajueiro, abóbora, hortaliças, feijão e ovos por exemplo, correspondem a produtos que são utilizados em grande parte para o

consumo da família e das criações – no caso do milho e da cana-de-açúcar em Zumbi 1- e quando comercializados, o são em pequenas quantidades.

Isso não quer dizer que todos os produtos que são produzidos por um maior número de assentados sejam voltados exclusivamente para a comercialização. O aipim, em todos os núcleos e a banana, o coco e o leite em Zumbi 1 além de serem comercializados também são consumidos pelos assentados. O mesmo já não pode ser dito em relação à cana e ao abacaxi em Campelo e Cajueiro, uma vez que estão totalmente voltados para a comercialização.

Os produtos mais comercializados pelos produtores nos três núcleos estudados equivalem àqueles que são produzidos pelo maior número de produtores assentados, com exceção do milho em Cajueiro, que apesar produzido por um número menor de assentados, tem praticamente toda a produção voltada para a venda (tabela 10).

Tabela 10 – Produtos agropecuários comercializados segundo a porcentagem de produtores por núcleo

Núcleos Quantidade	De 20 a 30% dos assentados	De 30 a 50% dos assentados	Mais de 50% dos assentados
Zumbi 1	Cítricos	coco	aipim
	Leite	banana	
Campelo	Abacaxi		cana
	milho		aipim
Cajueiro	milho		cana
			aipim
			abacaxi

Fonte dos Dados: Trabalho de campo, julho de 2005.

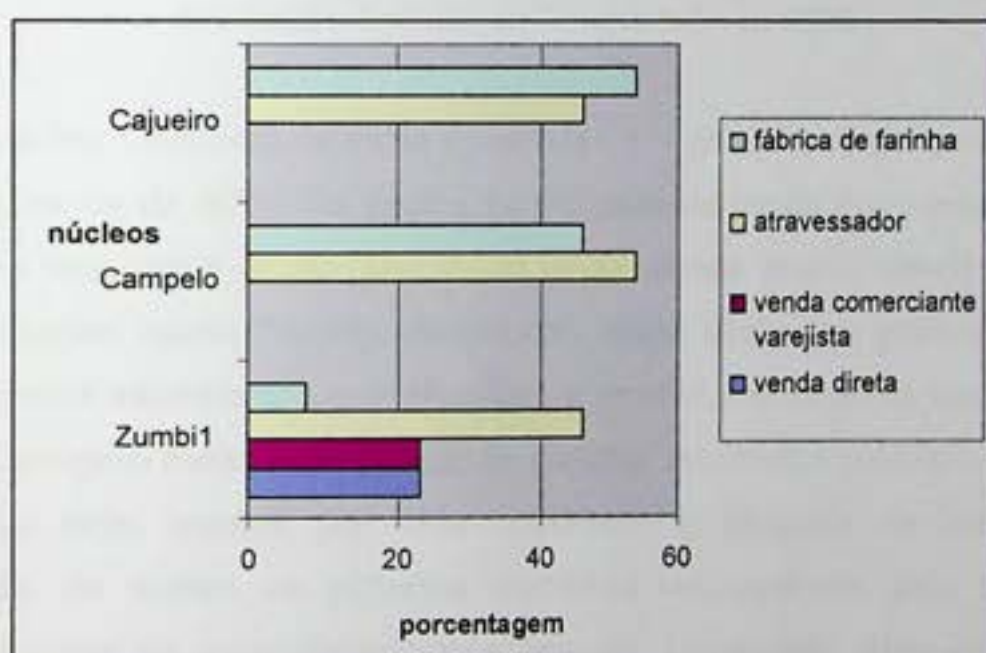
Destaque em todos os núcleos, a produção de aipim é extremamente importante para os assentados, tanto por ser um produto básico da dieta alimentar das famílias quanto por ser também de grandes possibilidades de comercialização. Em Zumbi 1, metade da produção é destinada à venda e a outra metade ao consumo, enquanto nos outros dois núcleos, mais de 70% da produção é voltada para a comercialização.

A forma dessa comercialização, no entanto, ocorre de maneira bastante diferenciada entre os três núcleos. O núcleo Zumbi 1 é o único onde os

assentados realizam a venda a comerciantes varejistas, ou seja, levam a produção até os comerciantes na cidade de Campos dos Goytacazes (mercados, hortifrutis, etc) ou a venda direta – feita pelos próprios diretamente aos consumidores em barracas de feiras da região, sendo que 23% dos assentados realizam a venda do aipim da primeira forma e outros 23% da segunda forma.

A comercialização do aipim pelos núcleos Campelo e Cajueiro se faz fundamentalmente para os atravessadores - 54% e 46% dos assentados respectivamente - e para as fábricas de farinha localizadas em Travessão (distrito de Campos dos Goytacazes) no caso de Campelo e em São Francisco de Itabapoana para Cajueiro. A produção para consumo *in natura* ao contrário de Zumbi 1, não é destinada aos feirantes, mercados e hortifrutis da cidade de Campos dos Goytacazes mas ao CEASA do Rio de Janeiro e ao estado do Espírito Santo (figura 9).

Figura 9 – Formas de comercialização da produção de aipim segundo a porcentagem de produtores por núcleo



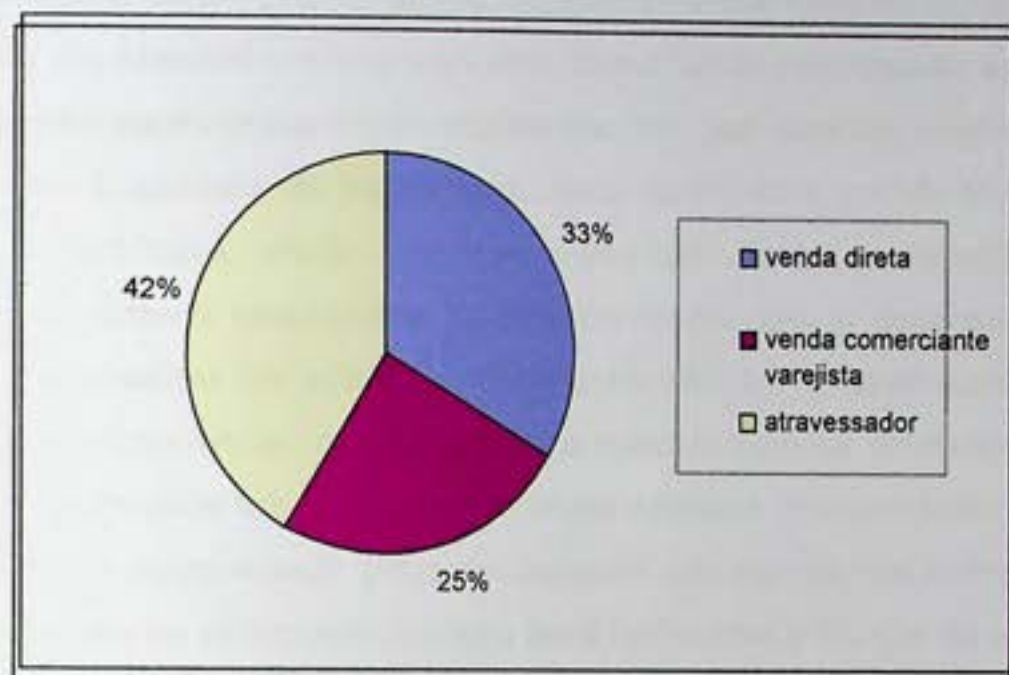
Fonte dos Dados: Trabalho de campo, julho de 2005.

Além do aipim, é importante ressaltar que em cada núcleo destaca-se um produto, produzidos em maior escala e diferentemente deste produto, visam basicamente a comercialização.

Em Zumbi 1, sobressai-se o cultivo da banana que é realizado em 50% dos lotes entrevistados, sendo grande parte destinada à venda, que é feita de duas maneiras como pode ser visto na figura 10: 33% vendem diretamente, 25% para comerciantes na cidade conforme já foi descrito anteriormente, e a maioria

de 42% para os atravessadores, ambas com destino à cidade de Campos dos Goytacazes.

Figura 10 — Formas de comercialização da produção de banana segundo a porcentagem de produtores em Zumbi 1



Fonte dos Dados: Trabalho de Campo, julho de 2005.

No núcleo Campelo, a cana-de-açúcar é o produto mais produzido pelos assentados, cerca de 80%. Tal produção é a base da renda dos assentados desse núcleo, uma vez que é muito procurada pelas usinas locais, sendo considerada pelos assentados como “venda garantida”. Além deste, os principais motivos apontados pelos assentados que elucidam a grande produção de cana-de-açúcar no núcleo Campelo estão a facilidade de plantio, favorecida pela não necessidade de replantio pelo menos por três colheitas, a garantia de mercado, e a possibilidade de serem os próprios usineiros responsáveis pela mão-de-obra utilizada no corte da cana-de-açúcar e pelo seu transporte. Além disso, contam também com a própria experiência dos assentados com o manejo, já que muitos eram antigos operários das usinas falidas.

Outra explicação para a produção de cana-de-açúcar estar concentrada nos núcleos Campelo e Cajueiro está relacionada ao fato de que as áreas onde hoje estão localizadas esses núcleos correspondem às mesmas áreas de grandes extensões de produção cana-de-açúcar no período da Usina São João.

A produção feita em larga escala em Campelo é vendida, por 100% dos assentados, diretamente às usinas localizadas próximas ao assentamento, a um

preço que varia de R\$12,00 a R\$16,00 a tonelada (incluindo o frete e o corte da cana-de-açúcar).

Em Cajueiro, o abacaxi, o maracujá e também a cana-de-açúcar são os principais cultivos existentes. No entanto, o destaque maior é do abacaxi, produzido em escala comercial em pouco mais de 75% dos lotes entrevistados.

O cultivo do abacaxi em Cajueiro está diretamente relacionado ao fato de que os produtores assentados neste núcleo são em sua maioria originários do município de São Francisco de Itabapoana, onde existe uma grande tradição de produção de fruticultura, tendo destaque o abacaxi. Assim, a experiência de trabalho anterior desses assentados, contribuiu muito para o desenvolvimento da produção de abacaxi no núcleo, tendo alcançado até mesmo aqueles que possuíam pouca experiência, mas que com o contato com os produtores mais antigos foram aos poucos adquirindo as técnicas e formas de manejo do plantio.

Isso pode ser comprovado pelas declarações dos assentados entrevistados que admitiram como os principais motivos para realizarem o cultivo do abacaxi a prática que já possuíam - 60% - e o alto preço de venda do produto, refletindo de forma positiva na renda familiar.

A forma de comercialização é feita exclusivamente por atravessadores, pois os assentados não possuem o transporte específico para a grande quantidade de produção, acrescido do fato de que a mesma é destinada a grandes distâncias, sendo levada principalmente para o estado do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, mais especificamente para as capitais Vitória e Rio de Janeiro.

Como vimos, a localização espacial e a tradição da produção influenciam diretamente na comercialização dos produtos em cada núcleo. Neste caso, a posição de Zumbi 1 favorece a comercialização direta devido à proximidade da cidade de Campos dos Goytacazes. Em função dessa proximidade e com ela a possibilidade de fazer o trajeto de carroça, cavalo ou bicicleta, encontramos nele o maior número de assentados que realizam a venda direta ao consumidor ou a um comerciante varejista, principalmente os assentados cujos lotes estão localizados à beira da estrada principal. Esta situação juntamente com o fator mercado - existente em Campos dos Goytacazes - para os cultivos produzidos no núcleo auxiliam na comercialização dos mesmos.

Em relação a Campelo e Cajueiro, a situação é um pouco diferenciada. A maioria dos assentados tem suas produções compradas pelos atravessadores. Isso se explica em primeiro lugar pela dificuldade para que os assentados possuam um meio de transporte capaz de transportar a expressiva quantidade de produção de cana-de-açúcar e de abacaxi, o que somente poderia ser solucionado com a criação de uma cooperativa para que houvesse um transporte próprio que atendesse a todos os cooperados.

Em segundo lugar, para Cajueiro, o mercado principal não está restrito aos municípios de Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana. Pelo contrário, a produção de abacaxi, por se tratar de um mercado muito grande, alcança a cidade do Rio de Janeiro e os estados de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, o que nos leva a considerar que a comercialização desse produto enquanto não for organizada de forma cooperativada só poderá ser feita através dos atravessadores.

Todos esses aspectos, já dão início à avaliação da importância da organização espacial para aspectos que estão relacionados indiretamente com a qualidade de vida dos assentados, uma vez que a produção assim como a sua comercialização refletirá na renda familiar – uma de nossas variáveis de qualidade de vida.

Pretendemos, a partir da contribuição dessas abordagens a respeito dos núcleos Zumbi 1, Campelo e Cajueiro para o último capítulo, finalmente adentrarmos no universo das relações entre a organização espacial e a qualidade de vida dos assentados

CAPÍTULO VI

ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E QUALIDADE DE VIDA NO ASSENTAMENTO RURAL ZUMBI DOS PALMARES

Neste capítulo, nosso papel será o de apontar as relações entre a organização espacial de cada núcleo e a qualidade de vida dos assentados. Para a realização de tal tarefa, iniciaremos pela análise da estrutura dos diferentes tipos de habitat rural existentes nos três núcleos estudados, que foi composta pela análise das formas desses habitats, desde o que diz respeito aos critérios de dispersão e de concentração, passando pela análise das antigas e das novas formas no contexto de suas funções e das alterações por elas sofridas até a organização interna dos lotes de produção que as abriga.

Toda esta análise será fundamental para a apreensão da dinâmica da organização espacial dos núcleos, que serão em seguida, relacionadas as variáveis de qualidade de vida já estabelecidas e que farão parte da composição final de nossa análise.

6.1- As Formas do Habitat Rural em Zumbi 1, Campelo e Cajueiro

A compreensão da estrutura do habitat rural nos núcleos do assentamento rural Zumbi dos Palmares será de fundamental importância para o entendimento da organização do espaço interno a esses núcleos. A partir da leitura do habitat em suas diferentes formas, construiremos os elementos que nos levarão à organização espacial, e assim poderemos relacioná-la à qualidade de vida dos assentados.

6.1.1- Descrição e Classificação do Habitat segundo Critérios de Dispersão e Concentração

Das diferentes classificações para o habitat rural que apontamos em nossa abordagem teórica pretendemos nessa etapa de nosso estudo, discutir os tipos de organização do espaço agrário à luz do que encontramos nos núcleos Zumbi 1, Campelo e Cajueiro do assentamento rural Zumbi dos Palmares. Foram encontrados nos núcleos estudados dois tipos de habitat: *disperso* e *misto ou intercalar*, sendo o primeiro encontrado no núcleo Zumbi 1 e o segundo nos núcleos Campelo e Cajueiro.

Em Zumbi 1, as casas encontram-se junto aos lotes de produção com distanciamento de aproximadamente 100 metros umas das outras, caracterizando o habitat *disperso* (foto 1). Tal dispersão pode ainda ser considerada conforme nos apontou MULLER (1958) como uma *dispersão linear*,

onde o afastamento das casas mantém um relativo alinhamento que acompanha o traçado das estradas, sendo exatamente o que ocorre no núcleo Zumbi 1.



Foto 1: Habitat disperso em Zumbi 1: casa localizada no interior do lote de produção

Assim como mostrou BERNARDES (1958) a *dispersão linear* apresenta sua origem relacionada às formas espontânea e planejada, esta última demonstrando o papel principal das vias de comunicação na disposição do habitat. No caso de Zumbi 1, os fatores que contribuíram para a formação do habitat *disperso linear* estão relacionados a um planejamento realizado em conjunto pelos assentados e técnicos do INCRA. Os assentados que ocupariam o espaço do núcleo Zumbi 1 optaram, mesmo havendo um espaço destinado à uma área comunitária²³, pela não-construção de uma agrovila e desta maneira, aproveitando-se do traçado das estradas e caminhos já existentes nas fazendas que compunham a Usina São João, foram parcelados os lotes onde futuramente seriam construídas as moradias dos assentados.

Nos núcleos Campelo e Cajueiro o habitat rural pode ser classificado como habitat *intercalar* – DEMANGEON (1942) – ou *misto*, que reúne o habitat

²³ Todos os núcleos receberam uma área destinada ao centro comunitário, e os assentados de cada núcleo, conjuntamente, puderam optar por construir suas moradias nesta área ou nos lotes de produção.

agrupado e o habitat *disperso*, ou seja, uma área cuja extensão apresentaria os dois tipos de habitat. Nessa forma de habitat, parte das casas encontram-se de forma concentrada (foto 2) – caracterizando a chamada agrovila – e outra parte em forma dispersa, sendo tal dispersão, do mesmo modo que em Zumbi 1, seguindo o traçado das estradas.



Foto 2: Forma concentrada do habitat em Campelo

Em ambos os núcleos – Campelo e Cajueiro - as casas que fazem parte da agrovila estão localizadas na área destinada ao centro comunitário e possuem os lotes de produção em áreas descontínuas aos lotes de residência. Já as moradias que não estão na agrovila foram construídas no próprio lote de produção.

As semelhanças na forma do habitat em termos da concentração das habitações nos núcleos Campelo e Cajueiro também estão presentes quando se trata da origem da formação dessa parte constituinte do habitat *misto*. Em Campelo, a construção da agrovila também foi uma decisão de parte dos assentados juntamente com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), que conforme já havíamos apontado, possuía nesta época grande atuação junto à população deste núcleo.

Conforme descreveu GEORGE (1956) diversos são os fatores que influenciam a formação do habitat segundo critérios de dispersão e concentração. Dentre eles, os fatores naturais em geral, fatores sociais e econômicos, condições de produção e exploração. A escolha da localização da agrovila de Campelo se deu em função da já existência de uma antiga vila, constituída de seis casas, onde habitavam os operários da Usina São João, um campo de futebol, uma escola e uma igreja católica. Nesta área comunitária, presente desde o tempo da usina, uma boa parte dos assentados construiu suas moradias e outra parte apropriou-se das moradias antigas.

A foto 3, mostra as casas constituintes da antiga vila de operários hoje habitadas pelas famílias assentadas e na foto 4 vê-se as construções das novas casas que juntamente com as antigas formam a agrovila do núcleo Campelo.



Foto 3: Antiga vila de operários da Usina São João, atualmente habitada pelas famílias assentadas em Campelo



Foto 4: Novas construções, agrovila de Campelo

Já na agrovila de Cajueiro, de forma semelhante, oito casas já existiam e pertenciam aos operários da usina e oito foram construídas pelos assentados. A única diferença da forma concentrada do habitat *misto* em Cajueiro para o de Campelo está no fato de que um número bem menor de assentados construiu suas casas na agrovila, tendo a maior parte deles construído nos lotes de produção. Assim, os assentados que estão na agrovila são praticamente aqueles que ocuparam as casas já existentes, com uma quantidade não significativa dos que construíram na agrovila, ao contrário de Campelo, onde a maior parte dos assentados habitantes da agrovila construíram suas casas após a entrada no assentamento.

Assim sendo, também na agrovila do núcleo Cajueiro encontramos a forma concentrada do habitat *misto*, constituída pelas casas de outra antiga vila de operários da Usina São João (foto 5) e pelas construções atuais, feitas pelos assentados (foto 6). A outra parte constituinte do habitat *misto* em Campelo e Cajueiro é formada pela dispersão das casas, essas juntas aos lotes de produção dos núcleos e seguindo o traçado das estradas. A localização dessas habitações, como já dito, foi decidida pelos assentados que optaram por não construírem na agrovila por motivos pessoais.

A existência de agrovilas anteriores ao assentamento nos núcleos Campelo e Cajueiro e a ausência da mesma no núcleo Zumbi 1 pode ser explicada, de acordo com a presidente da associação deste último núcleo, pelo fato de que as áreas onde hoje se localizam os núcleos Campelo e Cajueiro correspondem às áreas onde concentrava-se a produção de cana-de-açúcar da usina. Por esse motivo, as casas dos operários foram construídas nestas áreas, para que pudessem ficar próximos ao trabalho (plantio e corte da cana). Já onde hoje situa-se o núcleo Zumbi 1, como não era área prioritária da produção de cana-de-açúcar, situavam-se a administração da usina, a casa de bomba e o laboratório de pesquisas, não havendo habitações de operários.



Foto 5: Antiga vila de operários da Usina São João, hoje habitada por assentados em Cajueiro



Foto 6: Novas construções, agrovila de Cajueiro

À parte a escolha por parte dos assentados da localização de suas habitações e conseqüentemente da forma assumida pelo habitat rural nos três núcleos, e dando início às relações que podemos estabelecer entre as duas formas de habitat encontradas e a qualidade de vida dos assentados, passaremos nesse momento, primeiramente, à análise da percepção dos assentados a respeito do que consideram como vantagens e desvantagens em relação ao seu local de habitação.

Todos os assentados entrevistados, responderam quais eram as vantagens e as desvantagens de habitarem ou no lote de produção ou de habitarem na agrovila. Sintetizamos essas respostas em dois quadros ilustrativos, respectivos às tabelas 11 e 12, que já sinalizam para alguns aspectos que serão tratados na qualidade de vida.

Tabela 11 – Vantagens e desvantagens da forma dispersa do habitat

VANTAGENS	DESVANTAGENS
Segurança (medo de roubos)	Dificuldade de acesso a serviços
Proximidade do trabalho	Sentimento de solidão
Possibilidade de possuir criações	
Tranquilidade	

Fonte: Trabalho de campo, julho de 2005.

As vantagens apontadas pelos assentados que possuem suas casas nos lotes de produção estão relacionadas a quatro fatores. O primeiro deles refere-se ao fato de que estando próximo à sua produção o assentado pode vigiar a mesma, alegando que a distância do lote pode levar à ocorrência de roubos de produtos agrícolas e de animais.

Outro fator é a proximidade do trabalho, ou seja, morando junto ao lote de produção o assentado ganha tempo e disposição para o trabalho no sentido de que evita percorrer grandes distâncias até chegar à roça. No caso das mulheres, esta proximidade com a roça é ainda mais importante. Muitas entrevistadas declararam que dessa forma podem entremear o auxílio ao esposo em algumas atividades do cultivo com as atividades domésticas e os cuidados com os filhos.

A necessidade de um “quintal” maior que o existente nas casas da agrovila para a criação de pequenos animais, pomar e mesmo horta é também uma das razões consideradas vantajosas pelos assentados de se habitar junto ao lote de produção, que alegam também que uma distância maior entre vizinhos é garantia de tranqüilidade. Muitos assentados, principalmente os originários das periferias das cidades relacionam a agrovila à ocorrência de confusões e boatos no dia-a-dia, enfatizando a preferência pela forma dispersa do habitat.

Em relação às desvantagens, a maior queixa dos assentados entrevistados que vivem nos lotes refere-se à dificuldade de acesso à serviços – como ônibus, lazer, igreja, dentre outros – e sentimento de solidão devido ao pouco convívio desses assentados com os vizinhos.

Tabela 12 – Vantagens e desvantagens da forma concentrada do habitat (Agrovila)

VANTAGENS	DESVANTAGENS
Acesso a serviços e lazer	Distância do trabalho
Ajuda mútua/ proximidade com vizinhos	Pouco espaço
Facilidade de organização/ comunicação	

Fonte: Trabalho de campo, julho de 2005.

Para os que vivem nas agrovilas, as vantagens estão relacionadas à maior facilidade no acesso a serviços e lazer; a possibilidade de trocar experiências e auxílios com os assentados próximos, além de facultar a organização para conquista de infra-estrutura para o núcleo.

As desvantagens revelam-se justamente o contrário das vantagens alegadas pelos que moram no lote de produção, com problemas relacionados à distância do trabalho e a falta de espaço para criações e pequenas hortas voltadas para o consumo da família (tabela 12).

Os aspectos de dispersão do habitat assim como os de concentração, auxiliaram-nos a classificar os tipos de habitat encontrados nos três núcleos estudados do assentamento Zumbi dos Palmares, porém, sozinhos não completam a organização do espaço agrário e a estrutura do habitat. É preciso ainda o entendimento das formas e das funções que compõem esse habitat, assim como dos processos que levaram à criação, ao desenvolvimento e às mudanças dessas formas, o que será feito a partir da leitura de SANTOS (1985) a respeito da análise de uma organização espacial, uma vez que o habitat neste estudo está sendo visto como manifestação da organização espacial.

6.1.2 – Novas e Velhas Formas para Velhas e Novas Funções

A utilização de velhas formas e novas se dá para funções semelhantes às antigas e também para novas funções, assim como também são modificadas pelos assentados que objetivam melhorias em sua qualidade de vida tanto de cunho individual quanto coletivo. Todas as manutenções e mudanças tanto nas formas quanto nas funções compõem, juntamente com as características de dispersão e de concentração, a estrutura dos diferentes habitats encontrados nos núcleos do assentamento Zumbi dos Palmares.

Baseando-nos na concepção de SANTOS (1985) a respeito das categorias de análise de uma organização espacial – forma, função, estrutura e processo – privilegiaremos a abordagem das mesmas no tratamento das formas que compõem a estrutura do habitat rural no assentamento Zumbi dos Palmares.

6.1.2.1 – Antigas Formas para Velhas Funções

A atual utilização das formas, originadas no período da Usina São João, com execução de funções idênticas ou semelhantes para as quais estas formas foram criadas no passado, consiste a nossa análise neste momento. Tais formas revelam-se em todas as construções realizadas anteriormente, e vão desde as

estradas e os caminhos até as habitações e as demais edificações existentes hoje no assentamento.

Em todos os núcleos do assentamento Zumbi dos Palmares, as estradas, tanto a principal quanto as vicinais, seguem o mesmo traçado da época da usina, o que foi comprovado pela comparação da planta do assentamento – feita e adquiridas no INCRA/RJ – com as cartas topográficas da região das fazendas que compunham a Usina São João – realizada pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA)²⁴. Segundo o relato dos próprios assentados, alguns caminhos de terra já existentes foram alargados pelo INCRA, formando as estradas vicinais do assentamento, e a estrada principal da usina, que corta todo o assentamento, foi asfaltada do núcleo Zumbi 1 ao núcleo Campelo há quatro anos.

Além do traçado das estradas, principal e vicinais, outras formas também são oriundas do período da usina e atualmente continuam exercendo as mesmas funções que exerciam antes. A maioria dessas formas constituem-se nas moradias dos assentados, anteriormente moradia dos operários da usina.

No núcleo Zumbi 1, onde não havia habitações de operários, além das estradas, não foram encontradas formas passadas que exerçam atualmente as mesmas funções.

Em Campelo, encontramos a mais significativa quantidade de formas antigas que continuam realizando as mesmas funções. Primeiramente, como já nos referimos antes no tratamento das classificações dos habitats, as casas que formavam a agrovila dos operários da usina hoje servem de moradia para as famílias assentadas. Em segundo está a existência de duas formas que compõem o centro comunitário do núcleo e que já faziam parte do mesmo no período da usina: um campo de futebol, uma escola e uma igreja católica (fotos 7 e 8). Ambas continuam exercendo as mesmas funções.

²⁴ As cartas topográficas as quais estamos nos referindo também fazem parte do acervo do Projeto de Irrigação e Drenagem da cana-de-açúcar na região Norte Fluminense (PROJIR) que mencionamos no capítulo anterior (ver capítulo V, nota 22).



Foto 7 – Campo de futebol: antiga forma, velha função



Foto 8: Igreja católica: antiga forma, velha função

No núcleo Cajueiro, somente as antigas habitações dos operários da usina atualmente exercem as mesmas funções, conforme analisamos anteriormente, já que são hoje habitadas pelos assentados.

Podemos perceber que a utilização das formas para as mesmas funções nos núcleos Campelo e Cajueiro principalmente apresenta forte importância para as famílias assentadas, no que diz respeito ao aproveitamento dessas formas sem a necessidade de esforço para construí-las e de providenciamento principalmente de parte da estrutura de habitações por parte do INCRA. Nos núcleos em que tais formas já estavam presentes, os assentados puderam contar com uma estrutura anterior, que facilitou o acesso ao lazer no caso de Campelo e a algumas moradias em Campelo e Cajueiro. Da mesma maneira, ocorre com as formas antigas que ganharam novas funções.

6.1.2.2 - Refuncionalização das Antigas Formas

Podemos dizer que a refuncionalização das formas antigas é um processo contínuo que vem ocorrendo de maneira significativa nos três núcleos estudados do assentamento Zumbi dos Palmares, mostrando a importância que as formas antigas podem exercer para a qualidade de vida dos assentados quando adquirem novas funções.

Com relação às edificações, em Zumbi 1, destaca-se a atual sede da associação dos produtores rurais e também moradia da presidente desta associação, onde anteriormente funcionava o laboratório de pesquisa de mudas e sede da Usina São João. Na foto 9 podemos observar que, apesar de deteriorada, é grande a diferença de tamanho e de estrutura da construção em relação às demais casas do assentamento, que se dá em função de que no passado representava uma construção de grande importância, de centro de pesquisa da usina.



Foto 9: Antiga forma, nova função: antigo laboratório de pesquisa da usina e atual sede da associação de produtores rurais de Zumbi 1

O uso da antiga forma nesse caso é extremamente proveitoso para a nova função que realiza. Além de ser o local onde ocorrem as reuniões e assembléias dos produtores assentados no núcleo Zumbi 1, o espaço privilegiado e subdividido em diversos cômodos é também utilizado - quando ocorrem - para a realização de cursos técnicos viabilizados por órgãos de assistência técnica e de programas para a educação de jovens e adultos. A presença de cadeiras escolares na foto 9 demonstra a ocorrência desta última função.

No núcleo Campelo, duas são as formas antigas que foram ou serão refuncionalizadas pelos assentados. A escola, localizada no centro comunitário e composta de dois prédios é uma delas. No entanto, devido às condições de grande deterioração em que se encontra um dos prédios, somente um deles está sendo utilizado. Esta nova função de uma parte de um dos prédios da escola foi dada por uma família de assentados que nela está habitando temporariamente. Trata-se de uma família que possui parentes no assentamento e que está à espera de obtenção de um lote de produção para que possa construir sua moradia.

Essa estratégia já é utilizada desde o princípio do assentamento, quando muitas famílias ficaram abrigadas nos prédios da escola enquanto aguardavam a

chegada do material para a construção de suas moradias. Ao longo do processo de constituição do assentamento, essa situação ocorreu diversas vezes, tendo esta parte da escola sempre servido de moradia para os assentados que esperavam seus lotes.

Outra forma antiga também existente no centro comunitário de Campelo, já exerceu uma função atual e no momento está preparando-se para receber uma nova. Trata-se de um antigo casarão pertencente à Usina São João cuja função era a de armazenagem de mantimentos da usina e que após a constituição do assentamento, serviu de moradia para algumas famílias de assentados. Este ano, esses moradores foram retirados pela associação – a qual está criando a nova cooperativa – que está com a intenção de reformar e utilizar o casarão para sediar a futura cooperativa.

Nas fotos 10 e 11, podemos visualizar a fachada e o espaço interno do casarão, subdividido em diversos cômodos, que de acordo com a entrevista da presidente cooperativa em implantação, serão utilizados para abrigar não somente a administração da cooperativa, mas também uma pequena fábrica de farinha, uma vez que a máquina – bolandeira – já foi conseguida junto à prefeitura de Campos dos Goytacazes.



Foto 10: Fachada do antigo casarão de mantimentos da Usina São João e futura sede da cooperativa de Campelo



Foto 11: Espaço interno do antigo casarão de mantimentos da Usina São João: necessidade de reformas

No núcleo Cajueiro encontramos três formas antigas realizando atualmente novas importantes funções. No entanto, duas dessas formas foram bastante alteradas pelos assentados e por esse motivo serão trabalhadas separadamente mais adiante.

A única forma antiga utilizada atualmente com a mesma estrutura que a anterior é uma casa, localizada no centro comunitário, onde residia o encarregado da Usina São João – também conhecido como “capataz”, ou seja, aquele que era o responsável por comandar, disciplinar e exigir o cumprimento das tarefas por parte dos trabalhadores da cana. Reflete-se nessa forma, através do tamanho principalmente, a hierarquia de poderes existente no âmbito da usina, uma vez que as casas dos operários eram muito mais simples do que a casa do encarregado (foto 12).



Foto 12: Antiga casa do encarregado da Usina São João, hoje sede da associação de produtores de Cajueiro

Hoje funciona nesta casa a sede da associação de produtores de Cajueiro, onde ocorrem as reuniões, assembléias e também, eventualmente, cursos de assistência técnica e programas de alfabetização para jovens e adultos. Além disso, funciona ainda, nos fundos da casa, a escola municipal que está sendo transferida, até o final deste ano, para outra instalação no núcleo.

Resultado de reivindicações constantes por parte da associação de Cajueiro, esta escola foi fundada em fevereiro de 2001 pela prefeitura de São Francisco de Itabapoana e desde então funciona na casa da sede da associação de produtores e na sala de um galpão construído pelo INCRA, sendo que na primeira tem-se as turmas de pré-escolar e alfabetização e na segunda as turmas de 1ª a 4ª série.

A forma, diferenciada das moradias dos operários, construída em função da demonstração de poder exercida por esta casa, hoje é aproveitada pelos assentados para a realização de diversas atividades, que podem até ser feitas ao mesmo tempo graças ao tamanho privilegiado e à divisão dos cômodos.

Percebemos então que o aproveitamento de antigas formas tanto para velhas quanto para novas funções apresenta-se importante em todos os núcleos

estudados, exercendo um papel fundamental no desenvolvimento de algumas atividades que serão refletidas na qualidade de vida dos mesmos. E, juntamente com as novas formas que surgiram com a criação do assentamento, são partes componentes da estrutura do habitat rural.

6.1.2.3 – O Surgimento das Novas Formas com a Criação do Assentamento

Com a criação do assentamento, juntaram-se às formas já existentes à época da usina novas formas que foram construídas por dois atores: os próprios assentados e pelo principal agente governamental atuante no assentamento, o INCRA.

Podemos dizer que tais formas constituem-se principalmente pelas habitações dos assentados, seguidas pelos galpões de armazenagem existentes em todos os núcleos. Em menor quantidade, porém não com menos importância, estão o posto de saúde e a igreja evangélica localizados no centro comunitário do núcleo Campelo.

A construção das habitações dos assentados que não se alojaram nas casas das antigas agrovilas de operários da Usina São João em Campelo e Cajueiro (maioria) foi realizada no primeiro ano que se seguiu após o parcelamento dos lotes pelo INCRA. Com o material de construção fornecido pelo INCRA, os assentados construíram suas casas, seguindo um padrão pré-estabelecido pelo próprio órgão, de aproximadamente 33m². Esse padrão, no entanto, foi se alterando ao longo dos anos conforme veremos no próximo item.

Os galpões de armazenagem existentes em todos os núcleos foram construídos pelo INCRA seguindo o mesmo padrão de estrutura e estavam voltados para o armazenamento da produção dos assentados (foto 13). Como ainda não houve em nenhum dos núcleos a consolidação de uma cooperativa, os galpões passaram a exercer funções diferentes daquela que foi prevista.



Foto 13: Nova forma: galpão construído pelo INCRA em todos os núcleos – funções diferentes das que foram previstas

Somente no núcleo Zumbi 1 o galpão não é utilizado para nenhuma atividade. Já em Campelo, são realizadas no galpão atividades de cultura, esportes e lazer como aulas de violão, de capoeira e de balé promovidas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). No núcleo Cajueiro, o galpão também adquiriu novas funções, sendo o local onde ocorrem todas as festas do calendário escolar (Dia das Mães, Dia dos Pais, Festa Junina, Dia do Folclore, Festa de Natal e etc) e outras festas promovidas pela comunidade de assentados.

Essa situação mostra a capacidade de adaptação das formas quando estas não exercem as atividades para as quais foram destinadas. A utilização para outros fins no caso do galpão em Campelo e Cajueiro é de grande relevância para a qualidade de vida dos assentados, conforme veremos no próximo item do presente capítulo.

Por último, representando as formas que não encontram-se presentes em todos os núcleos e nem seguem um padrão, estão o posto de saúde e a igreja evangélica localizados no centro comunitário do núcleo Campelo. O posto de saúde, que pode ser visto na foto 14, havia sido construído pelo INCRA em 1998 e não estava em funcionamento até o ano de 2004 quando foi finalmente ativado pela prefeitura de Campos dos Goytacazes em período de eleições, momento em

que as pressões exercidas pelos assentados deste núcleo através da realização de reuniões e passeatas foram mais facilmente atendidas.

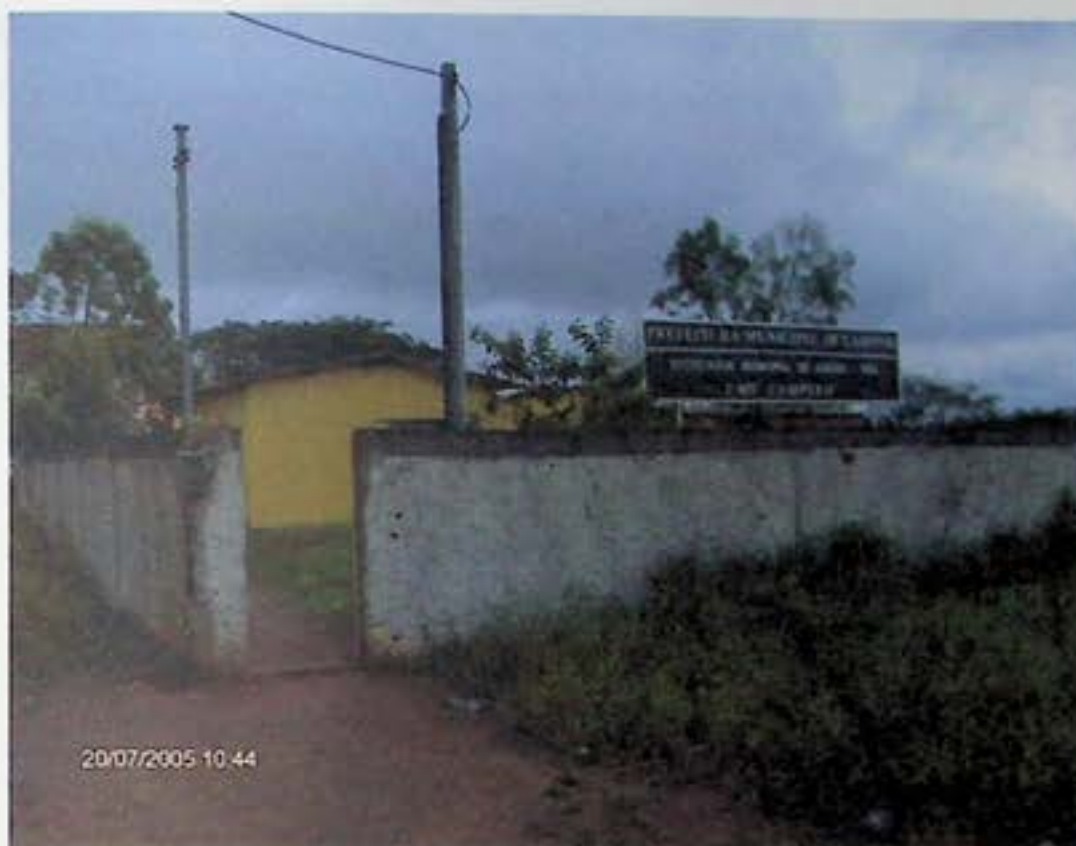


Foto 14: Nova forma: posto de saúde em Campelo

A igreja evangélica foi construída pelos assentados nos mesmos moldes das habitações, em regime de mutirão (foto 15) e com o dinheiro arrecadado pela comunidade evangélica do núcleo Campelo e também de fiéis de outros núcleos que freqüentam a igreja.



Foto 15: Nova forma: igreja evangélica em Campelo

Em comum com as antigas formas, as novas formas têm o fato de que são extremamente importantes para a vida no assentamento Zumbi dos Palmares. Algumas dessas formas foram criadas para exercerem determinadas funções, mas foram refuncionalizadas e passaram a realizar outras atividades - como os galpões - revelando a flexibilidade das formas.

Da mesma maneira, as formas antigas e as novas formas podem ser alteradas para que se tornem mais adequadas para as funções pretendidas, principalmente pelos assentados, que buscam na transformação da estrutura das mesmas, melhorias tanto de cunho individual quanto coletivo.

6.1.2.4 – As Mudanças nas Formas para Atingir Objetivos de Qualidade de Vida

Acrescentando à concepção de TABUTEAU (1958) que apontou a relação entre o habitat rural e a qualidade de vida na medida em que os indivíduos influenciam diretamente a forma do habitat através do desejo de obterem melhorias em suas construções e na sua distribuição além de outros aspectos, procuramos analisar de que maneira os assentados estariam modificando formas com o objetivo de atingir melhores condições de vida.

Observamos no assentamento Zumbi dos Palmares a ocorrência dessa influência em diversas formas, desde as estradas – asfaltadas pela prefeitura de Campos dos Goytacazes, passando pela modificação das habitações e da organização espacial interna do lote de produção até algumas formas componentes da infra-estrutura coletiva de um dos núcleos.

A modificação das estradas como já sabemos se deu pela colocação do asfalto na estrada principal que corta o assentamento e pela ampliação dos caminhos já existentes na época da usina, que se tornaram as estradas vicinais do assentamento. A modificação dessa estrutura é de grande interesse para o entendimento do habitat rural disperso, sendo a principal responsável pela formação desse tipo de habitat, onde as casas seguem a linha do traçado das estradas.

Em relação às modificações das habitações, tanto daquelas antigas quanto das habitações atuais, essas são constantemente alteradas pelos assentados na medida de suas necessidades e de sua família – com a ampliação de cômodos, realizando aos poucos mudanças na estrutura da casa, melhorias

de acabamento como emboço e pintura das paredes, colocação de pisos, cerâmicas de banheiro, encanamento, etc.

Todas essas alterações nas formas das moradias fazem parte da conquista de conforto para a família e conforme apontou TABUTEAU (1958), visam atingir melhores condições de vida. Nas fotos 16 e 17 vemos uma casa do tamanho padrão de 33m², e uma outra casa já ampliada por uma família assentada.



Foto 16: Casa padrão no núcleo Campelo



Foto 17: Alteração na forma nova: casa modificada (ampliada) em Campelo

Ao nível dos núcleos, encontramos em Zumbi 1 e Cajueiro significativas formas que foram alteradas pelos assentados, sendo no primeiro núcleo uma mudança de característica individual e no outro núcleo de cunho coletivo.

Em Zumbi 1, uma forma antiga foi expressivamente alterada por uma família assentada. Trata-se da antiga casa de bomba da Usina São João localizada – por coincidência – no interior de um lote onde habita uma família numerosa. Sendo assim, esta casa tornou-se residência de um dos filhos após o seu casamento e atualmente está sendo ampliada uma vez que, sendo casa de bomba, seu espaço interior era bem pequeno. Podemos observar essa alteração na foto 18.



Foto 18: Alteração na forma antiga: ampliação de casa onde estavam instaladas bombas da Usina São João, hoje moradia de família assentada

Hoje, duas formas – uma nova e uma antiga alterada – dividem o mesmo espaço de um lote e são residências de duas famílias. E no caso da forma antiga, a modificação está sendo realizada, da mesma maneira que nas habitações novas, para atingir objetivos de qualidade de vida.

Em Cajueiro, a futura sede da escola – que como vimos anteriormente funciona na casa sede da associação de produtores – constitui-se na primeira forma modificada pelos assentados, das duas encontradas neste núcleo. Diz respeito a uma antiga casa de operário da Usina São João, localizada na agrovila (centro comunitário) e que ao contrário da maior parte das casas aí localizadas, não tornou-se moradia, e será a nova sede da escola, chamada Escola Municipal MST.

A estrutura dessa forma, no entanto, sofreu alterações para que pudesse ser utilizada na nova função. A casa foi totalmente reformada – utilizando-se de materiais doados por um vereador em campanha de eleição – pelos próprios assentados em regime de mutirão. As mudanças na forma foram significativas com a construção de dois cômodos (banheiros), colocação de novas telhas, fiação elétrica, pintura e piso, para que se adequassem às necessidades de uma escola (foto 19).



Foto 19: Alteração na forma antiga: ex-casa de operário da Usina São João, atualmente escola municipal de Cajueiro

Como abordou TABUTEAU (1958), na alteração das formas do habitat, pode ser desejada além uma melhor distribuição das casas, suscitadas por múltiplos desejos de melhoria material, uma vizinhança mais cômoda no desenrolar da vida social e religiosa. Esta última compõe a segunda forma alterada encontrada em Cajueiro. Trata-se de uma antiga casa de operário da Usina São João, localizada na agrovila (centro comunitário) do núcleo e onde funciona atualmente uma igreja evangélica, com realização de cultos e festividades. Aí também percebemos uma importante alteração na forma, tanto em termos de tamanho quanto de acabamentos externos e internos, como podemos visualizar nas fotos 20 e 21.

As duas fotos foram feitas em momentos diferentes, uma no primeiro trabalho de campo em fevereiro de 2004 e a outra pouco mais de um ano depois, em julho de 2005, mostrando nitidamente as modificações sofridas pela forma, que num segundo momento apresenta-se ampliada e completamente reformada em termos de acabamentos externos e internos.



Foto 20: Antiga forma pouco alterada: igreja evangélica em Cajueiro, em fevereiro de 2004.



Foto 21: Antiga forma já bastante alterada: igreja evangélica em Cajueiro, julho de 2005.

As alterações nas formas, ocorridas ao longo do tempo, mostram que as mesmas estão relacionadas às necessidades da sociedade local em diferentes momentos. Assim, as formas, modificadas ou não, podem exercer diferentes funções, tendo sido fundamental o entendimento dessas condições para a análise da estrutura do habitat rural no assentamento Zumbi dos Palmares. Carece ainda, para que esta análise se torne a mais completa possível, observarmos os diferentes tipos de organização interna dos lotes de produção nos núcleos Zumbi 1, Campelo e Cajueiro.

6.1.3 – A Organização Interna dos Lotes de Produção

De acordo com o que havíamos discutido em nosso capítulo teórico, o habitat rural engloba não só a forma de distribuição das casas e das construções, mas dos campos de cultivo e de todos os elementos do estabelecimento rural. Desta maneira, parte componente fundamental da estrutura do habitat disperso assim como da parte dispersa do habitat misto é também a forma como está organizado o lote de produção, na maioria dos casos, também local de moradia dos assentados.

Para a realização da análise da organização interna dos lotes optamos pela construção de alguns esquemas elucidativos dessa organização, que se apresenta de maneiras diferentes nos núcleos estudados. Esses esquemas representam modelos de um mesmo padrão de organização dos lotes – incluindo os diferentes tipos de cultivos, a casa e alguns elementos a ela relacionados, as criações animais, dentre outros – encontrados em cada núcleo.

Antes de passarmos à análise dos esquemas respectivos a cada núcleo, algumas observações gerais de características semelhantes se fazem relevantes. A localização das casas, dos poços e das fossas no interior dos lotes seguem um mesmo padrão, onde as casas estão sempre próximas – de frente – para a estrada de acesso ao lote e organiza-se também uma separação entre o poço e a fossa, de maneira que estejam distantes e em lados opostos, geralmente com o poço na parte da frente da casa e a fossa na parte de trás.

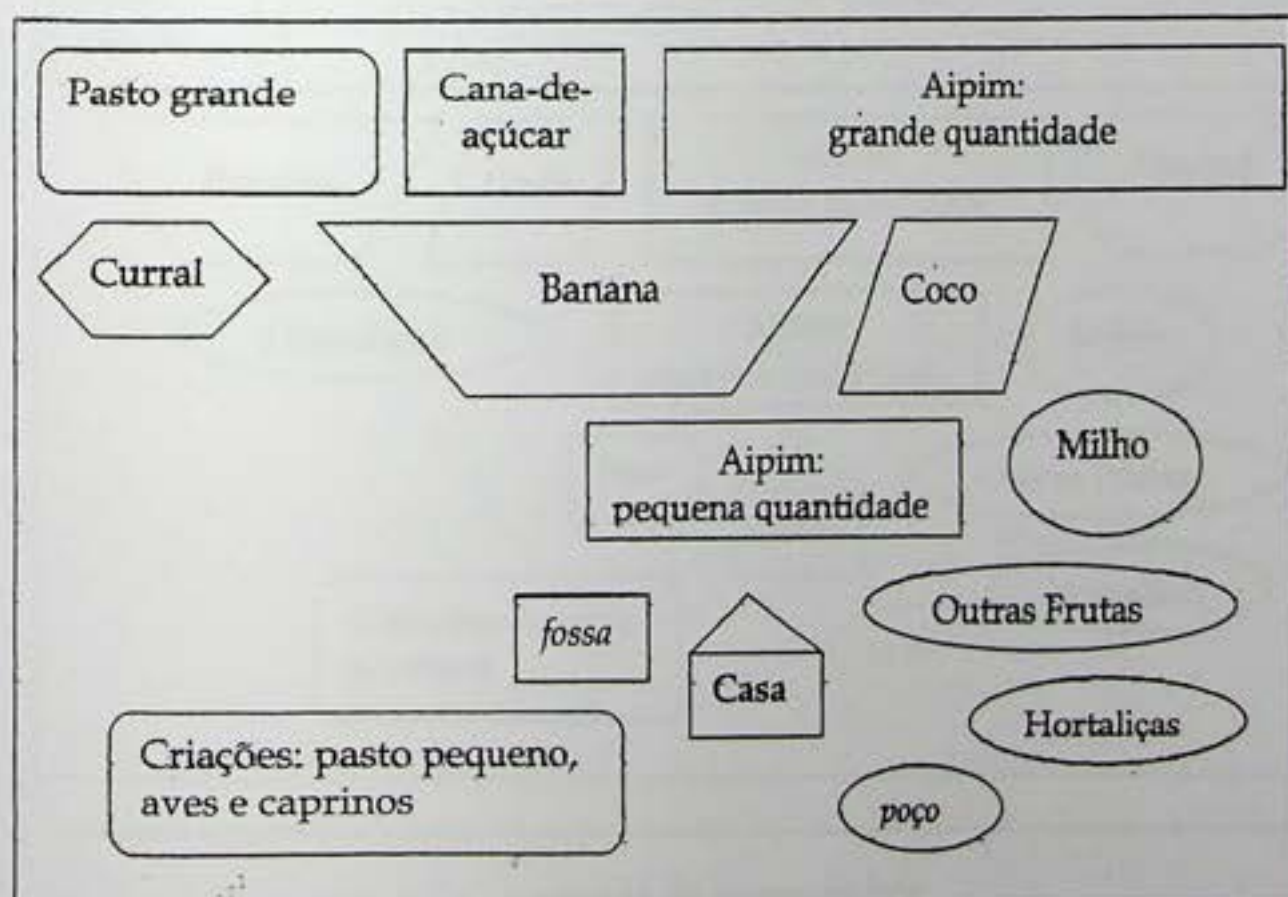
Procuramos observar nos lotes, as culturas que estão localizadas mais próximas e as que estão mais distantes da casa, além do posicionamento das criações de aves e bovinos, e de outros elementos que compõem a organização interna do lote de produção.

Na figura 11, apresentamos o esquema padrão do núcleo Zumbi 1. Próximos à casa estão as criações de gado em pequena quantidade, de aves e de caprinos e também o cultivo de pequenas hortas, basicamente voltada para o consumo, e de pequenos pomares, nestes não incluídos os cultivos de banana e de coco. Isto se dá pela razão de que a produção de banana é a principal neste núcleo, existindo em quase todos os lotes, e dessa maneira a produção é feita em maior escala, necessitando de uma área maior.

Na parte imediatamente posterior à casa, cultiva-se o aipim em quantidade pequena ou média pois, já que é um produto bastante consumido pelos assentados, possibilita uma maior facilidade no acesso quando precisam consumi-lo. Da mesma maneira se dá com o milho, muito usado para o consumo das criações de pequenos animais.

Os produtos direcionados principalmente para a venda e por esse motivo produzido em maior quantidade são os que se encontram mais afastados da casa: a banana, como já vimos, o coco, o aipim e a cana-de-açúcar. Os lotes que possuem um maior número de bovinos - aproximadamente vinte animais - também os colocam bem distantes da casa, para que possam ter uma maior área de pasto e geralmente situam um curral próximo a esta área.

Figura 11 - Esquema padrão da organização interna dos lotes de produção no núcleo Zumbi 1



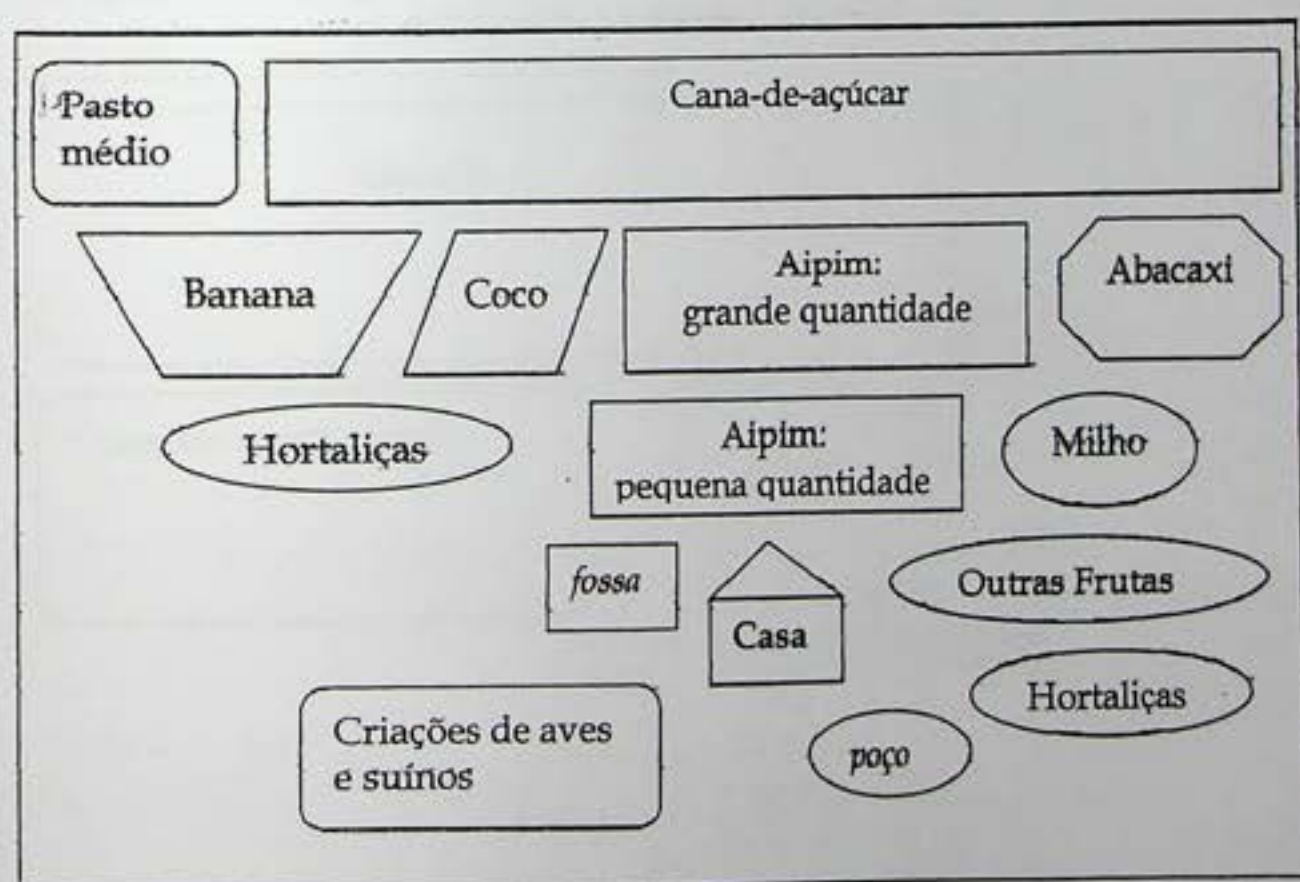
estrada de acesso ao lote

Um pouco diferente encontra-se a organização interna dos lotes no núcleo Campelo, conforme podemos observar na figura 12. Como o núcleo produz hortaliças também para a comercialização, estas, além de estarem presentes nas pequenas hortas de auto consumo próximas à casa, localizam-se também um pouco mais afastadas em hortas maiores.

O cultivo de pequenos pomares, do aipim em pequena e grande quantidade, da banana, do coco, do milho voltado para o consumo e de pequenas criações de aves e suínos estão dispostos da mesma maneira descrita no núcleo Zumbi 1. A diferença aí revela-se na presença do cultivo em alguns lotes do abacaxi, voltado para a comercialização e disposto na mesma linha da banana e do coco, um pouco distantes da casa.

Mais distante da casa, tem-se o produto principal deste núcleo, produzido em maior escala e voltado exclusivamente para a comercialização, a cana-de-açúcar. Há ainda em alguns lotes médias criações de gado – em torno de sete a dez vacas – voltadas para a produção de leite, localizados à mesma distância da cana-de-açúcar em relação à casa.

Figura 12 – Esquema padrão da organização interna dos lotes de produção no núcleo Campelo



estrada de acesso ao lote

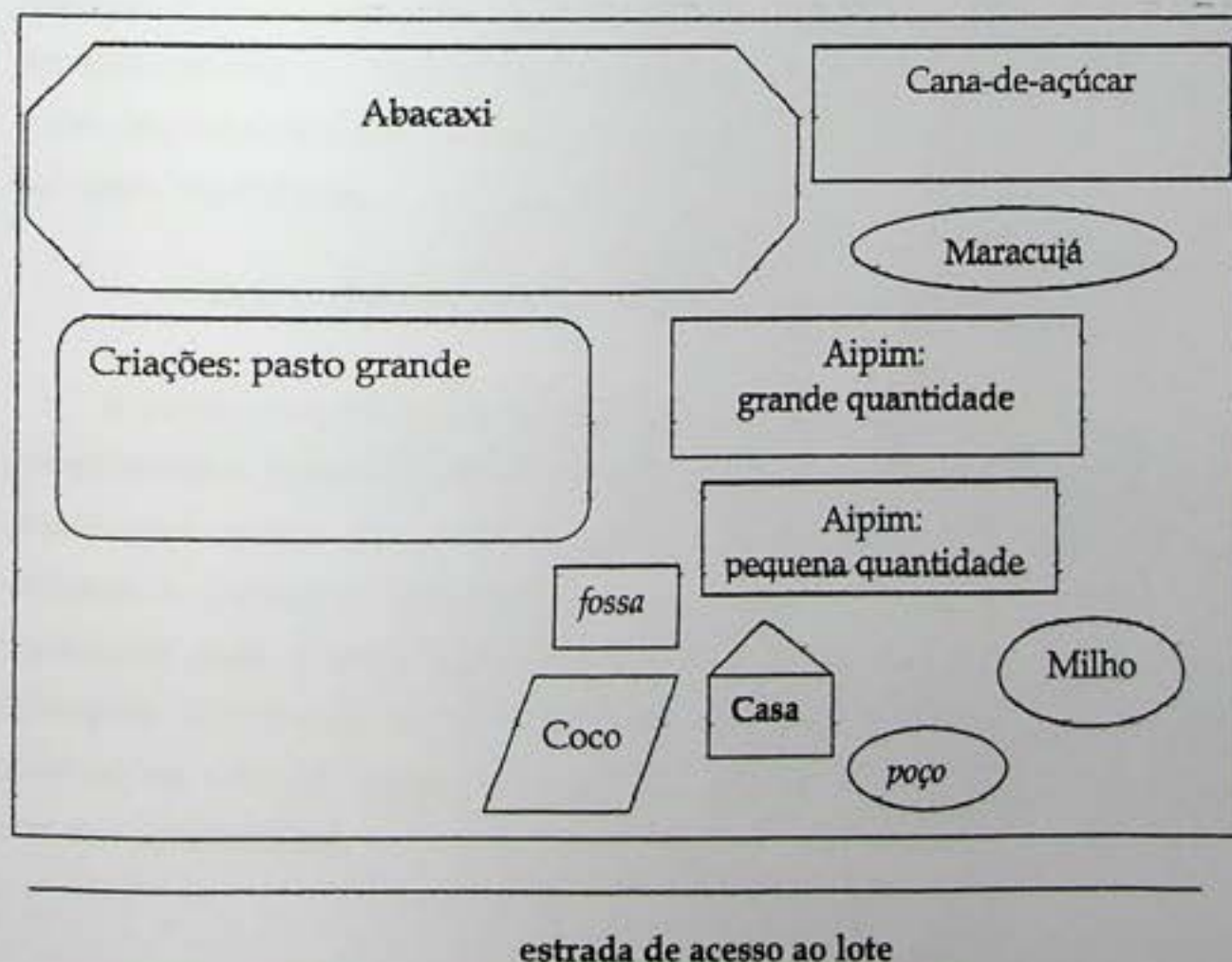
Fonte dos Dados: Dados de campo, julho de 2005

Em Cajueiro, temos um esquema um pouco mais simples, tendo sido encontrado uma quantidade pouco significativa de pequenas hortas e pomares que por esse motivo não aparecem no esquema padrão do núcleo. No entanto, diferentemente dos outros núcleos, muitos lotes cultivam coco em locais próximos das casas, levando-nos a consideração de que este é produzido em pequena quantidade sendo parte para consumo e um pequeno excedente para a comercialização (figura 13).

Na porção posterior da casa, encontramos o cultivo de aipim em pequena quantidade e logo após, juntamente com as criações bovinas com maior número de animais, o aipim produzido em grande quantidade. Essa organização, principalmente com a localização dos pastos que não estão tão distantes das casas como nos outros núcleos, se dá em função da garantia do maior espaço possível nas áreas mais distantes da casa para o cultivo de abacaxi, que é o principal produto comercial do núcleo Cajueiro.

Dividindo o espaço dessas áreas distantes com o abacaxi estão, em bem menor extensão, os cultivos de maracujá e da cana-de-açúcar também voltados para a comercialização, porém em pequena quantidade.

Figura 13 – Esquema padrão da organização interna dos lotes de produção no núcleo Cajueiro.



De acordo com os esquemas, percebemos um padrão de variação na distribuição dos cultivos pelos lotes que serve para os três núcleos. Sempre próximos à casa estão as culturas voltadas para o consumo, que incluem pequenas criações, hortas e pomares. Tais culturas encontram-se dispostas dessa maneira para estarem mais acessíveis ao consumo semanal ou até mesmo diário das famílias, e também pelo fato de serem em pouca quantidade em relação aos produtos comerciais, necessitam de um menor espaço.

Em seguida, não tão próximos à casa, encontramos o aipim e o milho, ambos voltados para o consumo da família e para a alimentação dos animais. Por último, nas áreas mais distantes da casa têm-se os produtos comerciais, que por serem produzidos em maiores escalas são demandantes de maiores áreas.

Vimos então que o que varia de núcleo para núcleo é o tipo de cultura, onde em cada núcleo predomina uma diferente, porém, tem-se sempre um padrão muito semelhante na distribuição dos cultivos, seguindo-se objetivos de consumo e venda, os primeiros mais próximos e o segundo mais distantes da casa.

Essa estrutura interna de organização espacial dos lotes completa a nossa análise a respeito do habitat rural nos núcleos estudados do assentamento Zumbi dos Palmares, essencial para entendermos a organização espacial dos mesmos. A convivência de novas e antigas formas, assim como a das alterações por elas sofridas e a organização interna dos lotes que abrigam essas formas são muito importantes para o entendimento da dinâmica espacial do assentamento que tanto buscamos.

6.2 – Qualidade de Vida e Organização Espacial

A partir das variáveis de qualidade de vida selecionadas de acordo com os procedimentos metodológicos desenvolvidos no capítulo três do presente estudo, passaremos neste momento à análise das mesmas nos núcleos Zumbi 1, Campelo e Cajueiro. Buscaremos compreendê-las em sua dinâmica espacial, realizando uma comparação entre os três núcleos de maneira a abordar as principais diferenças e semelhanças entre eles e privilegiando, sempre que possível, as relações entre a organização espacial e os aspectos da qualidade de vida dos assentados.

6.2.1 – Qualidade de Vida Segundo as Variáveis de Característica Coletiva

Neste item, abordaremos as variáveis relacionadas aos aspectos coletivos vistos em termos de disponibilidade de serviços e infra-estrutura social, estando incluídas as seguintes variáveis: saúde, educação, transporte e lazer.

1 – Saúde

A influência da organização espacial, no que diz respeito aos elementos relacionados à saúde, pode ser percebida em diversos aspectos. Procuraremos compreender esta variável através da localização e do acesso ao atendimento médico por parte dos assentados.

Em Zumbi 1, não existe posto de saúde, mas, funciona na sede da associação de produtores, um atendimento médico uma vez por semana durante um período de duas horas, com especialistas em clínica geral e ginecologia. Os casos mais graves ou que necessitem da realização de exames são encaminhados para um hospital em Campos.

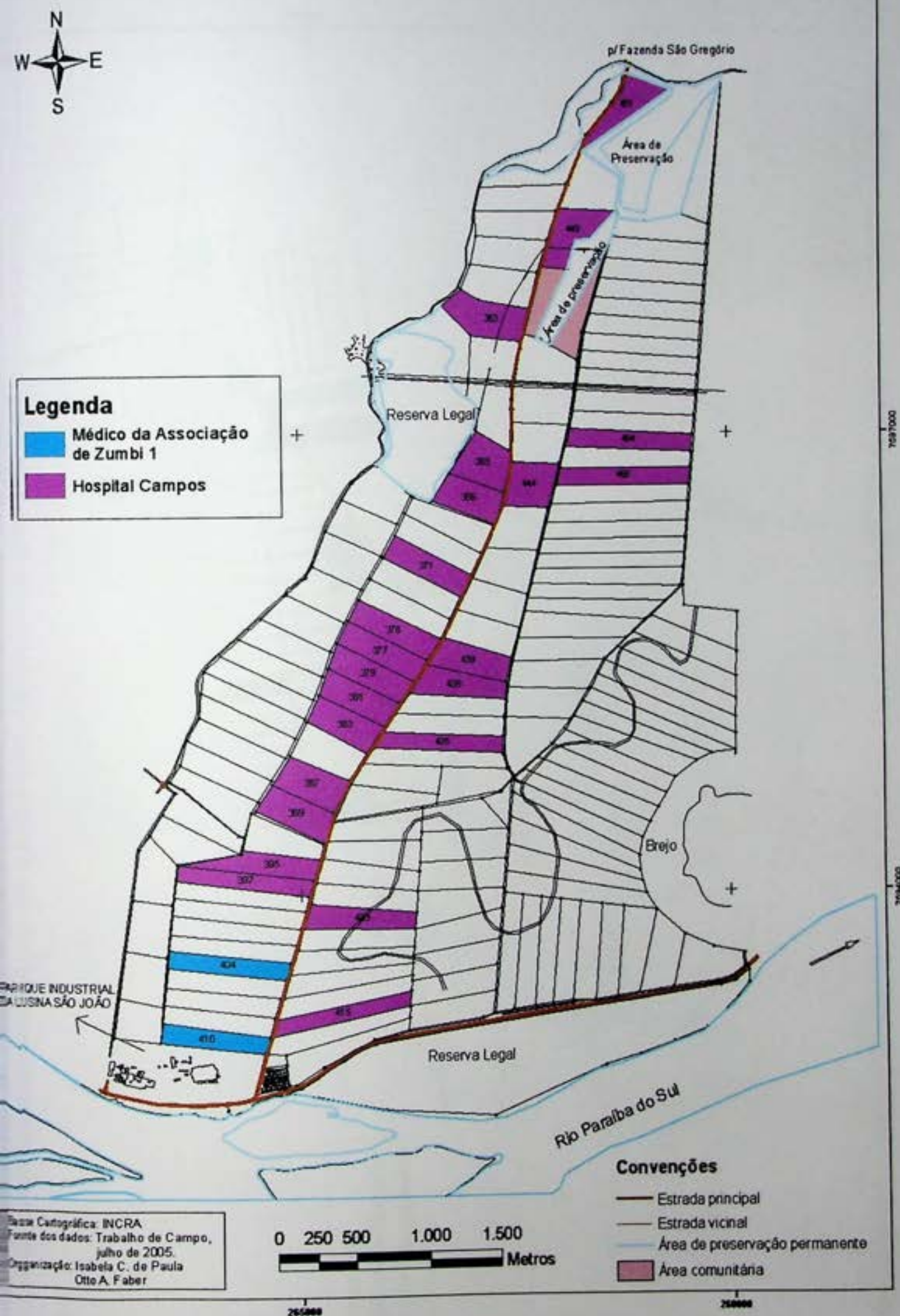
Mesmo com esse atendimento médico, o mapa 14 nos mostra que a maioria dos assentados de Zumbi 1 estão buscando os hospitais em Campos dos Goytacazes, levando-nos a crer que este serviço apresenta-se insuficiente, muito provavelmente devido à pouca freqüência no atendimento, que não atende a emergências e está restrito ao funcionamento somente de um dia da semana e por apenas duas horas.

Em Campelo, conforme já havíamos abordado anteriormente, há pouco mais de um ano foi inaugurado um posto na agrovila do núcleo. O atendimento neste posto de saúde é realizado por médicos nas especialidades de clínica geral, ginecologia e pediatria durante três vezes na semana e por enfermeiros presentes diariamente. No mapa 15, observamos que o posto de saúde de Campelo atende a maior parte dos assentados do núcleo, beneficiando diretamente os moradores da agrovila – já que é aí que o posto se localiza, sendo um número pouco significativo o de assentados que procuram o posto no distrito de Travessão.

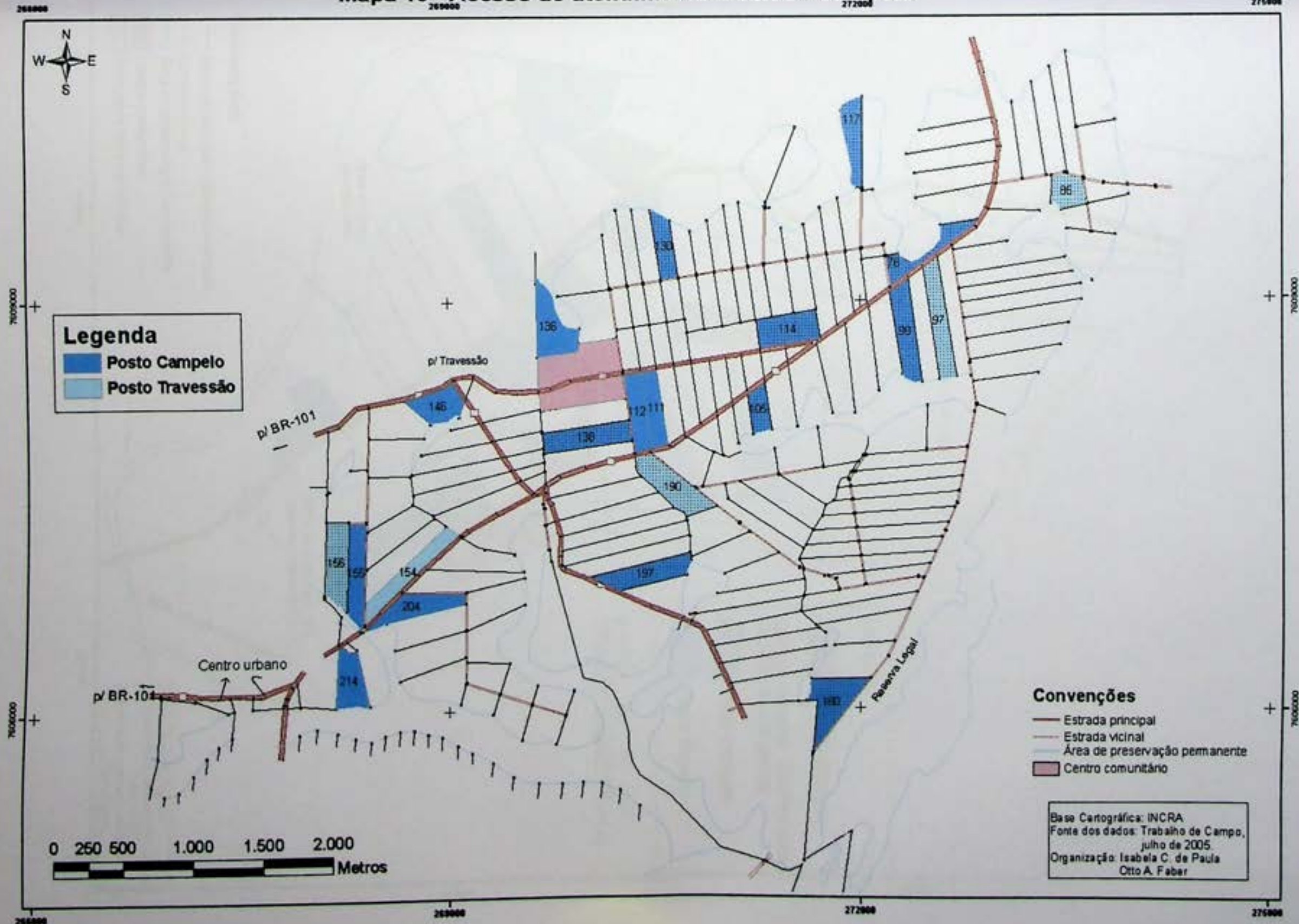
No núcleo Cajueiro não existe posto de saúde, e os assentados dividem-se entre os que procuram o posto de saúde de Floresta – núcleo urbano próximo ao núcleo, o posto de saúde do núcleo Campelo, hospitais em Campos e hospitais em São Francisco de Itabapoana (mapa 16). No entanto, devido ao fator distância, a maior parte dos assentados busca atendimento médico na

localidade de Floresta, situada ao norte do núcleo, no sentido da estrada principal.

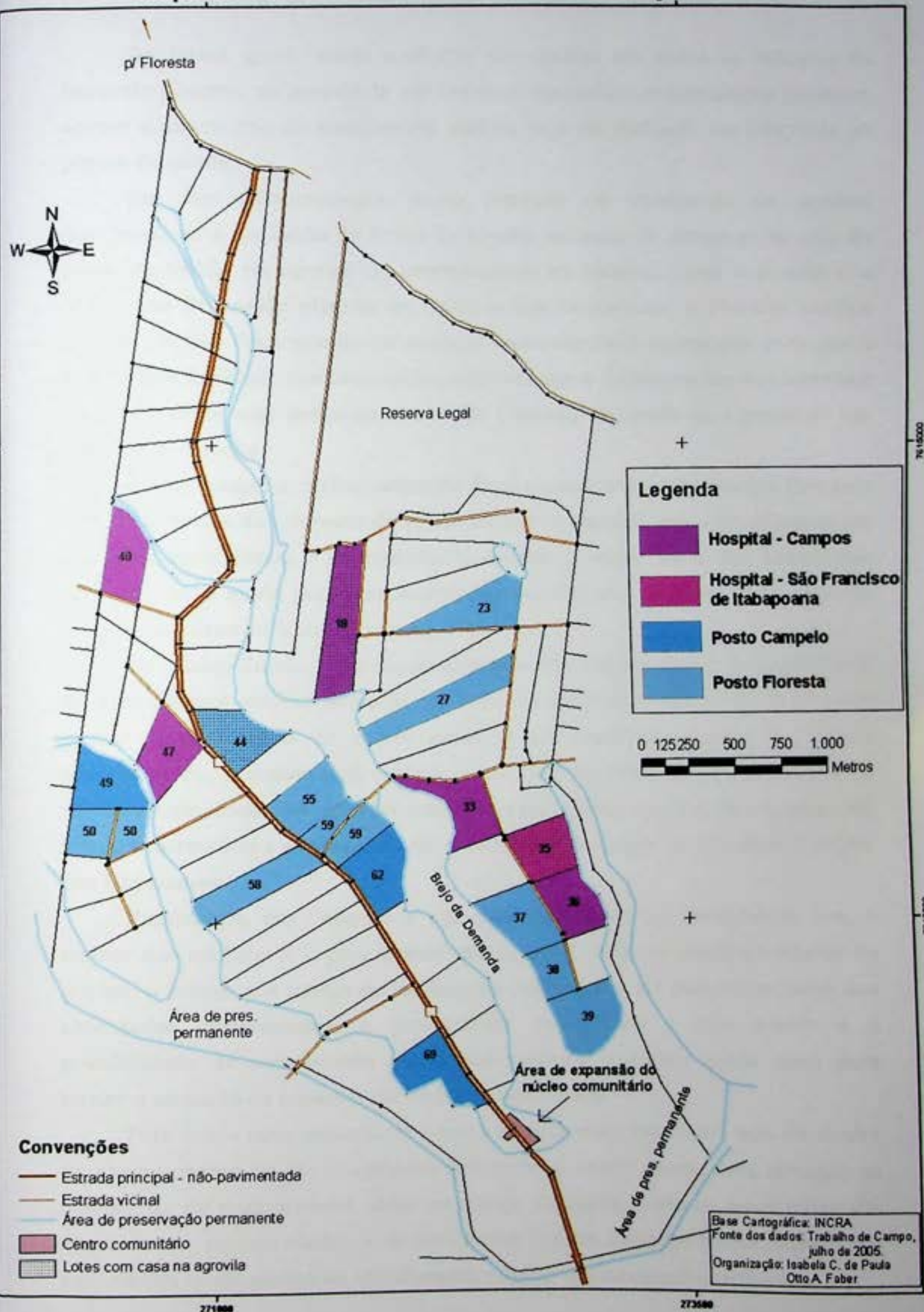
Mapa 14 - Acesso ao atendimento médico - Zumbi 1



Mapa 15 - Acesso ao atendimento médico - Campelo



Mapa 16 - Acesso ao atendimento médico - Cajueiro



De forma geral, nossa avaliação da variável em todos os núcleos foi bastante positiva, no sentido de que todos os assentados entrevistados possuem acesso a algum tipo de atendimento médico, seja ele realizado em hospitais ou postos de saúde.

Em tais circunstâncias, nossa intenção no tratamento da variável direcionou-se à avaliação da forma de acesso, ou seja, da presença ou não do posto de saúde no interior do assentamento ou vizinho, como é o caso dos postos em Travessão (distrito de Campos dos Goytacazes) e Floresta (núcleo urbano em São Francisco de Itabapoana) como elemento importante para que o acesso seja facilitado aos assentados, uma vez que o deslocamento aos hospitais mais próximos exige meios de transporte coletivos regulares ou a posse de um meio de locomoção.

Sendo assim, a melhor situação (boa) encontrada foi no núcleo Campelo onde a presença de um posto de saúde no centro comunitário, com atendimento diário de emergências e especialidades, atende a maior parte dos assentados desse núcleo e ainda parte dos assentados em Cajueiro, mostrando-se eficiente para os objetivos ao quais se propôs.

No núcleo Zumbi 1 avaliamos uma situação regular devido à insuficiência do atendimento médico semanal na sede da associação de produtores, onde apesar das consultas de rotina poderem ser realizadas dentro do próprio assentamento, o acesso está restrito a um número pequeno de assentados do núcleo. Além disso, os atendimentos de emergência também não podem ser feitos, acarretando a necessidade de procura dos hospitais na cidade de Campos dos Goytacazes.

Finalmente, em Cajueiro a situação encontrada foi considerada boa, e melhor que em Zumbi 1, pois mesmo não havendo posto de saúde no interior do núcleo, o acesso aos postos de localidades próximas se dá pela maior parte dos assentados entrevistados. A proximidade dos postos a esse núcleo e a possibilidade de atendimento diário nos mesmos contribui ainda mais para tornar a situação do acesso à saúde boa neste núcleo.

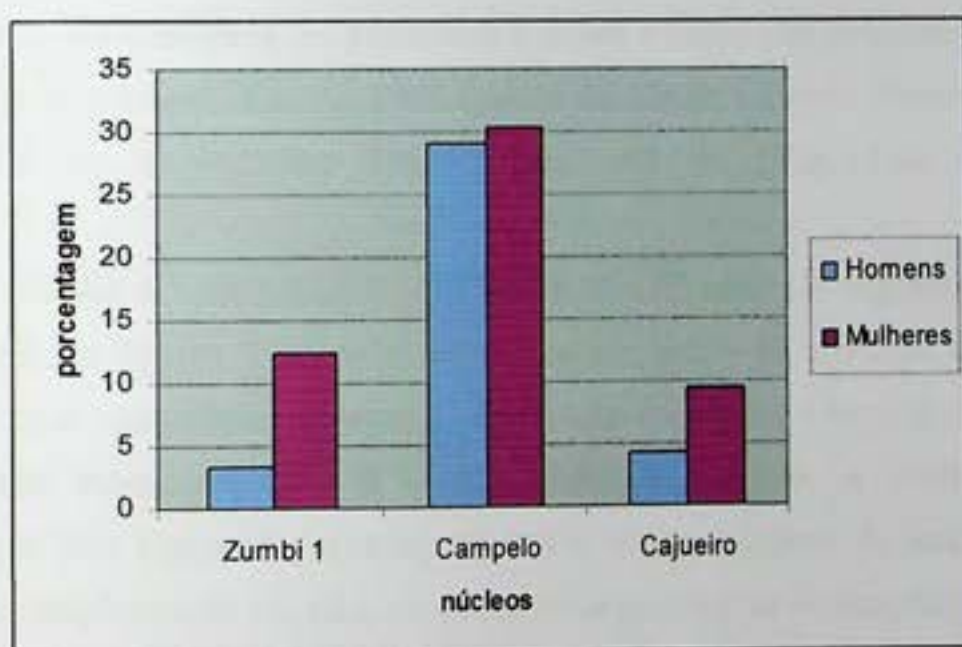
Para nós o mais importante é que o atendimento seja local, seja ele dentro do assentamento ou em localidades próximas. E como vimos, essa situação se configurou de uma maneira ideal no núcleo Campelo, onde os assentados são atendidos no próprio núcleo, e de uma forma boa em Cajueiro com a maioria dos assentados tendo acesso ao atendimento médico em localidades próximas.

2 - Educação

A variável educação foi trabalhada em duas vertentes que juntas formaram uma análise completa da educação nos três núcleos estudados: a escolaridade dos pais e a localização e o acesso à escola pelos filhos dos assentados em idade escolar.

Iniciando pela escolaridade dos pais, verificaremos esta em relação ao gênero separadamente, uma vez que foi observada uma grande diferença na escolaridade de homens e mulheres, principalmente daqueles que se declararam analfabetos. Na figura 14, vemos que em todos os núcleos o maior percentual de analfabetos é de mulheres, sendo essa situação mais alarmante em Zumbi 1 onde a diferença se faz maior.

Figura 14 – Distribuição percentual de assentados analfabetos, segundo o gênero por núcleo



Fonte dos Dados: Trabalho de campo, julho de 2005 e dados de campo LEEA/UENF, 2003.

A maior quantidade de analfabetos foi encontrada no núcleo Campelo, constituindo mais de 25% da população masculina e mais de 30% da feminina assentada entrevistada nesse núcleo. Considerando esse alto índice de analfabetismo nos núcleos, o que configura uma situação muito ruim, procuramos avaliar a existência de programas de educação de jovens e adultos no interior do assentamento.

Tal avaliação é de extrema importância para entendermos esta vertente da educação, uma vez que, tendo em vista o tempo de existência do assentamento –

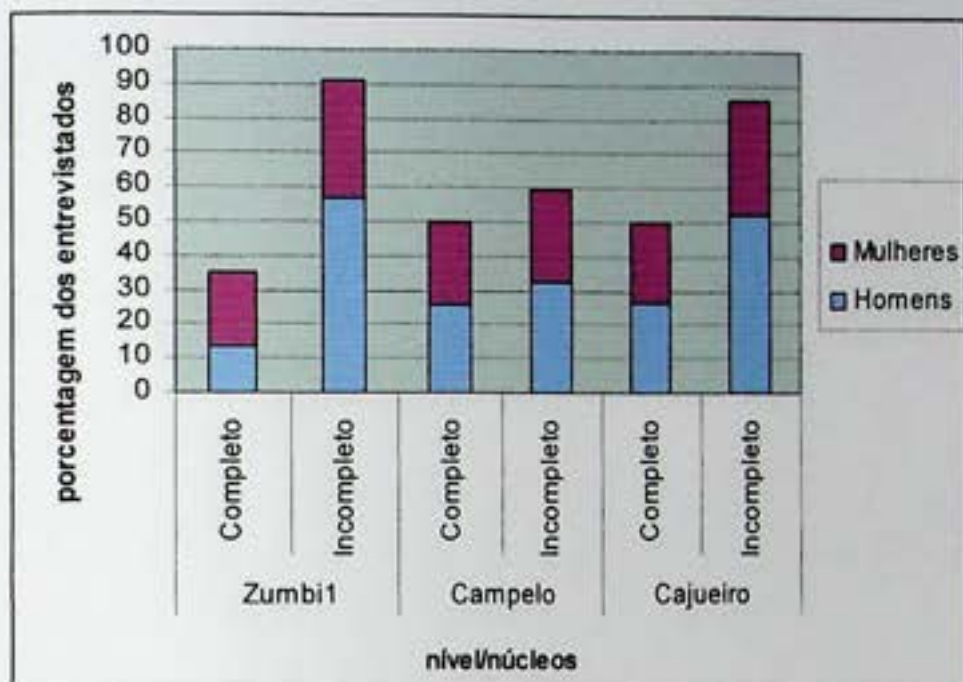
oito anos – estes homens e mulheres, diferentemente dos seus filhos mais jovens, tiveram suas formações escolares fora do assentamento. Por esse motivo, o que deveria estar ocorrendo para amenizar esta situação seria a realização de projetos de alfabetização de adultos no assentamento.

Verificamos que atualmente existem dois programas de alfabetização de jovens e adultos sendo realizados. No núcleo Zumbi 1, as aulas se dão na sede da associação de produtores, porém por um período de apenas duas horas de aula por semana. Em Cajueiro, segundo entrevista com a presidente da associação de produtores, já foram realizados quatro projetos do “Programa de Educação para Jovens e Adultos (PROEJA)” com a duração de um ano cada um, e este ano mesmo terá início o próximo projeto, cujo contrato foi renovado pela prefeitura.

Somente no núcleo Campelo não existe nenhum programa de alfabetização de jovens e adultos sendo realizado. Apesar de ter o maior percentual de analfabetos os assentados desse núcleo não possuem acesso aos programas dos núcleos Zumbi 1 e Cajueiro devido ao número limitado de vagas, privilegiando os assentados dos núcleos onde os programas estão sendo aplicados.

Em relação à conclusão do ensino de 1ª a 4ª série (1º segmento do ensino fundamental), a figura 15 nos mostra que em todos os núcleos o número de assentados que completaram esse 1º segmento do ensino é bem menor do que o dos que não completaram. E comparando os núcleos, a melhor situação encontrada é em Cajueiro, que apresenta o maior número de assentados que chegaram, completando ou não, ao primeiro segmento do ensino fundamental.

Figura 15 – Distribuição percentual dos assentados com o primeiro segmento do ensino fundamental – completo ou incompleto, segundo o gênero por núcleo

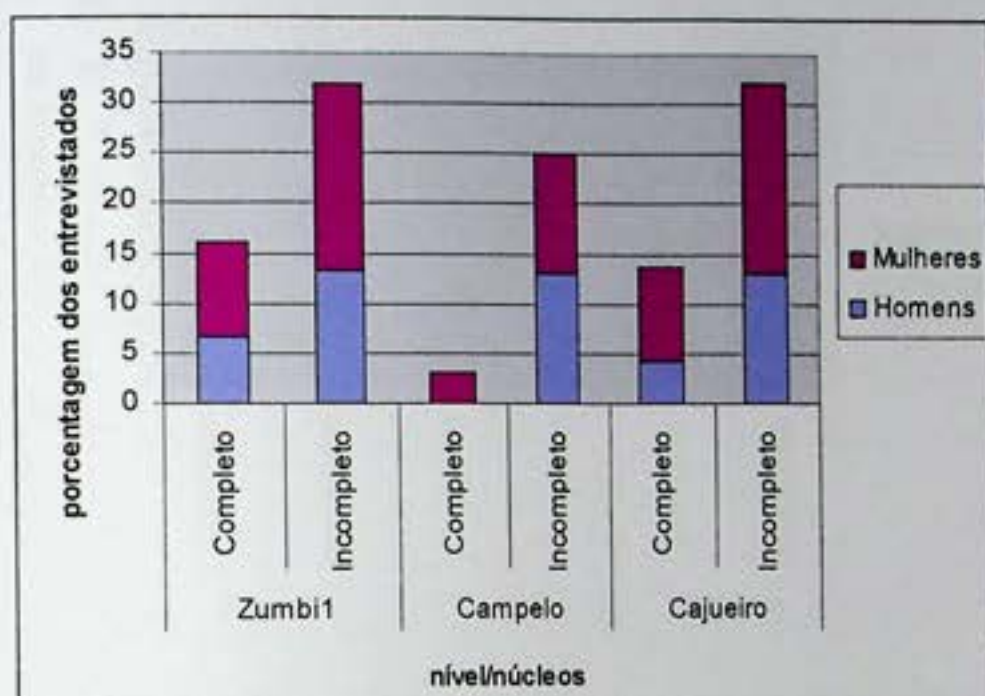


Fonte dos Dados: Trabalho de campo, julho de 2005 e dados de campo LEEA/UENF, 2003.

Ainda na figura 15, percebemos que mesmo tendo os homens uma escolaridade ao nível do primeiro segmento em sua maior parte incompleta, eles possuem vantagem sobre as mulheres que juntas somam menor quantidade que os homens em relação à escolaridade no primeiro segmento do ensino fundamental.

Já os assentados com o segundo segmento do ensino fundamental (5ª à 8ª série) observamos na figura 16 que a maioria dos assentados de todos os núcleos que chegaram ao segundo segmento não puderam completá-lo. Esta situação é pior em Campelo, onde menos de 5% das mulheres entrevistadas e nenhum homem completaram o segundo segmento do ensino fundamental.

Figura 16 – Distribuição percentual dos assentados com o segundo segmento do ensino fundamental – completo ou incompleto, segundo o gênero por núcleo

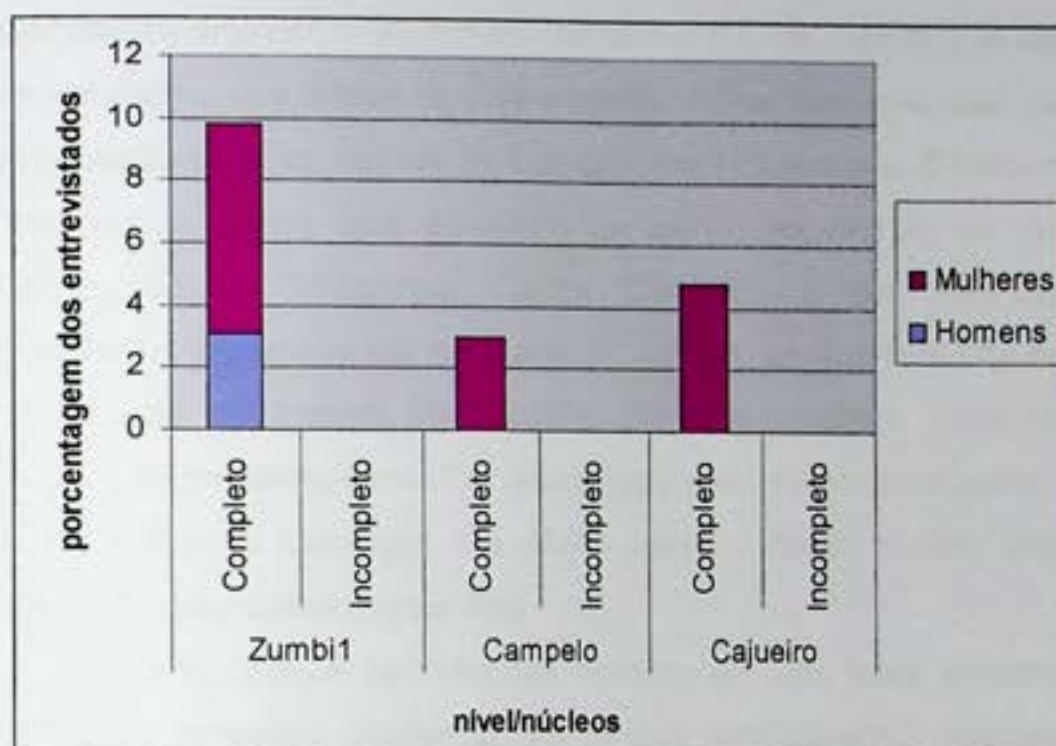


Fonte dos Dados: Trabalho de campo, julho de 2005 e dados de campo LEEA/UENF, 2003.

Conseqüentemente, em relação à comparação entre os núcleos, o mesmo se repete quando se trata dos assentados que possuem o ensino médio (2º grau). A melhor situação foi observada em Zumbi 1 onde quase 10% dos assentados possuem segundo grau completo e a pior situação em Campelo onde aproximadamente 3% dos assentados concluíram o ensino médio (figura 17).

Em se tratando de gênero, este caso apresenta-se diferente dos demais. Verificamos que a maior parte dos assentados entrevistados que concluíram o ensino médio é composta pelas mulheres, sendo que em Campelo e Cajueiro, somente elas compõem o total dos que concluíram. Outro fato que chama atenção é que tanto homens quanto mulheres que chegaram a cursar o ensino médio, seguiram até a sua conclusão, não havendo nenhum entrevistado que tenha declarado ter o ensino médio incompleto (figura 17).

Figura 17 – Distribuição percentual dos assentados com o ensino médio – completo ou incompleto, segundo o gênero por núcleo



Fonte dos Dados: Trabalho de campo, julho de 2005 e dados de campo LEEA/UENF, 2003.

A avaliação geral a respeito da escolaridade dos adultos nos leva conclusão de que a pior situação encontrada é no núcleo Campelo, onde está a maior porcentagem de analfabetos e a menor porcentagem de assentados que chegaram ao primeiro e ao segundo segmento do ensino fundamental.

Em todos os níveis escolares em que se encontram os assentados entrevistados, independente se homem ou mulher, foram observadas muitas semelhanças entre Zumbi 1 e Cajueiro. Em ambos observamos uma situação bem melhor que em Campelo, com um número bem menor de analfabetos e maiores porcentagens de assentados que chegaram ao ensino fundamental (primeiro e segundo segmento) e ao ensino médio.

Comparando Zumbi 1 e Cajueiro, consideramos melhor a situação neste último, pois diferentemente do primeiro, possui programas não só de alfabetização mas também de educação para outras séries com uma regularidade maior.

Considerando agora a localização e o acesso às escolas por parte dos filhos dos assentados, verificaremos como se dá esse acesso, e se todas as crianças e jovens estão sendo beneficiadas pela presença de escolas atendendo o assentamento. Estas também serão trabalhadas em etapas, seguindo os

segmentos escolares, pois existem diferenças na localização das escolas dependendo do nível escolar.

No primeiro segmento do ensino fundamental, em Zumbi 1, o acesso se dá para a maior parte dos filhos dos assentados nessa idade escolar nas escolas municipais localizadas na cidade de Campos dos Goytacazes. E somente em um lote, encontramos filhos que estudam na escola municipal do núcleo dois (Jacarandá) – Escola Municipal Carlos Chagas - o que está diretamente relacionado, como podemos ver no mapa 17, ao fato de que este lote encontra-se bastante afastado do centro de Campos dos Goytacazes e mais próximo do núcleo dois. É importante ressaltar ainda que essa escola localizada no núcleo dois atende tanto as crianças em idade escolar deste núcleo quanto a de localidades próximas como Santa Ana.

Em Campelo, todas as crianças assentadas dos lotes entrevistados na faixa escolar do primeiro segmento do ensino fundamental, independente da localização de seus lotes, freqüentam a escola municipal de Santa Ana, já que esta localiza-se muito próxima ao núcleo, a sudoeste onde podemos visualizar um centro urbano (mapa 18).

A maior diferenciação em termos de acesso à escola encontramos no núcleo Cajueiro, onde três escolas de primeiro segmento atendem os filhos dos assentados. A mais importante delas, no entanto, é a Escola Municipal MST que atende a maior parte das crianças (60%) e possui um fácil acesso por estar localizada no centro comunitário do núcleo. O restante das crianças estão matriculadas em escolas localizadas em Funil e Floresta, localidades muito próximas a Cajueiro (mapa 19).

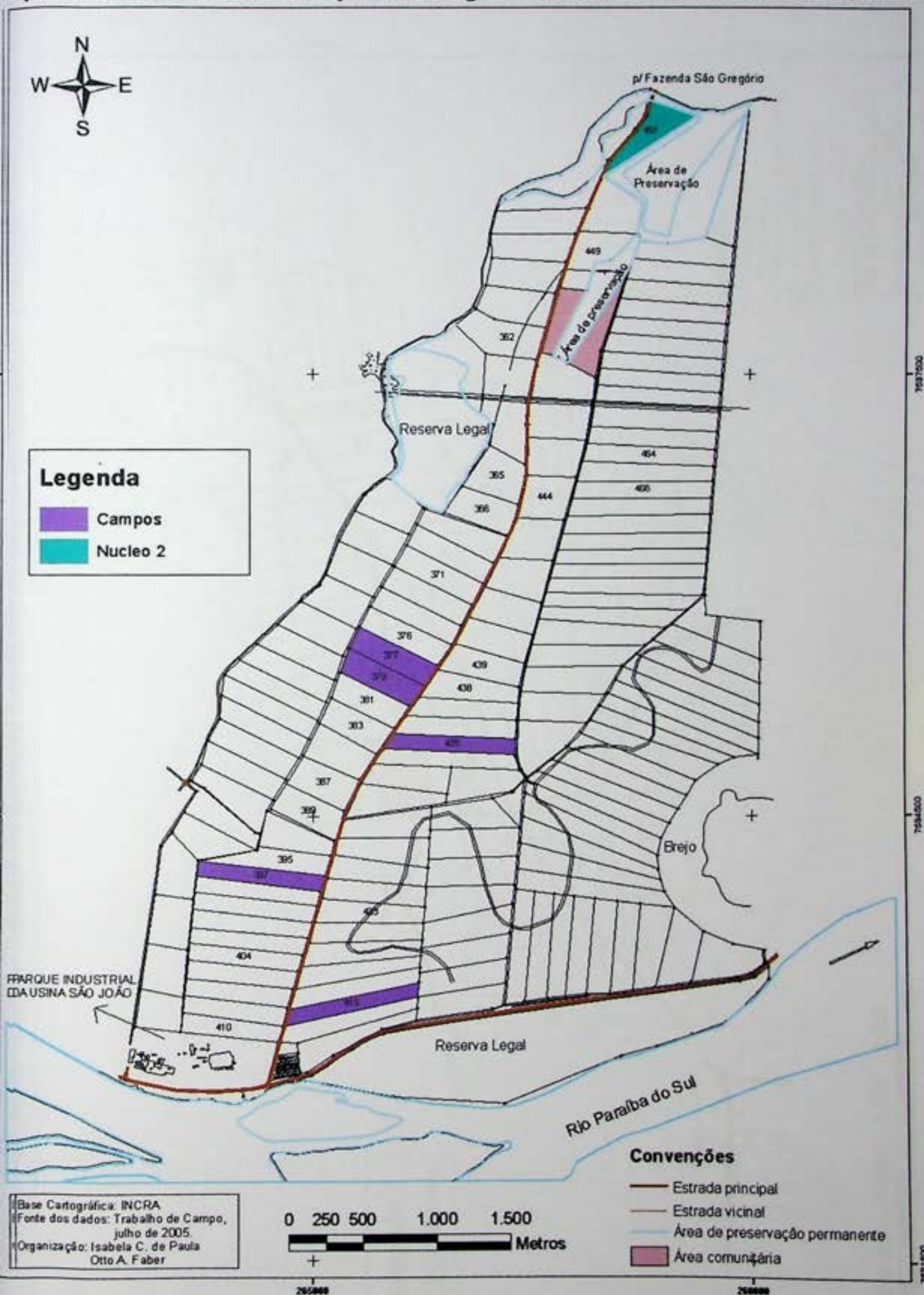
A escola municipal do núcleo é um dos exemplos que demonstram a clara ligação entre os assentados do mesmo e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). A pedagogia da escola, de acordo com a entrevista que nos foi cedida pela diretora, é um misto entre a tradicional e aquela concebida pelo MST sendo que predomina a primeira, uma vez que as duas professoras possuem uma formação tradicional e somente há pouco tempo passaram a freqüentar cursos de educação realizados pelo MST e a estudarem a metodologia de ensino concebida por esse movimento.

Nesses termos, alguns elementos já são tratados e trabalhados com alguma freqüência pelas professoras na escola de Cajueiro como, por exemplo, a

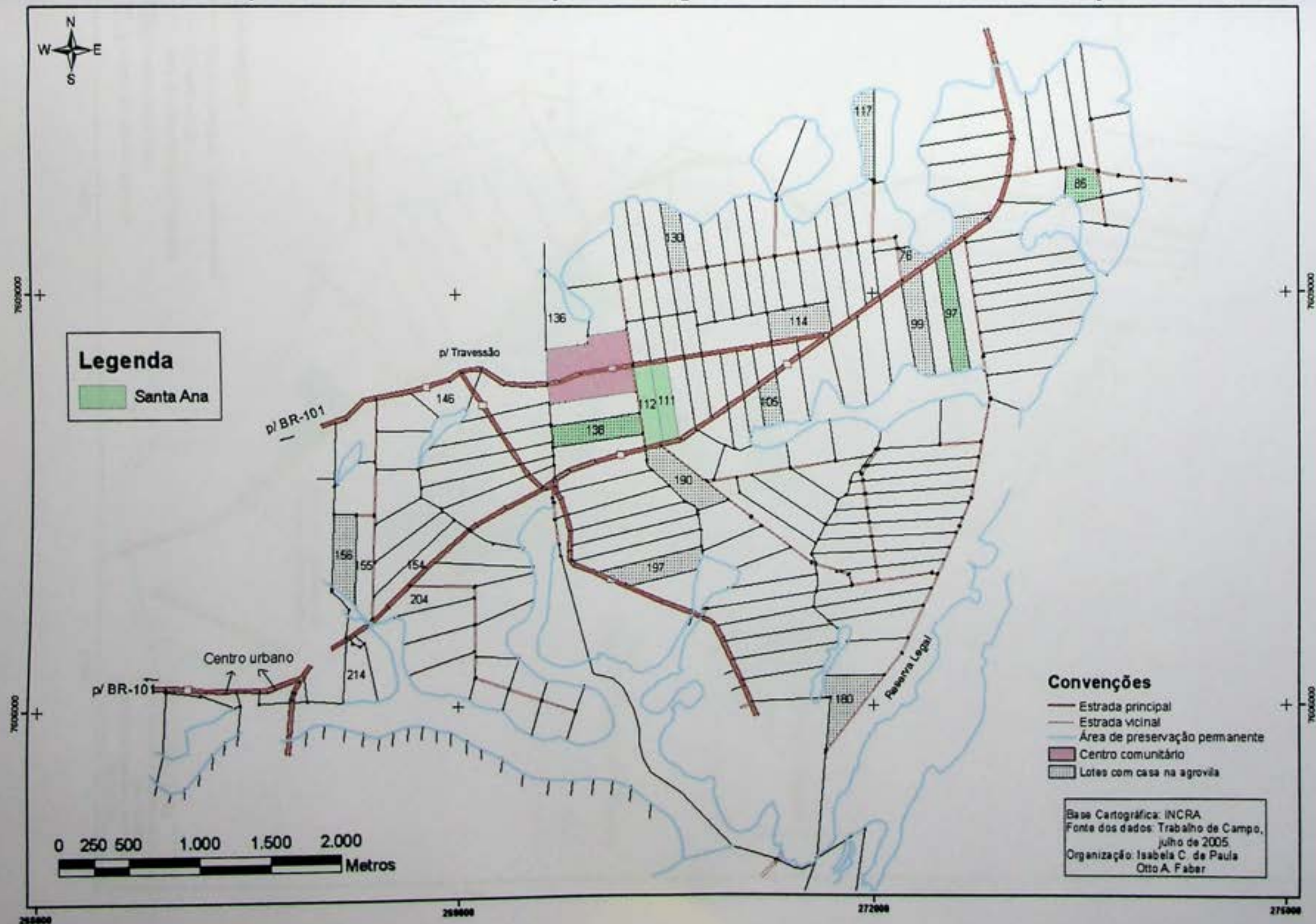
valorização da terra e dos alimentos, a conscientização dos direitos e a realização de atividades de plantios de mudas.

A importância desta escola como vimos, é fundamental, principalmente por atender a grande parte das crianças assentadas no núcleo. Assim como nas escolas municipais de Funil e Floresta, o ensino é multiseriado, ou seja, como as turmas são muito pequenas une-se numa mesma sala de aula alunos de diversas séries, dividindo-se somente o pré-escolar e a classe de alfabetização da turma de 1ª à 4ª série.

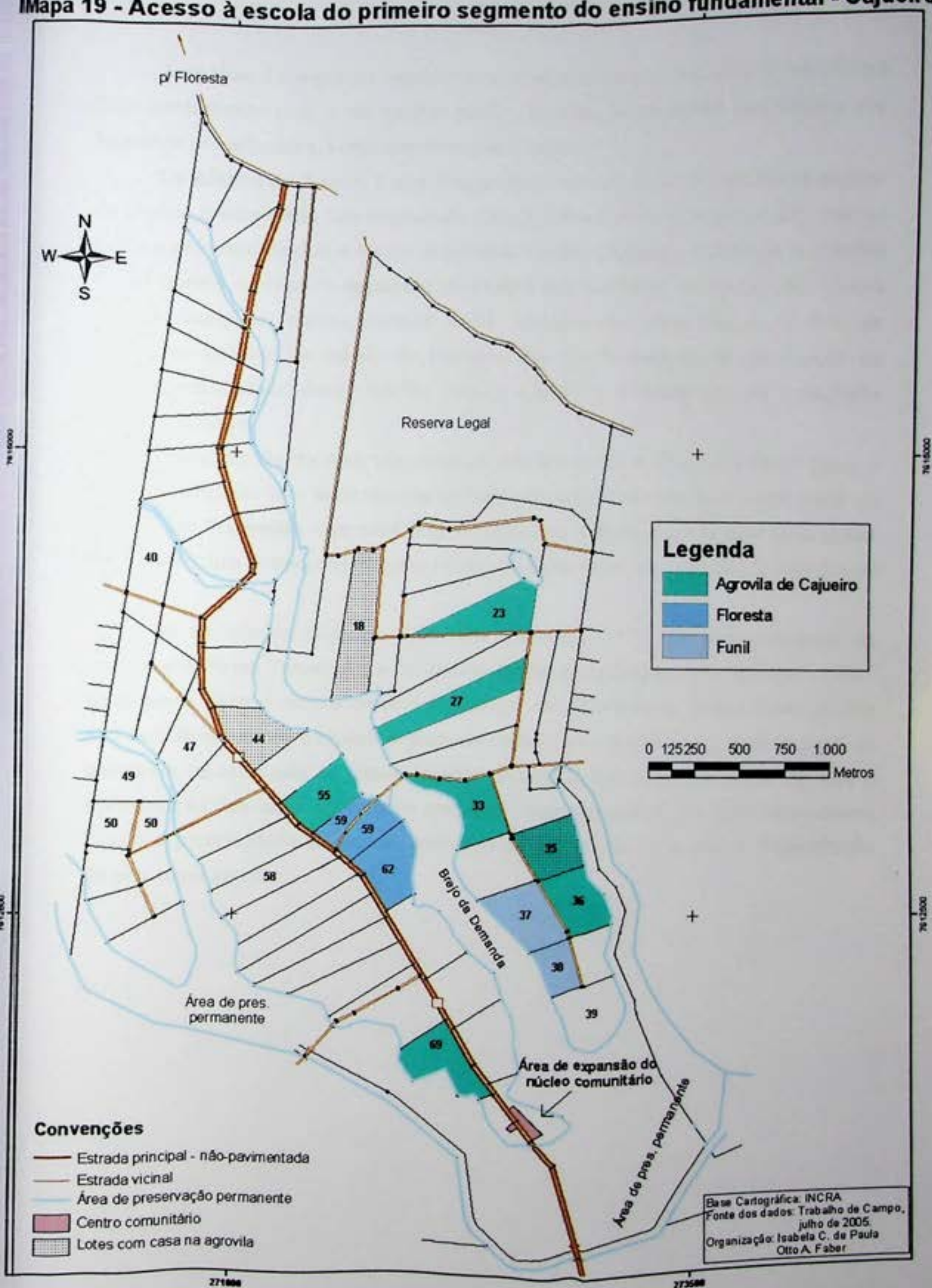
Mapa 17 - Acesso à escola do primeiro segmento do ensino fundamental - Zumbi 1



Mapa 18 - Acesso à escola do primeiro segmento do ensino fundamental - Campelo



Mapa 19 - Acesso à escola do primeiro segmento do ensino fundamental - Cajueiro



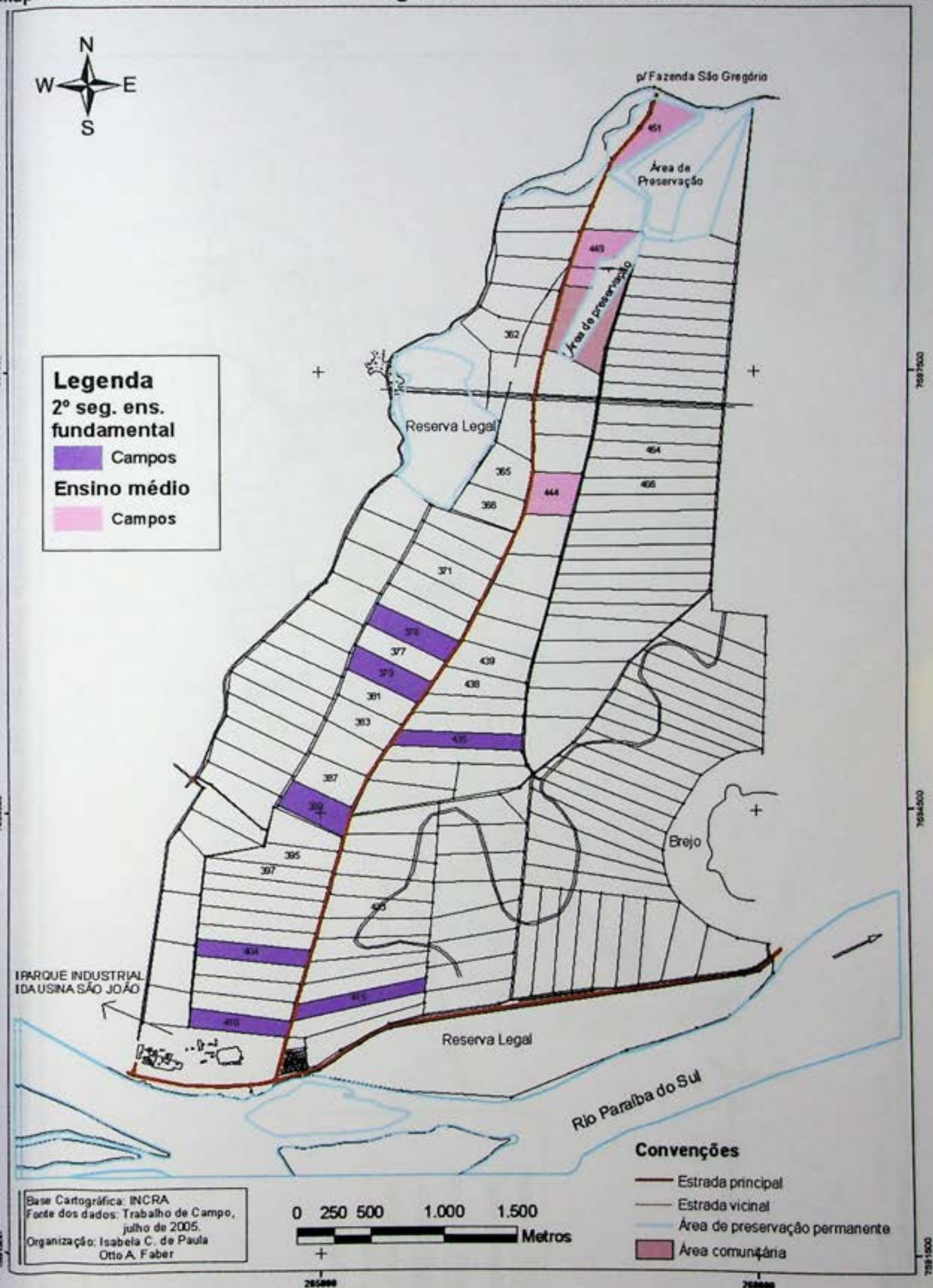
A análise do segundo segmento do ensino fundamental (5ª à 8ª série) será feita juntamente com a do ensino médio, pois as localizações das escolas são bastante semelhantes, conforme veremos a seguir.

Os alunos de Zumbi 1 que freqüentam tanto o segundo segmento quanto do ensino médio estão nas escolas de Campos dos Goytacazes (mapa 20). Isso se explica pelo fato de que a escola municipal Carlos Chagas – localizada no núcleo 2 – só possui o primeiro segmento do ensino fundamental, o que faz com que os alunos busquem outras escolas após completarem essa etapa. O fato de buscarem escolas na cidade de Campos dos Goytacazes se dá em função da maior proximidade desse núcleo com a cidade e a existência de transporte regular (ônibus).

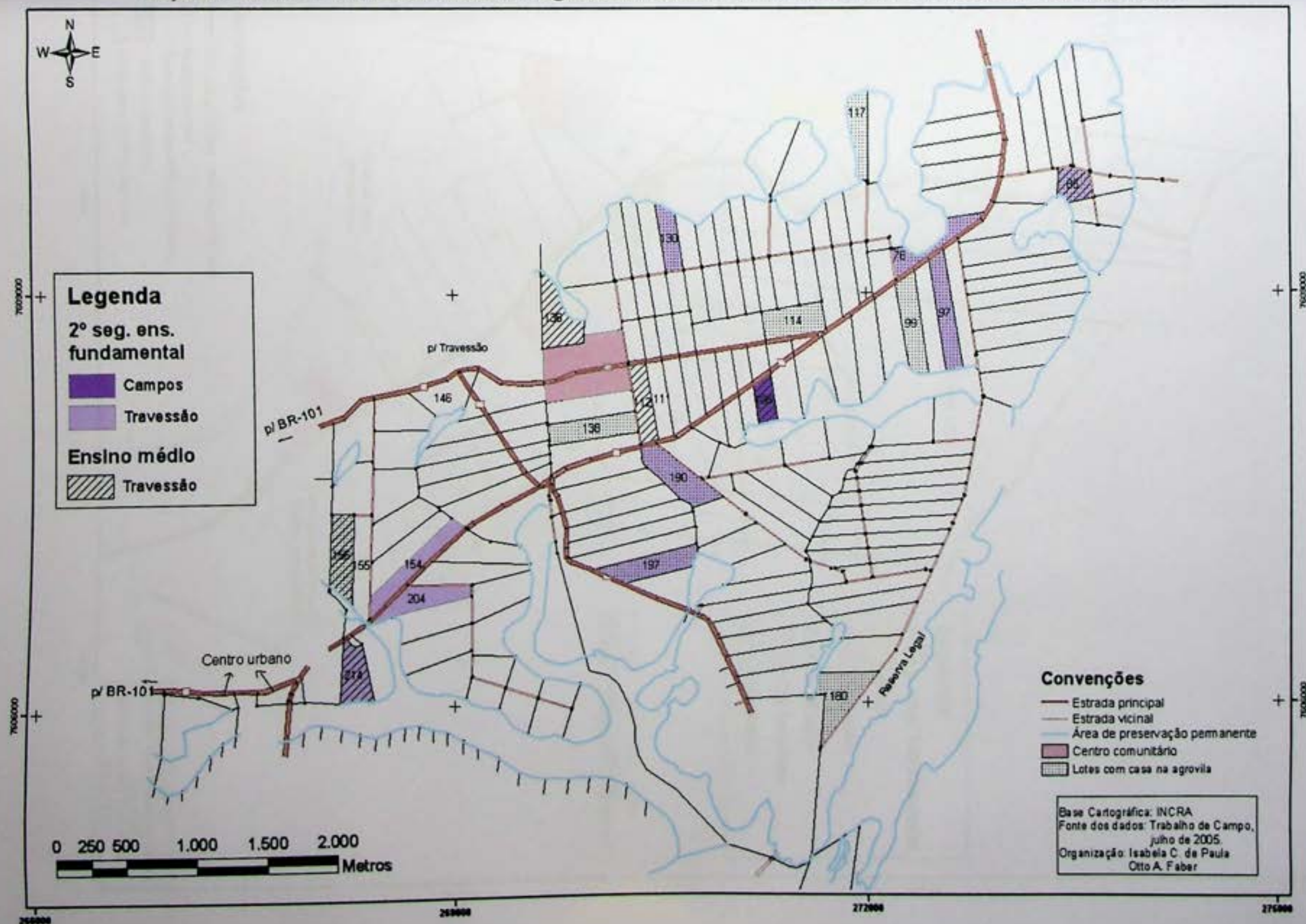
Como em Santa Ana não existem escolas de 5ª a 8ª série e de 2º grau, o núcleo Campelo, tem seus alunos do segundo segmento em sua maior parte no distrito de Travessão, que está bem próximo ao núcleo e conta com uma maior infra-estrutura possuindo escolas cujos níveis chegam até o ensino médio (mapa 21).

Já no núcleo Cajueiro, 60% dos alunos de 5ª a 8ª série estudam em Imburi e 40% em Travessão, e no ensino médio a maior parte dos alunos – 45% – se desloca para o centro de São Francisco de Itabapoana. Todos esses alunos são beneficiados por transporte gratuito cedido pela prefeitura que os leva até as escolas e os retornam ao assentamento. Podemos visualizar no mapa 22, que a distribuição dos lotes em relação aos segmentos escolares não está diretamente ligado à proximidade da escola, mas à necessidade de cada aluno, dependendo de seu nível escolar.

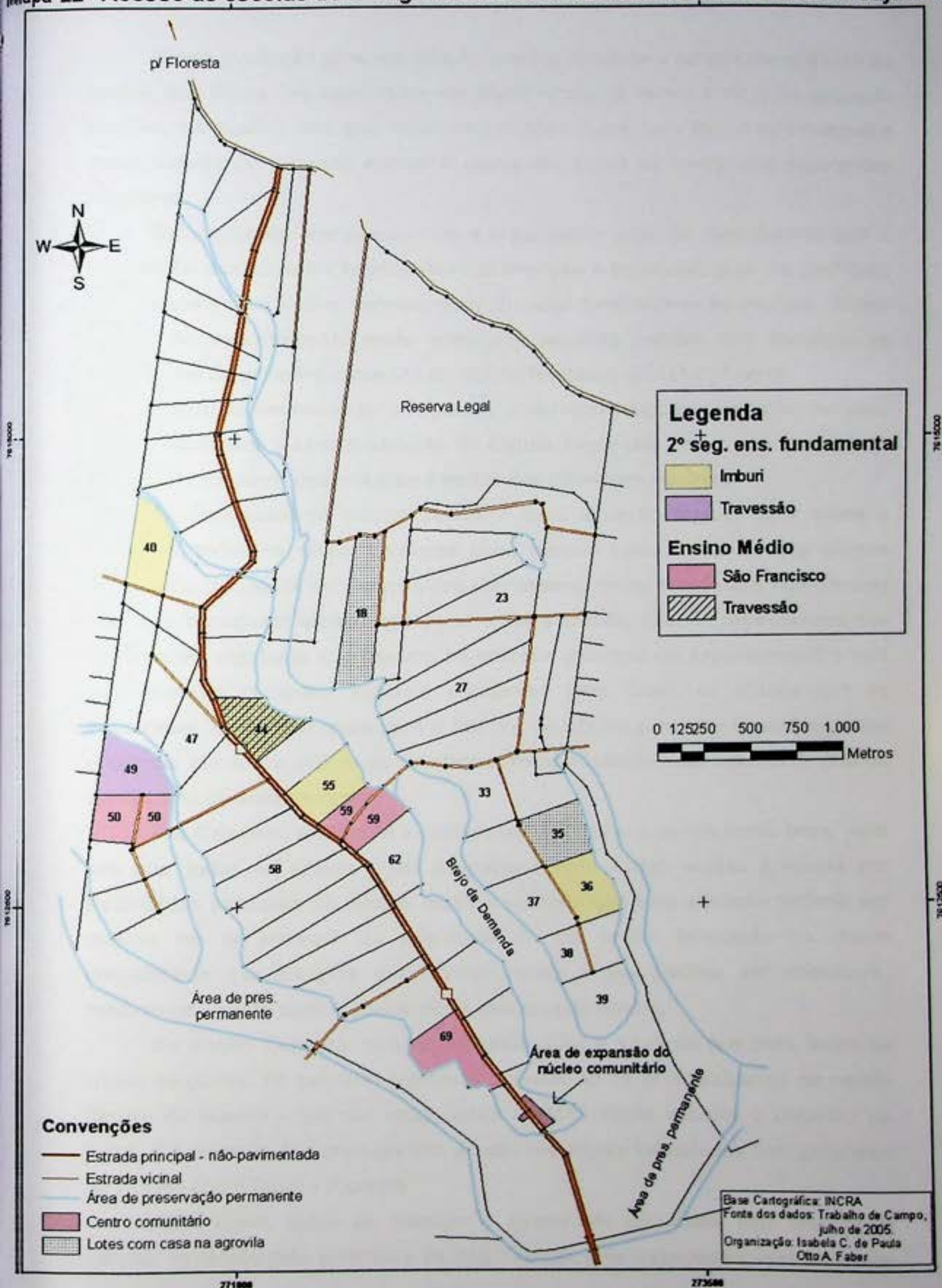
Mapa 20 - Acesso às escolas do 2º seg. do ensino fundamental e ensino médio - Zumbi 1



Mapa 21 - Acesso às escolas do 2º segmento do ensino fundamental e ensino médio - Campelo



Mapa 22 - Acesso às escolas do 2º seg. do ensino fundamental e ensino médio - Cajueiro



Nossa avaliação geral em relação a todos os núcleos no que diz respeito ao acesso dos filhos dos assentados em idade escolar à escola é de uma situação positiva na medida em que todas as crianças cujos pais foram entrevistados estão estudando e tendo acesso à escola em todos os níveis dos segmentos escolares.

Relacionando este acesso com a organização espacial, percebemos que a disposição dos lotes no interior dos núcleos não é essencial, pois na realidade quanto mais alto o nível escolar, mais distante localizam-se as escolas. Sendo assim, no assentamento estão presentes somente escolas que atendem os estudantes do primeiro segmento do ensino fundamental (1ª a 4ª série).

Dentro desse contexto, no entanto, observamos algumas variações no grau de acessibilidade – com a atuação de alguns elementos como, por exemplo, o transporte escolar – das crianças à escola nos diferentes núcleos.

Consideramos no núcleo Zumbi 1 uma situação regular para todos o acesso a todos os níveis escolares pois, mesmo com a maioria dos alunos estudando na cidade de Campos dos Goytacazes, esses estudantes não contam com um transporte escolar que os leve até a cidade, ficando dependentes dos transportes regulares que passam na entrada principal do assentamento e que nem sempre cumprem horários regulares. Além disso, os alunos que se encontram localizados mais para o interior do núcleo precisam caminhar longa distância (de dois a quatro quilômetros aproximadamente) até o ponto de ônibus na entrada do assentamento.

Em Campelo, avaliamos as condições de acesso à escola como boas, uma vez que todos os alunos – até o ensino médio – têm acesso à escola em localidades próximas ao núcleo, mesmo sabendo que esta situação poderia ser melhor em se tratando da existência de um prédio localizado no centro comunitário que abrigava uma antiga escola e que poderia ser reformada, melhorando ainda mais o acesso pelas crianças do núcleo.

No núcleo Cajueiro, também consideramos a situação boa para todos os níveis escolares. No primeiro segmento o acesso se dá principalmente na escola dentro do núcleo – que por estar ligada ao MST ainda valoriza o trabalho na terra, e o restante das crianças tem acesso em outras localidades bem próximas ao núcleo como Funil e Floresta.

Além disso, todas as crianças e jovens são atendidas pelo transporte escolar fornecido pela prefeitura de São Francisco de Itabapoana, que as levam

tanto para as localidades próximas quanto para a sede de São Francisco de Itabapoana, no caso dos alunos que cursam o ensino médio.

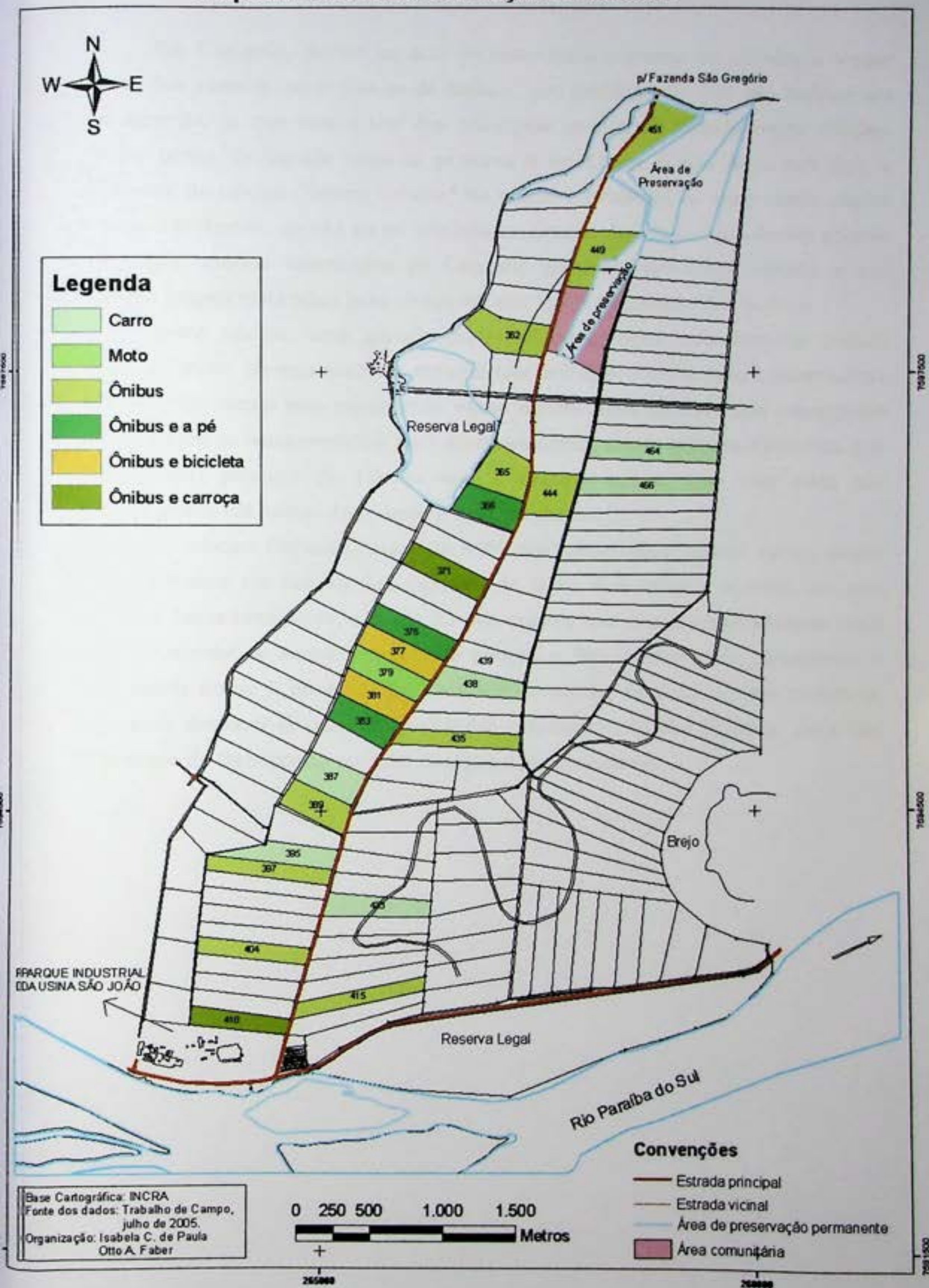
Para finalizar, uma consideração importante diz respeito ao fato de que mesmo estando em localidades próximas aos núcleos e tendo um acesso facilitado em Campelo e Cajueiro, o ideal seria a existência no interior do assentamento de pelo menos uma escola que atendesse até o segundo segmento do ensino fundamental, que beneficiaria principalmente o núcleo Zumbi 1 e poderia atender também jovens dos demais núcleos.

3 – Transporte

Os meios de transporte, coletivos e individuais, utilizados no assentamento foram trabalhados considerando-se o tipo de transporte utilizado para a locomoção externa ao assentamento, ou seja, como os assentados se deslocam quando saem do assentamento para buscarem serviços ou para comercializarem seus produtos. Dentro desta análise trabalharemos as condições das estradas em relação ao acesso aos lotes de produção, que englobam tanto o acesso externo quanto a locomoção interna.

Na utilização de transporte para a saída do assentamento, na disposição dos lotes de Zumbi 1 que pode ser observado no mapa 23, percebemos que os lotes localizados mais próximos à estrada de acesso ao centro de Campos dos Goytacazes – altura das ruínas do parque industrial da usina São João – assim como os localizados nas proximidades da divisa com o núcleo dois têm acesso aos ônibus pois são justamente nesses locais onde as linhas do transporte terminam suas rotas em horários específicos ao longo do dia. Dessa maneira, os assentados que têm seus lotes ao longo da estrada principal, aproximadamente “no meio” do núcleo, são desfavorecidos pelo trajeto dos ônibus que não chegam até esse local. É necessário então que os assentados que não possuem carro ou moto utilizem um meio de locomoção até os pontos onde param os ônibus; ou vão à pé, ou usam bicicleta ou carroça (mapa 23).

Há ainda neste núcleo uma significativa quantidade de assentados que possuem carro próprio e dessa maneira não dependem da circulação dos ônibus, e podem comercializar suas produções diretamente na cidade, desvinculando-se do atravessador. Da mesma maneira, os assentados que possuem carroça e que têm seus lotes próximos à estrada principal, também levam parte da produção para ser comercializada no centro da cidade.

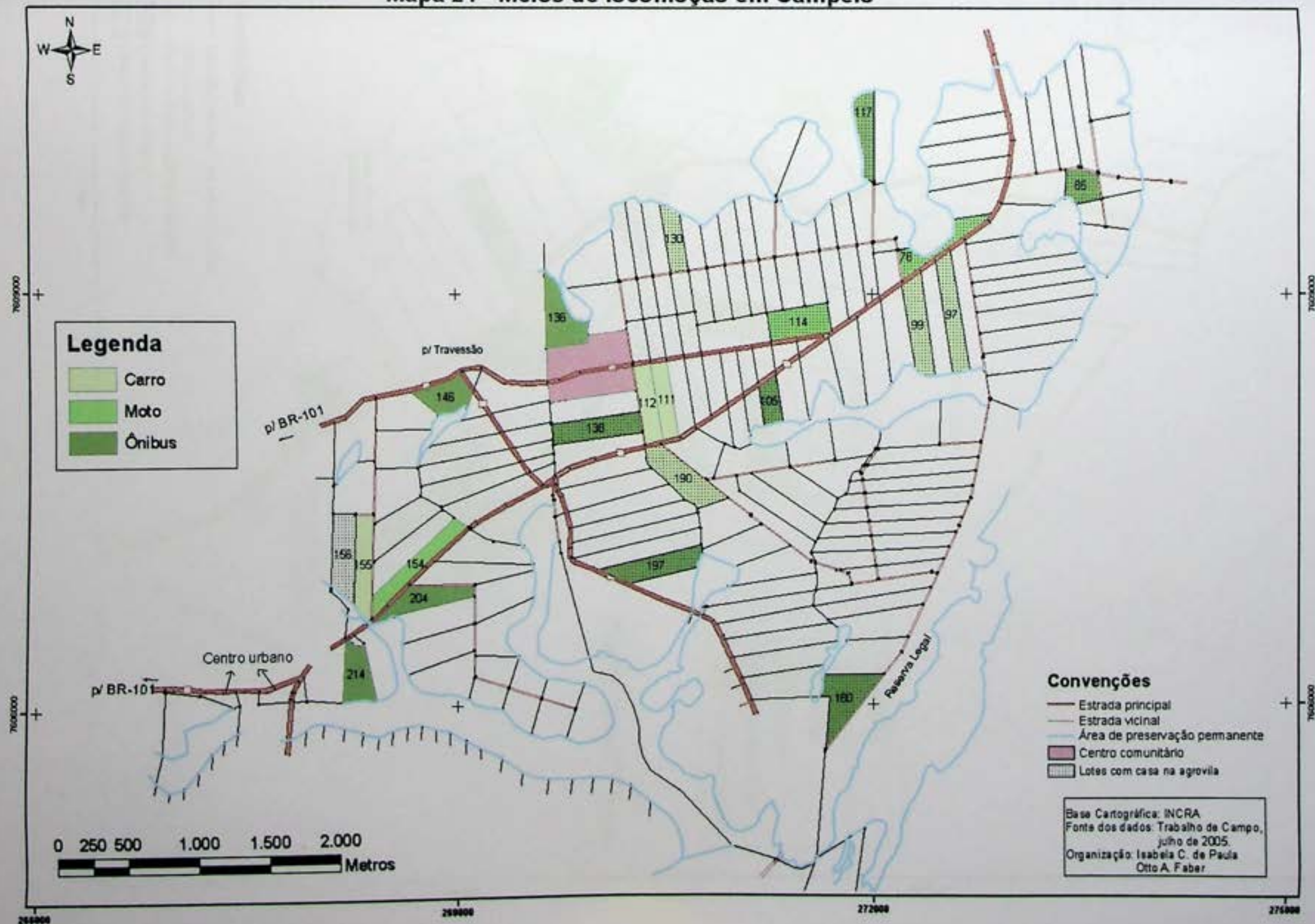
Mapa 23 - Meios de locomoção em Zumbi 1

Em Campelo, devido ao fato de estar mais distante da cidade, a maior parte dos assentados utiliza-se de ônibus, que privilegia os que são habitantes da agrovila, já que este é um dos principais pontos de parada neste núcleo. Outro ponto de parada situa-se próximo à localidade Santa Ana, que fica a sudoeste do núcleo ("centro urbano" no mapa) e beneficia os lotes nessa região (mapa 24). Apesar de não ter se revelado na análise dos dados que deram origem ao mapa, muitos assentados de Campelo precisam caminhar médias e até mesmo longas distâncias para chegarem aos locais de parada dos ônibus.

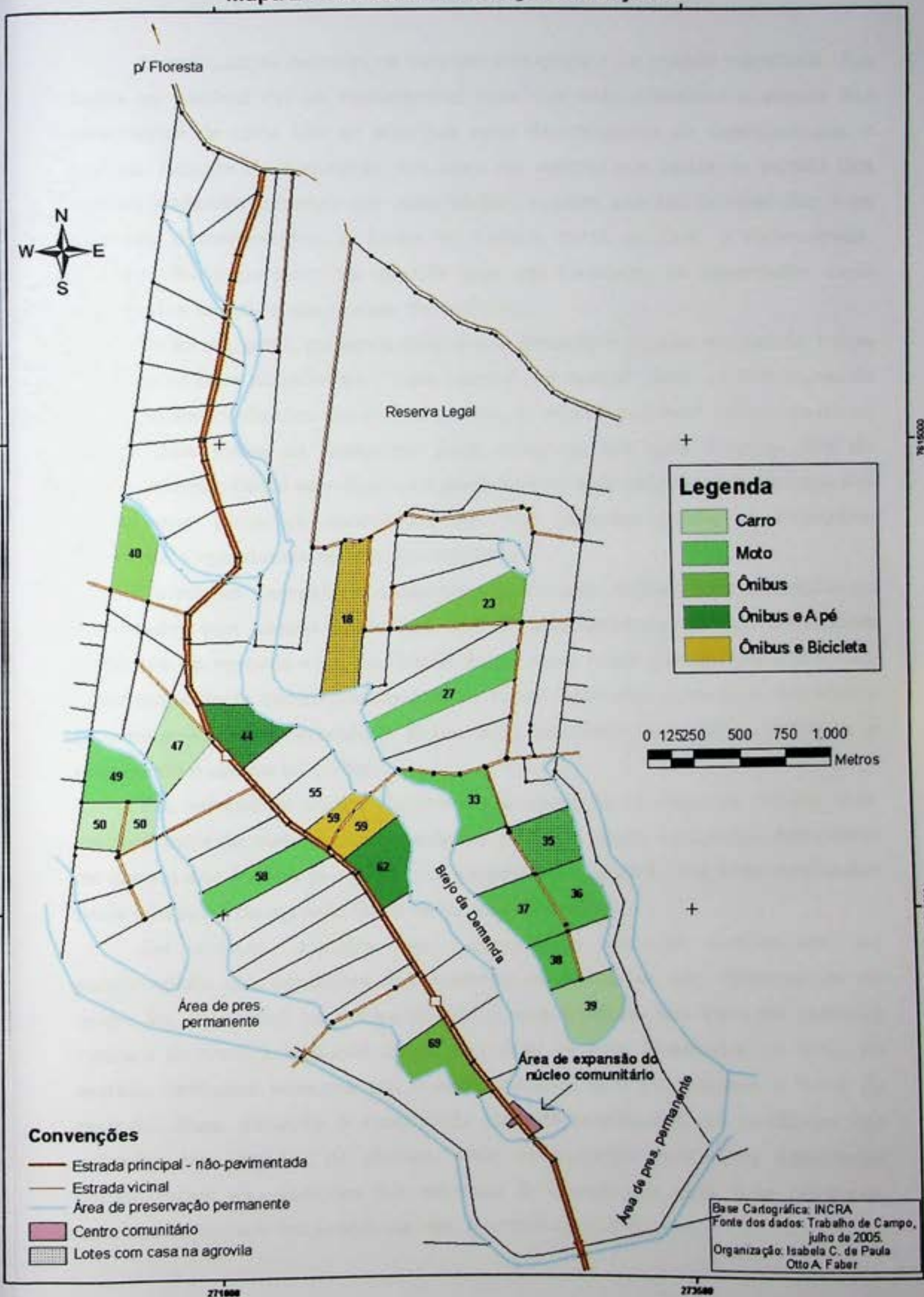
Neste núcleo, uma grande parte dos assentados entrevistados possui carro ou moto. Mesmo assim, a maioria não utiliza seu carro para comercializar a produção, tendo sido encontrado nesse núcleo mais de 80% dos assentados que vendem os seus produtos para atravessadores, muito embora saibamos que o principal produto do núcleo seja a cana-de-açúcar que não pode ser transportada em carros de passeio e nem em motos.

No núcleo Cajueiro, mais de 40% dos assentados possui moto, muito provavelmente em função das estradas de terra. Em relação àqueles que não utilizam moto nem carro, o mapa 25 nos mostra que nos lotes localizados mais para o interior do assentamento, em direção a São Francisco de Itabapoana é necessário andar à pé ou de bicicleta até os pontos de ônibus mais próximos, seja para deslocar-se para as localidades próximas - Funil e Floresta, para São Francisco de Itabapoana ou para Campos dos Goytacazes.

Mapa 24 - Meios de locomoção em Campelo



Mapa 25 - Meios de locomoção em Cajueiro



A organização espacial na variável *transporte* é de grande relevância. Em todos os núcleos ela foi fundamental para que entendêssemos o acesso dos assentados de cada lote ao principal meio de transporte do assentamento, o ônibus. Através da disposição dos lotes em relação aos locais de parada dos ônibus pudemos perceber em cada núcleo, aqueles que são privilegiados e os que são desfavorecidos. A forma do habitat rural, no caso a concentrada, também foi importante na medida que em Campelo, os assentados mais favorecidos foram os que moram na agrovila.

De forma geral, podemos dizer que a situação é regular em Zumbi 1 pois somente os lotes situados nas "duas pontas" tem acesso direto ao ônibus, sendo que aqueles localizados em outros pontos do núcleo precisam utilizar-se de ao menos dois meios de locomoção para chegarem aos seus destinos fora do assentamento. Como esse destino é praticamente todo voltado para Campos dos Goytacazes, torna os assentados que não possuem meios de locomoção individual dependentes do acesso ao ônibus.

No núcleo Campelo, consideramos a situação regular, pois nem todos os assentados tem acesso direto aos ônibus, principalmente os que estão mais distantes da agrovila e da localidade Santa Ana. Ainda que grande número de assentados deste núcleo desloque-se na maior parte das vezes para localidades próximas – como Travessão e Santa Ana, tornando este acesso facilitado, é necessário o acesso ao ônibus.

Em relação ao núcleo Cajueiro a situação foi considerada regular, pois embora mais da metade dos assentados possuam moto, existe uma dificuldade de acesso aos ônibus por parte dos assentados que estão nos lotes localizados mais afastados da agrovila (local de parada do ônibus).

Da mesma maneira essa organização espacial auxiliou-nos na compreensão das condições das estradas de acesso ao lote. Observamos no mapa 26, respectivo ao núcleo Zumbi 1, que o acesso aos lotes em estradas vicinais de terra é bastante difícil, enquanto os lotes localizados ao longo da estrada principal possuem um acesso bastante fácil por estarem à beira da estrada. Essa situação é confirmada quando analisamos as condições das estradas em períodos de chuvas, onde os mesmos lotes cujos assentados consideraram as condições das estradas de acesso aos seus lotes péssimas, também se tornam intransitáveis com a ocorrência de chuvas.

No núcleo Campelo, alguns lotes localizados mais distantes da agrovila, ou seja, em direção ao interior do núcleo, possuem estradas em condições ruins de tráfego, mas ao contrário de Zumbi 1, com exceção de um lote, os assentados declararam que mesmo em épocas de chuvas as estradas possuem condições de serem transitadas, tanto por carroças e cavalos quanto por veículos motorizados (mapa 27).

Em Cajueiro, como a principal estrada do núcleo não é asfaltada²⁵ muitos assentados a consideraram como apresentando condições ruins ou péssimas. No entanto, a partir de nossas observações de campo, podemos dizer que mesmo não sendo asfaltada a estrada encontra-se em boas condições de uso uma vez que regularmente a prefeitura de São Francisco de Itabapoana fornece máquinas que aplainam a terra.

Verificamos no mapa 28 que inclusive os lotes que estão localizados à margem da estrada principal a consideram ruim enquanto outros que também se encontram na mesma linha da estrada a consideram boa. Avaliamos como válida a declaração – de péssimas condições – dos assentados que encontram-se nos lotes mais distantes da estrada principal onde as condições das estradas são realmente mais precárias e com raridade são beneficiadas com o aplainamento pelas máquinas da prefeitura.

Nossa observação de campo a respeito das estradas de Cajueiro confirma-se quando analisamos as de condições de tráfego com a ocorrência de chuvas. Somente em dois lotes localizados bem distantes da agrovila os assentados disseram não haver condições de passagem em períodos de chuva (mapa 26).

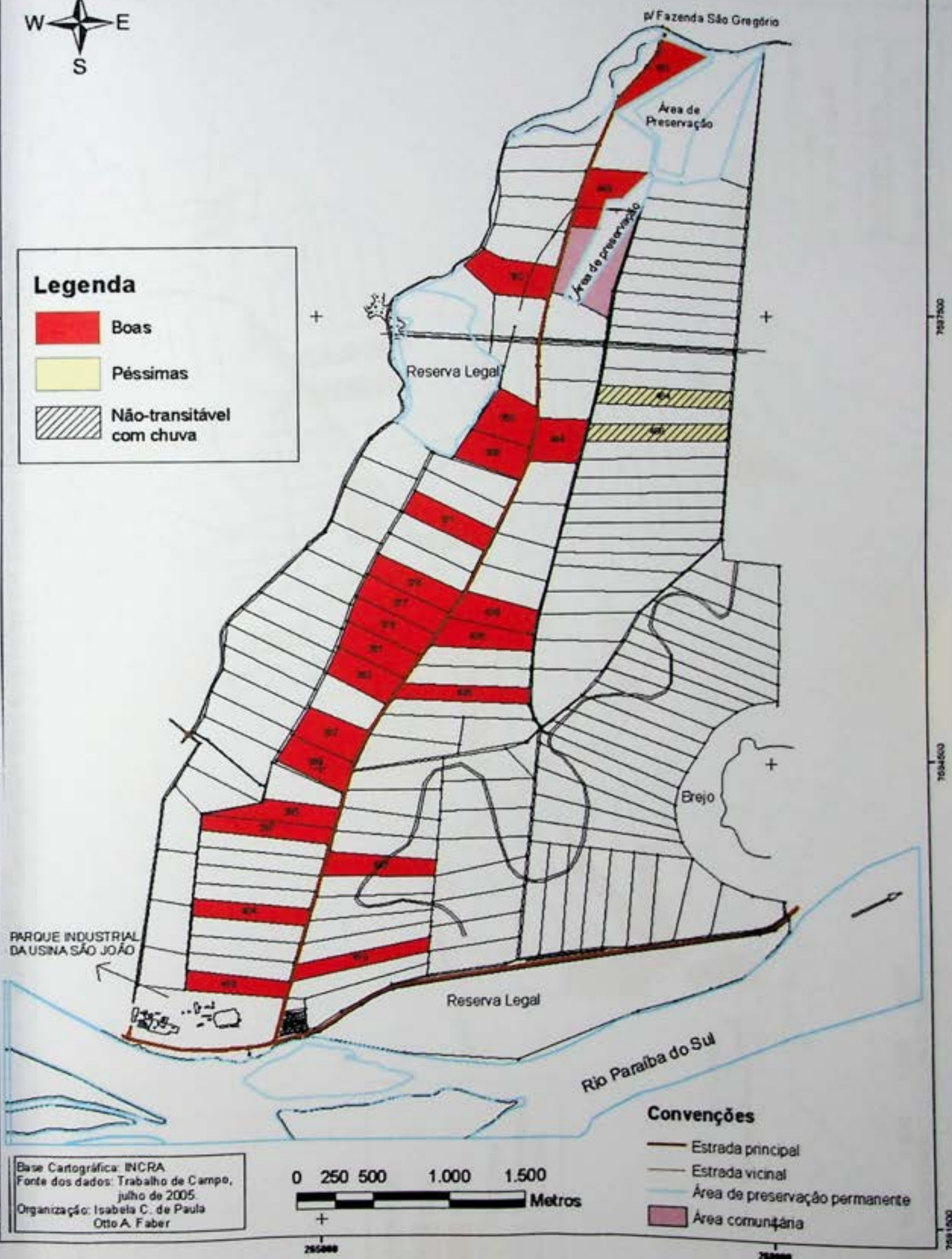
²⁵ Isso se explica pelo fato de que essa estrada é a mesma estrada principal que corta todo o assentamento na direção sul-norte, porém como foi asfaltada pela prefeitura de Campos dos Goytacazes e o núcleo Cajueiro pertence ao município de São Francisco de Itabapoana, o asfalto termina onde este mesmo núcleo começa.

Mapa 26 - Condições das estradas em Zumbi 1

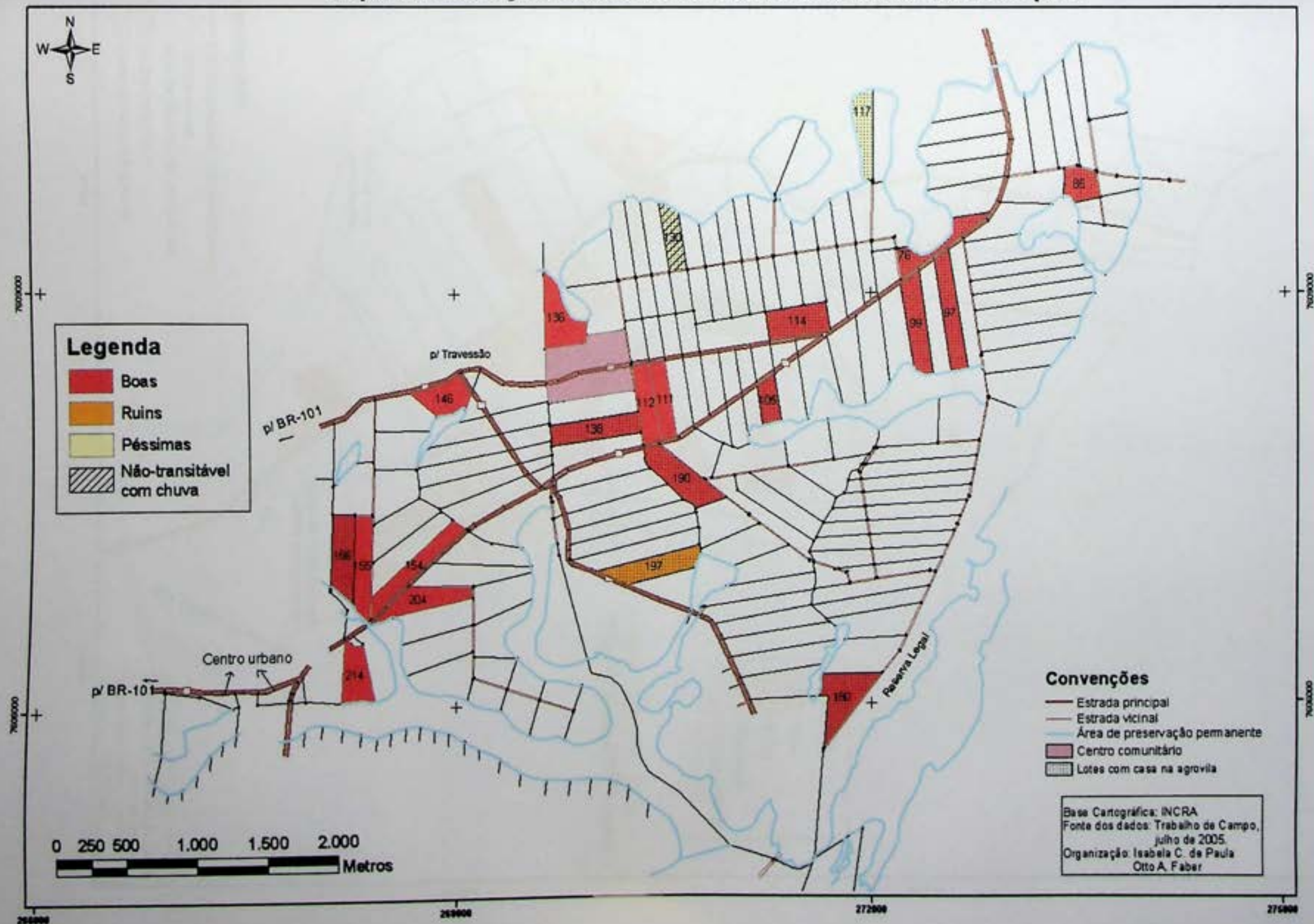


Legenda

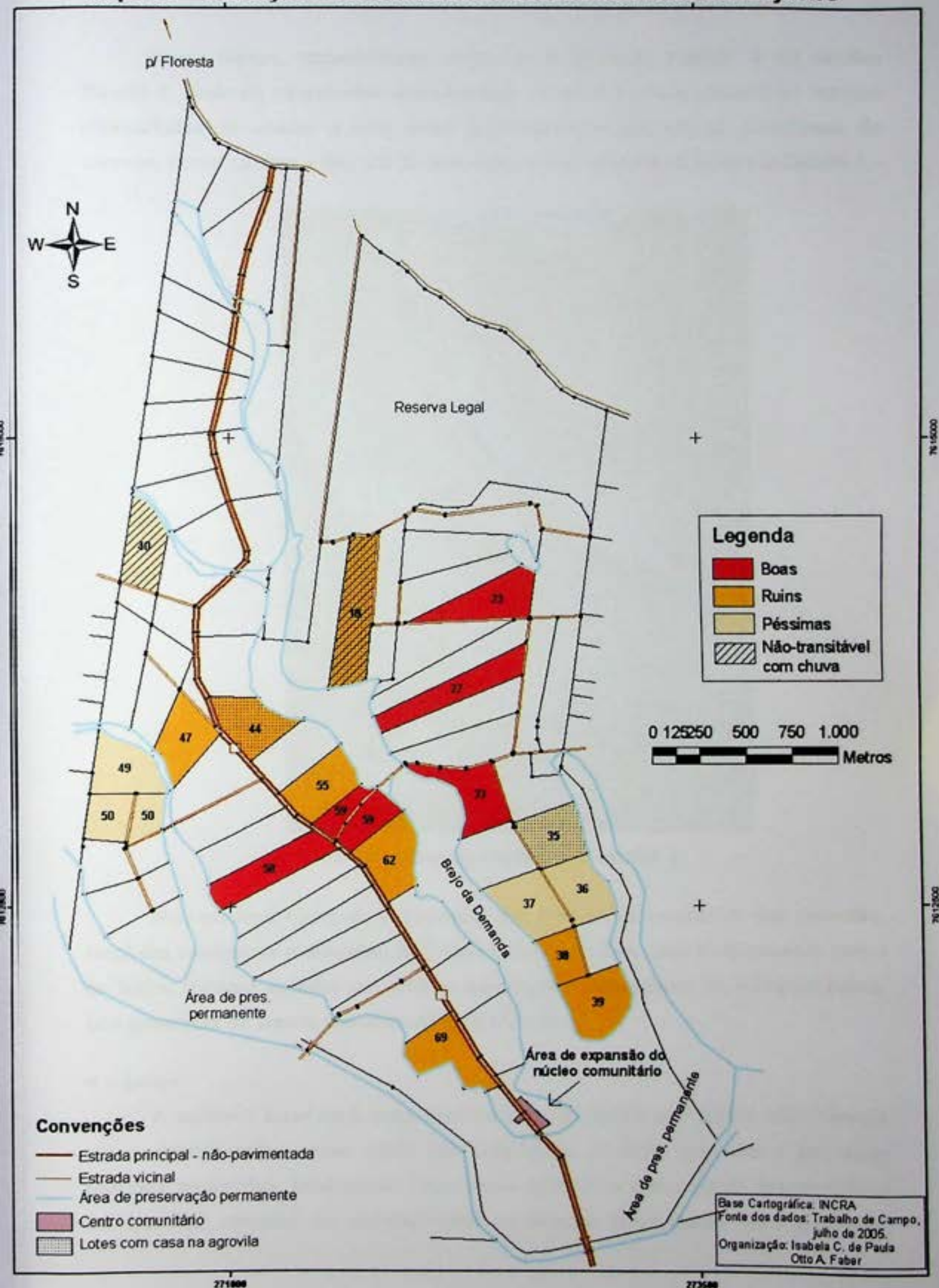
- Boas
- Péssimas
- Não-transitável com chuva



Mapa 27 - Condições das estradas de acesso aos lotes em Cãmpelo



Mapa 28 - Condições das estradas de acesso aos lotes em Cajueiro



Dessa forma, consideramos como uma situação regular a do núcleo Zumbi 1, onde os assentados situados nas estradas vicinais encontram muitas dificuldades de acesso a seus lotes principalmente quando há ocorrência de chuvas, como mostra a foto 22 de uma dessas estradas localizadas em Zumbi 1.



Foto 22: Estrada vicinal em Zumbi 1

Nos núcleos Campelo e Cajueiro, em relação às condições das estradas, também avaliamos a situação de forma geral como boa, pois praticamente todos os lotes, mesmo aqueles em que os assentados declararam as estradas ruins, são possíveis de serem transitáveis com chuvas.

4 – Lazer

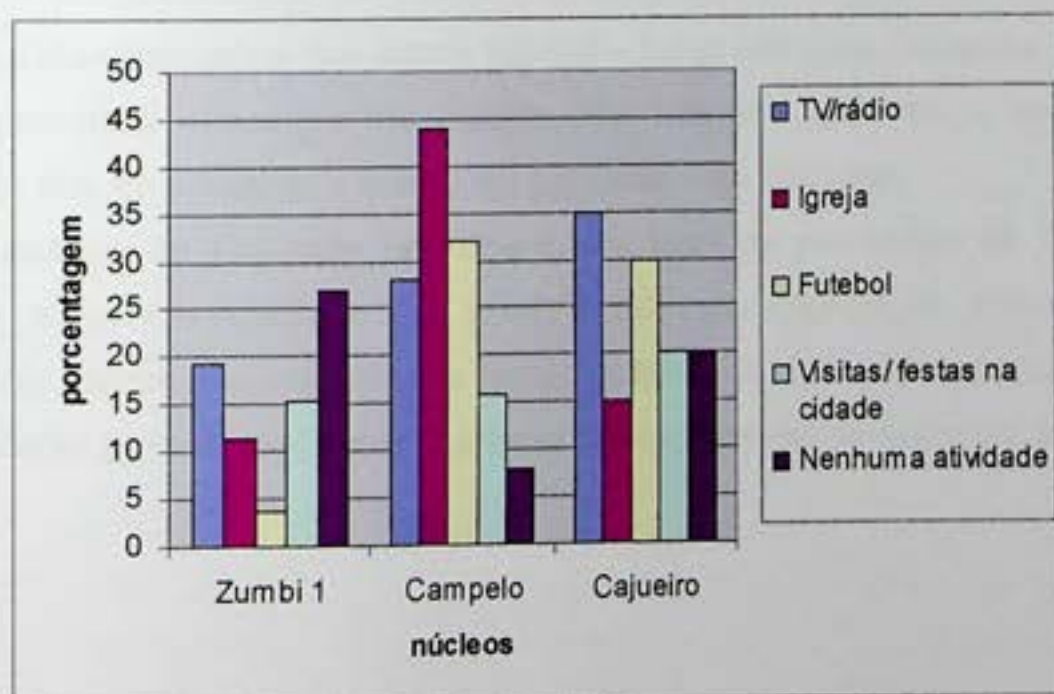
A variável *lazer* será vista através das atividades que foram relacionadas pelos entrevistados como parte das atividades de lazer por eles e por suas famílias realizadas, analisando como estas atividades estão sendo desenvolvidas no que diz respeito ao convívio com os demais assentados. Será analisada

também a existência de espaços de lazer que propiciem a realização dessas atividades.

O lazer em Zumbi 1, Campelo e Cajueiro apresenta condições diferenciadas e possui relações com a organização espacial e com a forma do habitat rural em cada núcleo. Na figura 18, podemos identificar as atividades de lazer mais realizadas pelos assentados nos núcleos e perceber que em cada um deles estas destacam-se de maneiras bastante diferentes.

Em Zumbi 1, a maior parte dos assentados – 26% – declararam não realizarem nenhuma atividade de lazer e em segundo lugar, estão os que realizam as atividades de lazer em casa – 19%, como assistir televisão e ouvir rádio (figura 18). Esta situação é analisada como ruim uma vez que as atividades de lazer dos assentados deste núcleo resumem-se para a maioria dos entrevistados em atividades que não englobam o convívio social com os demais assentados, e além disso, muitos não possuem ou não consideram que realizam nenhuma atividade de lazer.

Figura 18: Distribuição percentual dos assentados segundo as atividades de lazer realizadas por núcleo



Fonte dos Dados: Trabalho de campo, julho de 2005 e dados de campo LEEA/UENF, 2003.

No núcleo Campelo, vemos através da análise da figura 18 circunstâncias consideravelmente melhores que em Zumbi 1, sendo considerada uma situação boa. Mais de 40% dos assentados entrevistados freqüentam atividades realizadas nas igrejas do núcleo comunitário e mais de 30% declararam jogar

futebol, configurando uma situação de maior convívio social entre os assentados.

Diferentemente de Zumbi 1, a estrutura de Campelo facilita o acesso a algumas atividades de lazer, principalmente dos assentados que estão na agrovila que tem no campo de futebol um espaço de convivência. Esse espaço funciona como uma espécie de praça, estando localizado ao centro da área comunitária e atraindo as mais diversas atividades e encontros. Nele se realizam não somente jogos mas também encontros entre vizinhos (jovens e adultos) para um bate-papo à sombra de uma grande e bela árvore existente no assentamento e ainda é um espaço para as mais diversas brincadeiras entre crianças (bola de gude, pipa, etc).

Além das práticas propiciadas pela existência do campo de futebol, realizam-se também várias atividades esportivas e culturais no galpão localizado no centro comunitário do núcleo como aulas de capoeira, violão e balé para crianças e jovens.

Em Cajueiro, ocorre uma situação boa, onde há um maior equilíbrio na realização das atividades, sendo que o maior número de assentados entrevistados declararam as atividades realizadas em casa como o principal lazer, seguidos daqueles que jogam futebol – todos vão para Campelo – e dos que visitam parentes e amigos na cidade. Foi relatada também a realização de banhos de rio, churrascos e festas em conjunto com vizinhos.

O galpão de Cajueiro também é um local de realização de festividades escolares e da comunidade em geral, sendo um espaço de encontros e de convivência entre os assentados neste núcleo. A foto 23 mostra o galpão ornamentado para a realização da festa junina que havia ocorrido poucos dias antes.



Foto 23: Galpão em Cajueiro: local de encontros e realizações de festividades pela comunidade do núcleo

O lazer nos três núcleos estudados está diretamente relacionado à forma do habitat rural em cada um deles. Como vimos, apenas em Zumbi 1 os assentados não encontram espaços para a convivência, pois mesmos havendo uma área comunitária no núcleo esta não é utilizada. Isso pode ser explicado pela forma não concentrada do habitat uma vez que a mesma facilita o acesso e a utilização do centro comunitário como percebemos em relação aos demais núcleos.

Tanto em Campelo como em Cajueiro a presença da agrovila – parte concentrada do habitat - apresenta grande importância como centro de referência e de encontros, onde mesmo os assentados que moram em seus lotes de produção têm acesso às atividades realizadas nos centros comunitários e também o utilizam como ponto de encontros e troca de idéias com os outros assentados.

6.2.3 – Qualidade de Vida Segundo as Variáveis de Característica Individual

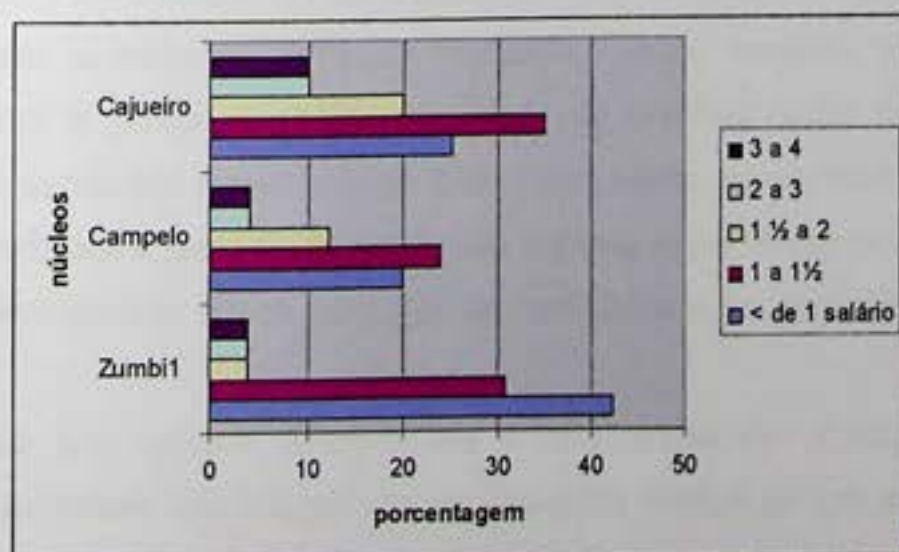
Voltaremos nossa análise neste momento para as duas últimas variáveis de qualidade de vida, as quais englobam aspectos individuais estando relacionadas à condição pessoal e familiar dos assentados: a renda – mensal, originada tanto da produção agrícola quanto a total, incluídas as atividades realizadas fora do lote de produção – e a moradia, que abarca as condições das habitações em termos de estrutura interna e externa.

5 - Renda

O indicador renda é o que apresenta maior dificuldade de ser analisado em relação à organização espacial. Consideramos quatro aspectos que estão ou não ligados à dinâmica espacial, mas que são fundamentais para a avaliação da renda dos assentados. Tais aspectos são: a produtividade do lote, ou seja, a capacidade de produção do lote que vai estar diretamente relacionada à localização no espaço em termos de condições de solo e ao acesso a insumos e maquinários que podem aumentar a produção; a forma de comercialização da produção; e o trabalho familiar fora do lote por parte de membros da família que garantiriam um rendimento extra.

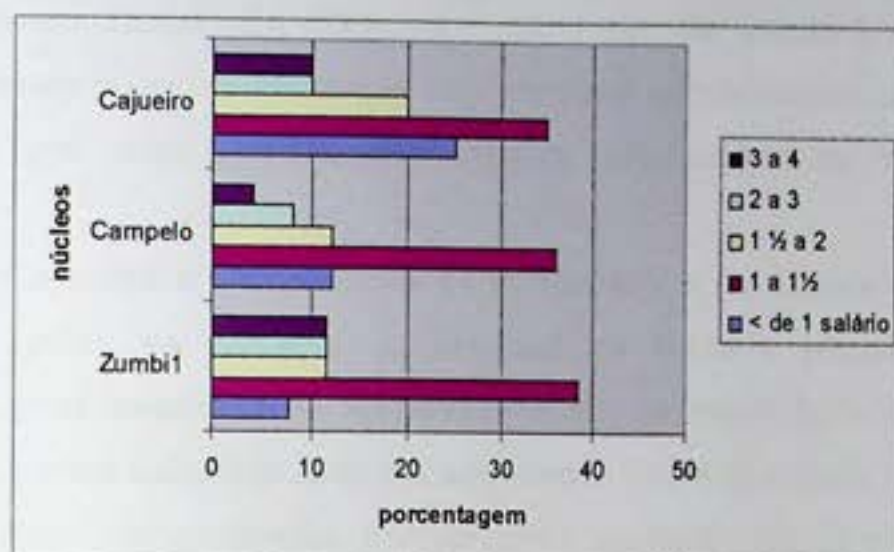
Através da análise das figuras 19 e 20 podemos fazer alguns apontamentos em relação à renda mensal das famílias assentadas, seja ela provinda somente da produção agrícola ou complementada com atividades realizadas fora do lote.

Figura 19 – Distribuição percentual de famílias assentadas segundo a produção comercializada por salários mínimos por núcleo



Fonte dos Dados: Trabalho de campo, julho de 2005 e dados de campo LEEA/UENF, 2003.

Figura 20 - Distribuição percentual de famílias assentadas segundo a renda familiar mensal por salários mínimos por núcleo



Fonte dos Dados: Trabalho de campo, julho de 2005 e dados de campo LEEA/UENF, 2003.

De imediato, chama-nos atenção o que ocorre no núcleo Zumbi 1. Quando se trata da renda obtida da produção, mais de 40% das famílias assentadas recebem menos de um salário mínimo por mês enquanto que quando considerada a renda total mensal esse índice é de apenas 10%. Ao mesmo tempo, as categorias que incluem desde um salário e meio até quatro salários mínimos apresentam índices maiores na renda familiar mensal. Esses dados revelam a importância de outras atividades que são realizadas fora do lote de produção as quais constituem grande parte da renda das famílias em Zumbi 1 (figuras 19 e 20).

Tais fatores podem ser explicados por diversos motivos: a proximidade do núcleo com a cidade de Campos dos Goytacazes e a presença de transporte coletivo regular, facilitando o deslocamento – que pode até mesmo ser diário; o acesso a essas atividades urbanas realizadas pelos homens em serviços de construção civil e pelas mulheres em casas de famílias como domésticas; e a origem dos assentados desse núcleo que como vimos no capítulo anterior é de sua maioria urbana e por isso já possuíam alguma experiência nessas atividades além de provavelmente terem contatos de familiares e de empregos temporários na cidade.

Situação um pouco diferenciada encontramos em Campelo. A renda mensal familiar nesse núcleo, exceto na categoria menos de um salário mínimo, também é maior que a renda provinda da produção, porém não chega a ser tão discrepante como a encontrada em Zumbi 1, revelando que os assentados nesse

núcleo possuem menos fontes de renda extra-agricultura (figuras 19 e 20). Isso pode ser explicado pela pouca relação dos assentados desse núcleo com a cidade, muito em função da distância – maior que em Zumbi 1 – e também da origem de grande número deles que eram antigos operários das usinas de cana-de-açúcar e por esse motivo não buscaram alternativas de renda fora da agricultura.

Já em Cajueiro a renda obtida da produção e a renda total mensal são as que, dentre todos os núcleos, apresentam as maiores semelhanças. Neste núcleo, conforme mostram as figuras 19 e 20, os assentados declararam em todas as categorias salariais obterem uma renda única que seria obtida somente a partir da venda da produção, não havendo outras fontes de renda extra. Tal situação demonstra que a maior parte dos assentados de Cajueiro não realiza atividades fora dos lotes e remete-nos a considerar a origem desses assentados, de maioria rural. Com a experiência de trabalho na agricultura, torna-se maior a possibilidade desses assentados estarem explorando de maneira mais produtiva a terra e com produtos mais valorizados comercialmente, fazendo com que não haja a necessidade de buscarem outras fontes de renda.

Na análise dos mapas respectivos à renda mensal total nos três núcleos estudados percebemos ainda algumas variações que nos auxiliam na compreensão de nossa variável de qualidade de vida. O mapa 29 mostra que a renda mensal total familiar no núcleo Zumbi 1 está para a maioria dos assentados variando entre um e um e meio salário mínimo (totalizando 46% dos assentados entrevistados), seguido de 16%, dos que recebem menos de um salário mínimo e dos que ganham de um salário e meio a dois, caracterizando uma situação ruim neste núcleo. As famílias que recebem de dois a quatro salários mínimos, juntas somam 20% das famílias assentadas no núcleo.

De forma semelhante em Campelo, 45% das famílias assentadas tem um rendimento que varia entre um e um e meio salário mínimo. Em relação a Zumbi 1, a situação revela-se ainda pior pois 28% dos assentados recebem menos de um salário mínimo e apenas 3% das famílias possuem renda variando de três a quatro salários mínimos. Consideramos a situação péssima nesse núcleo pois apresenta 72% das famílias assentadas recebendo menos de um salário até um salário e meio, sendo o núcleo que possui a situação mais alarmante em relação à renda (mapa 30).

Em Cajueiro, apesar de a maioria dos assentados (37%) estarem recebendo entre um e um salário mínimo e meio, neste núcleo, encontramos a maior quantidade de assentados que possui a renda variando entre dois e quatro salários mínimos, somando 26% das famílias, diferentemente dos demais núcleos onde este número não passou de 20%. Mesmo assim, consideramos a situação como ruim já que não há um equilíbrio na distribuição da renda, configurando uma situação muito parecida com a do núcleo Zumbi 1 (mapa 31).

Nos três mapas respectivos aos núcleos, observamos que não há um padrão explicativo para as condições de renda na distribuição dos lotes, e ainda nos núcleos Campelo e Cajueiro, esta também não apresenta nenhuma relação com os lotes localizados na agrovila. Em todos os núcleos, há uma irregularidade na distribuição da renda pelos lotes, onde uns possuem salários que variam de três a quatro salários mínimos, e outros, apresentam renda que não alcança um salário mínimo.

Outros fatores, não relacionados à organização espacial provavelmente estão influenciando as condições de renda das famílias assentadas, dentre eles os produtos cultivados, a relação entre a área do lote e o volume de produção, a comercialização, a experiência na agricultura, a origem dos assentados e o acesso à assistência técnica, dentre outros.

Pensando nesta direção, podemos considerar que a falta de uma assistência técnica regular que não ficasse restrita a alguns lotes e a inexistência de cooperativas em funcionamento atualmente no assentamento, que contribuiriam para garantir o aumento da produção e o escoamento da mesma com menor número de intermediários ou mesmo a venda direta, muito possivelmente teriam reflexos positivos na renda familiar.

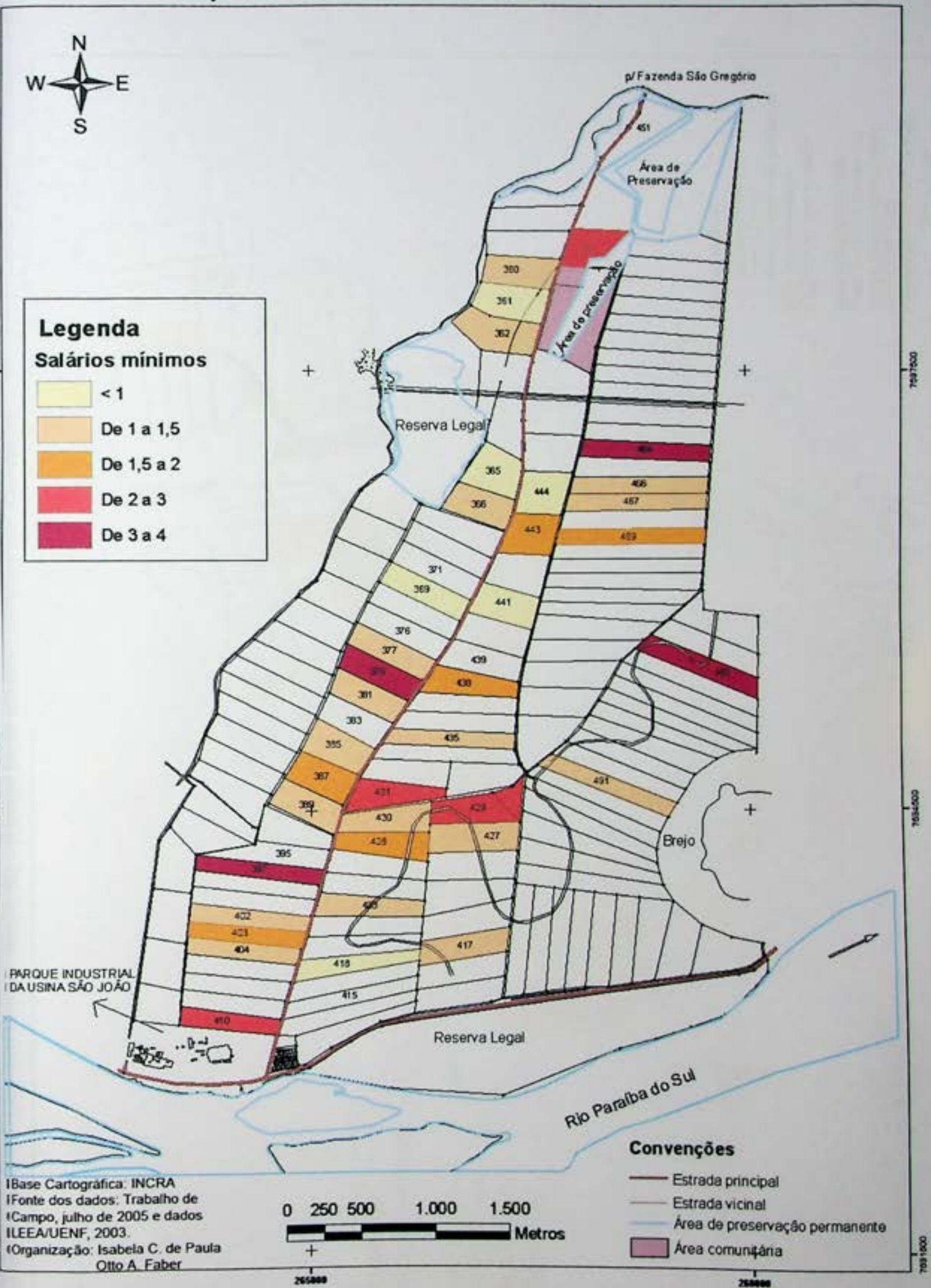
Mapa 29 - Renda total mensal familiar em Zumbi 1



Legenda

Salários mínimos

- < 1
- De 1 a 1,5
- De 1,5 a 2
- De 2 a 3
- De 3 a 4



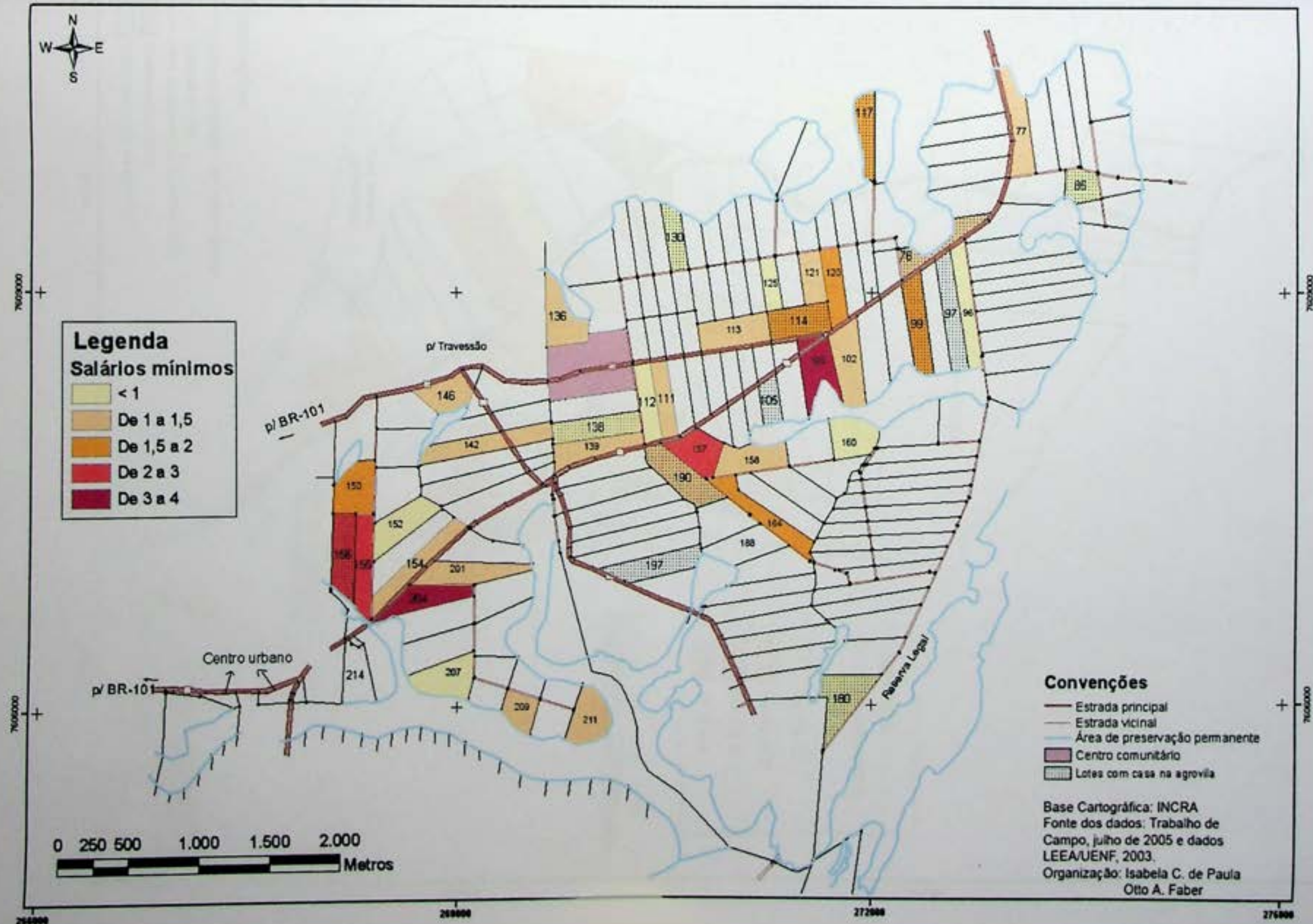
Convenções

- Estrada principal
- Estrada vicinal
- Área de preservação permanente
- Área comunitária

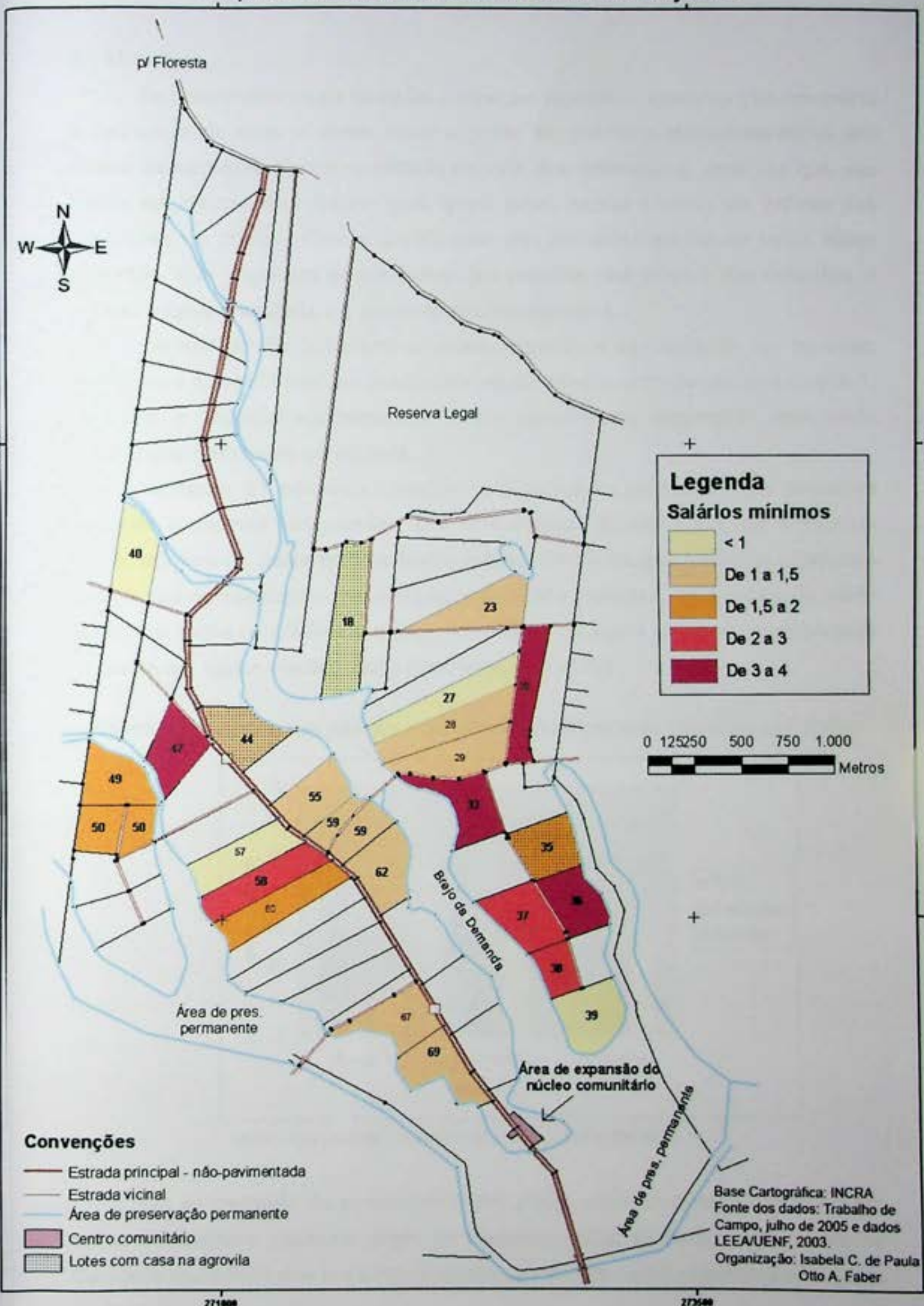
IBase Cartográfica: INCRA
 Fonte dos dados: Trabalho de
 Campo, julho de 2005 e dados
 ILEEA/UENF, 2003.
 Organização: Isabela C. de Paula
 Otto A. Faber

0 250 500 1.000 1.500
 Metros

Mapa 30 - Renda total mensal familiar em Campelo



Mapa 31 - Renda total mensal familiar em Cajueiro



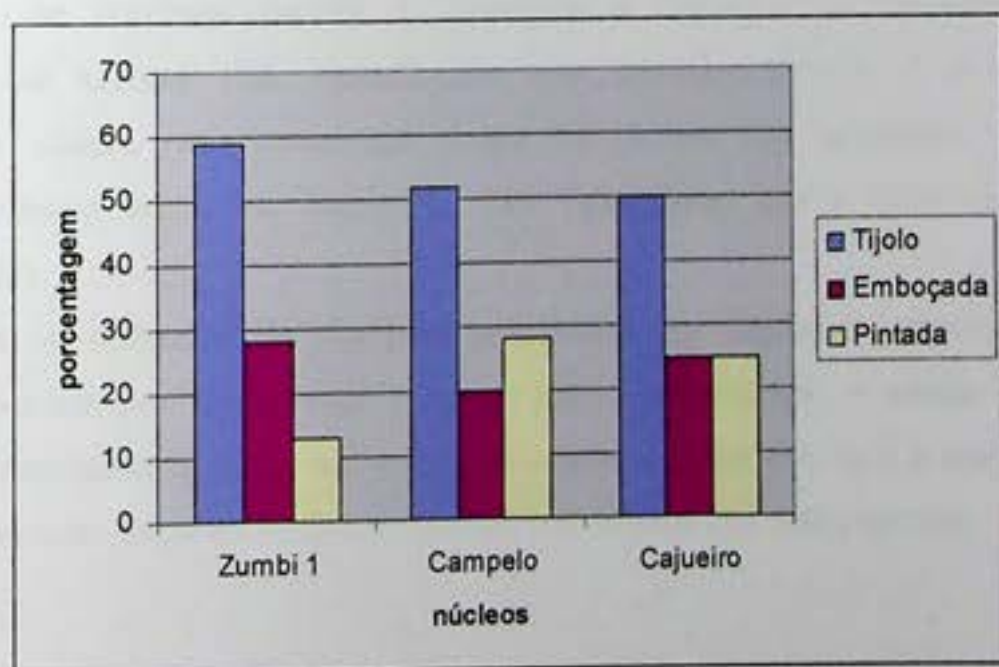
6 - Moradia

As características da moradia – aspectos internos e externos que compõem a estrutura da casa – assim como a posse de móveis e eletrodomésticos são muito importantes para a qualidade de vida dos assentados, uma vez que são vistas em termos do conforto para quem nelas habita e como um reflexo das condições de renda. Para a qualificação das moradias avaliamos todos esses aspectos, que englobam as condições das paredes, dos pisos e dos telhados, o acesso à água encanada e a posse de eletrodomésticos.

Na análise dos primeiros aspectos respectivos as condições das paredes, dos pisos e dos telhados das habitações, as diferenças entre os núcleos Zumbi 1, Campelo e Cajueiro apresentou-se pouco significativa, mostrando uma certa regularidade em todos os núcleos.

Na figura 21 podemos visualizar a distribuição percentual das moradias segundo o aspecto das paredes. Dos três núcleos, Zumbi 1 é o que apresenta maior número de casas emboçadas ao mesmo tempo em que Campelo e Cajueiro são os que apresentam o maior número de casas pintadas. No entanto, de modo geral, em todos os núcleos a maior parte das habitações possuem suas paredes somente em tijolos configurando uma situação regular.

Figura 21 – Aspecto das paredes segundo a porcentagem de moradias por núcleo

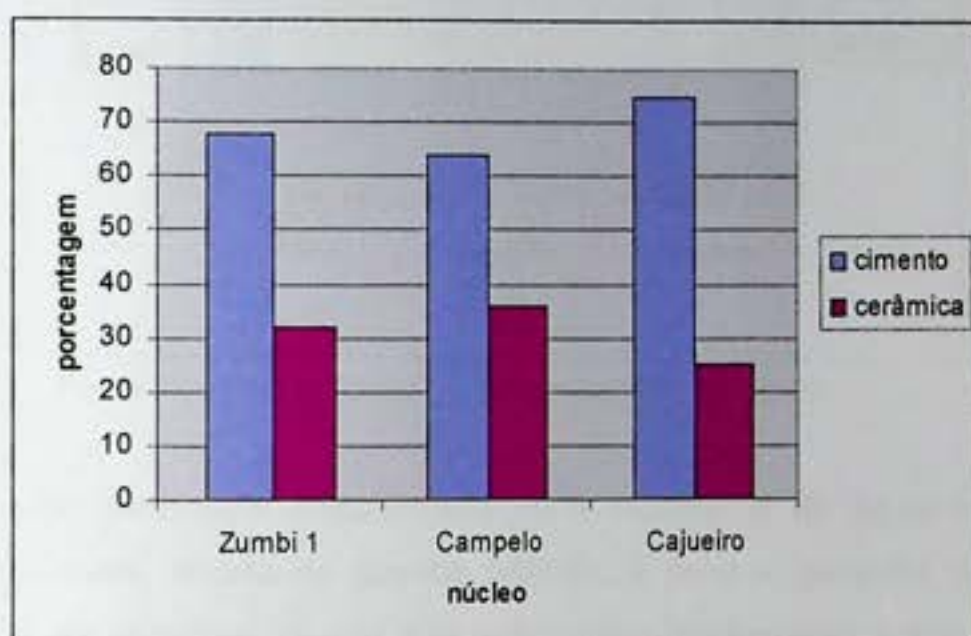


Fonte dos Dados: Trabalho de campo, julho de 2005.

Em se tratando do revestimento dos pisos, mais da metade das casas em todos os núcleos possuem pisos de cimento, tendo destaque para o núcleo Campelo onde 36% dos lotes entrevistados possuíam casas revestidas com pisos

de cerâmica enquanto Zumbi 1 e Cajueiro possuem apenas 31% e 25% respectivamente das casas (figura 22). De qualquer maneira qualificamos como regulares as condições dos pisos nos três núcleos, considerando que a maior parte das casas possuem seus pisos revestidos somente por cimento.

Figura 22 – Aspecto dos pisos segundo a porcentagem de moradias por núcleo

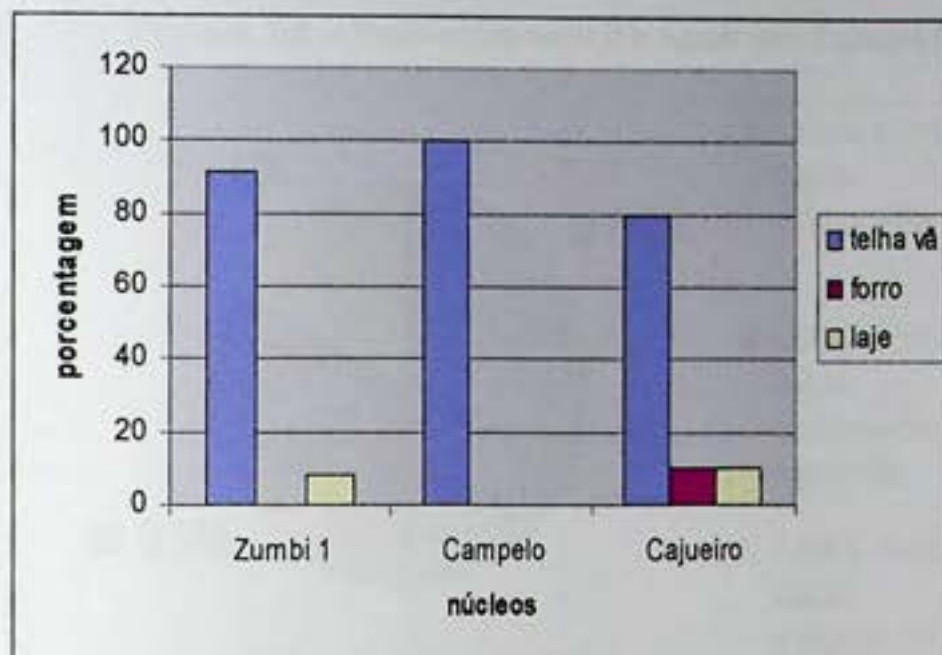


Fonte dos Dados: Trabalho de campo, julho de 2005.

O aspecto dos telhados mostra que em quase maioria dos lotes pesquisados nos núcleos Zumbi 1, Campelo e Cajueiro as habitações são constituídas de telhas vãs, ressaltando que apenas Zumbi 1 e Cajueiro apresentaram casas que possuíam lajes ou forros. No primeiro, 8% das habitações tinham laje e no segundo, 10% continham laje e 10% continham forro (figura 23).

Embora os telhados de algumas habitações em Cajueiro possuam forros ou sejam cobertos por lajes, esse número não é expressivo, e sendo assim, a situação foi considerada ruim em todos os núcleos, uma vez que a maior parte das habitações tem seus telhados formados por telhas vãs (sem forros).

Figura 23 – Aspecto dos telhados segundo a porcentagem de moradias por núcleo

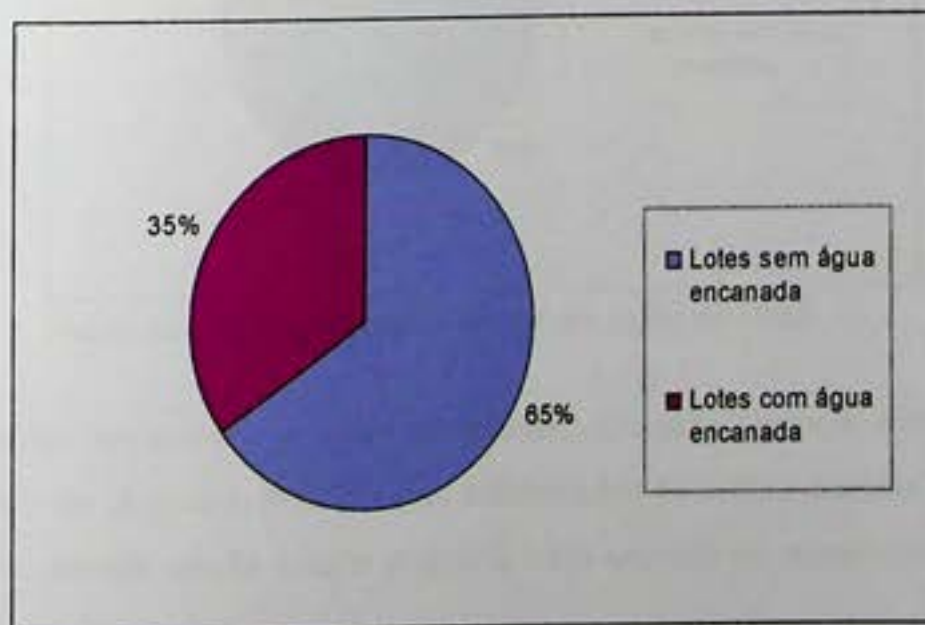


Fonte dos Dados: Trabalho de campo, julho de 2005.

O quarto elemento considerado foi a existência de água encanada no interior das casas, sendo de grande relevância para a garantia de um maior conforto para as famílias, já que não precisariam transportar e armazenar água para as atividades cotidianas.

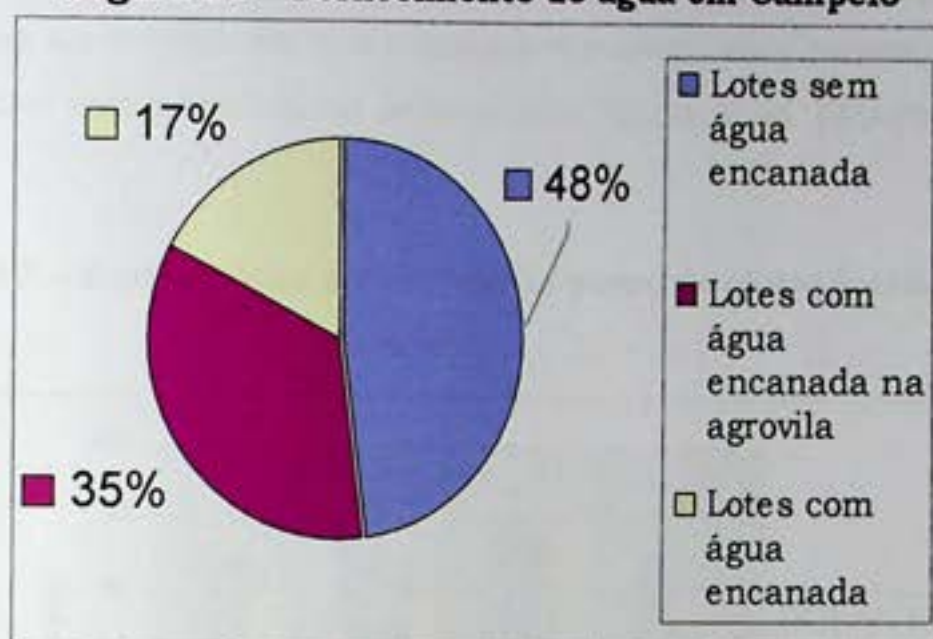
De acordo com a figura 24, em Zumbi 1, mais da metade das casas não possuem água encanada num total de 65%. Já em Campelo (figura 25), 48% dos assentados não têm água encanada, porém, um aspecto interessante é que dos 52% que possuem água encanada neste núcleo tem suas casas localizadas na agrovila.

Figura 24 – Fornecimento de água em Zumbi 1



Fonte dos Dados: Trabalho de campo, julho de 2005.

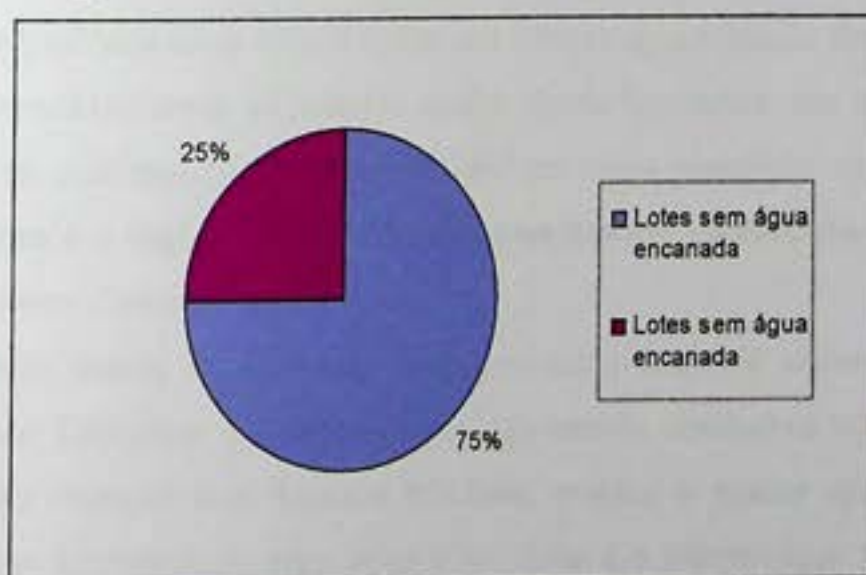
Figura 25 – Fornecimento de água em Campelo



Fonte dos Dados: Trabalho de campo, julho de 2005.

Em Cajueiro, observamos o maior percentual de casas que não possuem água encanada, de 75% como mostra a figura 26. Neste núcleo, como o número de assentados que estão na agrovila é pouco significativo optamos por não ressaltar a posse de água desses assentados.

Figura 26 – Fornecimento de água em Cajueiro

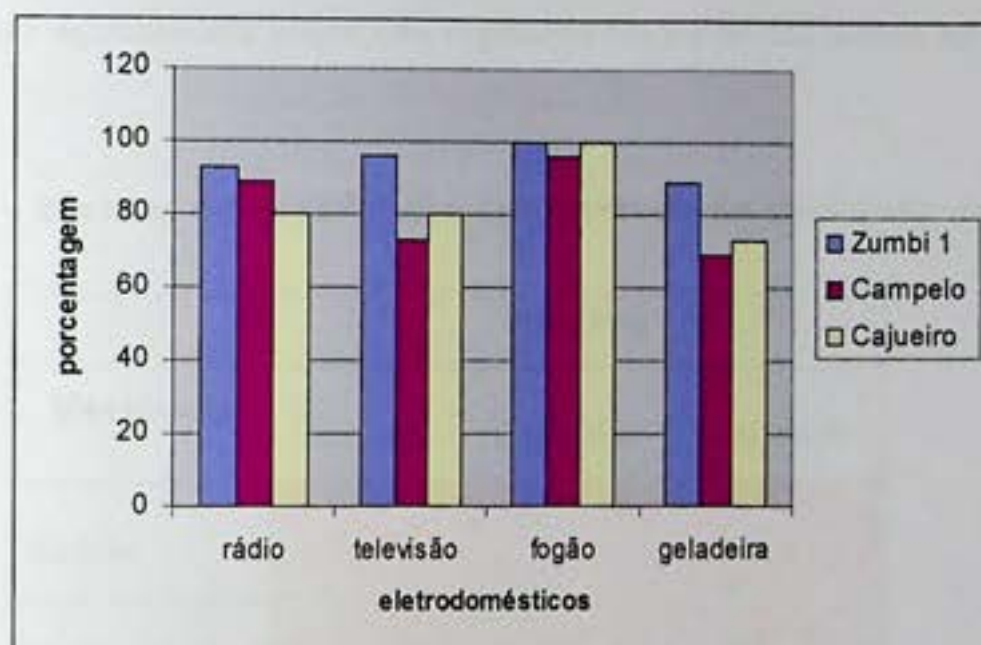


Fonte dos Dados: Trabalho de campo, julho de 2005.

Com relação ao acesso à água encanada, consideramos a situação ruim em todos os núcleos já que a maioria dos assentados não têm acesso a estrutura de encanamento, sendo ainda muito precário esse serviço no assentamento.

Finalmente, o último aspecto analisado foi a posse de eletrodomésticos pelas famílias assentadas (figura 27) onde foi encontrada uma situação boa em todos os núcleos na medida em que a maioria dos assentados possuem em suas casas os quatro eletrodomésticos selecionados como mais importantes pela pesquisa.

Figura 27 – Distribuição percentual da posse de eletrodomésticos por núcleo



Fonte dos Dados: Dados LEEA/UENF, 2003.

O único eletrodoméstico encontrado em menor quantidade foi a geladeira. Mesmo assim, constatamos a existência deste eletrodoméstico em mais de 60% das casas nos três núcleos. Já o eletrodoméstico mais presente nas casas das famílias assentadas é o fogão, com 100% dos assentados possuindo em Zumbi 1 e Cajueiro, e 96% em Campelo.

Considerando todos os aspectos tratados em relação à variável moradia, podemos dizer que Cajueiro é o núcleo que apresenta melhores condições das moradias, pois em relação aos demais núcleos, possui a maior quantidade de casas com telhados forrados ou com lajes e também é o núcleo que tem a menor quantidade de moradias cujas paredes encontram-se somente no tijolo. Mesmo assim, a situação foi considerada como regular devido ao baixo acesso à água encanada pelos assentados desse núcleo.

Nos núcleos Zumbi 1 e Campelo também qualificamos como regulares as situações, devido as condições da estrutura das casas e ao acesso a água encanada que também é muito baixo, apesar de em Campelo haver um certo

equilíbrio nos números de assentados que possuem e dos que não possuem acesso à água encanada.

Em uma síntese geral da qualidade de vida em Zumbi 1, Campelo e Cajueiro observamos que, para cada variável avaliada, há diferenciações expressivas de um núcleo para outro. De acordo com a tabela que elaboramos para facilitar a visualização das avaliações das variáveis em cada núcleo (tabela 13), podemos dizer que o pior núcleo em termos de qualidade de vida é o núcleo Zumbi 1, o qual apresentou situações regulares ou ruins em todas as variáveis analisadas.

Tabela 13 – Síntese da qualificação das variáveis de qualidade de vida

Variáveis	Núcleos		
	Zumbi 1	Campelo	Cajueiro
Saúde	Regular	Boa	Boa
Educação	Regular	Regular	Boa
Transporte	Regular	Regular	Regular
Lazer	Ruim	Boa	Boa
Renda	Ruim	Ruim	Ruim
Moradia	Regular	Regular	Regular

Legenda:

-  **Boa**
-  **Regular**
-  **Ruim**

O núcleo que apresentou melhores condições foi Cajueiro, com situações boas em aspectos básicos para a qualidade de vida como saúde e educação. Já Campelo enquadraria-se numa situação intermediária, apresentando boas condições de saúde e de lazer.

Em comum, os três núcleos possuem condições de renda muito baixas, tendo sido a mesma classificada como situações ruins, e condições de transporte e de moradia regulares conforme pudemos observar ao longo de nossa análise no presente capítulo.

Essa síntese da qualidade de vida, assim como todos os aspectos observados na análise do habitat rural e da organização espacial interna dos núcleos permite-nos chegar a algumas reflexões, em termos de conclusão, na medida em que pudemos estabelecer as possíveis relações entre essa organização espacial e a qualidade de vida das famílias assentadas. Neste sentido, verificamos em que aspectos nossas premissas iniciais se confirmaram ou não, e de que maneira os objetivos do presente estudo foram contemplados.



**Assentamento Zumbi dos Palmares
Sítio Sonho Meu - Campelo, lote 204**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

SONHO REALIZADO OU PRINCÍPIO DAS DESILUSÕES?



**Assentamento Zumbi dos Palmares
Sítio Sonho Meu, lote 433 - Zumbi 1**



**Assentamento Zumbi dos Palmares
Sítio do Meu Sonho, lote 154 - Campelo**

Quando retornamos às primeiras reflexões que realizamos a respeito de nosso objeto de estudo, o assentamento Zumbi dos Palmares, nos vem a recordação de que as mesmas estavam voltadas para uma avaliação do papel do assentamento na manutenção das famílias assentadas no campo, o que seria visto a partir da qualidade de vida no interior do assentamento. Surgiu então a questão que compõe o título do presente estudo e dá nome às nossas considerações finais. Sonho realizado ou princípio das decepções?

Tal questão, no entanto, precisava adquirir um caráter geográfico, uma abordagem que fosse própria à geografia, uma vez que existem inúmeros estudos de assentamentos feitos por pesquisadores de diversas áreas e mesmo muitos trabalhos realizados no âmbito da geografia que costumam privilegiar abordagens da sociologia.

Neste sentido, para analisar a qualidade de vida dos assentados a fim de obtermos alguns apontamentos que nos levassem às possíveis respostas para a questão enunciada, definimos nosso objetivo principal como sendo a busca pelas relações entre a organização espacial interna do assentamento Zumbi dos Palmares e a qualidade de vida das famílias assentadas.

Selecionados os núcleos Zumbi 1, Campelo e Cajueiro para um estudo comparativo, procuramos compreender como diferentes lógicas de organização espacial no interior desses núcleos estariam influenciando a qualidade de vida dos assentados e de como essas condições de vida interferem na própria organização espacial do núcleo variando com as ações dos assentados.

Para que pudéssemos alcançar os nossos objetivos, desenvolvemos nossas reflexões em torno da análise do habitat rural do assentamento, o qual, visto como manifestação fundamental da organização de um espaço agrário, mostrou-se essencial para o entendimento da mesma nos núcleos do assentamento Zumbi dos Palmares. Acrescida à leitura do habitat esteve a análise das variáveis da qualidade de vida, estabelecidas para auxiliar-nos na tarefa de apreender a qualidade de vida através de seus aspectos mais importantes.

Uma das premissas que possibilitaram a construção de nossos objetivos e, por esse motivo, nortearam nossa investigação está relacionada à concepção de que organizações espaciais diferentes trariam resultados diferentes no que diz respeito à qualidade de vida dos assentados. Essa premissa inicial, de certa forma, confirmou-se em muitos aspectos ao longo de nossa análise. Nas divisões interiores do assentamento, representadas pelos três núcleos selecionados, a

organização espacial se apresenta de maneiras diferenciadas em cada um deles, aparecendo com clareza aos olhos de nossa pesquisa e revelando uma riqueza de relações entre as organizações espaciais dos núcleos e a qualidade de vida da população assentada.

As formas que compõem a estrutura dos diferentes tipos de habitat existentes em Zumbi 1, Campelo e Cajueiro muito contribuem para a compreensão dessa organização espacial e nos conduzem a algumas reflexões para as nossas conclusões.

Em todos os núcleos, as formas pré-existentes ao assentamento foram aproveitadas pelos assentados que atualmente as utilizam para diversas funções que podem ser semelhantes ou não às anteriores. Exercido principalmente quando se trata das moradias, o papel de algumas dessas formas é fundamental para a qualidade de vida dos assentados, pois possibilitou o acesso imediato a uma habitação por uma parte deles.

Ao longo do processo de desenvolvimento e constituição do assentamento, muitas dessas formas foram alteradas pelos assentados com objetivos de atingir melhorias em suas condições de vida, de maneira que pudessem se adequar às novas funções e demandas exigidas por esses assentados.

Em termos do papel da disposição do habitat segundo fatores de concentração e de dispersão para a organização espacial e para a qualidade de vida dos assentados, verificamos que este também é de grande relevância.

Os núcleos Campelo e Cajueiro que possuem o habitat misto (forma dispersa e concentrada na mesma área) apresentam em sua forma concentrada uma maior facilidade de acesso por parte dos assentados a alguns serviços e também na conquista de infra-estrutura social, na medida em que as possibilidades de organização coletiva também são maiores.

No núcleo Campelo, a presença do posto de saúde em boas condições de funcionamento e atendendo à maioria dos assentados – mesmo aqueles que não estão na agrovila – mostra a importância da forma agrupada do habitat. Esta proporcionou a localização estratégica do posto, seja em função da aglomeração das moradias, e com isso de boa parte dos assentados, e também por ser o local de parada dos ônibus que vão até Campelo, facilitando o acesso por parte dos assentados que moram nos lotes de produção e dos que estão em outros núcleos do assentamento. Outro motivo da relevância da forma concentrada do habitat está na mobilização dos assentados (facilitada pelo convívio diário) junto à

prefeitura de Campos dos Goytacazes para que se desse o funcionamento do posto de saúde, uma vez que o mesmo somente estava construído pelo INCRA.

A organização dos assentados que estão na agrovila em Campelo também reflete-se na criação das duas cooperativas, que ainda estão em processo de implantação. Ainda que sejam formadas por grupos com idéias divergentes, somente a mobilização dos assentados para a organização e comercialização da produção já é um fator positivo.

O mesmo ocorre em Cajueiro, que já aponta para a possibilidade de criação de uma cooperativa num futuro próximo. Sabemos que nesse núcleo, a maioria dos assentados encontra-se habitando nos lotes de produção, mas a existência de um "centro de atração", representado pela parte concentrada do habitat (agrovila) onde localiza-se a sede da associação, a escola, a igreja, o galpão e algumas moradias, propicia o convívio e o encontro para debates que levam à organização dos assentados.

Ainda no que se refere aos reflexos da mobilização dos assentados no núcleo Cajueiro, temos a criação da escola de primeiro segmento do ensino fundamental, conquistada através de pressões dos assentados na prefeitura de São Francisco de Itabapoana. Esta é responsável pela manutenção da escola – em termos de pagamento de funcionários, de serviços como luz elétrica e água e da merenda escolar.

Outra facilidade promovida pelo habitat em sua forma concentrada tanto no núcleo Campelo como em Cajueiro está relacionada às atividades de lazer. Em Campelo, o campo gramado de futebol que serve como ponto de encontro de assentados de todas as idades e nos dois núcleos a realização de diversas atividades de cultura e lazer nos galpões construídos pelo INCRA. O habitat disperso de Zumbi 1 e ausência de uma área comunitária talvez seja um empecilho para a criação de centralidades capazes de atrair a população para atividades de lazer comunitárias. Nesse núcleo praticamente a totalidade da população permanece em seus lotes em seu tempo livre.

Quanto ao acesso ao principal transporte coletivo (o ônibus), a disposição dos lotes em relação aos locais de parada dos mesmos influenciam a menor ou maior facilidade de acesso e diferenciam-se em cada núcleo. Favorecem-se os que estão nas agrovilas ou próximos delas e também os assentados que têm seus lotes perto da estrada principal.

A forma dispersa do habitat encontrada nos três núcleos, porém com maior expressividade em Zumbi 1, também apresenta vantagens, mesmo que estas não se enquadrem em nossas variáveis de avaliação da qualidade de vida. A proximidade com o trabalho diário é um dos principais motivos que levam os assentados a darem preferência a terem suas casas no interior dos lotes de produção, bem como a possibilidade de se vigiar a produção mais de perto, aumentando a sensação de segurança. Há ainda que se levar em conta alguns aspectos mais pessoais apontados, como o distanciamento da vizinhança que parece agradar a alguns assentados.

O entendimento do habitat foi capaz de nos auxiliar na compreensão de vários aspectos da qualidade de vida. A relação entre organização espacial e qualidade de vida, entretanto, não se apóia em uma determinação. Alguns aspectos, como a renda, o acesso à orientação técnica e à educação em algumas áreas não pôde ser explicada à luz da organização do espaço dos núcleos. Não pretendíamos atribuir uma maior importância à ordem espacial, mas reconhecer o seu papel lado a lado com outros fatores que são mais comumente valorizados.

Todas essas questões devem ser relacionadas com os objetivos a que se propõe a reforma agrária no Brasil. Sendo os assentamentos rurais a materialização desse processo de reforma atualmente no país, é fundamental que voltemos nossos olhares para os mesmos, a fim de percebermos se tais objetivos estão sendo cumpridos.

O principal objetivo da reforma agrária está em elevar as condições de vida do trabalhador rural, atendendo a condições básicas de infra-estrutura, assistência técnica, crédito e acesso a serviços.

Em termos de saúde e educação, os assentados de todos os núcleos possuem acesso de alguma maneira tanto a postos de saúde ou hospitais quanto a escolas que chegam até ao ensino médio. Mesmo havendo uma variação nesse acesso, às vezes com maior facilidade em alguns núcleos e lotes do que em outros, ele é viável para todos os assentados.

No que se refere aos aspectos de renda e de moradia, apesar de termos encontrado condições ruins de renda, nos três núcleos de acordo com nossa classificação as moradias variam de médias a boas condições, o que significa que os assentados estão conseguindo aos poucos, mesmo com baixos salários, reformar e ampliar suas casas para torná-las mais confortáveis.

A partir dessas constatações e através de nossas entrevistas em campo, verificamos que o assentamento Zumbi dos Palmares cumpre o papel de fixação dos trabalhadores rurais no campo, pois é pouco significativo o número de assentados que deixam o assentamento para retornar às cidades. Acrescido a isso, as condições de vida atuais desses assentados, quando comparadas com as anteriores ao assentamento, de acordo com os próprios, são muito melhores.

Neste momento, entra o sonho realizado, de ter uma casa e uma terra próprias. Para os que viviam antes da agricultura esse sonho está consumado na possibilidade de trabalharem na própria terra sem dependerem de patrões e muitas vezes de empregos temporários. Já para os que moravam nas periferias, o assentamento representa o fim do pagamento de aluguéis e da busca contínua por um emprego fixo, na maior parte das vezes sem sucesso. Para ambos, uma garantia de segurança que não tinham anteriormente.

Se pensarmos na percepção subjetiva dos assentados, talvez possamos dizer que o objetivo do projeto de assentamento Zumbi dos Palmares está sendo cumprido. Apesar das dificuldades e dos problemas, as decepções apontadas pelos assentados são poucas e são enfrentadas no dia-a-dia.

Contudo, através de um ponto de vista mais objetivo, é preciso relativizar aquilo que poderia ser considerado uma boa qualidade de vida. Ainda que tenhamos em conta que o custo de vida no meio rural é bem mais baixo que o do meio urbano, a renda dos assentados ainda é, de certa maneira, baixa. Se ela é capaz de suprir as necessidades básicas da maioria dos assentados, o que já seria um avanço se considerarmos as condições de vida anteriores de muitos deles, é preciso levar em conta que ainda falta bastante para que eles sejam capazes de consumir bens que não estejam associados diretamente a uma necessidade básica, como algum meio de transporte particular, por exemplo.

O acesso aos meios de transporte coletivos ainda é precário. Há linhas de ônibus atendendo ao assentamento, mas elas são poucas e com horários irregulares e muito espaçados. Um assentado que se encontre na cidade de Campos dos Goytacazes após as 19 horas, por exemplo, não pode contar com transporte público para voltar para casa. Nem mesmo o percurso da estrada principal é totalmente coberto, deixando áreas completamente desprovidas de transporte. Em caso de emergência os assentados só podem contar com a boa vontade de algum vizinho com transporte próprio, o que nem sempre é comum em todas as áreas.

Do ponto de vista da educação, ainda é alarmante a baixa escolaridade dos chefes de família e adultos de uma maneira geral, apesar do acesso à educação que os filhos vêm encontrando. Os programas de educação para jovens e adultos desenvolvidos no assentamento ainda são insuficiente para suprir a imensa carência da população assentada, principalmente nos núcleos Zumbi 1 e Campelo.

Em relação ao lazer, as opções são escassas. Se Campelo não contasse com uma estrutura comunitária anterior ao assentamento, muito provavelmente se encontraria em situação semelhante aos demais núcleos, que não contam com espaços voltados para a realização de atividades de lazer. Os principais focos de atividades de lazer são os galpões, o que de certa maneira ameniza a situação em Cajueiro. Porém, os galpões são formas refuncionalizadas, uma vez que não foram projetadas para atividades de lazer. Esse talvez seja o aspecto da qualidade de vida mais negligenciado pelo projeto de assentamento e pelas políticas públicas.

Em função de um índice considerável de origem urbana dos assentados, principalmente em Zumbi 1 e Campelo, a presença da assistência técnica é de fundamental importância. No entanto, o que pudemos constatar foi uma escassez de apoio técnico que fez com que muitos assentados tivessem que passar por um duro aprendizado prático da produção rural. Mesmo aqueles que possuíam alguma experiência no campo apontavam a necessidade de apoio para o desenvolvimento de novos produtos e para uma melhor utilização produtiva de uma terra desgastada por anos de monocultura.

A casa própria é uma realização, mas praticamente todas as construções ainda estão inacabadas, uma vez que os aspectos internos da habitação se encontram em uma posição mais privilegiada na lista de prioridades das famílias. Além disso, falta infra-estrutura de encanamento de água para a maioria das casas. Muito ainda precisa ser feito.

Os problemas constatados nem sempre são tratados pelos assentados com gravidade. Contudo, não resta dúvida que com o passar do tempo o sonho vá além da terra conquistada e da casa própria. Ele tende a se tornar mais exigente e estes problemas se transformarão no próximo passo da luta dos assentados. A conquista da terra deverá somar-se a conquista da qualidade de vida na terra, com condições dignas não só para a sobrevivência, mas para o próprio desenvolvimento pessoal das famílias.

Esperamos que a contribuição do presente estudo seja de grande valor para as reflexões a respeito dos temas ligados aos assentamentos, principalmente daqueles que procuram vê-los nas condições de desenvolvimento da vida social e no que diz respeito à qualidade de vida das famílias assentadas.

O presente estudo fez uma tentativa, ainda que tímida, de buscar os sentidos da organização espacial, os porquês e as formas pelas quais ela poderia nos auxiliar na apreensão dos aspectos da qualidade de vida dos assentados. Neste sentido, pensamos que essa pesquisa contribui na medida em que oferece uma perspectiva essencialmente geográfica para o estudo dos assentamentos rurais, mostrando que a organização espacial é um elemento estruturador das condições sociais que não deve ser deixado de lado ao direcionarmos nosso olhar para uma questão complexa como a realidade dos assentamentos.

BIBLIOGRAFIA

- AGB-Rio (2003) "Jornal da AGB". Ano 05, número 1, setembro.
- ALENTEJANO, P. R. (2002) "As Concepções de Reforma Agrária e dos Movimentos Sociais no Brasil do Século XXI". Artigo Publicado pela Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA). Rio de Janeiro.
- ALMEIDA, R. S. (1995) "Repensando a Questão do Habitat no Brasil". *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.57, n.4.
- ANDRIOLI, A. I. (2003) "A Reforma Agrária e o Governo Lula: entre a Expectativa e a Possibilidade". In: *Espaço Acadêmico* nº 31 – dezembro.
- ARAÚJO, Q. R. de. (2000) *Solos de Tabuleiros Costeiros e Qualidade de Vida das Populações*. Editus, Ilhéus.
- BARBOSA, M. V., ESTERCI, N., FRANCO, M. P., LEITE, S. P. e MEDEIROS, L. S. de (Orgs) (1994) *Assentamentos Rurais: Uma Visão Multidisciplinar*. Editora da Universidade Estadual Paulista, São Paulo (Prismas).
- BERGAMASCO, S. M., NORDER, L. A. C. (1996) *O que são Assentamentos Rurais*. São Paulo: Brasiliense.
- BERNARDES, J. A. (1995) "Mudança Técnica e Espaço: Uma proposta de Investigação". In: CASTRO, I. E. et alli (orgs.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.
- BERNARDES, N. (1958) "Contribuição para uma Discussão sobre Problemas de "habitat" rural no Brasil". In: *Anais da AGB*, Volume X – Tomo I, São Paulo.
- CASTRO, M. H., CARVALHO, M. E. e OTÁVIO, L. (1988) *Reforma Agrária – Um Estudo Preliminar*. Reforma Agrária, Campinas, 18, 1, abr/jul.
- CORRÊA, R. L. (1990) *Região e Organização Espacial*. Editora Ática, São Paulo.
- DAVID, C., CORRÊA, W. K. (2003) "Espaços da Agricultura Familiar nos Assentamentos Rurais: Algumas Reflexões". In: *Geo UERJ Revista do Departamento de Geografia UERJ*, n.13, p.17-26, Rio de Janeiro.
- DAVID, M. B. A., WANIEZ, P. e BRUSTLEIN, V. (1998). "Situação Social dos Beneficiários da Reforma Agrária: Um Atlas". In: SCHIMIDT, B. V. et alli (orgs.) *Os Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil*. UNB, Brasília.
- DEMANGEON, A. (1942) *Problèmes de Géographie Humaine*. Armand Colin, Paris.
- FAUCHER, D. (1953) *Geografia Agrária*. Ed. Omega, Barcelona.

FERNANDES, B. M. (1996) *MST Formação e Territorialização em São Paulo*. Hucitec, São Paulo.

FERNANDES, B. M. (2000) *A Formação do MST no Brasil*. Vozes, Petrópolis.

FERREIRA, B. (1994) "Estratégias de Intervenção do Estado em Áreas de Assentamento: as Políticas de Assentamento do Governo Federal". In: MEDEIROS, L. et alli. (orgs.) *Assentamentos Rurais: Uma Visão Multidisciplinar*. EDUNESP, São Paulo.

FILHO, J. J. de C. (2001) "Política Agrária do Governo FHC: Desenvolvimento Rural e a Nova Reforma Agrária". In: Leite, S. (ed.) *Políticas Públicas e Agricultura no Brasil*. Ed. UFRGS, Porto Alegre.

FRANCO, M. P. (1994) "Seringueiros e Cooperativismo: o Fetichismo das Mercadorias nos Seringais do Alto Juruá". In: MEDEIROS, L. et alli. (orgs.) *Assentamentos Rurais: Uma Visão Multidisciplinar*. EDUNESP, São Paulo.

GEORGE, P. (1956) *La Campagne: Le Fait Rural a Travers Le Monde*. Presses Universitaires, Paris.

GEORGE, P. (1978) *Os métodos da Geografia*. Difusão Editorial, São Paulo.

GEORGE, P. (1982) *Geografia Rural*. Difusão Editorial, São Paulo.

GOMES, P. C. da C. (1997) *Geografia Fin-de-Siècle: O Discurso Sobre a Ordem Espacial do Mundo e o Fim das Ilusões*. In: CASTRO, I.E. de. et alli (orgs.) *"Explorações Geográficas"*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.

GOMES, P. C. da C. (2002) *A Condição Urbana: Ensaio de Geopolítica da Cidade*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.

GOUGH, J. (1982). *The Quality of Life and Communication in Metropolitan Services*. International Meetings, Veneza.

GRABOIS, J. (1993) *Que urbano é esse? Características e Problemas do Habitat nas Terras Altas de Transição Agreste: Mata do Norte de Pernambuco*. Universidade federal Fluminense, Rio de Janeiro.

GUERRERO, J. S e ACOSTA-HOYOS, L.E. (1983) *Qualidade de Vida: Opção Teórica e Metodológica*. Revista Economia Rural, Brasília, 21 (2): 173 - 192, abr/jun.

HACKBART, R. (2003) Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Governo Lança Novo Modelo de Assentamento Agrário*. Brasília. Disponível via internet em: www.mda.gov.br.

GUANZIROLI, C. E. (Coord). *Plano de Desenvolvimento do Assentamento Zumbi dos Palamares (PDA)*. Projeto UTF BRA/051/BRA.

KELLER, E. C. de S. (1958) "Estado Atual dos Conhecimentos sobre o "habitat" rural no Brasil". In: *Anais da AGB*, Volume X – Tomo I, São Paulo.

LARANJEIRA, R. (1983). *Colonização e Reforma Agrária no Brasil*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

LEFEBVRE, H. (1974) *La Production de L'espace*. Anthropos, Paris.

LEITE, S. (1994) "Por uma Economia Política da Reforma Agrária: Custo de Implantação e Infra-estrutura nos Assentamentos Rurais Paulistas". In: MEDEIROS, L. et alli. (orgs.). *Assentamentos Rurais: Uma Visão Multidisciplinar*. EDUNESP, São Paulo.

LEWIN, Helena (2005) *Uma Nova Abordagem da Questão da Terra no Brasil: o Caso do MST em Campos dos Goytacazes*. 7 Letras, Rio de Janeiro.

MARTINS, I. e SANTOS, L. D. (2002) *A Qualidade de Vida Urbana: O Caso da Cidade do Porto*. Faculdade de Economia, Universidade do Porto.

MASSEY, D. "Space, Place and Gender". Minneapolis: University of Minnesota, 1984.

MEDEIROS, L. S. de. e ESTERCI, N. (1994) "Introdução". In: MEDEIROS, Leonilde et alli. (orgs.). *Assentamentos Rurais: Uma Visão Multidisciplinar*. EDUNESP, São Paulo.

MEDEIROS, L.S., LEITE, S., BENEDETTI, A.C., SOUZA, I.C., ALENTEJANO, P.R.R. (1999). "Luta por Terra e Assentamentos Rurais no Rio de Janeiro". In: Medeiros L.S., Leite, S (orgs.) *A formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: Processos Sociais e Políticas Públicas*. Editora da Universidade, Porto Alegre.

MEDEIROS, L. S. de. (2002) "Luta pela terra: resultados e possibilidades". In: Canuto, A., Luz, C. R. da S. et alli (orgs.) *Conflitos no Campo Brasil*. CPT Nacional- Brasil, Goiânia.

LEITE, S. P., MEDEIROS, L. S. de e HEREDIA, B. (orgs.) (2004) *Impactos dos Assentamentos: Um Estudo sobre o Meio Rural Brasileiro*. UNESP, São Paulo.

MELO, M. L. de. (1958) "Aspectos do "habitat" Rural no Nordeste do Brasil". In: *Anais da AGB*, Volume X – Tomo I, São Paulo.

MELO, Fernando Homem e FONSECA, Eduardo Giannetti da (1981) *Proálcool, Energia e Transportes*. Pioneira/FIPE, São Paulo.

MENDRAS, H. (1978) *Sociedades Camponesas*. Zahar Editores, Rio de Janeiro. (Edição traduzida por Maria José da Silveira Lindoso da original:

MENDRAS, H. (1976) *Sociétés Paysannes*. Librairie Armand Colin, Coleção U - Série Sociologie, Paris.

MONNBEIG, Pierre. (1952) *Pionniers et Planteurs de São Paulo*. Armand Colin, Paris.

MORISSAWA, M. (2001) *A História da Luta pela Terra e o MST*. Expressão Popular, São Paulo.

MULLER, N. L. (1958) "Apontamentos sobre o "habitat" rural no Vale do Paraíba (Estado de São Paulo)". In: *Anais da AGB*, Volume X - Tomo I. São Paulo.

NEVES, D. P. (1997) *Assentamento Rural: Reforma Agrária em Migalhas*. Editora da Universidade Federal Fluminense - EDUFF, Niterói.

NOVICKI, V. de A. (1992) *Estado e Luta pela terra no Rio de Janeiro: Primeiro Governo Brizola (1983-1987)*. Tese de Doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro.

PAIVA, M. (1988). *Reforma Agrária: Necessidade Urgente*. Ed. Paulinas, São Paulo.

ROMEIRO, A. (et alli.) (1994) *Reforma Agrária: Produção, Emprego e Renda: o Relatório da FAO em debate*. Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro: IBASE: FAO.

SANCHEZ, Joan- Eugeni. *Geografia y Espacio Social del Poder*. Barcelona: Libros Frontera, 1981.

SANTOS, M. (1979) *Espaço e Sociedade*. Hucitec, São Paulo.

SANTOS, M. (1985) *Espaço e Método*. Ed. Nobel, São Paulo.

SANTOS, M. (1988) *Metamorfoses do Espaço Habitado*. Hucitec, São Paulo.

SANTOS, M. (1996) *A Natureza do Espaço: Técnica e tempo, Razão e Emoção*. Hucitec, São Paulo.

SÁNCHEZ, J. E. (1991) *Espacio, economia y Sociedad*. Siglo Veintiuno, México.

SCHIMIDT, B., MARINHO, D. e ROSA, S.C (orgs.) (1998) *Os Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil*. UnB, Brasília.

SEAF- Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos (1991) *Atlas Fundiário do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro.

SILVA, F. C. T. da. (1998) "Conservadorismo e Hegemonia Agrária no Brasil". In: Carneiro, M. J.[et alli] (eds.) *Campo Aberto, o Rural no Estado do Rio de Janeiro*. Contra Capa Livrarias, Rio de Janeiro.

SILVA, J. G. da. (1999) *Tecnologia e agricultura familiar*. Ed. Universidade/UFRGS, Porto Alegre.

SORRE, Maximilien. (1952) *Les Fondements de la Géographie Humaine*. Paris: Armand Colin.

TABUTEAU, Michel. (1958) "Considerações sobre o Estudo do "habitat" rural no Brasil". In: *Anais da AGB*, Volume X – Tomo I, São Paulo.

VEIGA, José Eli da. (1997) *O que é Reforma Agrária?* Brasiliense, São Paulo. Coleção Primeiros Passos.

WAIBEL, L. (1979) *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. 2º Edição, IBGE, Rio de Janeiro. Tradução de Walter A. Egler.

ZIMMERMANN, N. (1994) "Os Desafios da Organização Interna de um Assentamento Rural". In: MEDEIROS, L. et alli. (orgs.). *Assentamentos Rurais: Uma Visão Multidisciplinar*. EDUNESP, São Paulo.

ZINGA, M. R.M. (2004) *Um Estudo de Caso sobre as Causas da Permanência e da Desistência no Assentamento Rural Zumbi dos Palmares, Campos dos Goytacazes – RJ*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Norte Fluminense –UENF, Rio de Janeiro.

ANEXOS

Assentamento Zumbi dos Palmares

Data: / 02/ 04

Núcleo:

1) Número de Famílias: _____

2) História do Núcleo:

Data de criação: _____

Origem da maioria das pessoas:

Assistência inicial de infra-estrutura (Quem?): _____

Forma de conquista da terra:

Participações na conquista (MST, Sindicatos, CPT, etc)

3) Organização após a instalação do Assentamento:

Como se deu o processo de conquista de infra-estrutura?

Algum modelo imposto pelo Incra? O que mudou?

Como está organizada a moradia? Quem organizou? Pq dessa forma?

Quais foram as maiores dificuldades e quais foram as soluções?

4) Produção:

Como está organizada a produção (lotes individuais ou coletivos)?

Existe Cooperativa, Associação de Produtores? _____

Como funciona: Para onde Vendem?

Há facilidade de transporte para a comercialização?

Como são divididos os lucros e a produção?

Quais são os produtos cultivados?

Existe alguma época ruim para a venda? Por que?

Houve participação do MST na constituição da Associação/Cooperativa e no funcionamento dela hoje? Como?

Há reuniões e /ou assembléias?

Quais dias?

O que mais é discutido?

Os assentados (maioria) possuem alguma outra atividade (fonte de renda) além de produtores?

Quais por exemplo?

Qual é a participação das mulheres e das crianças na produção?

Que outras atividades elas exercem?

Há algum tipo de auxílio técnico?

De que tipo e de quem?

Recebem algum tipo de crédito? De que tipo? De quem?

5) Infra-estrutura:

Existe escola no núcleo? Até que nível?

Se não, onde as crianças estudam?

Hospital ou Posto de Saúde? Onde?

Água (Encanada/ poço)

Luz (Elétrica)

Saneamento

Como é o transporte interno? E para o centro?

Responsáveis pela conquista e manutenção da infra-estrutura?

Igreja/ Onde? Quem frequenta? _____

6) Lazer:

Existe alguma área de lazer? Onde? Quais?

Existem centros de convivência/ lugares para reuniões? Onde? Quem frequenta?

7) Como é a participação do MST no núcleo? EM que atuam?

8) Como é a participação do Incra no núcleo? Em que atuam?

9) Existem outras participações no núcleo? Quais? (padres, políticos locais, CPT, ONGs) Que tipo de trabalho fazem?

10) Quais são os maiores problemas do núcleo hoje?

- 1) Onde as crianças e jovens freqüentam a escola (nome, localidade/ município ou núcleo)
 Até a 4ª série _____
 5ª a 8ª série _____
 2º grau _____ () pública () particular
 3º grau (especificar) _____ () pública () particular

2) E os adultos (nome, localidade/ município ou núcleo).
 PROEJA e outros (especificar) _____

- 3) Como é o acesso à escola (transporte)
 () próprio () pago () da prefeitura _____ (município)
 () a pé () bicicleta () carroça () carro () ônibus

4) Qual a distância até a escola (+ ou -) e quanto tempo levam _____

- 5) Se há escola, em que ano foi criada? _____
 Por qual instituição? _____
 Houve iniciativa por parte dos assentados? () sim () não Como? (explicar) _____
 Quem organizou a mobilização para a construção da escola?
 () MST () CPT () Associação () outro _____

III - Saúde

- 1) Onde vão quando precisam de um médico (localidade) _____
 2) Existem atuações de agentes de saúde no assentamento? () sim () não
 Com que freqüência? _____
 3) Tem posto de saúde no assentamento? () sim () não
 Onde localiza-se? _____
 Como funciona e que tipo de atendimento realiza? _____
 4) Doenças mais freqüentes na família (especificar se adulto ou criança)

 5) Onde trata? _____
 6) Se há posto de saúde, em que ano foi criado? _____
 Por qual instituição? _____
 Houve iniciativa por parte dos assentados? () sim () não Como? (explicar) _____
 Quem organizou? () MST () CPT () Associação () outro _____

IV - Infra-estrutura

- 1) Possui água encanada? () sim () não Desde quando? (ano) _____
 2) Fonte de água para a casa
 () rio () poço () mina/nascente () carro pipa _____ (município)
 () caixa d' água geral () outros _____
 3) Possui luz elétrica? () sim () não Desde quando? (ano) _____
 4) O que mudou com a chegada da luz? (TV, chuveiro elétrico, etc) _____

5) O que fazem para se divertir? O que mais gostam? _____

6) Utilizam alguma área de lazer dentro do assentamento? Qual? Onde localiza-se? (núcleo)

V – Formas e Funções

1) Tirando as residências das famílias, que outras construções e áreas de lazer tem no seu núcleo? (listar)

Construções / Área de lazer	São construções antigas anteriores ao assentamento? (sim ou não) / Função anterior	Função atual

OBS: neste item devemos observar em relação às residências, se estas foram construídas anteriormente ao assentamento (caso das residências de ex-operários das usinas, por exemplo) ou foram construídas pelos assentados. No caso das áreas de cultivo, perguntar que outros tipos de cultivos existiam antes do assentamento, e como era a própria divisão das terras e como ela está hoje.

1) A sua residência foi construída após sua entrada no assentamento? Já tinha uma casa no lugar? Com era a casa? _____

2) Alguma coisa mudou na estrutura da casa? O que? Quando? Porque?

3) Aspectos da casa/ observação

() no tijolo () emboçada () pintada

() chão de terra () chão de cimento () piso em cerâmica

() telha vã () teto com forro () teto de laje

() banheiro na casa () fossa fora () fossa séptica () vala/cano para o rio

Número de cômodos _____

4) Detalhes sobre as condições de manutenção _____

5) Em relação às estradas, você sabe quais delas já existiam antes do assentamento e quais foram abertas depois? *(explicação aberta, tentar identificar as estradas citadas pelos assentados por nomes ou números).*

6) Como estão as condições da estrada para o seu lote
 () boas () ruins () péssimas () outro _____
 São transitáveis quando chove? () sim () não O que faz? _____

7) Que transporte mais utilizam dentro do assentamento?
 () a pé () ônibus () bicicleta () carroça () carro () outro _____
 E para municípios vizinhos?
 () a pé () ônibus () bicicleta () carroça () carro () outro _____

8) Que município frequenta mais? _____
 Para que? _____

9) Participa de algum grupo organizado dentro do assentamento? () sim () não
 Qual? () Cooperativa de _____ () associação de _____
 () Outro _____
 Quais as vantagens de participar da cooperativa/ associação? _____

Quais as desvantagens de participar da cooperativa/associação? _____

10) Como foi formada a cooperativa/ associação? _____

11) Você recebe orientação técnica de alguém para produzir? () sim () não
 De quem? _____
 Com que frequência _____

VI - Lote

1) O seu lote é bom para produzir? () sim () não
 Por que? _____
 O que é bom e o que é ruim no seu lote? _____

OBS: observar questões de solo/terra, áreas alagadas, produtividade e uso de fonte de água, distância da residência e etc – aspectos físicos e locais

2) Tem rotação de cultura? () sim () não Como faz? _____
 3) O INCRA influenciou nos tipos de produtos a serem cultivados? () sim () não
 Tem sido bom? Por que? _____

VII – Produção e Comercialização

Produto	Por que produz esse tipo de produto?	% para consumo e % para venda	Para quem vende?	Para onde vai o produto?	Onde vende?	Como transporta? Paga frete? Quanto?	Produz sozinho ou divide com alguém? Quem? Por que?
1)							
2)							
3)							
4)							
5)							

1) Quanto ganha da produção? (mês/safra) _____

2) Quem da família trabalha na produção? _____

3) Alguém da família trabalha fora? () sim () não Que tipo de trabalho e quanto ganha? _____

Essa pessoa trabalha o ano todo? () sim () não Qual a frequência? _____

4) No conjunto, qual a renda da família? (mês/ ano) _____

5) Como produz (Técnicas de produção)

irrigação – desde _____

adubo orgânico (especificar) – desde _____

fertilizante químico – desde _____

inseticida – desde _____

herbicida – desde _____

trator – desde _____

() próprio () alugado () prefeitura

Outras máquinas _____ desde _____

_____ desde _____

() próprio () alugado () prefeitura

VIII – Esquema da propriedade (lotes)

Desenhar atrás um esqueminha da propriedade contendo a localização da casa, da área de cultivo com os respectivos cultivos, de pequenas hortas, das estradas, de rios ou córregos e o que mais visualizarem ou for descrito pelo assentado.

OBS: Pedir explicações do por que desta distribuição de construções e cultivos (influência de experiência anterior como agricultor ou por orientação de quem?).



Exemplo:

VIII – Percepções sobre a qualidade de vida

2) Você acha que a sua vida melhorou após sua chegada no assentamento? Por que? *(Deixar livre primeiro depois direcionar a pergunta para: condições de moradia, alimentação, emprego, renda)*

3) Você acha que a sua vida pode melhorar mais? De que maneira? O que precisa para melhorar?

4) O que você acha mais importante para que sua vida e de sua família seja a melhor possível? *(Questionar aspectos principais como saúde, educação, renda, alimentação, bens materiais, lazer, consumo)*

5) Algum aspecto de infra-estrutura do núcleo (residência, construções em geral, distribuição das casas, água, luz, saneamento, lazer, vida social e religiosa, produção) foi modificado pelos assentados? O que mudou? Por que?

7

6) Porque mudaram? Mudou para pior ou para melhor? Explicar.

SOMENTE PARA O NÚCLEO 1 – ZUMBI 1

1) Por que os assentados não quiseram a construção da agrovila? Receberam alguma orientação para que ela não fosse construída? De quem?

2) Quais as vantagens de ter a casa junto ao lote?

3) Quais as desvantagens de ter a casa junto ao lote?

SOMENTE PARA OS NÚCLEOS 4 E 5 – CAMPELO E CAJUEIRO

1) Que motivo levaram à construção da agrovila? Receberam a orientação de algum órgão para que ela fosse construída? Qual?

2) Quais são as vantagens de morar na agrovila?

3) Quais são as desvantagens de morar na agrovila?

4) De que maneira você vai para o lote de cultivos?

() a pé () bicicleta () carroça () outro _____

5) Quanto tempo você leva até lá? _____